

ESCOLA DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
DOUTORADO EM SERVIÇO SOCIAL

EVERTON SILVEIRA

**CONTRADIÇÕES DO CONTEXTO NECROPOLÍTICO VIVENCIADAS PELAS JUVENTUDES:
TEIMOSIA E REINVENÇÃO COMO FORMA DE
TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**

Porto Alegre
2023

PÓS-GRADUAÇÃO - *STRICTO SENSU*



Pontifícia Universidade Católica
do Rio Grande do Sul

Ficha Catalográfica

S587c Silveira, Everton

Contradições do Contexto Necropolítico Vivenciadas Pelas
Juventudes : Teimosia e Reinvenção como Forma de
Transformação Social / Everton Silveira. – 2023.

348.

Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Serviço
Social, PUCRS.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Arseli Kern.

1. Juventudes. 2. Práticas Sociais. 3. Necropolítica. 4.
Resistência Juvenil. I. Kern, Francisco Arseli. II. Título.

EVERTON SILVEIRA

**CONTRADIÇÕES DO CONTEXTO NECROPOLÍTICO VIVENCIADAS
PELAS JUVENTUDES: TEIMOSIA E REINVENÇÃO COMO FORMA
DE TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Serviço Social.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Arseli Kern
Co-Orientadora: Profa. Dra. Beatriz Gershenson

Porto Alegre
2023

EVERTON SILVEIRA

**CONTRADIÇÕES DO CONTEXTO NECROPOLÍTICO VIVENCIADAS PELAS
JUVENTUDES: TEIMOSIA E REINVENÇÃO COMO FORMA DE
TRANSFORMAÇÃO SOCIAL**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Faculdade de Serviço Social da Escola de Humanidades da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Serviço Social.

Aprovado em _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Francisco Arseli Kern

Profa. Dra. Ana Paula Motta Costa

Profa. Dra. Raquel Bello Vazquez

Profa. Dra. Patrícia Krieger Grossi

Porto Alegre

2023

DEDICATÓRIA

Dedico este trabalho a todas as pessoas que compartilharam suas jornadas comigo, contribuindo para minha trajetória pessoal, profissional e humana. Seu apoio e generosidade permitiram me transformar na pessoa que sou hoje. Em especial, presto homenagem àqueles e àquelas que, de alguma maneira, acreditaram em mim, um homem negro e periférico, desafiando os estereótipos físicos e intelectuais impostos pela sociedade, e confiaram em minha capacidade de produzir esta tese.

Gostaria de ressaltar a dedicação de cada educador, professor, mestre e orientador(a), que, mesmo indo contra o sistema, se empenharam em me apoiar e também a outros indivíduos que, como eu, aspiram por uma sociedade mais justa, plural, igualitária, humana, fraterna e amorosa. Seu comprometimento e crença no potencial transformador da educação são inspiradores.

Com uma distinção significativa, dedico este trabalho em memória à minha avó Herondina Brum Silveira. Ela foi a primeira pessoa que realmente acreditou em mim, presenteando-me com minha primeira máquina de escrever manual, vermelha, e proporcionando-me a oportunidade de fazer meu primeiro curso de informática. Apesar de sua própria luta e limitações, ela compreendia a importância de transgredir para alcançar o desenvolvimento.

Que este trabalho seja um reflexo do apoio e confiança depositados em mim, e que contribua para a construção de um futuro melhor, onde todos tenham a chance de se desenvolver plenamente, independentemente de sua origem, aparência ou circunstâncias. Esta dedicação é um testemunho do poder transformador das relações humanas e da importância de acreditar no potencial de cada indivíduo.

AGRADECIMENTOS

Coração Livre (PJE Notre Dame)

Eu vejo que a juventude tem muito amor
Carrega a esperança viva no seu cantar
Conhece caminhos novos, não tem segredos
Anseia pela justiça e deseja a paz
Mas vejo também a dor da insegurança
Que dói quando é hora certa de decidir
Tem medo de deixar tudo e então se cansa
Diz não ao caminho certo e não é feliz

Ei juventude! Rosto do mundo!
Teu dinamismo logo encanta quem te vê
A liberdade, aposta tudo
Não perde nada na certeza de vencer

(...)

Gratidão! Essa palavra tem sido parte integrante da minha vida há alguns anos. A cada vez que a pronuncio, penso ou sinto em meu coração, ela me ensina um pouco mais. Ser grato é manifestar o reconhecimento pelo outro, é sentir-se prioridade, aceito e acolhido, é compreender que alguém, por algum motivo, se emprestou a mim, veio em meu socorro e dedicou-se ao meu bem-estar e satisfação. A gratidão desperta em mim a sensação de cuidado e amor que se transformou em atitudes. Para mim, a gratidão é a força motriz do bem, pois dela emergem outros sentimentos virtuosos.

Para começar a expressar minha gratidão, reconheço que será impossível mencionar todas as pessoas a quem sou grato. O tempo e a distância dos acontecimentos me traem, e minha memória não me permite lembrar de todos/as aqueles/as pelos quais sinto gratidão, mas que com certeza são parte de mim e estão presentes em minha memória afetiva.

Começarei pelo final, por minha professora, orientadora e amiga: Beatriz Gershenson. Sua incansável habilidade de enxergar o lado possível das coisas sempre me inspirou. Ela sempre me disse que o bom não briga com o ótimo. Se não fosse por seu incentivo, provavelmente teria sucumbido às dores que a vida me causou ao longo de meu percurso e desistido desta jornada de concluir minha pesquisa. Em seguida, com afeto e distinção, recordo-me da pessoa que tem me guiado desde os meus primeiros passos. O nome desse anjo sem asas é a Dra. Patrícia Lane Araújo Reis, carinhosamente chamada de Dharma. A culpa é dela por

eu ter ingressado, permanecido e estar concluindo este trabalho. Ela me incentivou a desenvolver habilidades e me ensinou conceitos, lançando-me nessa aventura. Ao longo do caminho, ela foi traçando os contornos do percurso. Paty, obrigado!

Em seguida, devo prestar uma homenagem especial a Edmilson Vergílio da Silva Roldão. Ele esteve presente em todas as fases dessa jornada. Compartilhamos angústias, cansaço, trabalho e vida. Um ser humano incansável. Quando se trata de ajudar, ele renuncia a si mesmo para auxiliar, essa é uma de suas grandes marcas. Obrigado! Além disso, em referência a outras pessoas e distinções, devo lembrar de mais duas pessoas de grande importância em minha vida. A primeira é meu irmão, professor Giovanni Bittencourt da Silva, que, entre todos, foi o entusiasta mais especial para que eu me tornasse primeiro um professor e, em seguida, buscasse o caminho acadêmico. Além disso, ele se tornou meu irmão de coração. Ele esteve sempre ao meu lado, cuidando e acreditando em mim, cobrando-me e me incentivando a concluir o que iniciei, sendo meu fiel auxiliar em muitos momentos, e sendo quem ele é: meu amigo. Com ele, aprendi o que diz a música, que quem tem um amigo jamais morrerá, pois os amigos são pedaços do céu. Além de Gi, trago à memória meu grande companheiro, colega, irmão e amigo: o Frei Luciano Elias Bruxel. Ele é uma referência na cidade de Porto Alegre por seu trabalho em prol do reconhecimento dos direitos da criança e do adolescente. Felizmente, o conheci em 1995, quando ele me ensinou, varrendo o pátio da instituição onde ele agora é diretor, e compartilhamos a responsabilidade de gerir o significado da humildade e da gratidão. O Frei não escolhe apenas o trabalho fácil, ele mergulha fundo nos conceitos que sustentam o trabalho social e comunitário. Ele me questionou, me ensinou e me proporcionou espaços para que eu pudesse estudar. O Frei me auxiliou e continua me auxiliando, principalmente sendo meu amigo.

Devo destacar muitos/as outros que percorreram o caminho comigo. Para não os(as) esquecer, trago à luz os jovens do CPCA. Especialmente aqueles que participaram desta pesquisa, as crianças, os educadores e os colaboradores do CPCA. Menciono especialmente aqueles/as que fizeram parte da pesquisa, meus queridos e minhas queridas jovens educandos e educandas, que por cuidado ético não nominarei, professores/as, educadores/as, coordenadores e gestores das escolas onde atualmente leciono: Escola Jardim Outeiral e Escola Luciana de Abreu, de Viamão.

Agreço igualmente minha grande irmã de coração e de vida, minha querida Mix, Advogada Michelle Silveira Pimentel. Ela esteve presente o tempo todo, me incentivando, apoiando e cobrando, quando necessário, sobremaneira, nos dias mais sombrios. Obrigado, Mix!

Aos meus familiares, expresso gratidão pelos ensinamentos que ajudaram a compor minha formação e a me tornar o ser humano que sou e que invento a cada dia. Começo por minha avó, Herondina Brum Silveira (em memória), e por meu avô, Ivo (em memória), que me deram tanto amor e carinho, tanto, que consigo lembrar de seus sorrisos e cheiros. Da mesma forma, minha avó materna, Alzira Ferreira (em memória), uma mulher forte, trabalhadora e mãe solo, que emprestou sua firmeza e força como mulher negra, além de fazer a melhor cuca que já provei. A partir deles, chego a meus pais, Ivan Silveira e Carmem Rosane Silveira, duas pessoas de bondade incomparável. Eles nunca mediram esforços para ajudar a quem quer que fosse. Talvez, como característica principal, possuam a capacidade de se doar ao próximo, o que para mim representa a plena manifestação da bondade e do divino. Minha mãe me disse que, quando nasci, olhei fixamente em seus olhos e ela entendeu que eu tinha vindo com um propósito muito especial. Guardo essas palavras com amor no coração. Junto a esse grupo familiar, recordo-me de meus irmãos e irmã, amados: Ivo Leandro Silveira, Anderson Silveira e Alexsandra Silveira (em memória). Eles são meus amores incondicionais, dos quais tenho orgulho e admiração. Nomeando Kauê, Gabriel, Matheus e Nathan, rendo gratidão a todos e tantos filhos da vida e do coração. Agradeço a todos os meus queridos sobrinhos e sobrinhas, compadres e comadres, bem como às minhas queridas cunhadas.

Expresso minha profunda gratidão aos meus queridos primos e primas. Em particular, Lucas, Luciano Pimentel e Caroline Tolentino, meus afilhados e afilhadas, por me transmitirem sempre uma sensação de segurança, sendo parte de uma família que se ama, se respeita e se apoia. Às minhas amadas Vera Maria Silveira Pimentel e Maria da Conceição Silveira Tolentino, quero dizer que as amo e que encontrei referências de compromisso, responsabilidade e ética na convivência com vocês. Muito obrigado por esse amor e dedicação sem igual que cada uma de vocês tem pela família. Aproveito para agradecer também ao meu padrinho, Flávio Pimentel (em memória), que tantas vezes me carregou para cima e para baixo, fazendo-me sentir como um filho. Da mesma forma, agradeço a todos os meus tios e tias que são uma família que honro e amo.

Para encerrar meus agradecimentos, lembro de todos os amigos que fiz na Viela da Alegria, na Capela Divina Providência, na Escola Rubem Berta, na Lomba do Pinheiro, no Fórum de Entidades, no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, nas escolas e nas OSCs onde trabalhei. Agradeço a Neuza Silveira e a Maria Ledi Recova Disarz, com especial destaque pela entrega, fé e amizade que me ensinaram e praticaram ao meu lado, assim como ao esposo de Maria Ledi, tio Luís (em memória), meu padrinho. Agradeço também a Antoninha Motta, com quem aprendi muito sobre a vida, ciência e política de forma leve, amiga e companheira, e a Ângela Cardoso, que mostrou a conexão entre o conhecimento e o trabalho institucional que desenvolvo até hoje. Rendo homenagem a todos os meus amados professores e professoras, especialmente ao professor Orientador desta tese, Francisco Arseli Kern, que, na reta final, me acolheu e conduziu até a defesa, bem como a todos os demais que me forneceram as ferramentas necessárias para desenvolver uma consciência crítica, responsável e cidadã. Obrigado a todos e a todas!

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001” (“This study was financed in part by the Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Finance Code 001”).

Gratidão!

RESUMO

A presente tese, intitulada "Contradições do Contexto Necropolítico nas Vivências das Juventudes: Teimosia e Reinvenção como Elementos de Transformação Social", tem como objetivo primordial realizar uma análise crítica das experiências vivenciadas pelos jovens pertencentes às periferias urbanas, com abordagem no Centro de Juventude – CPCA da Lomba do Pinheiro, situada em Porto Alegre, no contexto necropolítico contemporâneo. Esta análise procura destacar as contradições dialéticas que emergem entre a lógica de descartabilidade de vidas humanas imposta pelos sistemas opressivos e a tenaz resistência demonstrada pelas juventudes na construção de suas identidades, bem como na busca de alternativas transformadoras para suas vivências.

No decorrer desta investigação, estabeleço um diálogo crítico entre os pensamentos de Achille Mbembe e Paulo Freire, com apoio das contribuições teóricas de Pierre Bourdieu, Karl Marx, Michel Foucault e José Carlos Libâneo. Esses referenciais teóricos fundamentam a análise das práticas sociais e educativas voltadas para jovens, bem como o exame dos impactos psicossociais da necropolítica. Dessa forma, a pesquisa ressalta a importância da promoção da acessibilidade, inclusão e desenvolvimento das juventudes, bem como sua sobrevivência diante das repercussões da questão social em um país que marginaliza os menos privilegiados, chegando a ceifar vidas de camadas sociais específicas, como é o caso das juventudes das periferias o que evidencia o caráter necropolítico orquestrado pelo Estado.

Os resultados desta pesquisa adensam a compreensão das dinâmicas sociais e estruturais que impactam populações pauperizadas e excluídas como as juventudes periféricas, além de estimular reflexões e práticas transformadoras que guardam potencial de promoção a emancipação, autonomia e resistência diante do contexto necropolítico.

PALAVRAS-CHAVE: Juventudes, Práticas educativas, Necropolítica, Resistência juvenil.

ABSTRACT

The present thesis, titled "Contradictions of the Necropolitical Context in the Experiences of Youth: Tenacity and Reinvention as Elements of Social Transformation," aims to conduct a critical analysis of the experiences lived by young individuals from urban peripheries, with a focus on the Youth Center – CPCA in Lomba do Pinheiro, located in Porto Alegre, within the contemporary necropolitical context. This analysis seeks to highlight the dialectical contradictions that arise between the logic of disposability of human lives imposed by oppressive systems and the steadfast resistance demonstrated by young people in constructing their identities, as well as in their quest for transformative alternatives in their lives.

Throughout this investigation, I establish a critical dialogue between the thoughts of Achille Mbembe and Paulo Freire, supported by the theoretical contributions of Pierre Bourdieu, Karl Marx, Michel Foucault, and José Carlos Libâneo. These theoretical frameworks underpin the analysis of social and educational practices directed toward young people, as well as the examination of the psychosocial impacts of necropolitics. Thus, the research emphasizes the importance of promoting accessibility, inclusion, and the development of youth, as well as their survival in the face of the repercussions of social issues in a country that marginalizes the less privileged, even to the extent of claiming lives from specific social strata, such as the youth from the peripheries, thereby revealing the necropolitical character orchestrated by the State.

The findings of this research deepen the understanding of the social and structural dynamics that impact impoverished and excluded populations, such as peripheral youth, while also encouraging reflections and transformative practices that hold the potential for promoting emancipation, autonomy, and resistance within the necropolitical context.

KEYWORDS: Youth, Educational practices, Necropolitics, Youth resistance.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Criança Morta.....	155
Figura 2 - Análise de Similitude.....	267

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Principais leis, normas e acordos sobre a atenção à infância e à juventude.....	60
Quadro 2 - Percurso dos Direitos da Criança e do Adolescente	63
Quadro 3 - Dados sobre o envolvimento das juventudes com o mundo do tráfico de drogas	112
Quadro 4 - Proporção de homicídios por arma de fogo em comparação ao total de homicídios, por UF (2008-2018) Brasil.....	168
Quadro 5 - Impactos e desafios para diversos grupos sociais na pandemia	194
Quadro 6 – CHD.....	228
Quadro 7 - Unidades de Registro a partir das falas dos entrevistados	230
Quadro 8 - Categorias iniciais de análise	232
Quadro 9 - Sistematização de temas emergentes	235
Quadro 10 - Objetivos do estudo, considerações e inferências	245
Quadro 11 - Unidades de Registro - Análise de Conteúdo	250
Quadro 12 - Categorias intermediárias	252
Quadro 13 - Categorias finais.....	254
Quadro 14 - Resumo do percurso analítico.....	255
Quadro 15 - Categoria 1 - Promoção da Acessibilidade, Inclusão e Desenvolvimento das Juventudes	257
Quadro 16 - Categoria 2 - Resistência das Juventudes frente aos Desafios e Obstáculos na Escola.....	259
Quadro 17 - Categoria 3 – Promoção do Pertencimento, Autonomia, Expressão e Participação das Juventudes – Processos Emancipatórios	262
Quadro 18 - Categoria 4 - 4. Impactos Psicossociais na Pandemia – Necropolítica e seus efeitos	264

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Taxa de Homicídios	69
Gráfico 2 - Total de vítimas de feminicídio, 1º semestre de cada ano. (Brasil, 2019-2022)	213
Gráfico 3 - Etnia CJ	221
Gráfico 4 - Sexo CJ	221
Gráfico 5 - Orientação Sexual CJ	222
Gráfico 6 - Função no CJ	222
Gráfico 7 – Dendograma	227
Gráfico 8 - Dendograma com AFC	229
Gráfico 9 - Dendrogramme CHD1	251

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABONG	Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais
ASAFOM	Associação de Apoio ao Fórum dos Direitos da Criança e do Adolescente
Cad.SUAS	Cadastro único do Sistema Único de Assistência Social
CF	Constituição Federal
CEBAS	Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social
CEMPRE	Cadastro Central de Empresas
CJ	Centro da Juventude
CONFOCO	Conselho de Fomento e Colaboração
CMAS	Conselho Municipal de Assistência Social
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
CNIS	Cadastro Nacional de Informação Social
CRAS	Centro de Referência de Assistência Social
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
FASC	Fundação de Assistência Social e Cidadania
FASFIL	Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMDCA	Fórum Municipal da Criança e do Adolescente
GT	Grupo de Trabalho
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
JM	Jovens multiplicadores
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
NOBSUAS	Norma Operacional Básica do Sistema Único de Assistência Social
NOB-RH-SUAS	Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS
OSC	Organizações da Sociedade Civil
OSCIP	Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público
ONGs	Organizações Não Governamentais
OP	Orçamento Participativo
PL	Projeto de Lei
PLE	Projeto de Lei do Executivo
PPGSS	Programa de Pós-Graduação em Serviço Social
PT	Partido dos Trabalhadores
PUCRS	Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	20
1.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	39
1.2 NATUREZA DA PESQUISA	43
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	47
2.1 AS JUVENTUDES	48
2.1.1 As juventudes e sua historicidade	48
2.1.2 Políticas sociais brasileiras de juventude	73
2.1.3 Práticas educativas e práticas sociais como recursos de resistência das juventudes	83
2.2 CONTINGÊNCIAS DO CONTEXTO	88
2.2.1 Necropolítica e suas implicações às juventudes	88
2.2.2 Interseccionalidades, gênero, sexualidade, juvenicídio e racismo	96
2.2.3 A sexualidade e as juventudes	98
2.2.4 Teorias progressistas e libertadoras da educação	104
2.2.5 Perspectiva crítica e libertadora de Paulo Freire	119
2.2.6 Materialismo histórico e dialético	124
2.3 O CENTRO DE PROMOÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE SÃO FRANCISCO DE ASSIS (CPCA)	130
2.3.1 Centro da Juventude – CJ – Programa em funcionamento na OSC Centro de Promoção da Criança e do Adolescente São Francisco de Assis	143
2.3.2 Juventudes do Centro da Juventude da Lomba do Pinheiro - Os Participante da pesquisa	149
2.3.3 Aqui no CJ a gente pode ser quem é"	154
2.3.4 A pandemia e a superexposição das juventudes periféricas	163
3 METODOLOGIA	171
3.1 ETAPAS, TÉCNICAS E FONTES DE COLETA	171
3.2 A COLETA DE DADOS	175
3.3 ASPECTOS ÉTICOS	179
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	182
4.1 JUVENTUDES E A QUESTÃO SOCIAL	183
4.2 RELAÇÃO NECROPOLÍTICA E JUVENICÍDIO – SUAS IMPLICAÇÕES NAS JUVENTUDES	186
4.3 INTERSECCIONALIDADES E O RACISMO NAS EXPERIÊNCIAS DAS JUVENTUDES	208
4.4 NARRATIVAS JOVENS, EDUCADORES, FAMÍLIAS DOS CENTROS DE JUVENTUDES	218
4.5 TRATAMENTO DE DADOS COM AUXÍLIO DO SOFTWARE IRAMUTEQ	220
4.6 A RELAÇÃO DIALÉTICA ENTRE A NECROPOLÍTICA E AS JUVENTUDES	240
4.7 A TEIMOSIA/RESISTÊNCIA DAS JUVENTUDES DIANTE DAS ADVERSIDADES	244
4.8 ANÁLISE E INFERÊNCIAS	268
4.9 PROMOÇÃO DO PERTENCIMENTO, AUTONOMIA, EXPRESSÃO E PARTICIPAÇÃO DAS JUVENTUDES –PROCESSOS EMANCIPATÓRIOS	275
4.10 IMPACTOS PSICOSSOCIAIS NA PANDEMIA – NECROPOLÍTICA E SEUS EFEITOS	279
5 CONCLUSÃO	284
REFERÊNCIAS	293

APÊNDICE A — Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) - Para jovens acima de 18 anos.....	304
APÊNDICE B – Termo de consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) - Para responsáveis das crianças e adolescentes entre 6 e 18 anos.....	309
APÊNDICE C – Termo de Assentimento Livre Esclarecido.....	314
APÊNDICE D – Termo de Compromisso de Utilização de Dados - (TCUD).....	316
APÊNDICE E – Formulário semiestruturado – Coleta para Pesquisa.....	317
APÊNDICE F – Roteiro para Análise de Práticas pedagógicas.....	319
APÊNDICE G – Carta de Conhecimento do Responsável.....	320
APÊNDICE H – Roteiro Observação Participante.....	321
APÊNDICE I – Roteiro para Análise de Documentos do CJ.....	323
APÊNDICE J – Prática Pedagógica do CJ – Jovem Multiplicador.....	324
APÊNDICE K – Prática Pedagógica do CJ – programa de Aprendizagem Profissional.....	334

1 INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea brasileira, especialmente a gaúcha, caracteriza-se por uma série de transformações políticas, econômicas, sociais e culturais que afetam profundamente a vida das pessoas, sobretudo os jovens. O avanço do capitalismo neoliberal, a intensificação das desigualdades sociais, a precarização do trabalho e o desmonte das políticas públicas têm gerado um cenário de exclusão, vulnerabilidades e violência para jovens de diferentes grupos sociais, notadamente aqueles que vivem nas periferias dos grandes centros, como a Lomba do Pinheiro, bairro de Porto Alegre.

O tema deste estudo se relaciona, profundamente, com a linha de pesquisa quatro (Serviço social, direitos humanos, desigualdades e resistências) do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Escola de Humanidades da PUC – Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre. O estudo visa, em primeiro lugar, expor as manifestações de criminalização e precarização nas existências das juventudes brasileiras, enquanto, por outro lado, empenha-se em evidenciar os atributos positivos, os processos emancipatórios desenvolvidos ou os espaços coletivos gerados no âmbito de políticas públicas, estes últimos intermediados por profissionais da educação social.

Nesse contexto, realço que é o conjunto de condições reais e concretas de existência que determinam a forma com que as pessoas conduzem suas vidas e constituem suas próprias consciências. De acordo com Marx, o modo de produção da vida material condiciona o processo das vidas social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência (MARX, 2008, p. 47).

Dentre outros aspectos que afetam diretamente as juventudes, estão as questões de gênero e sexualidade, que se apresentam também como importantes fatores de vulnerabilidade social para alguns grupos de jovens, posto que perpassam suas vivências, sobretudo aqueles que se identificam como mulheres ou LGBTQIAP+, entre outros grupos minoritários. Nessa seara, certas juventudes são categorizadas, por parte do estado e por setores conservadores da sociedade, como um problema social, objetos passíveis de seu controle.

Sob essa ótica, o estado e a sociedade, por meio da necropolítica, têm exercido um papel fundamental na produção da morte prematura e violenta de

jovens, principalmente negros e pobres, que são alvo constante e preferenciais da violência policial e de grupos paramilitares. A mistanásia¹, presente de maneira mais evidente na pandemia da covid-19, o juvenicídio² e outras formas de violência estrutural³ e institucional⁴ contra a juventude têm sido temas recorrentes nas lutas sociais e nas pesquisas acadêmicas.

Frente a essa dura realidade, torna-se imperioso compreender como as juventudes, diante das práticas de necropolítica⁵, resistem, reinventam-se e constroem “jeitos” alternativos de (sobre)viver, existir, lutar e ser feliz. Para isso, é necessário investigar práticas sociais e educativas, bem como as funções dos educadores sociais e agentes educativos que apoiam e fortalecem essas juventudes

¹ Segundo Paiva e Rocha da Cunha (2020), o termo “mistanásia” surge em substituição dos termos “eutanásia social” ou “morte social”, utilizados até então, uma vez que o termo eutanásia refere-se a uma morte que implica a ação (ou inação) do sujeito, já a mistanásia é um deixar morrer, uma morte que poderia ser evitada, sendo esta miserável e infeliz. Além disso, o termo: busca denunciar a desigualdade que leva a morte e anunciar a vida invisível, sendo esta uma bioética crítica frente a politização nos ambientes da saúde onde os vulneráveis sociais tem seus direitos negados; aponta os erros do sistema político e econômico, principalmente da saúde para garantir as necessidades básicas para os mais pobres não deixando assim a mercê da morte injusta; compreende uma bioética preventiva onde a vida é preservada e a dignidade é garantida para os vulnerabilizados (PAIVA; CUNHA, 2020).

² O “juvenicídio” é um conceito que busca capturar a complexidade de um processo social no qual os jovens são vítimas de “mortes provocadas”, expressão esta que, conforme Costa (2021), engloba a ideia de “morte matada” de jovens e enfatiza especificamente sua condição como alvos específicos. Diferenciando-se do termo “genocídio”, que tem implicações legais específicas, relacionadas à destruição de grupos étnicos, raciais ou religiosos, o “juvenicídio” concentra-se na análise sociológica e criminológica dos padrões de mortalidade entre os jovens, sem necessariamente abordar a tipificação jurídica dos eventos.

³ A violência estrutural é um tipo de violência enraizada nas estruturas sociais e institucionais da sociedade, gerada por desigualdades e contradições entre grupos privilegiados e oprimidos, é perpetuada por instituições clássicas, como o Estado e grupos de poder econômico, e está intrinsecamente ligada à injustiça, exploração e opressão. Sua existência não é natural, mas, antes, produzida histórica e socialmente, resultando em desigualdades sociais, pobreza, restrição de oportunidades e impactos devastadores, incluindo danos morais, psicológicos, físicos e até a morte para aqueles afetados por ela.

⁴ Refere-se a práticas e normas assumidas por instituições que infringem os direitos humanos, podendo resultar em sofrimento para aqueles que são afetados por essas ações. Isso inclui a reprodução da lógica da segurança como método corretivo, desconsiderando o impacto negativo dessas práticas. É uma forma de violência que pode ser encontrada em diversas instituições, incluindo as que oferecem serviços públicos, e reflete a opressão e a sensação de impotência em relação a desigualdades mais amplas. Trata-se de um tipo de violência que pode assumir várias formas, como negligência assistencial, violência emocional/psicológica e violência física, todas contribuindo para a manipulação da autoestima, autoimagem e habilidades de interação social das pessoas afetadas. É uma manifestação de dominação e cria as condições para que formas de violências mais ou menos sutis ocorram, como é o caso da violência simbólica e estrutural.

⁵ É o poder de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Um conceito forjado por Achille Mbembe, com base no conceito foucaultiano de biopoder, que abrange as tecnologias de controle populacional através das quais o “deixar morrer” se torna aceitável para alguns corpos. O corpo “matável” é aquele que está em risco de morte a todo instante devido ao parâmetro definidor primordial da raça (MBEMBE, 2011).

em suas potencialidades e virtudes, garantindo-lhes sustentação no enfrentamento dos desafios que lhes são impostos em seus contextos. É importante ainda reconhecer a função de políticas mais expressivas para as juventudes, como é o caso da educação, que compõem este cenário de escassez ou de falta de oportunidades para o pleno desenvolvimento de alguns desses grupos sociais.

No cerne desta pesquisa, encontra-se uma teia intrincada de resistência e perseverança que permeia a vida dos jovens diante de desafios letais às suas vivências, o que procura capturar a presente tese, ao tratar do signo “Teimosia/Resistência”, que resume a essência da jornada a que esta investigação se propõe. Teimosia, neste sentido, não é um traço negativo, mas um testemunho da obstinação e da vontade permanente das juventudes em persistir, mesmo quando confrontadas com a sombria realidade da descartabilidade de suas próprias vidas, conforme predita o contexto da necropolítica contemporânea. Dos depoimentos dos/as entrevistados/as na pesquisa, conforme demonstrarei adiante, e cujas vozes muitas vezes nem sempre ecoam no sentido da audiência social, emerge este conceito que se confunde, na linguagem corrente, com resistência e se consolida ao longo do estudo com auxílio das referências nele utilizadas.

A ideia “teimosia” surge organicamente a partir da análise minuciosa das narrativas pessoais compartilhadas por jovens e trabalhadores sobreviventes a um sistema perverso. Ela é consubstanciada como a força motriz por trás das estratégias de (sobre)vivência que estes sujeitos empreendem num mundo marcado pela incerteza, desigualdades, morte sistemática, tanto física quanto de seus sonhos, falta de oportunidades, papéis sociais distorcidos e tantas outras mazelas por eles/as experimentadas.

A precarização da educação é um problema que afeta muitas juventudes, sobretudo aquelas oriundas de famílias pobres e que vivem nas periferias urbanas e rurais, o que tende a gerar uma série de outras dificuldades para a vida desses sujeitos, dentre as quais, a falta de acesso a materiais e conteúdos educativos de qualidade, a carência de professores qualificados e a deficiência de espaços adequados para o aprendizado, desembocando na baixa autoestima, evasão e falta de capacidade de inclusão de jovens em outros níveis de escolarização, bem como a deficiência de disputas nas diversas áreas da atividade humana. Essas inconsistências, conforme posso evidenciar no cotidiano do meu trabalho no campo social, incidem sobre a obtenção das competências necessárias para o ingresso e a

permanência dessas juventudes na academia, no mundo e no mercado de trabalho, fatores que limitam seu acesso a oportunidades diversas.

Para se ter uma ideia do processo de empobrecimento da política de educação no Rio Grande do Sul é fato até 2021 haver apenas uma escola de ensino médio na Lomba do Pinheiro, uma localidade que, de acordo com o censo Demográfico de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), abrigava uma população de 35.177 habitantes. Segundo os dados da prefeitura de Porto Alegre, a região possui, atualmente, 62.315 habitantes, número que representa 4,42% da população do município. Esses dados indicam que a oferta de educação formal para jovens e adolescentes da Lomba do Pinheiro, a nível médio, é escassa. Além disso, a única escola que oferece vagas nesse nível de ensino possui importantes limitações de recursos para a oferta das opções de trilhas formativas, conforme determinam as diretrizes do novo ensino médio brasileiro (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

As fragilidades de implementação da nova proposta de ensino médio, destacadas por estudiosos e especialistas em educação de todo o país, também podem ser verificadas na comunidade da Lomba do Pinheiro. Dentre os problemas, está a baixa qualidade do ensino em muitas escolas públicas, a escassez de oferta das previstas trilhas de ensino e a falta de investimento na formação de professores, tão necessária para o sucesso da educação pública. Como resultado, tem-se estudantes despreparados tanto para ingressar na universidade quanto para lá permanecer durante as diversas etapas que compõem a trajetória no ensino superior. Além disso, esse despreparo também incide negativamente para seu ingresso no mundo do trabalho, ou seja, o impacto desse cenário resulta na falta de oportunidades múltiplas para essas juventudes.

Dados do IBGE, presentes na Síntese de Indicadores Sociais 2018⁶, apontam que apenas 36% dos alunos que completaram o ensino médio na rede pública ingressaram em uma faculdade (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2018).

Uma das questões centrais, que atinge a jovens negros, pobres e periféricos, é a escassez de oportunidades de desenvolvimento pleno, como a participação ativa

6 https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/media/com_mediaibge/arquivos/ce915924b20133cf3f9ec2d45c2542b0.pdf

e cidadã, a possibilidade de vivenciar sadiamente a juventude em espaços adequados para o seu desenvolvimento, o acesso à saúde, moradia, escola, espaços de lazer, espaços de formação e desenvolvimento físico. A esses fatores, soma-se a carência de empregos qualificados, fazendo com que esses jovens percam a perspectiva de realização no futuro e gerando um impacto tanto sobre seus cotidianos quanto sobre seus projetos de futuro.

O somatório das insuficiências de toda ordem contribui para que haja uma permanente ascensão da exclusão social e da marginalização de jovens, que, unida à questão da falta de saúde mental, principalmente após a pandemia, tem se constituído em mais um importante desafio para as juventudes, famílias, sociedade civil e governo que tenham identificação com as causas sociais e humanitárias.

Para se ter uma rápida compreensão do problema da saúde de jovens no Brasil, pode-se observar os dados do Ministério da Saúde, segundo os quais, cerca de 20% deles sofre de algum transtorno mental, como ansiedade e depressão, o que tem levado ao aumento da taxa de suicídio dessa parcela da população. O site da Fiocruz traz as informações compiladas e divulgadas pelo jornal Folha de São Paulo, que mostram crescimento de mortes por suicídio, no Brasil, na ordem de 45% para a faixa etária de 11 a 14 anos, e 49,3% entre aqueles com idades entre 15 e 19 anos, uma alta ocorrida entre 2016 e 2021.

Essa realidade está presente na Lomba do Pinheiro, assim como em outras regiões periféricas do país, onde a falta de acesso a serviços de saúde mental adequados é um importante problema. No território, as unidades de saúde não possuem serviços especializados em saúde mental, o que dificulta o diagnóstico e o tratamento dos transtornos. Além disso, os poucos recursos públicos do município estão saturados e apresentam grande dificuldade em atender à demanda e fornecer à população um serviço de qualidade e que responda, em tempo, às necessidades impostas pela realidade. Como forma de ilustração, destaco que, em setembro de 2021, em plena pandemia, conforme veiculou o GZH, o tempo médio para espera de um paciente adulto ter sua primeira consulta em saúde mental era de 452 dias (GZH, 2021).

Ainda como forma de demonstração do problema, o site Extraclasse divulgou, em julho de 2023, que os

dados epidemiológicos mostram que, de 2017 a 2021, foram 5.444 tentativas de suicídio. Dessas, 3.686 foram pessoas do sexo feminino (67%), sendo que a faixa etária que mais predominou foi dos 10 aos 29 anos (56,3%). Já os jovens com idades entre 15 e 19 anos são a população que mais busca atendimentos na Atenção Primária à Saúde em decorrência de tentativa de suicídio. E a faixa etária de 20 a 24 anos é o segundo grupo que mais atenta contra a própria vida na capital gaúcha (PASTORE, 2023).

O rebatimento desta situação na cidade de Porto Alegre, de acordo com a mesma fonte, aponta que

de 2017 a 2021, foram 5.444 tentativas de suicídio. Dessas, 3.686 foram pessoas do sexo feminino (67%), sendo que a faixa etária que mais predominou foi dos 10 aos 29 anos (56,3%). Já os jovens com idades entre 15 e 19 anos são a população que mais busca atendimentos na Atenção Primária à Saúde em decorrência de tentativa de suicídio. E a faixa etária de 20 a 24 anos é o segundo grupo que mais atenta contra a própria vida na capital gaúcha (PASTORE, 2023).

O Extraclasse salienta que as informações divulgadas pela Secretaria Municipal da Saúde (SMS) de Porto Alegre destacam a crescente demanda por serviços de saúde mental. Segundo as informações da SMS, em junho de 2021, havia 3.048 pacientes aguardando consultas de saúde mental, entretanto, em junho de 2023, esse número aumentou significativamente, chegando a 8.513 pacientes na lista de espera, um aumento que reflete os desafios que as autoridades de saúde enfrentam no atendimento a essa demanda crescente. Cabe salientar que não tive acesso a dados primários quanto a esta situação, dada a dificuldade que se interpõe ao se tratar deste tipo de levantamento, sendo assim, trouxe ao estudo informações de fontes secundárias como jornais, revistas e sites de pesquisa aberta.

A dificuldades de acesso e tratamento em relação à saúde mental têm, notadamente, consequências graves para a população, especialmente para as juventudes, afetando tanto sua qualidade de vida quanto sua capacidade de aprender e se desenvolver. Torna-se urgente, nesses contextos, a implementação de políticas públicas que visem melhorar o acesso aos serviços de saúde mental, como a ampliação da rede de atendimento e a capacitação de profissionais da área, além da priorização dos casos encaminhados pelas escolas e pela rede socioassistencial, que lidam cotidianamente com tal problemática.

No Centro da Juventude (CJ) do Centro de Promoção da Criança e do Adolescente São Francisco de Assis (CPCA), repercutem os dados recém expostos, pois, de acordo com informações obtidas junto à equipe técnica, que atua no

acolhimento e acompanhamento de jovens que ingressam no CJ, cerca de 50% deles, sobretudo no último ano, possuem alguma necessidade no âmbito da saúde mental. Desses, poucos foram diagnosticados, apesar flagrantemente perceptíveis ou detectáveis, sendo que significativa parcela desses casos corresponde a situações de alta complexidade, o que torna ainda mais desafiador a intervenção proposta pelo CJ.

A ausência de espaços públicos seguros e adequados para o lazer e a escassez de recursos financeiros limitam o acesso dos jovens a atividades culturais como cinema, teatro, museus e outras formas de entretenimento. Para se ter uma ideia, nesses mais de 30 anos de trabalho na Lomba do Pinheiro, somente em 2022 foi criada uma praça comunitária que tem potencial para acolher crianças, adolescente e jovens. Ainda assim, o espaço é para o uso de pequena parcela da população, visto que está localizado na faixa central do território, geograficamente acidentada e vasta, exigindo que os interessados possuam condições financeiras para custear o transporte até o local.

Sem acesso a experiências enriquecedoras, capazes de expandir seus universos imagéticos e lúdicos, estimular a criatividade, ampliar perspectivas e desenvolver habilidades sociais, os jovens sentem-se cada vez mais isolados e desconectados da sociedade, o que afeta negativamente sua saúde mental e bem-estar emocional. Contudo, existem as redes locais de serviço, com densa participação da sociedade civil organizada, como organizações sociais, igrejas, associações de moradores, escolas, dentre outros, que buscam mobilizar recursos humanos e materiais, assim como construir outros circuitos com entes privados, com o propósito de amenizar a realidade supracitada, procurando reconhecer esses problemas e trabalhar para encontrar soluções que possam auxiliar as juventudes a enfrentar tais situações limitantes para seu potencial de desenvolvimento.

Na realidade da soma das insuficiências do estado e dos esforços dos grupos sociais, essa juventude, que se sente à mercê de toda sorte, acaba se tornando alvo do poder opressor da máquina social, que encontra, no encarceramento e na repressão de determinados grupos, a solução para tratar e cessar com parte das expressões de problemáticas sociais. Assim, esses grupos vulneráveis acabam arcando com a inteira responsabilidade das violências e dos atentados contra a ordem pública, enquanto o Estado, operando pela exclusão dessas juventudes do

convívio social, procura gerar uma sensação de efetivação da justiça que esconde calamitosas ausências.

O encarceramento de jovens negros de periferia é uma questão que precisa ser enfrentada não só pelas próprias juventudes, alvos do sistema, como também por diferentes atores sociais, dentre os quais, organizações, escolas, universidade, conselhos e outros. Essa problemática, embora não seja objeto de aprofundamento no presente trabalho, é central para a discussão aqui proposta, uma vez que se trata de um índice decisivo do problema social em discussão.

No Brasil, o encarceramento é o resultado trágico de uma série de fatores, já abordados anteriormente, como a falta de oportunidades de acesso à educação de qualidade, ao trabalho educativo, às políticas de saúde, moradia e cultura, bem como do racismo estrutural⁷ que permeia a sociedade brasileira. Sobre o encarceramento de jovens negros de periferia no Brasil, o IPEA destaca dados de 2014, destacando que "os jovens são o grupo social mais afetado pelo encarceramento" e que "a população prisional brasileira é majoritariamente composta por homens (92%) e negros (64%)". Esses dados demonstram que a desigualdade racial e social permeia o sistema de justiça criminal brasileiro, o que possui grande impacto negativo para as juventudes periféricas brasileiras.

O encarceramento de jovens negros e periféricos é uma marca necropolítica com reflexos devastadores nas vidas desses sujeitos e suas famílias, influenciando, através de gerações, na narrativa histórica e na autoconfiança de um povo, bem como na estrutura social como um todo. Sendo assim, torna-se fundamental trabalhar no sentido de superar os percalços desse sistema e desenvolver alternativas sólidas, tendo por base as oportunidades reais, com vistas a construir, assim, um presente sustentável e um futuro possível para os grupos mais vulnerabilizados da sociedade brasileira.

Diante desse contexto, o presente estudo consiste em uma pesquisa de natureza empírica, cuja coleta dos dados e análise beneficiou-se de minha inserção no espaço de vivência de práticas educativas do CJ da Lomba do Pinheiro. De

⁷ o racismo é uma decorrência da própria estrutura social, ou seja, do modo "normal" com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social e nem um desarranjo institucional. O racismo é estrutural." Comportamentos individuais e processos institucionais são derivados de uma sociedade cujo racismo é regra e não exceção. O racismo é parte de um processo social que "ocorre pelas costas dos indivíduos e lhes parece legado pela tradição. (P.38) ALMEIDA, Silvio Luiz de. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

acordo com os dados da Prefeitura de Porto Alegre, a Lomba do Pinheiro é composta pelos bairros Agronomia e Lomba do Pinheiro, possui 62.315 habitantes, que representam 4,42% da população municipal, e área de 50,65 km², correspondente a 10,64% da área do município. A densidade demográfica da região é de 1.230,31 habitantes por km², a taxa de analfabetismo, de 4,03%, e o rendimento médio dos responsáveis, por domicílio, equivale a 2,07 salários mínimos.

O Centro de Promoção da Criança e do Adolescente São Francisco de Assis (CPCA) sedia o Centro da Juventude (CJ). O CJ é uma proposta de abordagem com juventudes, integrante do Programa de Oportunidade e Direitos (POD), executado através de parcerias entre Organizações Sociais Civas (OSCs) e o Governo do Estado do Rio Grande do Sul, por meio da Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo (SJSPS). O POD tem em vista proporcionar maior qualidade de vida aos jovens gaúchos, com o propósito de garantir a dignidade e o desenvolvimento de suas famílias e foco no crescimento pessoal e profissional, além de fortalecer a segurança e promover a modernização da estrutura e do sistema socioeducativo.

De acordo com Tidra (2022), os Centros da Juventude são parte do POD, uma parceria do governo do Estado, por meio da SJSPS, com financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O programa teve início em 2014 e atua no atendimento de jovens de 15 a 24 anos, residentes em áreas que sofrem com altos índices de vulnerabilidade social e violência. O trabalho é executado por meio dos CJ's, que funcionam nos seguintes territórios porto-alegrenses: Cruzeiro, Lomba do Pinheiro, Restinga e Rubem Berta, além de Alvorada e Viamão. A atuação da iniciativa se dá em três escopos: o sócio-afirmativo (atividades voltadas para a área cultural e de cidadania); o socioprofissional (formações direcionadas para o mercado de trabalho de diversos setores); e o de jovem multiplicador (preparação dos participantes para exercer liderança em suas comunidades e encaminhamento de novos integrantes para os CJ's). O programa oferece diversos cursos profissionalizantes, tais como: auxiliar administrativo, barbearia, estética e embelezamento, maquiagem, culinária, corte e costura, informática, de garçom e garçonete, empreendedorismo, entre outros, além de atividades e oficinas de música, dança, esportes, artes e cultura (TIDRA, 2022, p. 9).

Os participantes da pesquisa são, portanto, jovens com idade entre 15 e 24 anos, que fazem ou fizeram parte do CJ da Lomba do Pinheiro. Em sua maioria, são moradores da Lomba do Pinheiro, território que figura entre os mais vulnerabilizados

da cidade de Porto Alegre, abrigando um grande contingente de trabalhadores informais, migrantes, oriundos do êxodo rural, povos tradicionais, aqueles cujas moradias foram expropriadas por conta da exploração imobiliária, entre outros. Além disso, a Lomba do Pinheiro é cenário de forte ascensão do tráfico de drogas e ocupação dos bairros por grupos vinculados ao tráfico organizado, moradias irregulares, ausência de condições mínimas de saneamento básico, precário acesso às redes de energia e água e aos serviços de saúde, dentre outros problemas.

Além das juventudes, também integram a investigação os profissionais que atuam ou atuaram no CJ da Lomba do Pinheiro, tais como educadores, oficineiros, técnicos sociais e coordenadores, bem como membros das famílias de alguns dos jovens. Para compor o material de análise deste estudo, realizei a coleta de dados, entre os meses de janeiro e março de 2022, virtual e presencialmente, nas dependências do CPCA. O uso do formato virtual se deu em decorrência das ainda existentes restrições de contato decorrentes da pandemia, tanto com jovens quanto com trabalhadores do CJ. Através do método de grupo focal, foram conduzidas entrevistas com 6 trabalhadores – sendo 4 do sexo feminino e 2 do sexo masculino, bem como conversas informais com familiares. Além disso, realizei exame de documentos de registros dos profissionais, tais como: Planos Individuais de Readaptação (PIRs), instrumento pedagógico utilizado tanto para fazer a evolução dos casos dos jovens quanto para desenvolver, com eles, a perspectiva crítica, por meio de sua participação ativa na elaboração de seus planos de desenvolvimento; planos pedagógicos; Termo de Referência do CJ; e registros de atividades e de reuniões. Em todas as fases do processo, tanto de entrevistas, grupos focais, quanto análise documental, o aspecto do sigilo foi devidamente preservado. Em relação aos participantes, os procedimentos de cunho ético e técnico foram devidamente atribuídos e informados. Todo o material colhido foi devidamente codificado e mantido depositado em posse do pesquisador. Em relação à documentação, a mesma pode ser consultada, mas não copiada, e, igualmente, utilizou-se apenas os materiais, fornecidos pela equipe técnica, que não violassem seus próprios códigos de ética profissional. Em caso de necessidade de maior informação, relativa a algum caso, a equipe se dispunha a, verbalmente, prestá-la.

A seleção das pessoas entrevistadas ocorreu com o auxílio dos profissionais que atuam no CJ, que sugeriram participantes, os quais foram devidamente esclarecidos, por mim, acerca da pesquisa, do seu tema, objetivos e propósitos, bem

como aspectos técnicos e éticos. Vencida essa etapa, os grupos de entrevistados foram definidos em comum acordo com a equipe técnica do CJ.

Os pré-requisitos para participação dos/as jovens na pesquisa foram estar ou terem participado de alguma atividade no CJ, possuir alto grau de vulnerabilidade social (dado este avaliado pela equipe técnica), serem jovens com maior capacidade de interação, possuírem características étnicas, de orientação sexual e de gênero variadas. Foi combinado com a equipe técnica de promover a inserção da maior diversidade possível dos participantes no CJ. Foram excluídos jovens egressos há mais de dois anos do CJ, jovens que não queriam se expor, jovens de ações específicas do programa.

Já quanto à participação dos trabalhadores do Centro de Juventude, não houve critérios para a seleção, esta aconteceu por voluntariedade. Em reunião da equipe, fui convidado a apresentar o projeto de pesquisa, bem como a metodologia do processo de coleta de dados, e, nesta oportunidade, pude expor a metodologia das entrevistas e grupos focais. Posteriormente, a equipe técnica me apresentou o grupo de trabalhadores que havia se disposto a contribuir com o estudo e, como havia mais candidatos do que a necessidade, foi escolhido o grupo que possuía maior flexibilidade de horário, ressaltando que o período em questão era da pandemia de 2019 e que adequar os horários de todos foi um esforço extra empregado à pesquisa.

Um elemento que auxiliou na elaboração e na realização da pesquisa, bem como na seleção dos sujeitos nela envolvidos, foi minha profunda relação com o grupo, tanto pelo trabalho que realizo no CPCA, enquanto Diretor Pedagógico, quanto pela minha trajetória profissional como professor da rede pública de ensino e minha história de vida, que guarda similaridades com o perfil e com as vulnerabilidades às quais estão sujeitos vários dos jovens que participaram desta pesquisa. Contudo, cabe ressaltar que meu envolvimento pessoal e profissional com o grupo de jovens e de profissionais também trouxe desafios e limitações para a pesquisa, posto que minha proximidade pode ter influenciado as interações e respostas durante as entrevistas e observações, potencialmente levando a uma falta de objetividade ou viés nas análises.

Outro fator a destacar se refere à minha familiaridade com suas histórias e situações que, por vezes, pode ter dificultado a manutenção de uma distância crítica necessária para uma análise mais imparcial, quando essa se fazia necessária.

Assim, avalio como fundamental reconhecer que, embora meu envolvimento tenha fornecido percepções valorosas, também oferece complexidades que precisaram ser cuidadosamente consideradas na condução e nas interpretações e análises que realizo durante a pesquisa.

Ter nascido, crescido, aprendido e vivido na condição de um sujeito negro, gordo, pobre e favelado, ter me tornado um homem feito educador, professor, pai-guardião, gerente de organização social, agente político comunitário e pesquisador me faz questionar episódios e aspectos de minha história de vida, de minha infância e de minha juventude que foram significativos e até determinantes para que pudesse me constituir a pessoa que venho me tornando. Além disso, na busca por compreender como foi possível resistir às dores, às solidões vivenciadas, tendo podido ultrapassar algumas, ressignificar outras e conviver com a maioria delas, olho para outras juventudes, cujas vivências se assemelham às minhas, e procuro compreender os mecanismos de (sobre)vivência que são mobilizados, ativados, recuperados ou desenvolvem que tornam possível transcender os obstáculos perversos impostos em suas vidas, tornando possível seguir o curso de suas histórias.

Não sou inteiro, ainda não me sinto assim; creio que jamais alcançarei tal plenitude. Algo de mim e em mim foi roubado, antes mesmo de eu ter nascido, ou de ter nascido minha avó, meu avô ou outros que me antecederam. Alguns deles, escravizados. Herdo uma tensão que me tira a paz e a estima e me impede de fazer sentir capaz, seja do que for, até mesmo de enfrentar, aos quase cinquenta anos, a construção de um trabalho de pesquisa que, em última análise, deveria ser a formalização, elevada à categoria de Ciência, de um percurso de trabalho que leva 41 anos dos meus 49 de vida. Penso que meus sentimentos, apreensões e perspectivas sobre mim mesmo não o sejam tão somente isso e sim, quem sabe, a síntese de uma produção social marcada em meu ser, minha cognição, meu espírito, meus desejos, meu corpo e em todas as minhas dimensões.

Sou também a juventude que pesquiso, esta que nunca foi, na sua totalidade, e que desejaria, mesmo que não saiba, ter sido. Sou aquele que, como tantos, segue errante em busca de si próprio. Não se trata de melancolia, e sim de trazer à tona as inflexões das (im)possibilidades concretas de ter me constituído em função das contingências reais que se interpuseram e seguem no meu caminho.

Ainda que estejam sob os meus (nossos) olhos, passíveis de serem alcançadas, todas as possibilidades de realização se transfiguram como uma força maior que eu (nós), que me (nos) impede de tomá-las nas mãos e torná-las efetivamente minhas (nossas), um próprio com autoria e passível do reconhecimento pessoal e alheio. Já nos primeiros movimentos de reconhecimento do território onde desejava ingressar de corpo, alma, sentimento e razão para a edificação deste estudo, questões periclitantes começaram a brotar em mim, à medida que submergia e começava a tomar contato com os sujeitos que estariam envolvidos nessa trajetória.

Muitas vozes ecoavam em mim, e outras tantas se mantinham caladas, escondidas nos meandros dos olhares, das reflexões, das expressões e impressões (também minhas) e das manifestações das necessidades trazidas pelos/as jovens e pelos trabalhadores/as envolvidos/as no estudo. Todas essas vozes clamavam, e clamam, por audiência, desejosas de que suas verdades (mesmo que relativas) fossem validadas, reconhecidas, percebidas no meio da multidão. Essas juventudes careciam/carecem de dialogar, revelar seus medos, poder exercer seu papel cidadão de estudar, trabalhar, escolher, ter oportunidades, viver numa condição de segurança, demonstrar suas capacidades, pensamentos, tristezas e alegrias. Desejam, querem poder SER, não num incerto futuro ou numa passagem entre uma fase e outra da vida, um interregno entre o ontem e o amanhã, mas, de fato, viver e estar no presente, no “aqui-agora”, vivos, potentes, latentes, pulsantes, em sua inteireza, na condição de estar no hoje, enquanto absoluto, alguém em si, sem precisar gritar para poder garantir o essencial direito de EXISTIR. Paradoxalmente, o clamor de jovens à sociedade adultocêntrica, ao reconhecer as juventudes, precisa permitir a elas ocupar seus espaços, com o apoio necessário para que possam se desenvolver em plenitude e criar redes que favoreçam tanto o seu reconhecimento quanto o seu fortalecimento.

A escrita desta tese se justifica pela importância de compreender as contradições dialéticas do contexto necropolítico vivenciado pelas juventudes e sua teimosia como forma de resistência, uma vez que certas juventudes têm sido afetadas por políticas públicas excludentes, por diversas formas de violência, com destaque à violência policial, ao racismo, ao juvenicídio, à mistanásia, às questões de gênero e sexualidade e tantas outras formas de opressão, que as tem exposto ao agravamento da situação de vulnerabilidade e descartabilidade social.

De outra forma, essas mesmas juventudes resistem a essas condições e, utilizando-se de práticas educativas, sociais, culturais, de organização coletiva e mobilização política, revelam sua força e potencialidades que lhes são próprias, bem como sua condição de ser ou se tornar agentes ativos, dinâmicos e com possibilidades de transformar a si mesmos e à sociedade. A compreensão dos funcionamentos de jovens e grupos juvenis específicos desempenha um papel basilar na formulação de políticas públicas mais justas e inclusivas e que precisam levar em consideração as demandas e potencialidades desses sujeitos e seus coletivos, bem como auxiliar na elaboração de estratégias de intervenção social que promovam sua capacidade de resistência, autoestima geracional, cidadania participativa, protagonismo social e emancipação humana.

Este estudo tem como objetivo aprofundar o conhecimento científico na área de estudos sobre as juventudes e a necropolítica, oferecendo uma análise empírica das contradições enfrentadas por jovens e destacando sua teimosia como forma de resistência. Os resultados obtidos serão um ponto de referência para futuras investigações e para a elaboração de políticas públicas e estratégias de intervenção social que atendam às necessidades, demandas, dinâmicas e potencialidades das juventudes, contribuindo para uma sociedade mais justa, amorosa, sustentável, fraterna e democrática.

O presente estudo se concentra na análise das vivências de jovens negros e de periferia do CJ da Lomba do Pinheiro, em Porto Alegre, que vivem em um contexto marcado pela descartabilidade e pela teimosia. É alicerçado na compreensão de que algumas juventudes brasileiras enfrentam múltiplas formas de violência e exclusão em diversas áreas de suas vidas, como educação, trabalho, saúde e segurança pública.

Além disso, explora as vivências das juventudes relacionadas à mistanásia, juvenicídio, questões de gênero, sexualidade e interseccionalidade presentes em suas realidades. Nesse sentido, busca estabelecer um diálogo com teorias críticas e emancipatórias, como as de Paulo Freire e Karl Marx, enriquecidas pelas experiências de educadores sociais e pelo próprio engajamento do pesquisador.

No contexto desse estudo, procuro compreender como essas juventudes lidam com as contradições do campo e como essas contradições afetam suas subjetividades e oportunidades de existência, desenvolvimento, resistência e transformação. A abordagem adotada é crítica e dialética, baseada na perspectiva

da realidade social concreta, e eu, enquanto pesquisador, desempenho um papel ativo autorizado pela minha longa experiência no campo, que inclui diversas funções, desde usuário até educador e gestor-trabalhador em áreas como o serviço social, direitos humanos e educação. O estudo adota uma abordagem interdisciplinar que combina teoria e prática, refletindo meu percurso formativo e profissional.

Para melhor situar minha trajetória, faz-se necessário salientar que, inicialmente, licenci-me em Ciências Naturais (Biologia). Em seguida, em Matemática. Após, especializei-me em Psicopedagogia e Metodologia do Ensino e, por fim, cursei pós-graduação (*stricto sensu*) em Letras. Sendo assim, meu papel nesta investigação, enquanto pesquisador, será o de conduzir entrevistas, realizar análises de dados e apresentar os resultados de forma clara e objetiva, sempre tendo em vista a importância de evidenciar as vozes das juventudes em geral e, em particular, daqueles jovens por mim entrevistados, além de contribuir para a melhoria de suas condições de vida por meio da construção de recursos dialógicos, técnicos, sociais, institucionais e políticos.

Além do já exposto, debruço-me, no percurso, sobre as questões da vivência das interseccionalidades que se encontram presentes em suas realidades. Nesta direção, inclino esta tese a que estabeleça um diálogo com as teorias críticas e emancipatórias, elaboradas, principalmente, por Paulo Freire e Karl Marx, somadas às experiências de educadores sociais e minhas, enquanto pesquisador que atua no campo.

Para alcançar os intentos deste estudo, a questão de central de pesquisa desta tese é: Como as práticas sociais e educativas podem ser utilizadas enquanto recursos de resistência e reinvenção das juventudes frente às violências da mistanásia, do juvenicídio, das questões de gênero e sexualidade e da necropolítica presente em suas realidades, considerando a relação dialética entre esses elementos?

Quanto aos objetivos, eles são múltiplos e interconectados, posto que ensejam compreender o sujeito em sua historicidade e totalidade. Em primeiro lugar, busco compreender a relação dialética entre a necropolítica e as juventudes, destacando tanto as formas de opressão quanto de resistência e reinvenção, sua teimosia.

Em segundo lugar, pretendo analisar como as práticas sociais e educativas podem funcionar como recursos elementares de apoio para que essas formas de existir das juventudes se consolidem. Em terceiro lugar, explorarei a interseccionalidade presente na experiência das juventudes, considerando o impacto do racismo e de outras formas de preconceito em suas vidas. Também almejo contribuir para a reflexão crítica sobre as possibilidades e limites da educação social e do serviço social como ferramentas de transformação social e emancipação das juventudes.

Entre as questões norteadoras propostas nesta pesquisa, destaco: I) Como as práticas sociais e educativas podem funcionar como recursos de apoio significativo às formas de se posicionar e de existir das juventudes no sentido de que elas surjam, ampliem-se ou se consolidem; II) Como as juventudes se reinventam e resistem diante da mistanásia, do juvenicídio, das questões de gênero, sexualidade, suas interseccionalidades e da necropolítica presentes em suas realidades?

Buscando me guiar pelo proposto como questão de pesquisa, utilizarei o software de análise textual *Iramuteq*, que me permitirá identificar padrões e tendências nas narrativas apresentadas pelas pessoas entrevistadas nesta abordagem, como também nos registros de atendimentos técnicos que são utilizados na execução das ações e políticas do Centro da Juventude.

A seu turno, destaco que esta pesquisa foi submetida à aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da PUC/RS, bem como à aprovação do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), que avaliou a relevância e a qualidade científica da pesquisa. Todo o processo de coleta de dados, análise e divulgação dos resultados foi submetido a uma série de avaliações técnicas e éticas, a fim de garantir a qualidade, a confiabilidade e a respeitabilidade do trabalho realizado.

Isto posto, afirmo que o estudo seguiu, no processo de sua qualificação, todas as normas estabelecidas pelas diretrizes nacionais e internacionais para a realização de pesquisas envolvendo seres humanos. Além disso, a metodologia de pesquisa que adoto foi igualmente avaliada e validada tecnicamente por minha professora orientadora da PUCRS, Dra. Beatriz Gershenson. O uso do software *Iramuteq*, como auxiliar na análise textual de dados, também passou pelo crivo técnico e foi utilizado com critério e rigor. Avulto, ainda, que todo o processo de

pesquisa respeitou os direitos dos(as) participantes, garantindo o anonimato, a confidencialidade e a privacidade das informações fornecidas pelos(as) mesmos(as).

A metodologia deste estudo é de natureza empírica, na qual jovens e educadores (e outros profissionais) do CJ da Lomba do Pinheiro foram entrevistados durante o período de pandemia. As entrevistas foram coletadas e, em seguida, submetidas ao software *Iramuteq*. Após, procedeu-se a Análise de Conteúdo, tendo por fundamentação as contribuições de Laurence Bardin (2015), com o objetivo de identificar as categorias temáticas que permitissem uma análise qualitativa, apoiada pela quantitativa dos dados.

O auxílio do *Iramuteq*, um minerador textual capaz de organizar e criar gráficos e tabelas, serve à análise da pesquisa empírica ou documental porque facilita o exame aprofundado e sistematizado do material em análise. É importante salientar que os dados foram analisados à luz de categorias de análise como: necropolítica, resistência, práticas sociais e educativas, interseccionalidade, racismo, gênero e classe social.

A partir dessa análise, busco compreender como as juventudes negras e periféricas resistem e constroem formas de (sobre)vivência em um contexto que as descarta, ao mesmo tempo em que lhes impõe a necessidade de teimosia, e conceber uma reflexão crítica sobre as condições de vida e as experiências desses jovens, bem como sobre possibilidades de superação das contradições que enfrentam.

Visando atingir os objetivos desta tese, organizo a pesquisa em sete capítulos. No primeiro capítulo, introdutório, realizo a contextualização do tema da pesquisa, apresentando o cenário no qual as juventudes se inserem e os principais desafios enfrentados por esse grupo. Delimito o espaço geográfico e o intervalo temporal do estudo, procurando fornecer uma visão mais precisa do contexto em que a pesquisa é desenvolvida. Outro aspecto que abordo neste capítulo é minha relação com o tema de pesquisa, destacando minhas motivações e experiências no campo. Apresento a justificativa da pesquisa, demonstrando a relevância do estudo e os possíveis impactos que dele podem decorrer. Apresento a questão de pesquisa, os objetivos e as questões norteadoras, desenhando uma estrutura clara para esta investigação.

Ao final do capítulo, descrevo a metodologia adotada para a realização da pesquisa, incluindo os procedimentos utilizados, a abordagem teórico-metodológica e as estratégias de coleta e análise de dados.

No segundo capítulo, exibo a fundamentação teórica sobre as juventudes, abordando sua historicidade e contextualizando as políticas sociais brasileiras direcionadas a esse grupo. Igualmente, nesse capítulo, procuro explorar as práticas educativas e as práticas sociais relacionadas às juventudes, analisando como esses aspectos influenciam sua formação e vivência social.

No terceiro capítulo, prossigo com a fundamentação teórica, abordando a contingência do contexto em que as juventudes estão inseridas, no qual promovo uma discussão de temas como a necropolítica e suas implicações para as juventudes, as interseccionalidades de gênero, sexualidade e racismo, bem como a relação entre a sexualidade e as juventudes. Ambiciono também, nesse capítulo, explorar teorias progressistas e libertadoras da educação, com destaque para a perspectiva crítica e libertadora de Paulo Freire. Além disso, apresento o materialismo histórico e dialético como uma ferramenta de análise para compreender as relações sociais e as transformações da sociedade.

No quarto capítulo, apresento os marcos situacionais do estudo, iniciando com a descrição do CPCA, sua atuação e importância no contexto dessas juventudes. Em seguida, abordo o CJ, programa em funcionamento no CPCA, explorando suas atividades e impacto na vida das juventudes. Apresento as juventudes do CJ da Lomba do Pinheiro, sujeitos da pesquisa, descrevendo suas características e vivências. Também proponho uma discussão do tema "Aqui no (no CJ) a gente pode ser quem é", ressaltando a relevância desse espaço para a expressão da identidade das juventudes periféricas e explorando o problema de pesquisa e as questões norteadoras relacionadas a esse contexto.

No quinto capítulo, realizo a caracterização da pesquisa, descrevendo o tipo de estudo adotado, seus objetivos e a abordagem utilizada. Também detalho as etapas da pesquisa, desde a definição da amostra até a coleta de dados, incluindo as técnicas e fontes de coleta utilizadas, como entrevistas, observação participante, análise documental, entre outras. Abordo a organização e análise dos dados, mencionando o software *Iramuteq*, utilizado para o tratamento dos dados textuais. A, procuro elucidar os aspectos éticos envolvidos na pesquisa, incluindo a proteção da privacidade dos participantes e a obtenção de consentimento informado.

Chegando ao sexto capítulo, demonstro os resultados obtidos a partir da análise dos dados, com o propósito de estabelecer uma discussão das práticas sociais e educativas em diálogo com os recursos de resistência das juventudes, adensando sua capacidade de enfrentar as adversidades e buscar formas de superação. Promovo a discussão entre conceitos como necropolítica e juvenicídio, analisando como a política de morte afeta as juventudes. São exploradas as interseccionalidades e o racismo nas experiências das juventudes, com enfoque sobre a influência dos aspectos de gênero, sexualidade e raça. Nesta fase do trabalho, transcrevo as narrativas coletadas por meio de entrevistas semiestruturadas, dando espaço às vozes dos jovens, trabalhadores e famílias do CJ. Na conclusão do capítulo seis, detalho o processo de tratamento dos dados, que se deu através da técnica de análise de discurso de Laurence Bardin (2015), utilizando, como apoio, o software *Iramuteq*.

O sétimo capítulo destina-se à sintetização dos resultados obtidos, com suas principais contribuições para a compreensão das juventudes e seus desafios, os impactos da pesquisa no campo acadêmico e nas políticas sociais voltadas para as juventudes, bem como as limitações do estudo e as sugestões para futuras pesquisas, indicando possíveis direcionamentos para aprofundar o conhecimento sobre o tema. Ao final, estão apresentadas as referências bibliográficas utilizadas ao longo da tese, seguidas pelos anexos, que incluem materiais complementares relevantes para o entendimento da pesquisa, como questionários, roteiros de entrevistas, entre outros.

Considerando o exposto, a presente tese busca contribuir para o debate sobre as juventudes, suas formas de resistência e suas reinvenções em contextos adversos, tendo como referência a perspectiva histórico-crítica e do materialismo histórico e dialético, além de se apoiar em teorias e práticas que visam a promoção da justiça social e da emancipação humana.

Aspiro que os resultados desta pesquisa venham a adensar os conhecimentos que têm sido produzidos acerca das formas de lutas, enfrentamento e resistência das juventudes, além de contribuir para o fortalecimento de práticas sociais e educativas que apoiem essas estratégias de existência e resistência, para que os jovens, e a sociedade, sejam capazes de converter as políticas de morte em políticas de vida.

Pretendo, ainda, tomar minha parcela de responsabilidade, como agente de transformação política e social e intelectual orgânico, em garantir voz às ditas minorias e contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, igualitária, solidária, efetivamente livre, com justiça social para todos e todas, em especial para este grupo social denominado “juventudes”, que ainda luta por reconhecimento de suas identidades, potencialidades, capacidades, vulnerabilidades e por respeito.

1.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Esta é uma pesquisa empírica e adota o método dialético crítico, que se fundamenta no materialismo histórico e dialético, enfatizando, também, a dimensão histórica dos processos sociais que se pretende investigar na busca por uma compreensão de totalidade.

O método marxiano de pesquisa é aquele que deve dialogar com o real, portanto, não possui definições, regras e fórmulas, ou seja, é o objeto de pesquisa que define os procedimentos do pesquisador a partir de sua estrutura e dinâmica. O método dialoga permanentemente com o real, com a concretude (NETTO, 2009).

“[...] para Marx, o objeto da pesquisa tem existência objetiva; não depende do sujeito, do pesquisador, para existir. O objetivo do pesquisador, indo além da aparência fenomênica, imediata e empírica, é apreender a essência do objeto.” (NETTO, 2009, p. 674).

As categorias centrais do método dialético crítico são a historicidade, a totalidade, a contradição e a mediação, as quais servirão de base para o percurso de análise dos determinantes que incidem sobre o objeto de pesquisa.

O método dialético de investigação não pode se limitar a colecionar fatos ou descrever fenômenos isolados, mas deve buscar as conexões entre eles e a totalidade do processo histórico em que estão inseridos (MÉSZÁROS, 2006, p. 16).

Em relação à categoria totalidade, serão analisados e discutidos os temas referentes ao principal problema de pesquisa, que são as políticas sociais de juventudes, a necropolítica e as juventudes na pandemia, categorias que não serão analisadas de forma separada, mas articuladamente, a partir das conexões que estabelecem entre si, num processo de autocriação permanente.

A Totalidade, mais do que a reunião de todas as partes, significa um todo articulado, conectado, na qual a relação entre as partes altera o sentido de cada parte e do todo. A totalidade concreta não é um todo dado, mas um movimento de autocriação permanente, o que implica a historicização dos fenômenos que a compõem (PRATES, 2012, p. 134).

No entanto, para compreender a realidade, é necessária uma análise do real, a partir de sua contradição, outra categoria central do método dialético crítico. A contradição é uma categoria essencial, reconhecida pela dialética como um princípio básico de movimento pelos quais os seres existem. A dialética não se contrapõe à lógica, mas vai além dela e desbrava um espaço não ocupado pela lógica; ela analisa as conexões íntimas que existem entre as diferentes realidades, que criam unidades contraditórias (NETTO, 2012).

A natureza dessas contradições, seus ritmos, as condições de seus limites, controles e soluções, dependem da estrutura de cada totalidade e, novamente, não fórmulas/formas apriorísticas para determiná-las: também cabe à pesquisa descobri-las. (NETTO, 2009, p. 609).

Enquanto uma categoria, a Mediação é basilar, uma vez que contribui no diálogo entre a totalidade e suas contrações, bem como sua historicidade, ou seja, constitui-se na realidade em movimento, o que permite aprofundar o objeto a ser investigado. Por isso,

[...] o pesquisador precisa encontrar as principais mediações que vinculam o problema específico com que se ocupa com as expressões gerais assumidas pela “questão social” no Brasil contemporâneo e com as várias políticas sociais (privadas ou públicas) que se propõe a enfrentá-las. (NETTO, 2009, p. 695).

A categoria historicidade reconhece o caráter processual dos fenômenos sociais, entendendo que a realidade não é estática e está em pleno curso de desenvolvimento, ultrapassando um mero conjunto de episódios cronológicos. A historicidade reconhece os fatos significativos da história e analisa como estes incidem no momento do real, é o reconhecimento da processualidade que há no movimento dos sujeitos e das sociedades (PRATES, 2012).

Neste estudo, são analisadas as categorias juventudes, políticas sociais de juventudes, questão social (contexto da Pandemia do COVID-19, desigualdades e resistências, (sobre)vivências), necropolítica (mistanásia, juvenicídio,

descartabilidade da vida humana) e práticas educativas e sociais, à luz das categorias do método Marxiano de pesquisa: historicidade, contradição, totalidade e mediação.

Segundo Triviños (1987): “[...] o sistema de categorias surgiu como resultado da unidade do histórico e do lógico, e o movimento do abstrato ao concreto, do exterior ao interior, do fenômeno à essência” (TRIVIÑOS, 1987, p. 36). O autor ainda orienta o pesquisador Marxiano a ter um “procedimento geral”, que auxiliaria a uma pesquisa de maior aporte e se inicia com a “contemplação viva” do fenômeno, através, principalmente, da observação e da análise de documentos (TRIVIÑOS, 2011, p. 73). Após, como segunda etapa do procedimento, tem-se a análise do fenômeno, que compreende as relações sócio-históricas, a elaboração de conceitos, raciocínios e juízos, a definição das amostragens que podem ser representativas das circunstâncias e apontar para a realidade do fenômeno. É nela que são definidos os métodos de tratamentos de dados, elaboração e aplicação de instrumentos. Por fim, o autor disserta sobre a etapa da “realidade concreta do fenômeno”, que consiste no estudo profícuo da realidade, sua descrição, classificação, análise, síntese, inferências, experimentação, verificação de hipóteses e o que mais for necessário para se apreender a dinâmica do real.

A pesquisa de caráter histórico-estrutural, dialético, não ficou só na compressão dos significados que surgiam de determinados pressupostos. Foi além de uma visão relativamente simples, superficial, estética. Buscou as raízes deles, as causas de sua existência, suas relações, num quadro amplo do sujeito como ser social e histórico, tratando de explicar e compreender o desenvolvimento da vida humana e de seus diferentes significados no devir dos diversos meios culturais. (TRIVIÑOS, 2011, p. 130).

O estudo que apresento busca investigar os modos de (sobre)vivências “(re)inventados” pelas juventudes que participam do CJ, frente aos desafios impostos pela sua realidade, agravados pela pandemia da COVID-19, num contexto de necropolítica, a partir do problema de pesquisa: Como as juventudes (sobre)vivem ao processo de descartabilidade de vidas humanas, exposto pela Pandemia da COVID-19, no contexto de necropolítica em curso?

A partir desse questionamento, o objetivo geral deste estudo é desvelar como as juventudes (sobre)vivem ao processo da descartabilidade de vidas humanas, exposto pela Pandemia da COVID-19, no contexto de necropolítica em curso, com

vistas a contribuir na qualificação das práticas educativas com juventudes integrantes do CJ.

O estudo em questão utiliza o método dialético-crítico e configura-se como uma pesquisa qualitativa, onde são empregados procedimentos como análise de documentos referentes ao atendimento dos jovens, aplicação de questionários e entrevistas semiestruturadas. Os nomes reais de todos os entrevistados foram substituídos por pseudônimos de personagens históricos envolvidos em lutas sociais em defesa dos direitos humanos, precedidos da abreviação “E.” para “Entrevistado (a)”, conforme segue: E. Rosa Luxemburgo, E. Audre Lorde, E. Alan Turing, E. Claudia Jones, E. Oliver Moris, E. Rita von Hunty, E. Antônio Gramsci, E. Che Guevara, E. Sylvia Rivera, E. Hegel.

Conforme descrito, na análise que anuncio, utilizo, como instrumento metodológico, a técnica de Análise de Conteúdo de Bardin (2015), com o apoio do *Iramuteq*, um software gratuito e desenvolvido sob a lógica do *open source*, licenciado por GNU, GPL (v2). Este software se ancora no ambiente estatístico do software R e na linguagem. Ele é um programa informático que viabiliza diferentes tipos de análise de dados textuais, desde as mais simples, como a lexicografia básica (cálculo de frequência de palavras), até análises multivariadas (classificação hierárquica descendente, análises de similitude). O programa organiza a distribuição do vocabulário de forma compreensível e visualmente clara, por meio da análise de similitude e nuvem de palavras.

De acordo com os manuais do *Iramuteq* (SALVIATI, 2017), nas análises lexicais clássicas, o programa: identifica e reformata as unidades de texto, transformando Unidades de Contexto Iniciais (UCI) em Unidades de Contexto Elementares (UCE); identifica a quantidade de palavras, frequência média e número de hápax (palavras com frequência um); pesquisa o vocabulário e reduz as palavras com base em suas raízes (lematização); cria dicionário de formas reduzidas; e identifica formas ativas e suplementares. O mesmo manual ainda traz que, na análise de especificidades, é possível: associar diretamente os textos do banco de dados com variáveis descritoras dos seus produtores; analisar a produção textual em função das variáveis de caracterização. Trata-se de uma análise de contrastes, na qual o *corpus* é dividido em função de uma variável escolhida pelo pesquisador.

Na presente pesquisa, opto pela utilização da técnica de Análise de Conteúdo de Laurence Bardin (2015), por sua capacidade de agrupar diversas técnicas de

análise de comunicações, que atuam sobre uma multiplicidade de recursos, com alto grau de rigor analítico e adaptabilidade a um amplo campo de aplicação, permitindo diferentes procedimentos de análise. Dessa forma, o uso de recursos computacionais, como o software *Iramuteq*, é adequado tanto tecnicamente quanto metodologicamente.

Bardin (2015) incentiva a utilização da Análise de Conteúdo em pesquisas, e seus escritos compõem o manual do software *Iramuteq*, que permite assimilar grandes quantidades de dados com rapidez e exatidão e realizar testes estatísticos antes impraticáveis. É importante destacar que o uso do computador não prescinde do trabalho do analista, mas oferece múltiplas possibilidades de análise de dados e recursos que podem ser sistematicamente monitorados e descritos, exigindo rigor em todas as fases do procedimento. Seguindo as recomendações de Bardin (2015), a Análise de Conteúdo foi escolhida como técnica de análise do material coletado nesta pesquisa, auxiliando na identificação de elementos que possam ser reveladores de possíveis respostas ou hipóteses acerca do problema de pesquisa.

Na primeira fase da organização proposta por Bardin (2015), é necessário realizar a pré-análise, que inclui a leitura flutuante das entrevistas, a formulação do objetivo e das hipóteses, a referenciação dos índices e a elaboração de indicadores.

A partir das ideias de Triviños (2011) percebemos fica evidenciado que a histórico-estrutural, dialética e ampla auxilia na compreensão dos significados que surgem de determinados pressupostos. Segundo o autor, essa pesquisa vai além de uma visão superficial e estética, buscando compreender as raízes e as causas da existência desses significados, assim como suas relações no contexto social e histórico em que surgiram.

Assim, a pesquisa histórico-estrutural é fundamental para explicar e compreender o desenvolvimento da vida humana e dos diferentes significados que ela assume em diferentes meios culturais, uma perspectiva que, a meu ver, reforça a ideia de que a compreensão do passado é essencial para o entendimento do presente e para a construção de um futuro mais consciente e crítico.

1.2 NATUREZA DA PESQUISA

A pesquisa é de natureza qualitativa, com elementos da pesquisa quantitativa ou mista, orientada pela abordagem teórico-metodológica do método dialético-

concreto, dimensões que são indissociáveis e complementares, adotadas de maneira simultânea, objetivando a superação da dicotomia entre elas. Nesse sentido, tomo por referência Prates (2012), quando expressa que a pesquisa qualitativa ou mista

Se difere dos estudos classificados como quantitativos e qualitativos, e não só pode, como deve, valer-se de características de ambos, mesmo que enfatize um ou outro, conformando-se como outro tipo de estudo, com particularidades que emanam de ambos. Exatamente por enfatizar a articulação de dados dos dois tipos, são mais coerentes com o método marxiano de investigação, que ressalta essa relação como necessária (PRATES, 2012, p. 8).

Dada a caracterização da pesquisa, ela não negligencia os dados quantitativos que subsidiam as análises da realidade. Segundo Triviños (2011), uma pesquisa baseada na linha teórica do materialismo dialético deve “[...] ter presente, em seu estudo, uma concepção dialética da realidade natural e social e do pensamento, a materialidade dos fenômenos e que estes são possíveis de conhecer” (TRIVIÑOS, 2011, p. 73).

É fundamental reconhecer esta complementaridade existente entre as dimensões quantitativa e qualitativa, uma vez que, no cerne dessa abordagem metodológica, encontra-se o próprio nexos do método dialético-concreto. Essa forma relacional de conceber qualidade e quantidade possibilitará que sejam realizadas leituras e análises, tanto no nível da realidade concreta, quanto de pensamentos que partam de elementos objetivos e quantificáveis, sem prescindir da qualidade.

Opta-se, nesta pesquisa, pela abordagem quanti-qualitativa pois, conforme Creswell (2010):

A pesquisa de métodos mistos é uma abordagem da investigação que combina ou associa as formas qualitativa e quantitativa. Envolve suposições filosóficas, o uso de abordagens qualitativas e quantitativas e a mistura das duas abordagens em um estudo. Por isso, é mais do que uma simples coleta e análise dos dois tipos de dados; envolve também o uso das duas abordagens em conjunto, de modo que a força geral de um estudo seja maior do que a da pesquisa qualitativa ou quantitativa isolada (CRESWELL, 2010, p. 27).

O processo de coleta de dados, através de entrevistas, seguiu alguns passos. Primeiro, o participante e seu responsável foram convidados a participar da pesquisa e, assim que aceitaram, uma reunião foi agendada em horário de acordo com a

conveniência para os envolvidos. Ao iniciar a conversa, através das plataformas online *Zoom* ou *Google Meet*, ou através de mensagens de texto, o pesquisador explicou, ao participante e seu responsável, os objetivos do estudo, sua justificativa e sua metodologia. Também esclareceu os riscos, possíveis desconfortos e demais aspectos relacionados à ética da pesquisa. Todas as dúvidas do participante foram esclarecidas, antes de iniciar a entrevista. Além disso, foi deixado claro que o mesmo poderia entrar em contato com o pesquisador a qualquer momento para solicitar maiores esclarecimentos sobre o texto completo, com todos os aspectos que serão abordados para o processo de consentimento. Para o consentimento dos participantes, acima de 18 anos, solicitou-se a assinatura do Termo de Consentimento Livre Esclarecido (TCLE), para pessoas acima de 18 anos (Apêndice A). Para crianças e adolescentes entre 6 e 18 anos, o responsável assinou que o TCLE (Apêndice C). Além do TCLE assinado pelo responsável, no caso de crianças e adolescentes, também foi solicitada a assinatura do TALE (Apêndice C).

A restituição dos resultados da pesquisa de doutorado será realizada por meio de uma ampla divulgação da tese, incluindo sua publicação, apresentação de dados em conferências científicas e seminários, publicação em anais e revistas, bem como a publicação de artigos nos sites do CJ e do CPCA. Em relação à restituição específica aos jovens participantes da pesquisa, dispus-me, inicialmente, a trabalhar os temas abordados por esta tese em espaços frequentados por eles. Além disso, conduzirei uma apresentação no CPCA, na qual compartilharei os resultados da minha pesquisa, bem como os elementos que compuseram a jornada em direção à construção do estudo. Também organizarei uma reunião especial, uma confraternização, com os jovens, para comemorar a conquista do meu doutorado, posto que me torno representativo do grupo pesquisado, enquanto homem negro, bissexual, periférico e pobre. Tal confraternização responde ao que foi sugerido pelas próprias juventudes que participaram da pesquisa, com as quais mantenho contato.

Com o intuito de compor o *corpus* de análise da pesquisa, a qual empregará abordagem de caráter exploratório, conjugaram-se os recursos analíticos previamente enunciados, que consistem em uma etapa de pesquisa empírica, amparada pela exploração de material documental e bibliográfico. O conjunto de materiais e documentos a analisados é composto, basicamente, por entrevistas realizadas com jovens, educadores ou técnicos que atuam ou atuaram diretamente

com os jovens, bem como documentos relacionados com o desenvolvimento técnico e pedagógico implementado pelo CJ ou pelo CPCA durante o atendimento diário que oferecem aos jovens.

Além da análise do material mencionado, foram utilizados, como apoio e complementação, documentos oficiais, dados estatísticos de jornais, revistas, sites, legislações referentes às temáticas abordadas pelo estudo, livros, monografias, dissertações, teses e periódicos científicos, bem como artigos cujas temáticas correlacionam-se ao tema pesquisado. Por fim, também são material de análise os meus registros de observações feitos durante a pesquisa empírica, bem como minhas memórias de experiências e vivências que construí no campo em diferentes fases de minha trajetória pessoal e profissional.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Esta seção de fundamentação teórica, fundamental para a construção desta tese, na qual apresento os principais conceitos, teorias e estudos que se relacionam com o tema desta pesquisa, bem como as metodologias empregadas na coleta e na análise dos dados, está subdividida em duas partes, de modo a melhor distribuir os capítulos.

Na primeira subseção, abordo temas mais pertinentes às juventudes em si, apresentando sua historicidade, as políticas sociais brasileiras voltadas para essa população e as práticas educativas e sociais relacionadas a esse grupo. Na segunda, exploro as contingências relacionadas a esses grupos, tais como aquelas relativas ao contexto em que esses jovens estão inseridos, abordando temas como a necropolítica, as interseccionalidades de gênero, sexualidade e racismo, as teorias progressistas e libertadoras da educação e o materialismo histórico e dialético, de forma a estabelecer diálogo com as implicações dessas temáticas para as juventudes.

O propósito geral desta seção é realizar uma revisão bibliográfica destinada a aprofundar o conhecimento sobre o objeto de meu estudo, bem como identificar as lacunas e os desafios a serem abordados no decorrer da presente pesquisa. Esforço-me em promover uma discussão com autores, autoras e perspectivas teóricas, na tentativa de encontrar auxílio para alcançar uma compreensão densa e aprofundada do complexo fenômeno que é o universo das juventudes periferizadas e construir um arcabouço conceitual sólido e conveniente para a abordagem do tema.

Os textos utilizados na pesquisa empírica, incluem reflexões, ensaios políticos e filosóficos os quais desempenham específico no estudo, fornecendo uma base conceitual e analítica que é basilar para compreender o objeto de pesquisa, especialmente em situações em que não há disponibilidade de dados empíricos.

O papel dos textos reflexivos, ensaios políticos e filosóficos é o de preencher lacunas no conhecimento, oferecendo perspectivas teóricas e analíticas que contextualizam e enriquecem a pesquisa empírica, ajudam a construir minha compreensão enquanto pesquisador acerca do problema em estudo, me oferecendo uma estrutura conceitual sólida à análise dos dados encontrados.

Outro aspecto relevante quanto a utilização destes tipos de textos se refere ao que eles abordem questões críticas e complexas que não podem ser exploradas apenas com dados empíricos, ampliando assim o escopo da pesquisa.

Penso que a inclusão de reflexões, ensaios políticos e filosóficos nessa seção venham garantir uma abordagem abrangente e fundamentada teoricamente, contribuindo para uma análise mais profunda e contextualizada do objeto de estudo, mesmo quando dados empíricos específicos são limitados ou ausentes.

Finalmente, almejo que a presente fundamentação teórica contribua com desenvolvimento do conhecimento científico relativo às questões que envolvem as juventudes em contextos necropolíticos com pulsões de exclusão e resistência e, sobretudo, para a produção de resultados significativos tanto para os jovens quanto para a sociedade.

2.1 AS JUVENTUDES

2.1.1 As juventudes e sua historicidade

Ao iniciar a análise sobre o tema das juventudes, torna-se relevante abordar suas diferentes concepções, significados e sentidos produzidos ao longo do tempo. No entanto, tal empreitada se apresenta como uma tarefa complexa e possivelmente contraditória, tendo em vista a existência de diversas vertentes epistemológicas e áreas do conhecimento que a discutem e desenvolvem, sem chegar a um consenso. Algumas dessas abordagens afirmam, contudo, que se trata de um fenômeno social que sofre uma determinada construção histórica.

Mesmo com esse limite, é possível encontrar uma certa articulação entre as teorias com as quais tive contato, no sentido de que a juventude é uma construção histórico-cultural, mais presente na modernidade e, por vezes, associada e diferenciada do conceito de adolescência. Se considerarmos este último como um ponto de partida para a construção do conceito de juventude, cabe evocar a perspectiva de Coutinho (2009), que destaca a contribuição de historiadores como Ariès (1986) e Levi e Schmitt (1996):

(...) evidenciam que só na Modernidade, no contexto da escolarização, do advento da ciência e da família nuclear burguesa, é possível o surgimento de demarcações mais específicas das "idades da vida". Em primeiro lugar,

destaca-se a infância, depósito de sonhos e investimentos compatíveis com o individualismo e o projeto científico moderno. A adolescência surge em seguida, como um derivado e um prolongamento da infância moderna, cujo período de permanência sob tutela da família e das escolas tende a se ampliar progressivamente. Paralelamente, o discurso do privatismo e do individualismo veicula a ideia de que cada sujeito deve encontrar o seu lugar e inventar seu próprio destino, de preferência, superando aquilo que foi alcançado pela sua família e sociedade de origem. No paradigma individualista, contradizer a tradição torna-se regra (COUTINHO, 2009, p. 136).

A autora ainda destaca que o sentido de adolescência como encontrado nos dicionários de hoje, só tem início em 1850, quando a concepção de adolescência conquistou alguma expressividade no meio social, em suas diferentes áreas e nuances. Coutinho (2009) destaca ainda que “[...] tratava-se inicialmente de um período curto, vivido privilegiadamente pelos burgueses, a ser rapidamente ultrapassado em direção à idade adulta, ideal social a ser atingido”, e que apenas no século XX, a partir da escolarização prolongada, foi que a adolescência se consolidou. Diz a autora:

Com a escolarização prolongada, com um sistema de ensino diversificado e adaptado a uma maior diversidade de áreas do conhecimento, cresceu o período de dependência dos jovens em relação à família. Paralelamente, com o avanço da industrialização e o crescimento das cidades, alterou-se igualmente o processo de entrada no mercado de trabalho. Os mais pobres ingressavam mais cedo na produção, mas levavam em conta a possibilidade de continuar a formação posteriormente e progredir na carreira com o tempo de experiência. Os mais ricos permaneciam mais tempo em formação e começavam a se especializar em diferentes domínios, em função da demanda de mão de obra cada vez mais adaptada à complexificação socioeconômica. O certo era que, em ambos em casos, estendeu-se o período entre o início da puberdade e o casamento, e os jovens passaram a deixar cada vez mais tarde o domicílio paterno (COUTINHO, 2009, p. 137).

Nesse contexto, embora existam ambivalências, o tema da juventude tem estado no radar da academia e das ciências, sobretudo da Psicologia e da Educação, que nele concentram seu interesse, uma vez que suas intervenções têm, muitas vezes, os jovens por alvo, o que cria a necessidade de contribuições teóricas. Coutinho (2009) observa que, no século XX, houve importantes publicações sobre o tema, como as de Stanley Hall e Sigmund Freud, entre outros, destacando as contribuições da psicanálise e da educação para a consolidação do conceito de adolescência nas décadas de 1970 e 1980, com os acréscimos das ideias de "moratória social" e "adolescência normal".

Ao longo do século XX, o estudo da adolescência e da juventude emergiu como um campo interdisciplinar de pesquisa científica que despertou grande interesse nas áreas de Psicologia, Educação, Sociologia e Antropologia. Essa fase, caracterizada por transições, incertezas e ambiguidades, revela-se também como um período rico em oportunidades e descobertas, representando uma etapa significativa no contínuo processo de desenvolvimento humano.

É importante ressaltar que, apesar da relevância e pertinência dessa construção, ela ainda está fundamentalmente traçada sobre a perspectiva de uma etapa natural de desenvolvimento, que busca uma leitura a partir da norma e se concentra no modo semipatológico. Ao longo do século XX, foram necessários estudos mais aprofundados tanto para o conceito de adolescência quanto de juventude, assim como os conhecemos atualmente, defendidos na perspectiva de reconhecer o sujeito em si, em suas peculiaridades do aqui e agora, assim como nas demais idades da vida.

A partir do exposto, reafirmo a compreensão da juventude, assim como do próprio conceito de adolescência que a precede, classicamente posto como o resultado, ainda que por vezes disforme, de uma condição social, histórica e cultural, moldado no tempo e com variantes assentadas sobre todas as demais condicionantes sociais, econômicas e culturais de um modo específico. No nosso caso, imperam marcas específicas no conceito de adolescência e juventude, fruto da experiência social moderna em uma sociedade ocidental. Nesse sentido, Coutinho (2009) conclui que

(...) a adolescência constitui-se como um trabalho psíquico imposto ao jovem na saída da infância em nossa cultura, imposição esta que decorre não tanto das transformações corporais e fisiológicas advindas da puberdade, mas de uma determinada condição social (...) vale evocar a declaração contundente de Margareth Mead (citada por Huerre, Pagan-Reymond, & Reymond, 1997) que, ao se deparar com os jovens das Ilhas Samoa, constata que lá “não há adolescência”. Diferentemente das sociedades tradicionais, nas quais o ritual de iniciação conduzia o jovem nessa passagem, confrontando-os com aquilo que a comunidade exigia dele para que passasse a ser visto como um “iniciado”, nossa cultura não oferece aos nossos “adolescentes” direções claras que o orientem neste percurso, nem papéis sociais definidos do que seja ser um adulto, daí todo o trabalho subjetivo. Entretanto, considerando a adolescência uma experiência subjetiva peculiar a nossa cultura, não devemos deixar de levar em conta as inúmeras variáveis que podem estar operando e marcando diferenças e especificidades da condição adolescente em determinados contextos locais. Assim, a teorização e a investigação sobre a adolescência é cara a nossa cultura porque expressa determinadas singularidades de uma organização social, mas também é uma tarefa delicada pelo risco de

produzir ideais a serviço da reprodução de determinadas normas sociais hegemônicas, da exclusão da diferença e da neutralização da palavra dos próprios sujeitos adolescentes (COUTINHO, 2009, p. 138).

Dessa forma, tanto fatores externos, como o tempo, a sociedade, a cultura e a economia, quanto as condições subjetivas que afetam os/as jovens, como questões de classe, identidade e acesso aos bens sociais, influenciam o conceito de adolescente e jovem. É comum que essas concepções sejam tratadas de forma generalizada, negligenciando as diferenças que guardam. É importante ressaltar que, embora haja uma sobreposição nos estudos sobre adolescência e juventude, há pontos de similaridade e diferenças específicas entre os dois conceitos.

Nesta pesquisa, que aborda as produções sociais dos sujeitos envolvidos nos CJs, adoto a concepção de juventudes, no plural, entendendo-a, a partir de sua concepção contemporânea, como uma invenção da modernidade em relação direta com o capitalismo. Na América Latina, em especial no Brasil, essa juventude é produzida num contexto violento e necropolítico. Além disso, é fundamental reconhecer a multiplicidade de juventudes, uma vez que elas são produzidas e moldadas por fatores estruturais, sociais e culturais. Jovens que vivem em grandes centros urbanos possuem realidades distintas dos que vivem no campo, em aldeias, em situação de rua, em privação de liberdade, estudantes de escolas públicas ou particulares, moradores de morros, zonas abastadas, periferias, comunidades migrantes ou típicas, heterossexuais, bissexuais, homossexuais, dentre outras tantas multiplicidades.

Destaca-se que a, apesar de conceber a juventude como um conceito em si, ela é atribuída de múltiplos sentidos e significados, inclusive pelo capital, que a utiliza como recurso a ser explorado em suas dimensões potenciais, promovendo sua valorização como um estado de beleza veiculado pela pós-modernidade. Essa valorização pode transformar a juventude em mercadoria e promover o esvaziamento do conceito, tornando, novamente, os jovens objetos do mundo adulto.

As juventudes que vivem em diferentes realidades possuem experiências distintas, o que implica na impossibilidade de que ela seja vista de forma homogênea. Antes, é preciso encará-la como um conceito que abrange uma multiplicidade de experiências e vivências. A diversidade de contextos nos quais os

jovens estão inseridos pode influenciar significativamente suas subjetividades, suas identidades e suas trajetórias de vida.

Essa diversidade de experiências vividas pelos jovens em diferentes contextos pode ser entendida como um reflexo das múltiplas formas pelas quais a sociedade se organiza e dos processos sociais, econômicos e culturais que estão em constante transformação. Assim sendo, neste estudo, estarei atento a esses fatores e considerarei essas múltiplas realidades, para que possa realizar uma abordagem mais precisa e contextualizada do tema que me proponho a explorar.

A necessidade de proteger e garantir os direitos das juventudes é uma luta constante e requer atenção contínua, além do reconhecimento do papel que o capitalismo exerce sobre esse grupo social, que é frequentemente retratado como um mal a ser superado ou como um objeto de beleza a ser consumido, perpetuando assim, preceitos capitalistas, em uma sociedade que prioriza o consumo.

É crucial continuar a lutar pela proteção dos direitos das juventudes e avançar em questões ainda não abordadas, combatendo, ao mesmo tempo, quaisquer retrocessos que possam surgir. Também é fundamental considerar as diferentes realidades das juventudes, em termos de classe, contexto sociocultural e identidade, conforme explicado por Abramo (1994) em sua concepção geral e usual do termo "juventude":

(...) se refere a uma faixa de idade, um período de vida, em que se completa o desenvolvimento físico do indivíduo e ocorre uma série de transformações psicológicas e sociais, quando este abandona a infância para processar sua entrada no mundo adulto. No entanto, a noção de juventude é socialmente variável. A definição do tempo de duração, dos conteúdos e significados sociais desses processos se modificam de sociedade para sociedade e, na mesma sociedade, ao longo do tempo e através de suas divisões internas. Além disso, é somente em algumas formações sociais que a juventude se configura como um período destacado, ou seja, aparece como uma categoria com visibilidade social (ABRAMO, 1994, p. 1).

León e Abramo (2005) acrescentam que a definição da categoria juventude pode ser articulada em função de dois conceitos:

Juvenil e o cotidiano. O juvenil nos remete ao processo psicossocial de construção da identidade e o cotidiano, ao contexto de relações e práticas sociais nas quais o mencionado processo se realiza, com fundamentos em fatores ecológicos, culturais e socioeconômicos. A potência desta ótica reside substancialmente em ampliar a visão sobre o ator, incorporando a variável sociocultural à demográfica, psicológica ou a categorizações

estruturais que correspondem às que tradicionalmente têm-se utilizado para sua definição (LEÓN; ABRAMO, 2005, p. 14).

Os autores seguem descrevendo que “[...] este olhar permite reconhecer a heterogeneidade do juvenil, a partir das diversas realidades cotidianas nas quais se desenvolvem as distintas juventudes” e realçam que,

[...] desta maneira, possibilita, por sua vez, assumir que no período juvenil têm plena vigência todas as necessidades humanas básicas e outras específicas, motivo pelo qual faz-se necessário reconhecer tanto a realidade presente dos jovens como sua condição de sujeitos em preparação para o futuro (LEÓN; ABRAMO, 2005, p. 14).

Esse conjunto de elementos oportuniza

[...] observar a juventude como uma etapa da vida que tem suas próprias oportunidades e limitações, entendendo-a não somente como um período de moratória e preparação para a vida adulta e o desempenho de papéis pré-determinados, tal como define a perspectiva eriksoniana (LEÓN; ABRAMO, 2005, p. 14).

Para uma compreensão abrangente da juventude, cabe concebê-la como essa fase da vida dotado oportunidades e limitações que lhes são inerentes, não se restringindo apenas a um período, um lapso temporal entre a infância e vida adulta que guarda para estes suas funções específicas. Considerando os diversos contextos em que as juventudes estão inseridas, é imprescindível seguir investigando e agregando elementos que se aproximem dos objetivos propostos pela tese, que se concentram na discussão dos processos de construção das identidades juvenis. Entretanto, é possível que ocorra um equívoco conceitual ao tratar adolescência como sinônimo de juventudes ou referir-se ao tema no singular, homogeneização que decorre de um processo de aculturação que tende a ser superado à medida que avançamos nos estudos sobre juventudes. De acordo com Dayrell (2007):

A juventude é uma categoria socialmente construída. Ganha contornos próprios em contextos histórico-sociais distintos, e é marcada pela diversidade nas condições sociais [...], culturais [...], de gênero e até mesmo geográficas, dentre outros aspectos. Além de ser marcada pela diversidade, a juventude é uma categoria dinâmica, transformando-se de acordo com as mutações sociais que vem ocorrendo ao longo da história (DAYRELL, 2007, p. 4).

Dois destaques centrais, levantados por Yamamoto (2004), referem-se ao fato de que algumas juventudes brasileiras se encontram numa situação de absoluta precariedade, e que os chamados problemas sociais precisam ser tomados de maneira global e não desvinculados dos sujeitos ou das famílias, o que compromete a sociedade de classe e sua responsabilidade na produção das desigualdades de toda ordem. Fica evidente, portanto, que, ao discutir a precariedade pelas quais passam as juventudes brasileiras, é necessário abordar, de maneira global, também os problemas sociais dos quais ela decorre, com ampla responsabilização da sociedade de classe na produção das desigualdades de toda ordem.

Entende-se, assim, que o modo de produção capitalista atua como agente central dos processos de acumulação que geram relações de exploração e a subordinação de uma classe à outra, levando à ascensão das desigualdades. É mister reconhecer a significativa importância da dimensão social e estrutural sobre a questão social que envolve as juventudes, para que se possa ter uma melhor compreensão dos problemas enfrentados pelas juventudes e formular políticas públicas voltadas para este grupo.

O modo de produção capitalista é o agente central dos processos de acumulação, que, por sua vez, são os responsáveis por, no processo econômico, gerar as situações de exploração que determinam as relações hierárquicas de força e classe. A ascensão das desigualdades no mundo, derivadas de um processo desumano e desumanizado, provocado pelo processo de acumulação do capital retido sob o domínio de pequena parcela da sociedade, tem gerado importantes repercussões na vida e nas sociabilidades.

No panorama mundial, o reconhecimento do segmento juventude, pelas políticas públicas, começou a se consolidar a partir de 1965, quando a Organização das Nações Unidas (ONU) firmou compromisso com este grupo por meio da Declaração sobre a Promoção, entre a juventude, dos ideais da paz, do respeito mútuo e da compreensão entre os povos. A abordagem da temática passou por um hiato de 20 anos entre 1965 e 1985, quando a ONU instituiu o primeiro “Ano Internacional da Juventude: Participação, Desenvolvimento e Paz”. A partir de 1995, uma década depois, o tema ganha visibilidade novamente, com o Programa Mundial de Ação para a Juventude (PMAJ), aprovado na Assembleia Geral das Nações Unidas, através da Resolução nº 50/1981, a partir do qual estratégias internacionais para o enfrentamento dos desafios da juventude foram estabelecidas.

Apesar da importância que o contexto internacional representa na consolidação das políticas públicas brasileiras, posto que se trata de um país capitalista dependente, que tem a centralidade de sua cultura e ações nos preceitos predominantemente norte-americanos e europeus, dada sua característica colonial, este trabalho se detém na exploração aprofundada da constituição da política e da legislação nacionais. O Brasil é o cenário para uma disputa controversa no que se refere à construção das concepções de infância e juventude, de modo que o conflito é permanente na edificação dessas concepções, com uma polarização intrínseca que teve início entre os séculos XIX e XX: de um lado, há um sentimento de cuidado e preservação pela infância e pela juventude; de outro, os jovens são vistos como sujeitos que precisam ser ensinados e moldados para corresponder às expectativas sociais impostas pela sociedade tradicional.

Os fatores dessa dicotomia se evidenciam quando, a partir desse período, a Educação e a assistência movimentam-se no sentido de considerar a juventude como um período diferenciado e especial e estabelecer estratégias destinadas a conferir direitos humanos gerais e específicos para os jovens. Nesse contexto, imperavam as concepções acerca das infâncias e juventudes pobres, da classe trabalhadora, que culminavam em ações de preconceito, violência, punição e repressão, dados que se podem verificar nos fatos colhidos da história colonial brasileira, por exemplo, quando os jesuítas impunham sua cultura e costumes às infâncias e juventudes dos povos originários, seguidos, no período imperial, pela segregação e a discriminação racial imposta pela criação da “roda dos expostos”, ou “enjeitados”, que ocultava as mortes de crianças provocadas pela exploração de seu trabalho no chão das fábricas.

Nesse período, surgiu um movimento determinante na reconstituição da história da infância e da juventude, encabeçado pela Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, que passa a criticar as ações promovidas pela conhecida “roda dos expostos”⁸, o que provoca uma virada de concepção de um poder, que antes

⁸ A Roda dos Enjeitados, também conhecida como Roda dos Expostos, era um objeto cilíndrico instalado do lado de fora de instituições geridas por irmandades religiosas. Servia para recolher recém-nascidos rejeitados, sobretudo durante os séculos XVIII e XIX. Elas surgem como uma alternativa para solucionar o problema do abandono de bebês pelas ruas das vilas e cidades, mantendo o anonimato de quem os deixava. Nas instituições religiosas, as crianças eram acolhidas e entregues a adoção de famílias ou até ingressavam na vida religiosa, ficando a vida toda nos conventos (SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA, 2023).

pertencia à igreja e a setores públicos e privados, e que passa então a ser de domínio do Estado, que precisou regulamentar e garantir ações para a proteção da infância e da juventude.

Esse processo foi iniciado pelas críticas promovidas pela Faculdade de Medicina e gerou a conjuntura necessária para que fosse criada a pediatria no Brasil. A partir disso, surgiram ações de entidades públicas e filantrópicas que viriam a substituir aquelas anteriores, de caráter caritativo. Essas ações, surgidas no âmbito da saúde, contudo, eram ainda fortemente inspiradas pelos movimentos positivistas e higienistas internacionais.

Os fatos aludidos constituem os primeiros passos na direção do reconhecimento da infância e da juventude como períodos especiais no desenvolvimento humano. A partir dessa percepção, cabe à sociedade produzir os recursos objetivos e subjetivos capazes de garantir que essas fases sejam vividas com plenitude. Entretanto, essa percepção ainda compreendia as juventudes de forma genérica e encontra muitas dificuldades de compreender as reais necessidades envolvidas para cumprir com seu propósito. Segundo Perez e Passone (2010):

Esse cenário proporcionou o impulso à mudança cultural em relação à infância e o início do sistema de proteção social no país. Houve no primeiro caso a incorporação da visão humanista/iluminista europeia em que processualmente se constitui um novo paradigma da infância no mundo (Nascimento, 2001; Pilotti, 1995; Rizzini, 1997, 2000). E, no segundo caso, um desdobramento de tendências mais gerais postas em marcha pela industrialização. Com as profundas transformações econômicas, políticas e culturais que marcaram o ocidente no século XIX, a noção de infância adquire novo sentido social(...) (PEREZ; PASSONE, 2010, p. 654).

O processo até aqui descrito oferece a oportunidade de uma reconceituação sólida acerca da visão antagônica acerca do lugar da infância e da Juventude na sociedade moderna. Trata-se, portanto, de uma visão originada de uma trajetória de avanços e retrocessos relativamente inerentes à própria constituição dos conceitos de juventude e infância, cujos efeitos se refletem na sociedade. Conforme Rizzini (2008), a visão ambivalente que recai sobre crianças e adolescentes, ora vistos como correndo perigo, ora como potencialmente perigosos, é dominante nas sociedades modernas, crescentemente urbanizadas e industrializadas. Segundo a autora:

No Brasil, ao final do século XIX, identifica-se a criança, filha da pobreza - material e moralmente abandonada - como um 'problema social gravíssimo', objeto de uma 'magna causa', a demandar urgente ação. Do referencial jurídico claramente associado ao problema, constrói-se uma categoria específica - a do menor que divide a infância em duas e passa a simbolizar aquela que é pobre e potencialmente perigosa; abandonada ou 'em perigo de o ser; pervertida ou em perigo de o ser...' (RIZZINI, 2008, p. 26).

É importante salientar que os primeiros amparos legais, dentre os quais refiro o Código de Menores de 1927, desenvolver-se-ão acompanhando a divisão apontada por Rizzini (2008), categorizando jovens e crianças em dois grupos: aqueles que precisarão ser protegidos pelo Estado e aqueles de quem a sociedade e o Estado devem se proteger. No mesmo sentido, prossegue a autora:

Em nome de manutenção da paz social e do futuro da nação, diversas instâncias de intervenção serão firmadas, de modo a classificar cada criança colocá-la em seu devido lugar. Será da medicina (do corpo e da alma) o papel de diagnosticar na infância possibilidades de recuperação e formas de tratamento. Caberá à Justiça regulamentar a proteção (da criança e da sociedade). Fazendo prevalecer a educação sobre a punição. À filantropia estava reservada a missão de prestar assistência aos pobres e desvalidos em associação às ações públicas. A composição desses movimentos resultou na organização da Justiça e da Assistência (pública e privada) nas três primeiras décadas de século XX. Com discursos e práticas que nem sempre se harmonizavam entre si, a conexão jurídico assistencial atuará visando um propósito comum: 'salvar a criança' para transformar o Brasil (RIZZINI, 2008, p. 27).

A partir das reflexões de Rizzini (2008), infere-se que o Estado e a sociedade passam a moldar seus mecanismos de controle dos corpos, instituídos a partir de políticas e leis que agem sobre a formação de crianças e adolescentes, no sentido de dirigi-los e moldá-los conforme seu interesse. Essas intervenções podem tanto aguçar as virtudes quanto reprimir os vícios desses jovens, na expressão de um conjunto de valores, a partir dos quais se classificam e selecionam pessoas, que serão encontrados no âmago das teorias pedagógicas do período.

Está dado, nesse sentido, o importante papel da educação como um projeto de Estado muito claro, que deve oferecer diferentes tipos de "formação" para diferentes infâncias e juventudes. Trata-se de um período salvacionista, no qual preservar a nação, assim como moralizá-la, doutriná-la e conformá-la às lógicas oferecidas pelo modo de produção capitalista, através de um projeto educativo que incorporasse esses propósitos, era papel da Educação.

O contexto do país, nessa época, era, portanto, de ambiguidades. Ao mesmo tempo que se buscava proteger crianças e adolescentes, era necessário doutriná-los e contê-los, de modo a prepará-los para servir à sociedade sem causar prejuízos. De um lado, sujeitos iminentemente perigosos para a sociedade, advindos das classes populares, dotados de vícios e maus hábitos. De outro, sujeitos bons por natureza, oriundos das classes mais abastadas.

Rizzini (2008) e Ariès lembram que, no século XIX, a concepção de infância e juventude estabelece contraponto àquela que a antecedeu, que, herdada da cultura cristã europeia, concebia a criança como 'alma cândida', um 'anjinho' ou 'criança-anjo', um ser livre dos pecados do mundo dos humanos. Na concepção científico-racional do século XIX, a 'célula do vício' poderia ser transmitida à criança antes mesmo de nascer. Essa compreensão é de suma importância para compreender os processos de intervenção criados, de lá para cá, com vistas a enquadrar a criança na história e na atualidade, passando por todas as áreas de compreensão do desenvolvimento que lidam com sujeitos nessa fase.

É nessa mesma direção, e sob a influência de tais concepções, que se forma, além das políticas de atenção a essas populações, no âmbito da educação, da saúde, da subsistência, do desenvolvimento e da formação, o marco legal, com suas leis e normas. Embora essas legislações tenham sido determinantes para a constituição das bases fundamentais das mudanças paradigmáticas que incidiram sobre o lugar da infância e da juventude desde o século XIX, é evidente que as alterações do campo jurídico e institucional tiveram maior acento, rapidez, relevância e reconhecimento no século XX.

Diz-se que essa realidade acompanhou as alterações vivenciadas também pelo Estado brasileiro, dentre elas: o advento do Estado Novo, com a perspectiva autoritarista e populista de Getúlio Vargas (1930 a 1945); a ditadura militar e o retrocesso dos precários direitos políticos e civis (1964 a 1985); e o período de redemocratização do estado, a partir de 1985, com ápice na Constituição federal de 1988, que representou importante marco no reconhecimento dos direitos individuais de cidadania inerentes a todo o povo brasileiro.

Na esteira de todas essas mudanças, o Brasil ensaiava particularizar sua compreensão a respeito da infância e a da juventude, o que, somado aos marcos legais e acordos assinados internacionalmente, criou a necessidade de atualizar a legislação destinada a essa parcela da população, o que se materializou com a

proclamação da Constituição Cidadã de 1988 e com a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em 1990. A partir desses documentos, gerou-se um arcabouço de direitos civis, sociais, econômicos e culturais de promoção e proteção que mudaram significativamente o paradigma da infância e da juventude brasileira, movimento que recebeu reconhecimento nacional e internacional em razão da qualidade e da abrangência de seu espectro.

Cabe ainda destacar que, para muitos pesquisadores, atores e especialistas da área da infância e juventude, o Código de Menores de 1927, sancionado pelo Decreto nº 17.943, é o marco legal que deu origem à iniciativa do Estado em operar sobre políticas para a juventude, o que, até então, não ocorria. Esse documento serviu de parâmetro para que fosse criado, em 1941, o Serviço de Assistência ao Menor (SAM) e, mais tarde, em 1964, a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), que passou a ser a responsável pela Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM).

Vimos que a concepção dessas legislações e instituições se guiou pela perspectiva social, estrutural e política que visava, em última análise, exercer o controle social sobre a infância e a juventude, bem como promover o “saneamento social”, alicerçado na perspectiva da garantia positivista da ordem social. Ainda assim, constituiu um passo importante para que o debate e a criação de medidas para um atendimento integral, que reconhecesse os interesses e as necessidades de todas as crianças e adolescentes, tivessem início e, mais tarde, fossem ampliados pela legislação efetivamente emancipatória que viria a ser o ECA de 1990.

A partir de 1989, ano em que o Brasil passou a ser signatário da Convenção da Organização das Nações Unidas (ONU) sobre os Direitos da Criança, a temática da infância e da juventude entrou na pauta ordinária do país, que se comprometeu em tomar as medidas necessárias para concretizar os direitos reconhecidos por tal convenção, compromisso este que foi selado com a criação do ECA. A partir desse estatuto, uma série de leis e normas de atenção à infância e à juventude foram criadas no país, visando o efetivo cumprimento dos direitos fundamentais de crianças, jovens e adolescentes. Para fins analíticos, o Quadro 1, a seguir, sintetiza as principais leis, normas e acordos que tratam do tema a partir da promulgação do ECA:

Quadro 1 - Principais leis, normas e acordos sobre a atenção à infância e à juventude

Lei/ data	Detalhamento	Disposição	Especificações
Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990		Dispõe sobre o ECA e dá outras providências. A norma dispõe sobre a proteção integral à criança e ao adolescente.	Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze anos de idade incompletos, e adolescente, aquela entre doze e dezoito anos de idade. Nos casos expressos em lei, aplica-se excepcionalmente o Estatuto às pessoas entre dezoito e 21 anos de idade. A legislação apontada apresenta referências à juventude, além de relevante contribuição ao acolhimento institucional dos jovens.
Lei nº 8.680, de 13 de julho de 1993,	Institui a Semana Nacional do Jovem e dá outras providências.	A norma estabelece a Semana Nacional do Jovem, a ser comemorada, anualmente, nos últimos sete dias do mês de setembro, dispondo que, durante a Semana Nacional do Jovem, todos os órgãos de comunicação do País reservarão espaço e tempo para publicação e divulgação de matérias alusivas à juventude e sua importância na vida nacional.	Tal legislação apresenta referências à juventude, além de relevante contribuição aos jovens.
Lei nº 10.260, de 12 de julho de 2001		Dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao estudante do Ensino Superior e oferece outras providências.	A norma institui o Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) — de natureza contábil, vinculado ao Ministério da Educação — destinado à concessão de financiamento a estudantes de cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério, de acordo com regulamentação própria.
Lei nº 10.515, de 11 de julho de 2002	Institui o dia 12 de agosto como Dia Nacional da Juventude e, a ser celebrado em		A legislação apontada apresenta referências à juventude, além de atenção aos jovens.

	todo o território brasileiro.		
A Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005	Altera as Leis nº 10.683, de 28 de maio de 2003, e 10.429, de 24 de abril de 2002, e dá outras providências. institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem); cria o Conselho Nacional da Juventude (CNJ) e a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ)	A norma cria o Conselho Nacional de Juventude, com a finalidade de formular e propor diretrizes da ação governamental voltadas à promoção de políticas públicas de juventude, fomentar estudos e pesquisas acerca da realidade socioeconômica juvenil e o intercâmbio entre as organizações juvenis nacionais e internacionais; e a Secretaria Nacional de Juventude, à qual compete, entre outras atribuições, articular todos os programas e projetos destinados, em âmbito federal, aos jovens na faixa etária entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos, ressalvado o disposto na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 do ECA.	A legislação apontada apresenta referências à juventude, além de relevante contribuição aos jovens.
Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008	Instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005; altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004; revoga dispositivos das Leis no 9.608, de 18 de fevereiro de 1998, 10.748, de 22 de outubro de 2003, 10.940, de 27 de agosto de 2004, 11.129, de 30 de junho de 2005, e 11.180, de 23 de setembro de 2005, e dá outras providências.	Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem).	A norma traz especificações quanto ao Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem), destinado a jovens de 15 (quinze) a 29 (vinte e nove) anos, com o objetivo de promover sua reintegração ao processo educacional, sua qualificação profissional e seu desenvolvimento humano, sendo desenvolvido por meio do Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo; do Projovem Urbano; do Projovem Campo - saberes da Terra; e do Projovem Trabalhador. A legislação apontada apresenta referências à juventude, além de relevante contribuição aos jovens, no que concerne à reintegração destes ao processo educacional, às suas qualificações profissionais e ao seu desenvolvimento humano.

Lei nº 11.722, de 23 de junho de 2008		Dispõe sobre a criação do Dia Nacional do Teatro para a Infância e Juventude. A norma institui o Dia Nacional do Teatro para a Infância e Juventude, a ser comemorado, anualmente, no dia 20 de março	A legislação apontada apresenta referências à juventude no que concerne à educação cultural.
Lei nº 11.741, de 16 de julho de 2008	Altera dispositivos da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para redimensionar, institucionalizar e integrar as ações da educação profissional técnica de nível médio, da educação de jovens e adultos e da educação profissional e tecnológica.	A norma visa promover a educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integrando os diferentes níveis e modalidades de educação às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.	A legislação apontada apresenta referências à juventude, além de relevante contribuição aos jovens, no que concerne à educação profissional.
Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011	Altera as Leis nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990, que regula o Programa do Seguro-Desemprego, o Abono Salarial e institui o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT), nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social e institui Plano de Custeio, nº 10.260, de 12 de julho de 2001, que dispõe sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior, e nº 11.129, de 30 de junho de 2005, que institui o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem) e oferece outras providências.	Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec)	
Lei nº 12.852, de 5 de agosto de 2013. No caso específico do SINAJUVE, foi instituído pela Lei 12.852/2013 e		Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE)	O Estatuto da Juventude visa promover e garantir os direitos aos jovens, além de definir as obrigações da família e da sociedade na execução das garantias. Já o Sistema Nacional de Juventude determina as competências da União,

regulamentado pelo Decreto nº 9.306, de 15 de março de 2018, alterado pelo Decreto nº 10.226, de 05 de fevereiro de 2020, sendo o último item a ser publicado, relacionado à juventude, levantado posteriormente no estudo.			Estados, Municípios e do Distrito Federal na implementação da Política Nacional de Juventude. A legislação apontada apresenta referências à juventude, além de relevante contribuição aos jovens.
---	--	--	---

Fonte: Elaborado pelo autor.

Em tempos de destruição das conquistas históricas dos trabalhadores, cujos direitos são, permanentemente, renegados em prol da defesa incondicional do mercado, balizada pelo capital, acentuam-se as desigualdades e, com elas, o aniquilamento dos direitos civis, políticos e sociais (IAMAMOTO, 2004). Paralelo a isso, a análise dos dados preliminares do IBGE, no Censo 2010, indica que, de cada dez brasileiros vivendo na miséria, quatro são meninas e meninos de até 14 anos. Depois das crianças, o segundo grupo etário com maior percentual de pessoas vivendo em famílias pobres são os adolescentes, produzindo uma geração inteira de jovens sem oportunidades de ter seus direitos mínimos garantidos. O quadro 2, a seguir, demonstra, do ponto de vista legal, a escalada ascendente, ainda que lenta e em permanente disputa, que o reconhecimento dos direitos da criança, do adolescente e das juventudes vem traçando ao longo da história.

Quadro 2 - Percurso dos Direitos da Criança e do Adolescente

Ano	OCORRÊNCIA
1891	O Decreto 1.313, promulgado nesse ano, inaugurou a legislação de proteção aos direitos do menor ao determinar a idade mínima de 12 anos para o trabalho. Porém, a iniciativa não foi efetiva, pois menores de todas as idades continuaram a trabalhar.
1924	A Liga das Nações adota a Declaração de Genebra sobre os Direitos da Criança, elaborada por Eglantyne Jebb, fundadora do fundo <i>Save the Children</i> . A Declaração enuncia que todas as pessoas devem às crianças: meios para seu desenvolvimento; ajuda especial em momentos de necessidade; prioridade no socorro e assistência; liberdade econômica e proteção contra exploração; e uma educação que instile consciência e dever social.

1927	<p>No Brasil, a Lei de Assistência e Proteção aos Menores, conhecida como Código de Menores, é consolidada pelo Decreto nº 17.943-A, de 12 de outubro, e representa avanços na proteção das crianças. Determina que a maioria penal aos 18 anos vai vigorar em todo o País, o que prevalece até os dias de hoje.</p> <p>Entrou em vigor o primeiro código de menores, conhecido como “Código Mello Mattos”, que propunha regularizar questões sobre trabalho, abandono, tutela, pátrio poder, delinquência e liberdade vigiada dos menores.</p>
1942	<p>Criado o Serviço de Assistência ao Menor (SAM). Funcionava como um sistema penitenciário para menores.</p>
1946	<p>A Assembleia Geral das Nações Unidas cria o Fundo Internacional de Emergência das Nações Unidas para a Infância - em inglês, <i>United Nations International Children's Emergency Fund</i> (UNICEF) –, para atender, na Europa e na China, às necessidades emergenciais das crianças durante o período pós-guerra.</p>
1948	<p>A Assembleia Geral das Nações Unidas aprova a Declaração Universal dos Direitos Humanos, na qual o Artigo 25 preconiza "cuidados e assistência especiais" e "proteção social" para mães e crianças.</p>
1950	<p>O mandato do UNICEF é estendido, com a finalidade de atender, em projetos de longo prazo, crianças e mulheres nos países em desenvolvimento.</p> <p>No dia 9 de julho, o UNICEF assina seu primeiro programa de cooperação com o Governo do Brasil.</p>
1953	<p>O UNICEF torna-se parte permanente da ONU, sendo rebatizado Fundo das Nações Unidas para a Infância. No entanto, a sigla original, UNICEF, é mantida.</p>
1959	<p>A Assembleia Geral das Nações Unidas adota a Declaração dos Direitos da Criança, que reconhece, entre outros direitos, os direitos das crianças à educação, à brincadeira, a um ambiente favorável e a cuidados de saúde. O Brasil ratificou a Declaração Universal dos Direitos da Criança.</p>
1964	<p>Instituiu-se a Fundação do Bem-Estar do Menor (FUNABEM) em substituição ao SAM. Competia ao órgão formular e implantar a Política Nacional do Bem-Estar do Menor no País. Em 1967, surgiram suas similares estaduais, as FEBEM's.</p>
1966	<p>Com os Pactos Internacionais sobre Direitos Cívicos e Políticos e sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, os Estados Membros das Nações Unidas prometem manter direitos iguais – incluindo educação e proteção – para todas as crianças.</p>
1968	<p>A Conferência Internacional sobre Direitos Humanos é convocada para avaliar o progresso feito pelos países nos 20 anos desde a adoção da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Uma agenda para trabalhos futuros é elaborada, e os compromissos nacionais de defesa dos direitos humanos são reforçados.</p>
1973	<p>A Organização Internacional do Trabalho adota a Convenção 138, que define 18 como a idade mínima para realizar trabalhos que possam ser perigosos para a saúde, a segurança ou a moral de uma pessoa.</p>
1974	<p>Preocupada com a vulnerabilidade de mulheres e crianças em emergências e conflito, a Assembleia Geral insta os Estados Membros a observar a Declaração sobre a Proteção de Mulheres e Crianças em Emergências e Conflitos Armados. A Declaração proíbe ataques ou aprisionamento de mulheres, civis e crianças e defende a inviolabilidade dos direitos de mulheres e crianças durante conflitos armados.</p>
1978	<p>A Comissão de Direitos Humanos desenvolve um rascunho de uma Convenção sobre os Direitos da Criança (CDC) para consideração por um grupo de trabalho dos Estados Membros, agências e organizações intergovernamentais e não governamentais.</p>

1979	<p>Para marcar o vigésimo aniversário da Declaração dos Direitos da Criança, de 1959, a Assembleia Geral das Nações Unidas declara 1979 como o Ano Internacional da Criança, no qual o UNICEF tem um papel de liderança.</p> <p>No Brasil, em 10 de outubro, é promulgado um novo Código de Menores. Ele traz a doutrina da proteção integral presente na concepção futura do Estatuto da Criança e do Adolescente. Ocorreu a criação do novo Código de Menores, que era basicamente uma revisão do texto de 1927, com o mesmo caráter repressivo.</p>
1985	<p>As Regras Mínimas das Nações Unidas para a Administração da Justiça Juvenil detalham os princípios de um sistema de justiça que promove os melhores interesses da criança, incluindo educação e serviços sociais e tratamento proporcional para crianças detidas.</p>
1986	<p>No auge do processo de redemocratização do Brasil, o UNICEF e parceiros lançam a campanha Criança Constituinte, que apela para que brasileiros votem em candidatos comprometidos com as causas da infância no País.</p>
1988	<p>O Brasil inclui, em sua Constituição, o artigo 227, específico sobre os direitos das crianças, segundo o qual: “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”. A nova Constituição brasileira é promulgada no dia 5 de outubro.</p>
1989	<p>Em um momento de grande otimismo global no contexto do final da guerra fria, a CDC é adotada pela Assembleia Geral das Nações Unidas, no dia 20 de novembro, e amplamente aclamada como uma conquista histórica dos direitos humanos, reconhecendo os papéis das crianças como atores sociais, econômicos, políticos, civis e culturais. A Convenção garante e estabelece padrões mínimos para proteger os direitos das crianças em todas as capacidades. O UNICEF, que ajudou a redigir a Convenção, é mencionado no documento como uma fonte de conhecimento e maestria.</p>
1990	<p>Em 13 de julho, o Brasil aprova o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que entra em vigor no dia 12 de outubro. Em 24 de setembro, o Brasil ratifica a CDC. A Cúpula Mundial pela Infância é realizada em Nova Iorque, nos dias 29 e 30 de setembro, reunindo os chefes de Estado e de governo de 71 nações, incluindo o presidente da República do Brasil, e representantes de outros 86 países. Foi a maior reunião internacional de chefes de Estado até aquele momento – dedicada a crianças – e, pela primeira vez, houve um acordo sobre metas concretas para os anos 2000. As Diretrizes para a Prevenção da Delinquência Juvenil descrevem estratégias para prevenir a criminalidade e proteger os jovens com alto risco social. O Brasil ratificou a CDC e inseriu, em seu ordenamento jurídico, o ECA, que buscava garantir o pleno desenvolvimento dos menores, seguindo os princípios da convenção.</p>
1992	<p>Em 20 de maio, o presidente da República do Brasil e governadores de 24 Estados e do Distrito Federal participam da I Reunião de Cúpula de Governadores pela Criança, organizada pelo UNICEF e parceiros, quando assinam o Pacto pela Infância.</p>
1993	<p>Em 7 de julho, a II Reunião de Cúpula de Governadores pela Criança é realizada com a presença do presidente da República e governadores de 23 Estados e do Distrito Federal, além do ministro da Justiça, do procurador-geral da República, do presidente da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, entre outros. As autoridades presentes reafirmam seu compromisso com a prioridade à infância, estabelecendo metas que devem ser atingidas até o final de seus mandatos, no plano batizado de 500 dias de ação pela criança no Brasil.</p>
1994	<p>No dia 6 de dezembro, com seus mandatos chegando ao final, governadores de Estado e do Distrito Federal, junto ao presidente da República do Brasil, participam, no Congresso Nacional, da reunião dos 500 dias do Pacto pela Infância. Também participa do evento o presidente da República eleito, em sua primeira solenidade pública depois das eleições, prometendo manter o compromisso com o Pacto pela Infância e as crianças brasileiras.</p>

1999	A Organização Internacional do Trabalho (OIT) adota a Convenção sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil, exigindo a proibição imediata e a eliminação de qualquer forma de trabalho que possa prejudicar a saúde, a segurança ou a moral das crianças. O UNICEF trabalha com a OIT, desde 1996, para promover a ratificação das normas e políticas internacionais de trabalho relacionadas ao trabalho infantil.
2000	A Assembleia Geral das Nações Unidas adota dois Protocolos Facultativos à CDC de 1989, obrigando os Estados Partes a tomar as principais ações para impedir que as crianças participem de hostilidades durante conflitos armados e para eliminar a venda, a exploração sexual e o abuso sexual de crianças e adolescentes.
2002	Na Sessão Especial das Nações Unidas sobre as Crianças, meninas e meninos delegados dirigem-se à Assembleia Geral pela primeira vez. A agenda “Um mundo para as crianças” foi adotada descrevendo metas específicas para melhorar as perspectivas das crianças durante a década seguinte.
2004	Em 27 de janeiro, o Brasil ratifica o Protocolo Facultativo à CDC sobre a Venda de Crianças, a Prostituição Infantil e a Pornografia Infantil e o Protocolo Facultativo à CDC sobre o Envolvimento de Crianças em Conflitos Armados.
2006	O UNICEF publica, com o Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crime, o Manual de Medição de Indicadores de Justiça Juvenil. O Manual permite que os governos avaliem a condição de seus sistemas de justiça juvenil e façam reformas conforme necessário.
2009	Houve alterações no texto do ECA, com a modificação de termos como “pátrio poder” para “poder familiar”, etc., com o objetivo de aperfeiçoar a sistemática prevista no código e, assim, garantir o direito do menor à convivência familiar.
2011	É adotado um novo protocolo opcional da CDC de 1989. Sob esse Protocolo Facultativo, que trata de um procedimento de comunicação, o Comitê dos Direitos da Criança pode receber queixas de violações dos direitos da criança e realizar investigações.
2013	No dia 05 de agosto, é instituído o Estatuto da Juventude, que dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE.
2015	A Somália e o Sudão do Sul ratificam a Convenção. A Convenção é o instrumento internacional mais amplamente aceito na história, ratificado por 196 Estados. Somente os Estados Unidos ainda não ratificaram a CDC.
2017	Em 29 de setembro, o Brasil ratifica o Protocolo Facultativo à CDC sobre um Procedimento de Comunicações.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Leite (2015).

Avançando, no intento de melhor compreender e decifrar a realidade atual do povo brasileiro, destaca-se que, segundo o relatório do IBGE supracitado, no Brasil, mais de 80% da população mora em áreas urbanas, que apresentam cenários preocupantes em relação às disparidades sociais, com impactos no dia a dia dos jovens residentes das comunidades periféricas, cujos direitos fundamentais são constantemente violados. Essa violação se dá, por exemplo, através da entrada precoce no mundo do trabalho, da precariedade ou inexistência dos serviços de infraestrutura e saneamento, das condições de moradia, muitas vezes, insalubres, e

dos homicídios de jovens periféricos que crescem em nível alarmante. Os dados do Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), iniciativa do Ministério da Saúde, presentes no mesmo relatório, indicam que 19,1% dos jovens com idade entre 12 e 17 anos, morreram vítimas de homicídio em 2009. Isso significa que, quando foi realizado o levantamento, em média 11 adolescentes morriam dessa maneira diariamente no Brasil.

O Atlas da Violência destaca que o impacto das armas de fogo é igualmente elevado no país, pois os homicídios por elas causados giram em torno de 71,6% (CERQUEIRA; BUENO, 2019). O relatório anterior avultava que a quantidade de vítimas por arma de fogo havia crescido 592,8%, entre 1980 e 2014, e que, em 1980, haviam sido registradas 8.710 mortes, das quais 6.104 correspondiam a homicídios. As demais haviam sido registradas como suicídios ou acidentes. Já em 2014, houve 967.851 mortes por armas de fogo, das quais 830.420 constituíam homicídios. Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP)⁹ revelam que o Brasil teria 6.379 homicídios a menos entre 2019 e 2021, não fosse a política de flexibilização de armas de fogo adotada pelo governo Bolsonaro.

Em meio aos afetados pelo crescente número de homicídios no país, os jovens representam 53,7% das vítimas totais, o que totaliza 33.590 óbitos. Dentre esses falecidos, a maioria são homens (94,6%). Do relatório, é possível depreender que os jovens entre 15 e 29 anos correspondem à maior parcela da população afetada pelos assassinatos violentos. Entre 2006 e 2016, houve um aumento de 23,3% nos assassinatos de jovens, sendo que o homicídio é a causa de morte de 49,1% daqueles entre 15 e 19 anos e de 46% daqueles entre 20 e 24 anos.

Dentre os dados relativos à violência, cabe destacar o último relatório do IPEA, no Atlas da Violência, que retrata, mais uma vez, que umas das expressões das desigualdades brasileiras se revela na violência letal sobre o recorte negro e jovem da população:

Uma das principais expressões das desigualdades raciais existentes no Brasil, é a forte concentração dos índices de violência letal na população negra. Enquanto os jovens negros figuram como as principais vítimas de homicídios do país, e as taxas de mortes de negros apresentam forte crescimento ao longo dos anos, entre os brancos os índices de mortalidade

⁹ https://forumseguranca.org.br/publicacoes_posts/armas-de-fogo-e-homicidios-no-brasil/

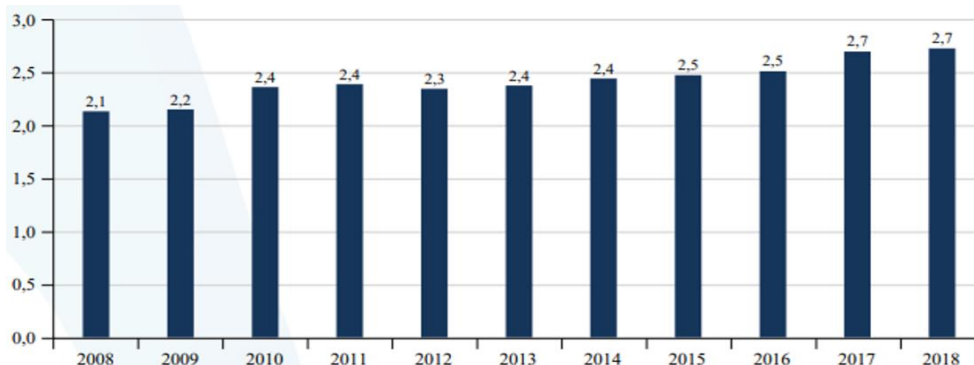
são muito menores, quando comparados aos primeiros e, em muitos casos, apresentam redução (CERQUEIRA; BUENO, 2019).

Segundo dados do Atlas da Violência de 2020, a taxa de homicídio de negros (pardos e pretos) teve um crescimento de 11,5% entre os anos de 2008 e 2018. O mesmo relatório apresenta um decréscimo na ordem de 12%, deste crime, contra não negros (segundo o IBGE: brancos, amarelos e indígenas) no mesmo período. Os dados revelam que a soma dos negros assassinados no Brasil, no período do levantamento, é de 75,9% dos brasileiros homens mortos por homicídio, ou seja, enquanto a proporção entre os assassinatos é de 2,7 negros para cada indivíduo não negro.

Ainda de acordo com dados do Atlas da Violência 2019, produzido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA e pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, a taxa de homicídios de jovens negros no Brasil era maior do que a de jovens brancos. Em 2017, a taxa de homicídios de jovens negros (entre 15 e 29 anos) era de 69,9 por 100 mil habitantes, enquanto a taxa para jovens brancos na mesma faixa etária era de 20,7 por 100 mil habitantes (CERQUEIRA; BUENO, 2019).

Gráfico 1 - Taxa de Homicídios

Chance de uma pessoa negra sofrer homicídios vis-à-vis uma pessoa não negra – Brasil (2008 – 2018)



Fonte: Os dados de homicídios foram provenientes do SIMMS. Elaboração: Diest/lpea e FBSP. Obs.: 1.0 número de negros foi obtido somando-se pardos e pretos, enquanto o de não negros se deu pela soma dos brancos, amarelos e indígenas; os ignorados não entraram nas contas 2. Os indicadores tratam exclusivamente da razão entre taxa de homicídios entre negros e não negros.

Esse conjunto de dados mostram uma situação alarmante de violência letal no Brasil, com um foco significativo na população jovem e negra, tais números evidenciam um quadro complexo de questões críticas tais como o alto impacto de homicídios sobre as juventudes os quais são causados por armas de fogo representam uma parcela significativa das mortes violentas no Brasil, alcançando 71,6% o que indica a urgência de abordagens relacionadas ao controle de armas e políticas de segurança pública mais eficazes. Considerando que aumento nas mortes por armas de fogo nos últimos anos é um sinal preocupante da escalada da violência e exige uma análise mais profunda das causas subjacentes, além das evidentes como a própria flexibilização de armas no Brasil ocorrida no Brasil até 2022.

Outro ponto sensível demonstrados pelos dados é o impacto desproporcional de mortes por homicídios nas Juventudes, que representam 53,7% das vítimas totais de homicídios no Brasil o que é algo alarmante e chocante e revela que esse grupo social está particularmente em risco, e essa tendência deve ser enfrentada com políticas específicas de prevenção da violência direcionada à juventude.

Os dados ainda destacam de forma inequívoca que as desigualdades raciais estão profundamente entrelaçadas com a violência letal uma vez que é evidenciado que jovens negros são as principais vítimas, com taxas de homicídios em crescimento, enquanto as taxas de mortes de brancos têm redução; uma

disparidade que enfatiza a necessidade de abordar a problemática sob o prisma das questões de racismo estrutural que são relevantes nessa realidade.

Está demonstrado pelos dados a estreita ligação das desigualdades, principalmente social, na mortalidade por homicídios o que revela a complexidade das questões sociais e econômicas brasileira que deixa claro que a violência letal está intrinsecamente ligada a fatores socioeconômicos, raciais e de idade.

A partir do recentemente exposto fica evidente a necessidade da compreensão das profundas implicações das desigualdades sociais, econômicas e raciais na vida dos jovens no Brasil o que sugere uma abordagem holística e diversa ao conceito de juventudes, levando em consideração não apenas as condições sociais específicas, mas também as mudanças históricas e culturais que moldam a experiência desses sujeitos. A análise dos dados alarmantes de homicídios pode ser vista como uma consequência das condições sociais desfavoráveis como o desemprego estrutural, a violência doméstica e a discriminação de gênero e etnia.

Cabe assim destacar a importância de não apenas considerar os desafios enfrentados pelas juventudes, mas também de buscar soluções que abordem as causas subjacentes a esses problemas, incluindo o combate ao racismo estrutural, a promoção de oportunidades econômicas e a formulação de políticas públicas medidas de segurança e assistência social, surgindo aí, a necessidade de encontrar ferramentas necessárias e suficientes para lidar com as repercussões deste quadro, descrevendo assim uma das principais funções dos profissionais da área.

É possível identificar que, no esforço de enfrentar um conjunto de condições desfavoráveis, “[...] vinculadas ao desemprego estrutural, trabalho infantil, violência doméstica, discriminação de gênero e etnia, entre outros”, é que se situa a intervenção dos assistentes sociais (YAZBEK; REICHELIS; MARTINELLI apud MORAES, 2013, p. 250). Logo, pode-se dizer que esses diferentes espaços do agir profissional somente se materializam e “[...] transformam em alternativas profissionais, quando apropriadas pela categoria profissional e traduzidas em propostas por ela constituídas na esfera da pesquisa, da formação e da prática do Serviço Social” (IAMAMOTO, 2012, p. 108). Além dos aspectos destacados, é fundamental o aprofundamento na construção da categoria de juventudes, enquanto etapa de vida, mas também enquanto constructo social em permanente desenvolvimento a partir dos marcos do capitalismo atual.

Doutor (2016) aponta para a necessidade de que as leituras acerca da juventude sejam feitas a partir de um olhar plural e diverso, no qual sejam contempladas as diferentes formas de ser e as expressões desses segmentos. Abramo e León (2005) afirmam que, em seus diferentes tratamentos, a categoria juventude foi concebida como uma construção social, histórica, cultural e relacional, para designar, com isso, a dinamicidade e permanente evolução/involução do mesmo conceito. Eles destacam, ainda, que é preciso levar em consideração que a conceitualização da juventude passa, necessariamente, por seu enquadramento histórico, na medida em que esta categoria é uma construção histórica, que responde a condições sociais específicas, que se deram com as mudanças sociais que produziram a emergência do capitalismo, o qual outorgou o denominado espaço simbólico que tornou possível o surgimento das chamadas juventudes.

Contudo, debater a temática da juventude, no atual cenário em que se vive, requer que nos preocupemos em tomar a noção de juventude como sendo algo em si, ou seja, que existe no aqui e no agora, de forma atemporal, e que, por outro lado, é parte de uma construção cultural absolutamente diversa e que leva em consideração uma série de contingências deste processo, servindo aos limites da convivência e dos interesses das sociedades em que a juventude vem ganhando seus contornos.

Destaco que conjecturar acerca das juventude envolve, como ponto de partida, pensar no sujeito humano, dotado de múltiplas capacidades, habilidades, limites, sonhos, desejos, todos disponíveis a ele para que exerça sua função de ator social na história, construindo e desempenhando tanto os papéis que ele determina para si quanto aqueles que lhes são gerados pela engenharia da convivência e da sobrevivência social. Diante disso, ao discutir sobre este assunto, é necessário pensar pelo prisma da diversidade, tendo presente suas interfaces com temas como gênero, raça, classe social, condição, orientação, moradia, pertencimento, religião, ação social entre outros.

Entretanto, é necessário avançar na reflexão, uma vez que, para além de serem as juventudes uma realidade do aqui e agora, são também, e ao mesmo tempo, uma derivação histórica. Portanto, é fundamental, ao buscar uma compreensão mais ampla sobre o tema em pauta, levar em consideração os contextos da história em cada passo dado na direção da construção conceitual.

Um autor que trata sobre a construção do conceito de juventude é Bourdieu (1983), para o qual, ao abordar a noção “juventude”, a partir da expressão em si, considera tratar-se tão somente de uma palavra, uma vez que as divisões entre as idades seriam arbitrárias. Ele escreve: “[...] somos sempre o jovem ou o velho de alguém” (BORDIEU, 1983, p. 113). Para o autor, as divisões em classes de idade ou de gerações teriam uma variação interna e seriam objetos de manipulação. Desta maneira, a juventude e a velhice estariam no rol das construções sociais relativas às lutas entre os jovens e os velhos. O que se depreende nestas ideias é que, para ele, a juventude só pode ser compreendida a partir do critério etário, e que seu sentido não pode ser tomado isoladamente, uma vez que só poderia ser apreendido na contraposição com outra idade.

A categoria “juventudes” vem se revelando nas várias esferas da vida social, desde a mídia, as pautas governamentais, as políticas públicas e nas esferas do cotidiano (moda, sexualidade, música, comportamento e outros). Perondi e Stephanou (2015) analisam esta evidência, a partir de um conjunto de motivos que colocam os indivíduos jovens na pauta da contemporaneidade, a partir da questão demográfica, ou seja, do aumento da população de indivíduos jovens desde a realização do primeiro Censo demográfico Brasileiro em 1872. Os autores inferem que é impossível pensar na condição juvenil, sem antes relacioná-la ao mundo digital, a necessidade de conhecer e de aprofundar sobre a “cultura juvenil” e os desafios educacionais impostos por esta revolução digital, vivenciada desde as primeiras décadas do século XXI.

Outro elemento, igualmente importante, refere-se à categoria violência e de como ela ainda é relacionada às juventudes, normalmente identificadas como protagonistas da violência, principalmente as mais vulnerabilizadas, apesar de ser possível constatar, facilmente, que os jovens são, pelo contrário, as maiores vítimas de tal fenômeno, cujos contornos são institucionais, simbólicos, culturais e, sobretudo, estruturais, o que leva à necessidade de aprofundamento de outras categorias, tais como o neoliberalismo e a pobreza. Yazbek (2009) e Silva; Gomes, Brito (2021) dissertam sobre a categoria pobreza, ressaltando que esta não é apenas sinônimo de privações materiais e insuficiência de renda, mas que está ligada, também, aos valores culturais de uma condição de classe determinada e à fragilidade do acesso a serviços, direitos, oportunidades, informações e participação sociopolítica das juventudes inseridas em relações sociais desiguais. A pobreza,

portanto, compreendida como determinante de um aprofundamento das desigualdades sociais já existentes, funciona, assim, como justificativa para a criminalização desses sujeitos pelas instituições estatais – especialmente através dos aparatos policiais.

Se a consciência é um produto social, pensar nas juventudes como coletivos e no processo contraditório de alienação e de emancipação que estes sujeitos vivenciam é fundamental para entender a mediação das políticas públicas em espaços coletivos. Os CJ's são iniciativas provenientes de uma articulação entre o Estado, organizações da sociedade civil e bancos internacionais. Este tripé suscita uma miríade de questionamentos, dentro do escopo capitalista e de suas contradições. Não questiona, contudo, o sistema que produz a pobreza, mas intervém nas áreas de maior vulnerabilidade e no maior índice de mortalidade, numa perspectiva de solucionar as situações das juventudes mais vulnerabilizadas, a partir da intervenção direta em seus territórios. De forma contraditória, é necessária uma política pública que dialogue com as juventudes e lhes garanta direitos, dando visibilidade às mazelas geradas pelo capital.

2.1.2 Políticas sociais brasileiras de juventude

Antes de refletir acerca das políticas para as juventudes no Brasil, é necessário fazer o mesmo exercício em relação às políticas sociais brasileiras no geral, uma vez que a compreensão sobre esse assunto decorre da compreensão do atual momento do capitalismo brasileiro, identificado, nas palavras de Pereira (2012, p. 730), como “neodesenvolvimentista”. É possível depreender, já de início, que qualquer análise que venha a ser feita deve considerar como aspecto central o fato de que as políticas de Estado são orientadas pelo interesse das classes burguesas, aquelas que ditam a ordem do mercado. Segundo Pereira (2012):

Refletir sobre a política social da atual fase do capitalismo brasileiro, caracterizada como “neodesenvolvimentista” e responsável pela inserção do país no circuito das “potências emergentes” as famosas BRICS (acrônimo formado pelas primeiras letras dos quatro países fundadores do bloco das atuais nações ditas emergentes: Brasil, Rússia, Índia, China. Recentemente a sigla ganhou um S, referente à África do Sul, que mais tarde foi incluída nesse bloco.) implica considerar as tendências mundiais dessa política que, como nunca, encontra-se pressionada por poderosos interesses de classes. Vale dizer, que tal política encontra-se sob o fogo cruzado de interesses que dos tempos presentes, reproduzem mais intensamente a disputa desigual

entre capital e trabalho por ganhos particulares. Está certo que a política social brasileira tem peculiaridades que devem. (PEREIRA, 2012, p. 730).

[...] mudanças primeiro mundistas sempre tiveram repercussões, malgrado aqui não se ter vivenciado anos gloriosos do ponto de vista econômico e social. Mas, como diz Sader (2010), a história mostra que, desde 1930, o país sofreu grandes transformações que mudaram de forma marcante a sua fisionomia econômica, política, social e cultural. (PEREIRA, 2012, p. 729).

De outro lado, o autor destaca que tais mudanças aconteceram conjugando rupturas e continuidades, o que ensejou manter elementos e valores conservadores associados às demandas modernas do capital internacional. É bastante evidente, pelo que expõe o autor, que as mudanças não ocorrem de maneira isolada, mas como parte de uma lógica mundial que segue os ditames capitalistas, ancoradas na ideologia liberal, podem ser percebidas tanto na orientação quanto nos fundamentos da política social do Brasil. Nesse sentido, diz Pereira (2012):

[...] por se tratar, esse credo, de um ideário abrangente, que ultrapassa fronteiras na sua missão bem-sucedida de privilegiar o mercado como o agente principal do bem-estar dos indivíduos, ele não poderia deixar de exercer influência no Brasil (PEREIRA, 2012, p. 730).

No chamado Primeiro Mundo, o triunfo ideológico do neoliberalismo sobre a política social do segundo pós-guerra, que vigorou entre 1945 a 1975, redundou no desmonte dos três pilares social-democratas que sustentaram, durante os denominados “trinta anos gloriosos”, essa política, a saber: o pleno emprego (se bem que masculino); a universalização de direitos sociais; e o estabelecimento de um piso socioeconômico, acima da miséria, abaixo do qual ninguém deveria viver. Desde então, sob o signo de uma nova ética capitalista de regulação social, que condena a proteção pública como direito devido pelo Estado, as políticas sociais enredaram-se na engrenagem da competitividade capitalista mundial, que têm como linha mestra as regras antissociais do mercado. (PEREIRA, 2012, p. 730).

Já Wellen (2021) parte da compreensão de que as diferentes funcionalidades das políticas sociais dirigem sua própria determinação hegemônica, que é alterada pelas lutas sociais, pelos interesses governamentais e pelos limites estruturais que compreendem as relações entre o Estado e o mercado no modo de produção capitalista. A perspectiva do autor destaca a estreita relação que as políticas sociais possuem com as mediações existentes entre o Estado, a sociedade civil e o mercado. Ou seja, ainda que as políticas sociais devam existir para promover o bem-estar da população em geral, ela depende, intrinsecamente, de outras relações que

estão no âmbito do Estado e dos interesses de classe que constituem o modo de produção capitalista. Wellen (2021) ressalta

a inexistência de um sentido unívoco para as políticas sociais, sendo a sua determinação hegemônica alterada pelas alterações entre as lutas sociais e os interesses hegemônicos presentes nos governos. Contudo, é importante ressaltar que, mesmo aportando especificidades importantes, essa contradição envolve diretamente o Estado capitalista e não se separa nem da questão social nem das políticas sociais. As políticas sociais operam, dentro da sociedade capitalista, como uma mediação estatal dentro da relação entre capital e trabalho. (WELLEN, 2021, p. 3).

A partir desta ideia, é possível compreender que existem particularidades inseridas em uma dinâmica na qual se regulam pelo aspecto econômico e, ao mesmo tempo, demonstram realidades da estrutura de classe que podem acabar por ocultar aspectos que são reveladores da exploração econômica, pois encerram tanto as relações das políticas sociais com a reprodução da força de trabalho, quando surgem como alternativa para redução de custos com manutenção de mão de obra, quanto com a redução de salários, o aumento dos lucros empresariais e o incentivo promovido pelas taxas de lucros aos empresários. Wellen (2021) ajuda a refletir que, nas relações de mercado, a forma de trabalho pode se manifestar pelo salário que contempla seu valor de troca e se guia pela equivalência e pela troca de valores. O autor ainda realça que a diminuição do poder de compra dos trabalhadores não é de interesse do capital, expressando, assim, uma face disforme, uma contradição do que ocorre na prática em relação à redução de salários e à taxa aplicada sobre o mesmo. Wellen (2021) acrescenta ainda que:

Para apreender a necessidade da produção e da apropriação de valor, além da centralidade das mercadorias como reguladores sociais, destaca-se a presença indispensável de uma mercadoria especial: a força de trabalho. Nesse sentido, a intervenção estatal opera na regulação das trocas de mercadorias e a mediação entre o Estado e a reprodução da força de trabalho possui uma duplicidade analítica que, no fundo, suporta a manifestação política. (WELLEN, 2021, p. 141).

O autor manifesta que “[...] a partir das últimas décadas, a tendência estatal, comumente intitulada de neoliberal, foi a que se tornou hegemônica em todo o mundo” (WELLEN, 2021, p. 144). Ele segue afirmando que

[...] as marcas principais desta fase capitalista se manifestaram tanto na esfera econômica como na esfera política, dando-se destaque tanto para os

processos de reestruturação produtiva como para as práticas de privatização e de focalização das políticas sociais (WELLEN, 2021, p. 144).

[...] as duas formas produziram impactos diretos na classe trabalhadora, desde a alteração nas condições de trabalho, passando por formas mais intensas de controle e de exploração econômica, até se chegar à destruição de direitos sociais. (WELLEN, 2021, p. 144).

Para Wellen (2021), o grande produto deste processo complexo de elementos, que constitui o mundo do trabalho, apresenta como principal efeito dessa fase no capitalismo, a precarização do trabalho. A situação requer uma análise das modificações ocorridas em relação à reprodução da força de trabalho. Segundo o autor, nesse contexto, “[...] o papel do Estado, com destaque para as políticas sociais, ganha ainda mais importância” (WELLEN, 2021, p. 144). Salieta que “[...] a crise das relações salariais determina formas avançadas de subordinação do trabalho pelo capital e produz novas teorias para a extração de mais-valia” e que a composição deste quadro e a dinâmica evocam necessidade de intervenção estatal (WELLEN, 2021, p. 144). Para Wellen (2021):

(...) os autores neoliberais, a instituição de um programa de renda mínima, a ser assegurado pelo Estado através de políticas sociais, representaria, pois, uma necessidade para a perpetuação do mercado capitalista. Neste sentido, se o enfoque demonstraria que este tipo de política social serviria para prover condições mínimas de consumo para parcelas pauperizadas da população, a análise política demonstraria a sua importância para a dominação ideológica, tentando evitar insurreições e revoltas. (WELLEN, 2021, p. 146).

Nesse sentido, as políticas sociais se constituem como respostas e formas de enfrentamento às diferentes expressões da questão social no contexto do capitalismo, expressando igualmente suas contradições internas, que versam sobre o fato da ampliação da capacidade de produzir bens e serviços, numa relação também com o aumento da falta de acesso a esses mesmos bens e serviços por grande parcela da população, em geral, trabalhadora.

À luz de Marx (1985), podemos inferir que o desenvolvimento capitalista, gera, internamente, a questão social, e que suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica em que as políticas fatalmente se encontrarão com a forma de produção capitalista, tornando-se insuficientes para extirpar as expressões da questão social. Cabe destacar que as políticas públicas também são produto das reivindicações sociais apropriadas pela classe no poder, fazendo com que vigorem,

que atendam às reivindicações sociais e às necessidades reivindicadas, mas sem afetar o percurso do capital.

Neste sentido, o Estado tem a tarefa de atenuar as tensões, instituindo políticas sociais enquanto um conjunto de ações, de cunho preventivo, destinadas a oferecer serviços aos que dela necessitarem, com vistas a atender aos interesses e às necessidades da população que reclama suas necessidades, por meio de políticas que as consolidam através de relações políticas e econômicas que determinam a forma como devem ser desenvolvidas.

As políticas sociais são também mecanismos de reprodução da força de trabalho, os capitalistas aceitam a intervenção do Estado, desde que este não suprima os seus ideais e a sua reprodução. Na perspectiva do método crítico-dialético de Marx, as políticas sociais resultam das relações contraditórias entre Estado e Sociedade Civil e da luta de classes instaurada no processo de produção e reprodução do capital. Para entendermos a política social em sua totalidade, faz-se necessário compreendermos as determinações históricas e econômicas do desenvolvimento do capitalismo, seu processo de acumulação, a luta de classes e a regulação do Estado.

O conceito de política pública, no sentido geral, funciona como um esforço para que a vida em comunidade possa acontecer quando as consequências das práticas negativas, principalmente econômicas, decrescem, dando origem a práticas potencialmente positivas, ou seja, que suavizam as repercussões promovidas pelas diferenças socioeconômicas, ou, dito de outra maneira, formas orgânicas, orientadas e racionalizadas para gerir ações que visem o bem comum. Destaca-se que, embora as políticas públicas possuam caráter compensatório, elas normalmente se materializam, à medida em que haja mobilização por parte de seus mandatários, conforme expresso pelo Estatuto da Juventude:

[...] as políticas públicas se destinam a solucionar problemas políticos, que são as demandas que lograram ser incluídas na agenda governamental. Enquanto essa inclusão não ocorre, o que se tem são 'estados de coisas': situações mais ou menos prolongadas de incômodo, injustiça, insatisfação ou perigo que atingem grupos mais ou menos amplos da sociedade sem, todavia, chegar a compor a agenda governamental ou mobilizar as autoridades políticas" (SECRETARIA NACIONAL DA JUVENTUDE, 2014).

O que se depreende daí, citando o documento, é que “[...] as políticas públicas se encontram no campo das disputas entre os atores, tanto como diretrizes,

quanto como recursos destinados à sua implementação” (ABRAMO, 2014). Partindo desse pressuposto, segundo Abad (2003) e PNUD (2010),

[...] as políticas públicas são definidas com base em diversos fatores: 1) o que o governo decide fazer - ou não - diante da situação; 2) o poder de oprimir grupos que levam em conta seus interesses e necessidades espaço público; 3) os recursos disponíveis; 4) presença e força política de outros grupos que disputam os mesmos recursos; 5) contexto global.

Normalmente, o caráter público designa ações de Estado, planejadas, ordenadas e orientadas, conforme as determinações do Estado democrático de direito, orquestradas pelo poder público, por meio do debate, da elaboração de propostas, votação e aprovação destas, com vistas a que se tornem uma prática social patente na sociedade. Ou seja, são direitos adquiridos que têm forma de lei, ou seja, é algo mais exigível por parte de toda a população e deve ser dirigida para todas as esferas e níveis de poder constituídos no Estado democrático de direito. Conforme Silva e Lopes (2009):

As políticas do Estado capitalista podem ser definidas como o conjunto de estratégias mediante as quais se produzem e reproduzem, constantemente, o acordo e a compatibilidade entre as determinações estruturais desse Estado [...]. (SILVA; LOPES, 2009, p. 93).

Elas, no entanto, destacam que “[...] a estratégia geral de ação do Estado consiste em criar as condições, segundo as quais cada cidadão seja incluído nas relações de troca” (SILVA; LOPES, 2009, p. 93). Por outro lado, consideram que as políticas sociais do Estado capitalista “podem ser definidas como um caso particular das políticas estatais”. Para as autoras:

As políticas sociais configuram-se como uma resposta do Estado à demanda de enfrentamento das questões sociais. A experiência pioneira inglesa foi exemplar para demais países capitalistas, inclusive para o Brasil, embora estivesse na periferia, compondo o bloco dos países em desenvolvimento. É necessário compreender as influências da economia desenvolvidas pós-Welfare State (Estado de Bem-estar Social) e, sobretudo, considerar suas complexidades frente às tamanhas desigualdades sociais presentes no Brasil. (SILVA; LOPES, 2009, p. 93).

Há uma singular importância das políticas sociais como uma resposta do Estado às questões sociais, como se percebe na experiência pioneira inglesa, que serviu de exemplo para outros países, incluindo o Brasil, assim existe a necessidade

de que compreender as mudanças na economia após o período do Estado de Bem-Estar Social e as complexidades enfrentadas no Brasil devido às profundas desigualdades sociais.

A seguir, Scherer (2022) aponta para as raízes da acumulação de riqueza no sistema capitalista, e destaca o quanto esse sistema tende a explorar uma classe em benefício do capital, ele adensa que o esgotamento e a precarização do mercado de trabalho, levam muitas pessoas a viver em áreas periféricas das grandes cidades em condições precárias, com seus direitos fundamentais frequentemente violados.

Esta lógica perversa de acumulação tem suas raízes assentadas no modo de produção capitalista, uma vez que este sistema econômico se realiza na exploração de uma classe sobre a outra, subsumindo a vida humana em favor do capital. [...] Com o esgotamento e a precarização do mercado de trabalho, – tendo como único objetivo a ampliação do capital - um grande número de pessoas se vêem obrigadas a se concentrar, principalmente, nas áreas periféricas das grandes metrópoles, vivendo em precárias condições de vida, tendo dificultado a garantia e vivenciando a violação de seus direitos fundamentais (SCHERER, 2022, p. 2).

Em curso, seguem as práticas econômicas do capitalismo dependente, que adensam as desigualdades urbanas e sociais, resultando em novas formas de produtividade que têm ditado a sociabilidade e promovido o aumento da exclusão de um grande número de pessoas. Nesse contexto, localizam-se, também, as políticas públicas das juventudes, cujas peculiaridades decorrem, dentre tantos motivos, da construção sócio histórica, pela qual tem passado este grupo social que carece de muitos esforços sociais, políticos, econômicos, culturais e éticos.

Assim as políticas sociais podem funcionar como resposta às desigualdades sociais, bem como o sistema capitalista contribui para o agravamento dessas desigualdades, aspectos esses que ensejam a importância de políticas públicas que procurem enfrentar e mitigar as desigualdades sociais, especialmente em países como o Brasil, onde essas desigualdades são particularmente acentuadas.

Como um dos perversos resultados da ausência de reconhecimento desta população e, por conseguinte, de suas necessidade e demandas, ocorre uma taxa crescente de violência urbana que envolve, sobretudo, as juventudes, principalmente as periféricas, empobrecidas e negras, o que demonstra uma das faces mais perversas do capital, que gera os processos de exclusão, categorização, seleção e descarte daqueles que não são de interesse produtivo.

É importante destacar que somente com o ECA (BRASIL, 1990) é que a sociedade brasileira começa a reconhecer jovens enquanto sujeitos com direitos, ainda que na condição de adolescente. O estatuto assegura direitos que garantem o pleno desenvolvimento desses sujeitos, definindo responsáveis pela execução de políticas públicas de atenção a essa população.

No cenário das políticas públicas, o recorte da juventude é bastante recente, não apenas no Brasil, mas também internacionalmente. O jovem, como “sujeito de direitos” particular e demandante de políticas específicas, só emergiu na segunda metade da década de 1980, momento em que a “exclusão social” de jovens se tornou parte integrante da questão social.

Nesse período, acelerava-se o ritmo das transformações tecnológicas, intensificava-se a globalização dos mercados e a desterritorialização dos processos produtivos. Uma nova divisão internacional do trabalho evidenciou situações de pobreza e provocou maior precarização das relações de trabalho. Tais mudanças tecnológicas e sociais, assim como as medidas que as acompanharam, afetaram particularmente a juventude. (SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE; ABRAMO, 2014, p. 50).

Esse documento destaca que a política pública diz respeito a “[...] um conjunto de ações articuladas com seus recursos - financeiros e humanos -, incluindo a dimensão temporal e as forças de influência específicas” (SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE; ABRAMO, 2014). O texto ainda acrescenta que:

Desde os anos 1980, determinantes econômicos e sociais afetaram particularmente a condição juvenil contemporânea. O aprofundamento dos processos de globalização dos mercados e da nova divisão internacional do trabalho, certamente, afetaram os adultos. Entretanto, eles atingem particularmente os jovens, porque é justamente neste momento do ciclo de vida que se constroem identidades e se desenham estratégias de autonomia e emancipação. (SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE; ABRAMO, 2014, p. 19).

Como visto, os determinantes da ordem do capital repercutem de maneira direta na vida das juventudes, e a alternativa para que se enfrente essa brutal realidade, que é uma das principais mazelas da contemporaneidade brasileira, dá-se pela implementação de políticas públicas de juventudes que possam fazer frente a fatores que são estruturais e históricos. Para Abramovay (2002), a vulnerabilidade social em que a juventude se encontra evidenciam a importância de Políticas

Públicas de Juventude eficientes no combate dessas vulnerabilidades. Os problemas como a exclusão, a desigualdade social, a discriminação e a violência decorrem de uma multiplicidade de fatores que interagem entre si, formando complexas redes causais.

Scherer (2022) expressa que no Brasil, desde 2005, com a criação da Secretaria Nacional de Políticas de Juventude e do Conselho Nacional de Juventude, há um reconhecimento da população jovem, de 15 a 29 anos, e que, se for considerado o aumento do tempo dedicado à formação escolar e profissional, a permanência maior com as famílias de origem, assim como as dificuldades para se conseguir, principalmente, o primeiro emprego, tudo isso gera um impacto importante na necessidade da ampliação da proteção social relativa às vulnerabilizações a que esse grupo está submetido. O autor destaca que, nessa faixa etária, as juventudes deveriam estar fora do mercado de trabalho e livres para poder estudar e ter como perspectiva de conquista a colocação digna na vida, com tempo propício para formação, ou empregados em trabalhos que colaborassem nas suas formações com recursos que lhes trouxessem sentimento, reconhecimento e gratificações.

Contudo, o que se percebe, e o que a literatura tem indicado, é que, para boa parcela dos jovens, sobretudo negros e de periferia, ou impõe-se a necessidade de figurar desde cedo no mundo do trabalho, como prevenção à violência, ao crime e ao mundo das drogas, ou esses jovens sucumbem diante da falta de alternativas e de oportunidades, acabando por se tornar autores ou vítimas de atos infracionais de toda ordem, dada a desproteção social a que estão submetidos desde de tenra idade e que lhes prepara para ocupar um lugar marginal até a vida adulta. Essas circunstâncias encontram respaldo no que consta no documento “Estação juventude: conceitos fundamentais”, organizado por Helena Abramo para a Secretaria Nacional de Juventude (2014):

Nos dias atuais enquanto uma parcela da juventude se prepara para a vida adulta apenas por meio da educação, outras juventudes buscam condições para combinar educação e trabalho. Contudo, para todos, está colocada a questão da entrada e permanência no mundo do trabalho cada vez mais caracterizado pela irregularidade, pela intermitência, pela precariedade de salários e pela informalidade (BRASIL, 2014).

Frente a esse contexto vivenciado pelas juventudes, cabe destacar que é papel do Estado agir como mediador desta relação entre esses sujeitos e seus direitos e produzir, por meio de políticas públicas, garantias sociais para que, conforme determina o ECA, no art. 1º da Lei 8.069/90, estejam sob tutela absoluta do Estado, que deve assegurar o direito à vida digna e às condições necessárias e suficientes para o seu pleno desenvolvimento.

Silva (2016) ressalta que, historicamente, a juventude brasileira vem sendo marcada pela omissão do Estado, no que se refere à promoção de políticas públicas voltadas, especificamente, a esta parcela da sociedade. Silva (2015) afirma que “Somente em 1990, quando foi promulgado o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, regulamentado pela Lei 8.069/90 é que materializou-se algumas Políticas Públicas para parte da população juvenil” (SILVA, 2015, p. 5).

Assim, o ECA é o primeiro sopro de reconhecimento cidadão das juventudes e, junto com Estatuto da Juventude de 2013, que é regulamentado pela Lei 12.852/13, estes jovens, finalmente, contam com aparato legal que defenda seus interesses de forma integral. Assim, o ECA e o Estatuto das Juventudes se constituem como os principais instrumentos jurídicos que tornam possível sedimentar as lutas sociais, que podem levar o Estado a atender às principais demandas e necessidades das juventudes, por meio da criação de ações concretas que garantam a primazia das juventudes na elaboração de políticas públicas, consubstanciando, assim, de fato, políticas públicas de juventudes. Nessa perspectiva, Silva (2015) compreende as políticas públicas para as juventudes como:

[...] ações do Governo como meio de solucionar problemas inerentes à juventude. Promover saúde e educação de qualidade, gerar empregos, fomentar a qualificação profissional, facilitar o acesso à cultura, esporte, lazer e cidadania são tarefas que o Governo deve praticar para que seja eficiente a promoção de Políticas Públicas de Juventude. (SILVA, 2015, p. 5).

Considero que as políticas públicas possuem um papel determinante na vida de todas as pessoas, especialmente das juventudes, e constituem um processo necessário para a sociedade empenhada na luta pelo reconhecimento de direitos. A efetivação dessas políticas públicas depende, em grande parte, do controle social

focado na concretização dessas conquistas por toda a sociedade, especialmente pelas juventudes, em um Estado democrático de direitos.

Dessa forma, as políticas públicas destinadas às juventudes visam garantir os direitos desses sujeitos, ao mesmo tempo em que promovem sociabilidades que reconheçam suas potencialidades, fragilidades e sua condição de atores históricos capazes de definir o rumo da história social. Nesse sentido, é essencial o desenvolvimento de práticas educativas e sociais que visem atingir esses propósitos.

Assim, o reconhecimento das juventudes, que abrange múltiplos aspectos e demanda especial atenção por parte das políticas públicas, impõe a necessidade de garantir seus direitos e promover suas sociabilidades, incorporando suas complexas necessidades, como as questões das interseccionalidade que envolvem, inclusive, as questões de gênero e sexualidade.

2.1.3 Práticas educativas e práticas sociais como recursos de resistência das juventudes

Entendo as práticas educativas como, ao mesmo tempo, processos que constituem e se originam das práticas sociais. Desse modo, estas podem ou não ser desencadeadas em espaços e ou ambientes escolares. Contudo, compreendo que, para que essas práticas sociais cumpram, de fato, seus propósitos, precisam responder às demandas de pessoas, comunidades e grupos, a partir de processos democráticos e dialógicos, conforme preconiza o aporte da educação popular, berço desta concepção.

Assim, compreendo que a prática educativa tem o compromisso em assegurar que o conhecimento produzido pelas sociedades, ao longo da história, permaneça presente e seja a base para a formação desta mesma sociedade como base do processo decorrente da atividade humana, ganhando assim sentido e propriedade. Além disso, precisa estar ancorada tanto nos pressupostos da educação popular quanto naquelas da saúde popular, calcada nas relações étnico-raciais, que devem estar voltadas à educação dos povos do campo e da floresta, na restrição e privação de liberdade, mobilidade humana, decolonialismo, educação popular para a América Latina, dentre outros temas que guardam o protagonismo social.

Nesta trilha, afirmo que, ao tomar essa categoria como central para a composição do repertório teórico que orienta este trabalho, faço-o pela consciência plena que tenho desenvolvido ao longo de meus mais de 32 anos na área da educação social, que me faz compreender que, ao se tratar de prática educativa como processo transformador, esta precisa, conforme define Freire (2002), estar

[...] em favor da autonomia do ser (...) que se incorpora a análise de saberes e conforma-se, ainda, enquanto prática formadora que possui uma natureza ética, enquanto prática estritamente humana (FREIRE, 2002, p. 9).

Para perceber as práticas educativas como práticas sociais que encerram o próprio conceito da educação, em dimensão ético-política, é necessário conceber que são sagradas as práticas pedagógicas referenciadas na construção do conhecimento, comprometidas com a realidade social e com a emancipação dos sujeitos empobrecidos por meio de sua reflexão e ação crítica sobre a realidade, utilizando-se dos acontecimentos diários na elaboração de seu pensamento libertador. Sendo assim, a aprendizagem, decorrente das práticas educativas, deve ser compreendida a partir da seguinte lógica:

[...] um ser que vive e se desenvolve socialmente, torna lógica a conclusão de que, a todo o momento e em todos os lugares, ele ensina ou aprende algo e que é possível reconhecer processos de ensino e aprendizagem além do espaço escolar. É a partir dessa lógica que a educação social pode ser compreendida e reconhecida como um processo pedagógico, em que ensinar e aprender é o locus da sua ação (COLETIVO DE EDUCAÇÃO POPULAR E PEDAGOGIA SOCIAL, 2023).

Entendo as práticas educativas, enquanto categoria das práticas sociais, como um processo de produção humana que, ao mesmo tempo em que prepara o sujeito para lidar com diferentes fenômenos e conceitos de distintas ordens, também desenvolve, nele, através de um complexo sistêmico multiforme, múltiplas competências que atuam sobre ele e sua sociabilidade. Na expressão de Marques e Carvalho (2016), tais práticas definem-se como:

[...] o conjunto das ações socialmente planejadas, organizadas e operacionalizadas em espaços intersubjetivos destinados a criar oportunidades de ensino e aprendizagem (...) não limitamos as práticas educativas à atividade de ensino e aprendizagem. Esta é, na verdade, uma dimensão dessa prática. No entanto, reconhecemos que a atividade de ensino e aprendizagem é o elo que torna possível a realização de determinada prática educativa. (MARQUES; CARVALHO, 2016, p. 123).

O que se vislumbra é encontrar um ponto de convergência entre as práticas educativas acadêmicas, que visam o conhecimento científico e tecnológico e movem o mundo em desenvolvimento, e as práticas educativas sociais, que visam, além de tornar o homem apto para o mundo em transformação, agir sobre ele e determinar o curso dessas mudanças, para que sejam sustentáveis e possuam fundamentos humanos e humanitários. Segundo Libâneo (2011), o propósito é: “[...] contribuir para que os sujeitos se tornem pensantes, e que desenvolvam competências que os façam capazes de construir recursos e categoriais de compreensão e de apropriação da realidade” (LIBÂNEO, 2011, p. 10).

Nesse sentido, Libâneo (2011) compreende que o compromisso principal das práticas educativas é aproximar o conhecimento científico com o conhecimento popular, nascido da vida concreta e das experiências de cada sujeito e do grupo social. Ou seja, como já mencionado, as práticas educativas estão entranhadas a processos educativos éticos que devem manter uma estreita vinculação com o desenvolvimento histórico da humanidade de uma gente que tem múltiplas capacidades para viver, sentir, criar sua realidade, mas também para pensar e agir criticamente sobre ela, transformando-a enquanto transforma a si mesma e a sociedade como um todo.

Conforme delinea Freire (2002), é necessário que a identidade cultural dos sujeitos e de sua classe, na prática educativa, seja absolutamente respeitada, numa perspectiva ético política:

A questão da identidade cultural, de que fazem parte a dimensão individual e a de classe dos educandos cujo respeito é absolutamente fundamental na prática educativa progressista, é problema que não pode ser desprezado. Tem que ver diretamente com a assunção de nós por nós mesmos. É isto que o puro treinamento do professor não faz, perdendo-se e perdendo-o na estreita e pragmática visão do processo. (FREIRE, 2002, p. 19).

A prática educativa é concebida e defendida, por Freire (2002), como a antítese da prática bancária, que tem seu assento sobre uma realidade mítica e mística, assistencialista, pautada no medo, na manutenção dos valores (falsos) morais que inibem a criatividade, domesticam a consciência e arregimentam corpos, podendo fazer deles o que bem quiser, inclusive matá-los. Na perspectiva da prática educativa libertadora e emancipatória, as ações possuem estratégias

problematizadoras e têm um compromisso com o sujeito livre, encerrando práticas de Liberdade (Freire, 2014). Além disso, estão voltadas para a realidade concreta em que a crítica e a leitura racionalizada, sem deixarem de ser humanas e sensíveis, balizam a reflexão e auxiliam homens e mulheres a pensarem criticamente sobre a realidade, transformando-a à medida em que se transformam. Conforme ressalta Freire (2003):

A integração ao seu contexto, resultante de estar não apenas nele, mas com ele, e não a simples adaptação, acomodação ou ajustamento, comportamento próprio da esfera dos contatos, ou sintoma de sua desumanização, implica em que, tanto a visão de si mesmo, como a do mundo, não podem absolutizar-se, fazendo-o sentir-se um ser desgarrado e suspenso ou levando-o a julgar o seu mundo algo sobre que apenas se acha. A sua integração o enraíza. Faz dele, na feliz expressão de Marcel, um ser "situado e datado". Daí que a massificação implique no desenraizamento do homem. Na sua "destemporalização". Na sua acomodação. No seu ajustamento. (FREIRE, 2003, p. 50).

É pela capacidade de integração que o homem se difere dos outros animais, pois, fosse ele um ser apenas de contato, sem reflexão, estaria fadado a simples acomodação e ao ajustamento. O que lhe confere uma consciência que adquire elevação crítica é, justamente, o aperfeiçoamento das relações, podendo cada uma delas ter suas próprias características e contornos, como é próprio das relações entre os seres que, ao fim e ao cabo, resultam em sua permanente humanização e conduzem a um status de liberdade.

Paulo Freire insiste que uma das premissas básica da prática educativa é promover um processo social de aprendizagem mútua, do qual todos os sujeitos envolvidos na situação de aprendizagem participem, tanto como objetivo cognoscível, quanto cognoscente, pois se aprendem, entre si, e em comunhão,

(...) toda prática educativa demanda a existência de sujeitos, um que, ensinando, aprende, outro que, aprendendo, ensina, daí o seu cunho gnosiológico; a existência de objetos, conteúdos a serem ensinados e aprendidos; envolve o uso de métodos, de técnicas, de materiais; implica, em função de seu caráter diretivo, objetivos, sonhos, utopias, ideais. Daí a sua politicidade, qualidade que tem a prática educativa de ser política, de não poder ser neutra. (FREIRE, 2002, p. 77-78).

Contudo, estudiosos, como Adorno, compreendem que a adaptação e a resistência são elementos presentes na prática educativa. Contudo, ao se pensar em processos emancipatórios, é necessário que estas se voltem a preparar os

sujeitos para se orientar no mundo e no tempo sem que se desorganizem, mantendo, assim, sua identidade individual. Adorno concebe resistência como uma dimensão que ultrapassa a adaptação, porque o sujeito já nasce praticamente adaptado ao mundo, mas resistir é algo que precisa racionalizar e aprender.

Para isso, a educação para a emancipação pressupõe um conceito de inteligência mais amplo do que o saber formal e científico. Ela pressupõe uma inteligência concreta que entende o pensar e a realidade num processo dialético. A educação deve preparar o ser humano para o confronto com a experiência real, não para experiência alienada de mundo. Do contrário, segundo Ambrosini (2012), o indivíduo seria alienado, sobretudo pela técnica, e não saberia mais se orientar na realidade concreta, somente na realidade cultural e social que não é produzida por ele. (AMBROSINI, 2012, p. 386).

Paulo Freire (2003) ensina que as práticas educativas encerram gestos que as constituem, e os educadores exprimem essa prática. Ou seja, uma vez que há saber nos gestos, eles estão carregados de intencionalidade. A forma como o educador se porta, as atividades que propõe, o olhar, a forma como se move e suas atitudes comunicam a dimensão pedagógica de uma prática educativa. Nesse sentido, Braga (2012) manifesta, à luz de Shör e Freire (1987), que:

Os gestos (...) expressam/refletem possibilidades de realização dos/as estudantes e isso pode levá-los/as a descobrir o interesse por uma aprendizagem crítica. Os gestos são expressão tácita de pensamentos, sentimentos, (in)compreensões, sensações físicas, atitudes, desejos que manifestos pelo corpo em consonância com a expressão falada ou escrita revelam coerência entre o que se pensa e o que se diz. (BRAGA, 2012).

Se, por um lado, as práticas educativas inspiram a liberdade e a felicidade, de outro, as práticas fascistas visam a alienação e a depressão de grupos oprimidos da sociedade, dispondo de mecanismos objetivos e simbólicos que determinam os modos de ser e de sentir da sociedade, numa espiral contínua que mantém a relação de dependência e opressão imposta pelo capitalismo. A política, em vez de promover o gozo da vida, escolhe os que viverão e os que morrerão, para sustentar o intento do poder e de sua concentração nas mãos da burguesia, que se utiliza do Estado para lavar suas mãos e exercer a sua política de morte por meio da necropolítica.

2.2 CONTINGÊNCIAS DO CONTEXTO

2.2.1 Necropolítica e suas implicações às juventudes

É de Mbembe a frase: “Talvez mais do que de diferença, o nosso tempo seja sobretudo o da fantasia da separação e até do extermínio (MBEMBE, 2017, p. 66). O camaronês Joseph-Achille Mbembe, também conhecido por Achille Mbembe, é um pensador, professor e filósofo que cunhou o conceito de necropolítica, o qual constitui significativas contribuições nos contextos dos estudos pós-coloniais. Este pensador, que nasceu na região ocidental da África Central, em 1957, atua na qualidade de professor de História e de Ciências Políticas do Instituto Witwatersrand, em Joanesburgo, África do Sul, e na *Duke University*, nos Estados Unidos.

O notável estudioso negro, que discute temas como escravidão, descolonização e negritude, dedica-se, em seus estudos, a aprofundar a obra de Michel Foucault, também filósofo, cujas contribuições servem de ponto de partida para a concepção de Necropolítica, em texto de 2011. No Brasil, o texto de Mbembe foi publicado, na íntegra, somente em 2018, mas, em 2016, o tema foi apresentado em um artigo publicado na seção Arte & Ensaio, da revista do Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais da Escola de Belas Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro. (MBEMBE, 2016)

Mbembe desenvolve o conceito de necropolítica com base no conceito de biopoder, cunhado por Foucault. A partir dos argumentos que reúne, o autor compreende as perspectivas segregadoras, que têm por preceito o deixar viver e o deixar morrer, como um recurso utilizado pelo Estado no exercício de um poder que segue em curso na realidade de países colonizados, como o Brasil.

Apesar de manter a centralidade de suas arguições sobre as noções que rodeiam o biopoder, Mbembe entende que os contextos vão determinando quem são as pessoas matáveis da sociedade e, para fundamentar seu argumento, evoca as noções de soberania e estado de exceção. Para o autor, a soberania possui interface com a autonomia e com a liberdade pois a importância da soberania está na capacidade que ela possui em gerar autonomia, em lugar da instrumentalização generalizada dos modos de ser e existir da vida humana e da degradação de alguns corpos.

Foucault, a seu turno, considera que, a partir do século XVII, o ocidente passa adotar o biopoder, uma forma de governar a vida que se subdivide e funciona sob a regência da disciplina que reside no governo dos corpos dos indivíduos e na biopolítica, que corresponde ao governo da população em sua totalidade. Foucault ressalta que, antes do biopoder, havia um tipo de poder soberano que era exercido sobre os súditos, dispondo sobre o direito de vida e de morte, materializado pelo fazer morrer ou deixar viver.

O biopoder é, portanto, uma transmutação do poder de morte em poder positivo que atua sobre a gestão e a possibilidade objetiva da vida, que se realiza através da instauração de mecanismos específicos de regulação que ensejam a intervenção sistemática sobre a vida. As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois polos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida. A instalação individual e específica, durante a época clássica, dessa tecnologia de duas faces, simultaneamente voltada para os desempenhos do corpo e os processos da vida, caracteriza um poder cuja função mais elevada já não é mais matar, mas investir sobre a vida, de cima para baixo (FOUCAULT, 2012, p.152).

Interessa destacar que, nesse jogo de inversão, de morte e vida, como salienta Bertolini (2018), o princípio de poder matar para poder viver, oriundo das táticas de combate, passa a ser uma estratégia do estado. A partir de Foucault (2012), diz o autor:

a existência em questão já não era aquela jurídica da soberania, era outra: biológica, da população. O velho direito de causar a morte ou deixar viver foi substituído pelo poder de causar a vida. “Agora é sobre a vida e ao longo de todo o seu desenrolar que o poder estabelece seus pontos de fixação. A morte é o limite, o momento que lhe escapa. Ela se torna o ponto mais secreto da existência, o mais privado” (BERTOLINI, 2018)

Se, para Foucault, biopolítica é a força que regula as populações ou um conjunto de indivíduos por meio de diversificadas práticas disciplinares já adotadas, na antiguidade e na idade média, com o propósito de governar o indivíduo, é possível depreender que, na modernidade, o biopoder funciona por meio de dispositivos e tecnologias que operam na administração e controle das pessoas e das populações, mediadas por recursos, conhecimentos e instituições do Estado. Esses dispositivos de intervenção social estão presentes em todas as áreas da

sociabilidade humana, tais como a gestão da educação, da saúde, da sobrevivência, da habitação, da cultura, entre outras.

Contudo, a questão central nessa discussão é o papel que esses mecanismos e tecnologias de controle exercem sobre a população, bem como a finalidade com que o fazem, uma vez que ensejam funcionar como meio para a aplicação de práticas autoritárias de segregação, monitoramento, controle dos corpos e, como salienta Foucault (2012), até mesmo controle dos desejos humanos. Destacam-se, nesse ínterim, as áreas do conhecimento, que funcionam como fundamentais recursos tanto de aparelhamento para a manutenção de poder do estado quanto de incitação da resistência.

Conforme encontramos nos estudos de Foucault (2012), durante o período clássico, com o surgimento dos problemas relativos à natalidade, à saúde pública, à migração, à habitação e às questões econômicas, o biopoder surge juntamente com as múltiplas disciplinas exercidas pelos exércitos, escolas, hospitais, conventos, bem como por intermédio de uma série de técnicas de assujeitamento e controle dos corpos. Foucault destaca que essas ações auxiliaram a sedimentar as bases para a consolidação do capitalismo e desenvolveram um terreno fértil para que, nos séculos seguintes, ele se estabelecesse ao mesmo tempo em que essas ideias e práticas de controle dos corpos, de purificação da população, da supremacia de um determinado grupo sobre o outro fossem tácitas. Esta engrenagem se adensou ao longo do século XX, tendo por referência o poder exercido pelos governos e pelas estruturas administrativas.

Tais práticas tornaram-se aceitáveis porque eram alimentadas por um discurso do Estado que, embora excluísse parte importante da sociedade, era amplamente aceito e determinado. Esse discurso também se constituía como instrumento capaz tanto de definir condutas quanto de legitimar e validar políticas, inclusive levando a atos nefastos como a segregação, a inimizade e o extermínio.

Ainda que se tenha melhor panorama quanto a algumas noções do biopoder, concordo com Lima (2018) quando reflete que, por ter sido tratado em termos epistemo-metodológicos por Foucault, talvez fosse mais produtivo e potente abordar o conceito no sentido do binômio biopoder-biopolítica como conceitos interseccionados, uma vez que, assim, seria possível transmitir, mais apropriadamente, um “acoplamento dos mecanismos de poder, do que

necessariamente dois momentos distintos de organização das relações de poder” (LIMA, 2018, p. 32). Segundo a autora,

Na verdade, o que subjaz as reflexões sobre biopoder-biopolítica está – antes de tudo – na forma como o poder passa então a ser entendido: não mais a partir de grandes teorias, mas em sua dimensão e mecanismos microcapilares (LIMA, 2018, p. 32).

A partir da análise das produções discursivas e práticas sociais em diferentes contextos, Lima (2018) expõe suas reflexões sobre a emergência dos saberes modernos, a produção de verdades e a relação dessas com as práticas de poder. No âmbito da maquinaria capitalista, o que passou a ditar os jogos e relações foi o controle cada vez maior tanto da sociedade (corpo social) quanto do indivíduo (anatomo-política). Nesse processo, os objetivos foram a disciplinarização dos corpos, que deveriam ser dóceis, e a produção de um "assujeitamento" e de um processo de sujeição que, ao mesmo tempo em que torna visível a dimensão produtiva do poder, evidencia os processos de resistências. Ou seja, é na malha microcapilar das relações de poder que também se constituem as resistências tanto dos corpos singularizados quanto do corpo social e coletivo (LIMA, 2018).

Com o auxílio de Lima (2018), compreendo que o aprofundamento em relação às noções de biopoder e biopolítica, a partir de Foucault, alteraram a maneira como o ocidente passou a lidar com os conhecimentos enquanto estratégias de poder. Isso demonstra que, desde o século XIX está presente um projeto político de gestão e regulação da vida, a partir do qual a sociedade é conduzida por uma engenharia ideológica potente e articulada, exercida por diferentes instâncias que estão sob o domínio do Estado, tais como a medicina, a psiquiatria, a educação, a prisão, as forças militares, entre outras.

Tomando por referência as construções de Foucault relativas às noções de biopoder-biopolítica, segurança, território, população e nascimento da biopolítica, bem como tantas outras reflexões que encerravam críticas relevantes acerca dessas e outras intersecções, Mbembe desenvolveu o ensaio supracitado, em 2011, em que discorre sobre a necropolítica e as Políticas da Inimizade (MBEMBE, 2011). Em suas análises, Mbembe argumenta que a guerra não é apenas um meio para se obter soberania, mas constitui um modo de exercer o direito de matar. Dessa maneira, a noção exclusiva do biopoder não é suficiente para determinar as práticas em que o

político, sob a pecha da guerra, toma como objetivo prioritário e único a extinção do inimigo, o que leva ao questionamento de Mbembe: “qual é o lugar reservado à vida, à morte e ao corpo humano? Que lugar ocupa dentro da ordem do poder?” (MBEMBE, 2017, p. 108).

Justapondo os estudos de Mbembe e Foucault, é que o primeiro agrega e complementa os estudos do segundo, ao aproximar-se do conceito de biopolítica e discutir sua insuficiência, uma vez que este se realiza por meio de práticas que desembocam em processos de aniquilação de pessoas e populações, por alguma razão, consideradas inimigas do Estado em decorrência de uma suposta divergência de interesses.

Acompanhando o percurso enfrentado por Mbembe, torna-se evidente que ele endossa a linha argumentativa da tese de Foucault, de que os diferentes poderes políticos contemporâneos buscam determinar a vida e os atos de todos os seres humanos. O que conjeturo, assim como tantos outros pesquisadores que tratam sobre essa temática, é que o filósofo camaronês Joseph-Achille Mbembe é inspirado por Foucault, em seus estudos, e promove uma ampliação dos conceitos de biopolítica e biopoder por este formulados, uma vez que argumenta em favor de que o controle do estado pode chegar até as vias de fato, à morte, quando esses sujeitos ou grupos se mostram alheios à ordem social vigente num determinado contexto. Assim, Mbembe adensa a reflexão e a discussão inaugurada por Foucault e desenvolve a definição de necropolítica, concebida pelo viés de que vida e a morte são tomadas enquanto inerentes aos aspectos sociopolíticos e às relações estabelecidas no exercício do poder determinado pelas mãos do Estado, mas atendendo aos interesses dos grupos da burguesia ou dos detentores do capital.

Com o conceito de necropolítica, Mbembe entende a vida e a morte a partir de contextos coloniais e neocoloniais e passa a contribuir com as reflexões acerca do caráter epistêmico e metodológico, deflagrados em processos de assujeitamento, determinação e morte exercidos pelo Estado em cenários como o da América Latina, em especial o do Brasil, cujas marcas do racismo determinam as relações sociais e indicam quem são suas vítimas preferencias, apontando determinados grupos como inimigos do Estado pelo seu não enquadramento. De acordo com Mbembe (2017):

a ordem democrática, a ordem da plantação e a ordem colonial mantiveram, durante muito tempo relações geminadas. Estas relações estão longe de ter sido acidentais. Democracia, plantação e império colonial fazem

objetivamente parte de uma mesma matriz histórica. Este fato originário e estruturante é central a qualquer compreensão histórica da violência da ordem mundial contemporânea (MBEMBE, 2017, p. 43).

O autor reflete que o discurso opera como instrumento de poder, como defendera Foucault, e o conceito de necropolítica auxilia na compreensão das relações de inimizade e perseguições da atualidade, uma vez que, isolados, conforme já expresso, os conceitos de biopoder e de biopolítica não são mais suficientes para explicar essas práticas sociais. No entanto, Mbembe, enquanto filósofo e estudioso versado nas temáticas da escravidão, da descolonização e da negritude, habilmente conseguiu articular o discurso e o poder trabalhados por Foucault a um racismo de Estado que fortalece as políticas de morte presentes na atualidade.

O filósofo entende que a necropolítica é o poder de determinar quem pode viver e quem deve morrer, e que o biopoder é uma tecnologia de controle das populações para a qual é aceitável o “deixar morrer” alguns corpos, o que os torna corpos “matáveis”. Para Mbembe, são vítimas preferenciais dessa possibilidade os sujeitos racializados. É flagrante, tomando por referência este autor, que existe um projeto de Estado contemporâneo em que as estruturas de vidas estão sujeitas ao poder da morte e definem formas de existência sociais nas quais são oferecidas condições subumanas a uma parcela da população, fazendo-a minguar até a morte subjetiva e também objetiva. Esse exercício pode ser visto no cotidiano, nas relações intencionais e pessoais, como se pode perceber no contexto da pandemia, quando, pelo menos, dois espaços sociais absolutamente importantes, escolas e hospitais, estiveram restritamente acessíveis às demandas de parte da população, os empobrecidos, favelados, negros, indígenas, dentre outros. Para ilustrar, destaco que, de acordo com a Agência Senado, os primeiros dados sobre os impactos da pandemia na educação básica, apresentados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), apontam que 90,1% das escolas não retornaram às atividades presenciais no ano letivo de 2020. Tal desigualdade, no entanto, torna-se ainda mais evidente quando se compara o setor público com o privado. Enquanto, no ensino privado, 70,9% das escolas foram fechadas no período, 98,4% das escolas federais, 97,5% das municipais e 85,9% das estaduais não retomaram as atividades presenciais. No Brasil, houve uma média de 279 dias de suspensão de atividades presenciais durante o ano letivo de 2020, o que teve

sérias consequências. Um estudo realizado pelo Insper e pelo Instituto Unibanco apontou que, no ensino remoto, os estudantes aprenderam, em média, apenas 17% do conteúdo de matemática e 38% do conteúdo de língua portuguesa em comparação com o que aprenderam nas aulas presenciais (AGÊNCIA SENADO, 2023).

Se é papel do estado usar o seu poder para garantir direitos que resguardem a vida e primem pela pacificação e segurança entre os indivíduos, o que contemporaneamente se percebe é que este Estado está utilizando o poder e o discurso para gerar condições de morte que funcionam como um franco e legítimo mecanismo de assujeitamento e dominação. Percebe-se que a necropolítica, em contextos de colonização e neocolonização, como é o caso brasileiro, assume uma importância de análise através da qual se pode analisar que o “canhão do poder de morte” está voltado, para além da população negra, para a precarização da vida em geral, incluindo outras populações não negras subalternizadas e empobrecidas sobrevivendo em contexto subumanos e cada vez mais precarizados.

O genocídio dessas populações, atravessado pela racialização, constitui-se em potente elemento de análise, sobretudo num país como o Brasil, em que o racismo estrutural, apesar de presente, é mascarado pela lógica do mito de uma democracia sociorracial que ambiciona omitir os traços perversos do racismo através da divulgação de ideias e princípios de igualdade e cordialidade entre as populações.

O cenário da necropolítica brasileira é o ambiente perfeito para que surjam, entre as juventudes dos territórios preferências de aniquilação, os grupos que serão assujeitados e impelidos a cumprir trajetórias disruptivas, marcadas pelo medo, pela morte, por atos infracionais e por diferentes formas de violência, para, em seguida, serem tratados, pelo Estado, como inimigos que devem ser extintos da vida social. É nesse contexto que as juventudes periferizadas se desenvolvem e são convidadas a buscar meios de transcender o projeto de Estado que lhes está reservado. Caso contrário, sucumbirão a ele.

O Brasil República foi fundado sobre a perspectiva de que grupos específicos não podem existir para o Brasil se tornar um Estado moderno, argumento que se sustenta sobre a ideologia do branqueamento. O racismo científico é uma ideologia que surgiu no século XIX e ganhou status científico à medida que a humanidade está dividida em raças, com os brancos sendo considerados superiores às outras

raças, e é um conceito que se dissemina por meio de teorias raciais com referência na hierarquização das raças, sob o argumento de que umas eram naturalmente superiores a outras. Em se tratando de Brasil, essa ideologia se incorporou a partir dos intelectuais, ao tratarem da questão da raça e da miscigenação no período da escravidão.

Cabe aludir que a herança branca europeia do Brasil é parte da ideologia do branqueamento, apresentada no processo de miscigenação brasileiro que finda por contribuir na construção de sua própria identidade que nega outras identidades, como a africana, por exemplo. Tal visão se assentava sob a perspectiva de que a miscigenação não produziria "degenerados", mas sim uma população mestiça saudável capaz de se tornar cada vez mais branca, tanto cultural quanto fisicamente.

Posso depreender que o racismo científico brasileiro está em sua matriz fundacional republicana e contribuiu para a criação de uma hierarquia racial que, por sua vez, influenciou práticas de necropolítica, resultando na marginalização, discriminação e morte de grupos raciais específicos, ou seja, racismo científico e necropolítica estão interligados na análise das dinâmicas sociais e políticas que envolvem questões raciais tanto no país quanto noutros lugares do mundo, em Schwarcz (2005), temos que

[...]o tema racial, apesar de suas implicações negativas, se transforma em um novo argumento de sucesso, para o estabelecimento das diferenças sociais. Mas a adoção dessas teorias não podia ser tão imediata nesse contexto. De um lado, esses modelos pareciam justificar cientificamente organizações e hierarquias tradicionais que pela primeira vez — com o final da escravidão — começavam a ser publicamente colocadas, em questão. De outro lado, porém, devido à sua interpretação pessimista da mestiçagem, tais teorias acabavam por inviabilizar um projeto nacional que mal começara a se montar. É na brecha desse paradoxo — no qual reside a contradição entre a aceitação da existência de diferenças humanas inatas e o elogio do cruzamento — que se acha a saída original encontrada por esses homens de ciência, que acomodaram modelos cujas decorrências teóricas eram originalmente diversas. Do darwinismo social adotou-se o suposto da diferença entre as raças e sua natural hierarquia, sem que se problematisassem as implicações negativas da miscigenação (MORITZ, 2005).

A partir das presentes inflexões compreendo que há importante influência do racismo na formação social e política do Brasil que por um lado mostra a persistência do racismo estrutural no país, disfarçado sob a narrativa da democracia

sociorracial, e que, de outro, coloca que a ideologia do branqueamento e o racismo científico foram incorporados na matriz fundamental da república brasileira.

Há aí uma hierarquização racial como uma consequência dessas ideologias, resultando em práticas de necropolítica que marginalizam, discriminam e, em última instância, causam a morte de grupos raciais específicos.

O que se observa nos territórios necropolíticos atravessados por todas as facetas do poder nefasto do Estado é que as diferentes juventudes criam seus meios de sobrevivência tentando lidar com elementos que lhes estão postos e sobre os quais têm relativa consciência, como a falta de oportunidades, de ensino de qualidade, a precariedade na área da saúde, do esporte, do lazer, a ausência de políticas para as juventudes, a oferta de trabalho no mundo das drogas e as diversas formas da violência. Contudo, as juventudes são fonte de força e resistência e sobrevivem a esses contextos, traçando, em sua maioria, trajetórias de vida realizadoras, contrapondo e enfrentando o projeto do Estado. Contudo, a necropolítica é uma prática que promove, além de mortes objetivas, outras que incidem sobre a subjetividade e a autoestima dos sujeitos pertencentes a esses grupos que se sentem em permanente dívida com a sociedade. Desse modo, um outro elemento que merece atenção é o “estrago” intergeracional que a necropolítica provoca e os fatores de desejo que compõem a existência desses grupos.

2.2.2 Interseccionalidades, gênero, sexualidade, juvenicídio e racismo

Discutir sobre o juvenicídio requer um esforço em reconhecer que existem outras manifestações violentas que lhe são intrínsecas, produzidas no seio das sociedades patriarcais, no contexto do capitalismo dependente e colonial. Uma dessas manifestações é o feminicídio, fenômeno que tem destaque nos debates interseccionais de gênero, raça, classe social e outros recortes que, agregados, fazem das mulheres vítimas sistemáticas da violência. Dar luz à Interseccionalidade ao tratar do feminicídio e do juvenicídio é adequado, esses grupos tão diversos são alvo do patriarcado capital que, em seus valores fundantes, precisa silenciar determinados grupos e, ao longo da história, elege aqueles que devem ou não ser legitimados, com vistas à manutenção do poder instituinte e instituidor do próprio sistema.

A interseccionalidade, conceito que, na contemporaneidade, também é referido pelas expressões interconectividade ou identidades múltiplas, surgiu na década de 1980 e foi assim designado pela norte-americana Kimberlé Williams Crenshaw (1991), nos meandros da constituição do conceito da luta feminista. As autoras Patrícia Collins e Sirma Bilge (2021) explicam que, resguardadas as variações e contradições nas abordagens do conceito de interseccionalidade por pesquisadores e estudantes, este pode ser definido, de maneira genérica, da seguinte maneira:

como as relações interseccionais de poder influenciam as relações sociais em sociedades marcadas pela diversidade, bem como as experiências individuais na vida cotidiana. Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária – entre outras – são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas (COLLINS; BILGE, 2021, p. 10).

Diante dessas constatações, admito que, sendo este tema tão capilarizado, seria necessário analisá-lo a partir de outras áreas de conhecimento, o que é inviável no presente trabalho. Contudo, é possível refletir, de forma sucinta, que os mecanismos de poder que atuam sobre a vida das populações vulnerabilizadas descrevem sempre uma mesma metodologia, que se inicia na negação dos sujeitos e suas identidades e, em seguida, absorve também suas cidadanias, seus direitos, cerceando suas liberdades e criando as condições necessárias para a violação de seus corpos e suas vidas através da violência, da morte e do sofrimento.

Reconhecendo que os vetores a partir dos quais se originam os grandes apagamentos das populações pobres, negras, indígenas, de mulheres e LGBTQIAP+ são os mesmos. Desse modo, torna-se condição inevitável analisá-las em bloco, assim como deve ser feito ao tratar das estratégias para mitigação e superação da força e do poder que é exercido sobre esses grupos. Reunindo as ditas “minorias” torna-se possível alcançar alguma equidade e o reconhecimento mínimo da condição humana de vivência e sobrevivência que é direito desses sujeitos.

2.2.3 A sexualidade e as juventudes

A sexualidade humana é um tema bastante complexo e abrange múltiplos fatores, acepções e definições que, por vezes, dialogam entre si e, outras vezes, são difusos. Contudo, é um fator intrínseco à existência de todos os seres, que, em alguns momentos da vida, sobretudo na juventude, ganha importante relevo, tanto pelas condições naturais que se impõe a partir da puberdade quanto pelas condições culturais e sociais de toda ordem.

A sexualidade, entretanto, é apenas um subconjunto no universo de circunstâncias envolvidas no processo, pelo qual passam todos os indivíduos, de confrontar a si mesmo e elaborar desejos, processo de maturação corporal e mental que envolve as particularidades de cada sujeito ao elaborar o mundo e confrontar ideias, bem como a capacidade de relacionar-se com outros, a possibilidade objetiva de eleger grupos, amigos, pares, constituir família, compreender sua orientação sexual e situar-se em meio às questões de gênero.

O período em que a sexualidade, enquanto fator biológico, tende a ocasionar uma série de outras mudanças na vida de grande maioria dos seres humanos, é chamado, pela Biologia, de puberdade e ocorre, aproximadamente, a partir dos 12 anos de idade. Para o ECA, em seu artigo segundo, a partir da puberdade, a criança entra no período da adolescência, quando, variadas mudanças acontecem no corpo e na mente desse sujeito, impondo a necessidade de integrar essas novidades à sua existência. O quadro do período da adolescência é composto por questões relacionadas à sexualidade, tais como a descoberta do corpo e seus prazeres, a necessidade e o encontro da satisfação no encontro com outros corpos, o reconhecimento do desejo, da conquista, do poder dos atributos sexuais, os sonhos pueris, dentre tantas outras manifestações orgânicas, físicas ou psicológicas.

A partir desse debate, que já ocorre há alguns anos, conclui-se que, para além da mera identificação das características biológicas e síndromes normais da adolescência, contribuições conhecidas da Psicologia, outros temas são mais debatidos nos dias de hoje. A depender do contexto em que são abordados, esses temas, relacionados às questões de identidade de gênero e orientação sexual, são mais ou menos aceitos.

A quase totalidade dos jovens que abordei nesta pesquisa trataram das questões de gênero e orientação sexual sempre numa perspectiva de

reconhecimento das diversidades e do respeito social por elas, nos contextos de suas vivências. Minha observação permitiu identificar que a maioria desses jovens, mesmo que não tenham sido questionados diretamente sobre suas experiências, manifestações, orientações e identificações relativas ao gênero e à sexualidade, trouxeram o assunto à tona, como se abordá-lo fosse uma entre muitas necessidades naturais do processo de reconhecimento de suas identidades, assim como a inteligência, a negritude, a condição social e a capacidade crítica. Ou seja, as questões de gênero e sexualidade fazem parte do universo dessas juventudes e ocupam lugar de importância singular em suas sociabilizações.

Além da naturalidade com que os entrevistados lidam com os assuntos acima mencionados, outro elemento que chama a atenção nos grupos que compõem o CJ da Lomba do Pinheiro é a quantidade de sujeitos que, nos espaços de convivência oferecidos pela organização, expressam suas identidades de gênero de forma divergente da heteronormatividade. Diferente do que se percebe nas escolas e nas ruas, nesses espaços, os jovens demonstram suas identidades, vivem seus afetos e falam sobre isso com abertura e liberdade, inclusive. Um fato ilustrativo disso é que alguns desses jovens costumam levar, para o CJ, roupas que só usam quando estão lá.

Diante dessas constatações, cabe definir, ainda que brevemente, os conceitos de identidade de gênero e orientação sexual. Para enfrentar esse desafio, tomarei a liberdade de buscar conceitos certificados pela academia, mas também construídos e elaborados por pessoas que vivem ou que transitam pela elaboração das identidades de gênero ou de orientação sexual que compõe a insígnia do grupo designado por LGBTQIAP¹⁰⁺.

¹⁰ Glossário LGBTQIAP+: Lésbica: designa pessoas do gênero feminino que sentem atração sexual e/ou afetiva por pessoas que também são do gênero feminino. Gay: remete de forma geral à pessoas que sentem atração sexual ou afetiva por pessoas do mesmo gênero. também é comumente usada para definir pessoas do gênero masculino que se relacionam sexual e afetivamente com pessoas também do gênero masculino. Bissexual: uma pessoa que se relaciona sexualmente, afetivamente e emocionalmente com pessoas do gênero feminino e masculino. Transgênero: representa quem se opõe, TRANSgride e TRANScende a ideologia heterocisnormativa imposta socialmente. Pessoas que assumem uma identidade oposta àquela atribuída socialmente de acordo com o órgão sexual que nasceu ao gênero que nasceu, que sentem-se pertencentes ao gênero oposto do nascimento. Uma identidade ligada ao psicológico e não necessariamente a do físico, pois nestes casos pode haver ou não uma mudança fisiológica para o bem-estar da pessoa. Não-binária: um termo guarda-chuva maior que é o da transgeneridade. O não-binária sente que seu gênero está além ou entre a convencionalidade de homem ou mulher e pode defini-lo com outro nome e de maneira totalmente diferente. Gênero fluido: é uma identidade de gênero que está dentro do espectro não-binária, ou seja, que não possui reconhecimento e expressão dentro da ótica binária de homem ou mulher. Sua maior característica é o fato de existir uma fluidez que transita entre uma identidade ora feminina, ora masculina ou a mistura das duas. Queer: designa todos que não se encaixam a heterocisnormatividade, que é a imposição compulsória da heterossexualidade e da cisgeneridade. Intersexual: Intersexual. Termo usado para se referir a pessoas que nasceram com características biológicas que englobam tanto o gênero feminino quanto masculino. Agênero: representa, entre outras identidades, a da pessoa que tem identidade de gênero neutra, não se identificando com o binarismo comumente conhecido pela sociedade que se resume ao gênero feminino ou masculino. Portanto, agênero não é uma categoria de gênero e sim de

Sendo a identidade de gênero um tema complexo e multifacetado tem desafiado as concepções tradicionais de gênero ao longo das últimas décadas e como salienta, Martins (2019) não se limita simplesmente ao sexo biológico de um indivíduo, mas sim à maneira como essa pessoa se percebe e se entende em relação ao seu próprio gênero dentro do contexto social em que está inserido. Cabe assim, refletir sobre as diversas acepções relacionadas à identidade de gênero, destacando que isso vai além da dicotomia tradicional homem/mulher e engloba um espectro diversificado de identidades, como não-binárias, agêneros, intersexuais, entre outras.

Nessa monta, a identidade de gênero é compreendida como um conjunto de características e atributos culturais, sociais e psicológicos que definem como os indivíduos se identificam e se relacionam no mundo das complexas dinâmicas de gênero e identidade. Nessa direção, Martins (2019) argumenta que:

A partir das diferentes acepções relativas a identidade de gênero se pode conjecturar que esta se define pelo sentimento que da pessoa frente a seu gênero, ou seja é a maneira como o sujeito se vê e se entende enquanto ser individual no contexto social em que vive é sua forma como cada um se percebe, sua maneira de se ver no mundo das relações sociais que pode ou não estar ligada a seu sexo biológico. Ainda diz-se por definição de identidade de gênero que ela é o conjunto de características e atributos culturais, sociais e psicológicos que definem os sujeitos enquanto homens, mulheres, não-binários, agêneros, intersexuais entre outras identidades de gênero, tais como: andrógino, gênero fluido e trans (MARTINS, 2019, p.85-99).

Conforme Martins, o entendimento da identidade de gênero é fundamental para compreender como as juventudes se veem e se entendem no contexto social em que vivem, bem como para analisar as possíveis consequências da opressão de gênero sobre suas vidas. O autor também destaca que o reconhecimento da variedade de identidades de gênero existentes torna-se relevante para a

identidade. Andrógino: Pessoa que possui tanto em suas características físicas quanto de expressão, características que englobam tanto o que é considerado masculino como feminino. Isto é, seja em aspectos da aparência ou nas vestimentas e estilo, a pessoa possui características dos dois gêneros. Assexual: representa pessoas assexuais, que são aquelas que não possuem atração sexual por outras pessoas, independente do seu gênero. É um termo ainda em construção e que abriga um espectro grande, pois não necessariamente todas as pessoas não possuem atração sexual, como no caso dos Demissexuais que só a desenvolvem quando há uma conexão íntima. Pansexual: representa a pessoa que tem atração sexual ou romântica por todas as identidades de gênero, inclusive as que não pertencem ao campo convencional do masculino ou feminino. Crossdresser: O + engloba o crossdresser, um termo emprestado da língua inglesa, que expressa a prática de pessoas que têm como parte da sua expressão no dia a dia o hábito de usar peças de roupa do gênero oposto. Drag Queen/King: Drag Queen ou Drag King são termos utilizados para descrever pessoas que tem como forma de expressão artística o gosto e o hábito de se produzir com características marcantes do gênero oposto para atividades performáticas. Não é em si uma identidade de gênero, pois essas pessoas podem fazer parte de qualquer identidade, sendo, na verdade, um movimento artístico-cultural. Cisgênero: Pessoa que considera que sua identidade de gênero como indivíduo que está de acordo com a identidade de gênero socialmente atribuída ao seu sexo (NATURA, 2023).

compreensão das experiências das juventudes periféricas que se identificam como não-binárias, agêneras, transexuais ou outras identidades não conformes com as expectativas tradicionais de gênero.

É mister consubstanciar que o processo de descoberta de si, ainda que represente uma nova alternativa para os sujeitos da contemporaneidade, está cercado de vetores simbólicos e objetivos presentes no cerne de nossa construção enquanto seres sociais. Concordo com Jaqueline de Jesus (2012), que destaca o papel da convivência no autorreconhecimento e na definição de si que a identidade de gênero encerra:

Como as influências sociais não são totalmente visíveis, parece para nós que as diferenças entre homens e mulheres são “naturais”, totalmente biológicas, quando, na verdade, boa parte delas é influenciada pelo convívio social. Além disso, a sociedade em que vivemos dissemina a crença de que os órgãos genitais definem se uma pessoa é homem ou mulher. (JESUS, 2012, p. 8)

Comungo da construção conceitual da autora, pois, conforme designa o dicionário Houaiss, identidade se refere ao “conjunto de características e circunstâncias que distinguem uma pessoa ou uma coisa e graças às quais é possível individualizá-la”, ou seja, a construção da identidade se vincula a fatores diversos, que extrapolam a dimensão biológica, mas que se acentuam, pelo menos para a grande maioria dos sujeitos, sobre os aspectos de cunho social.

Para melhor compreensão das diferenças entre identidade de gênero e sexo, tomo o conhecimento que possuo da Biologia, posto que sou formado na área, que classifica o sexo humano pelos órgãos genitais, ou cromossomos e níveis hormonais, ou ainda, de acordo com o tamanho das células reprodutivas. Ou seja, se a pessoa possui células pequenas, os espermatozoides, estas designam o macho, já quando possuem células grandes, que são os óvulos, referem-se à fêmea, assim a definição do sujeito que se classifica em homem ou mulher é meramente biológica, ou seja, dada por um atributo físico. Na mesma monta, se, por um lado, a Biologia designa o sexo do sujeito, de outro, não define sua identidade sexual, pois essa se constrói na cultura e na sociedade, de acordo com seus contratos de convivência, valores, princípios e seus modos de comportamento, bem como seus códigos, tradição, construções, religião e, sobretudo, sua cultura, pois se referem também aos papéis que os sujeitos desempenham em diferentes contextos sociais,

ou seja, os papéis de um homem, ou mulher, se assim tomados, vão variar de acordo com a sociedade à qual pertencem.

No que se refere à orientação sexual, esta tem a ver com a atração afetiva e sexual por pessoa(s) do mesmo gênero ou de gêneros diversos, ou seja, o gênero de alguém não determinará sua orientação sexual. Não haverá a tradicional correspondência pela qual o homem deve se relacionar com o gênero imediatamente oposto, e vice-versa no caso da mulher, à qual se denomina heterocisnormatividade. Além disso, admite-se que existam múltiplas expressões de gênero, e que estes podem se relacionar igualmente ou se sentirem atraídos por qualquer um dos gêneros. Como a orientação sexual se relaciona com a dimensão afetiva, amorosa e sexual do ser humano, no que se tange a sua atração, designam-se, como orientações sexuais possíveis: heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade, assexualidade, pansexualidade, dentre outras. Assim, existem diversas maneiras de manter contato com outros sujeitos, quer sejam do mesmo sexo, de sexo diferente, com ambos os sexos, ou mesmo de não o manter ou limitar a alguns critérios variáveis, como é o caso da assexualidade.

No contexto da orientação sexual, encontra-se também a expressão de gênero, que é a maneira que a pessoa encontra ou escolhe para se manifestar publicamente, a forma como se veste, corta o cabelo, seus comportamentos, suas características corporais e o jeito de seu convívio com os demais. Cabe destacar que a expressão de gênero não necessariamente coincide com o sexo do sujeito, ou mesmo com sua orientação sexual, e sim com sua satisfação própria. Trata-se de um jeito de viver a vida que oportuniza que o sujeito viva realizado com suas escolhas, o que lhe traz maior conforto, realização e bem-estar.

As juventudes que transitam pelo CJ do CPCA são uma amostra bastante robusta, no que se refere à identidade de gênero e aos atuais conceitos de orientação sexual. A diversidade de suas individualidades demonstra o quanto o reconhecimento e a validação desses dois vetores, identidade de gênero e orientação sexual, por parte do mundo adulto, é fundamental para que os jovens conquistem a felicidade, a realização, a saúde e a plenitude enquanto sujeitos no mundo.

Nos relatos desses jovens, muitos deles envoltos por dor, sofrimentos, mentiras, sofrimentos físicos e mentais, evidencia-se a urgência de que essas temáticas sejam reconhecidas como centrais para quem convive eles, bem como

sejam difundidas em processos educativos capazes de gerar empatia por parte das famílias e da sociedade. O que as juventudes esperam é apenas respeito e, quando elas o encontram nos espaços em que convivem, o que se percebe é o surgimento de pessoas renovadas, potentes, fortes, capazes de atingir níveis altíssimos de criatividade, imaginação, invenção, produção, afetividade e conhecimento.

O acolhimento de cada pessoa, independentemente de sua identidade sexual ou orientação, é um elemento que faz parte do método adotado pela equipe do CJ. O acolhimento é uma dimensão importante na construção de um ambiente educativo que valoriza a diversidade sexual e de gênero. Ele implica o reconhecimento e o respeito pelas diferenças, bem como a promoção da igualdade de oportunidades, da justiça social e da cidadania plena para todas as pessoas, independentemente de sua orientação sexual ou identidade de gênero (BRASIL, 2013, p. 14).

Acolher, reconhecer, abraçar, proteger, promover, potencializar, oportunizar, participar, são os verbos mais utilizados pelos profissionais que atuam no CJ e vão ao encontro os principais objetivos expressos na proposta pedagógica da unidade da Lomba do Pinheiro. Essa proposta encontra reflexo tanto nos planos de abordagens dos profissionais e nas práticas educativas e pedagógicas desenvolvidas por estes com seus educados quanto nas próprias juventudes, que demonstram vivenciar, no CJ, uma liberdade que, muitas vezes, só possuem lá. Esses jovens, além de valorizarem e se emocionarem com tal liberdade, manifestam o poder positivo que tudo isso desempenha em suas vidas e formação.

Mesmo aqueles jovens cisgêneros e heterossexuais que participam das atividades do CJ compreendem a importância de desenvolver esse olhar cuidadoso para as questões de gênero e de orientação sexual. Essa convivência com a diversidade sexual proporciona que esses jovens se desenvolvam como parte de um coletivo que, para além disso, reconhece também as lutas relacionadas às questões de classe, raça, éticas, étnicas e outras.

Diante disso, é evidente a orientação sexual é uma expressão da dimensão afetiva e sexual do ser humano e que deve haver reconhecimento e respeito pela diversidade, tendo em vista o pleno desenvolvimento do sujeito.

2.2.4 Teorias progressistas e libertadoras da educação

A educação se constitui no pilar de uma sociedade democrática, pois suas construções possibilitam ao homem transitar nas diferentes perspectivas sobre a vida e história, edificar sua racionalidade e, ao mesmo tempo, apropriar-se do já construído e aprimorar sua sociabilidade, encontrando meios de manutenção da vida e sustentação da humanidade. Por meio da educação, criam-se as conjunturas necessárias para que se ativem os princípios básicos de uma sociedade democrática. Contudo, a educação não está isolada das demais construções sociais, o que torna necessário frisar que não é todo e qualquer tipo de educação que conduz à democracia, à formação de uma sociedade autônoma, com indivíduos igualmente emancipados e humanizados. Para que isso ocorra, há de se verificar com que intencionalidade esta educação é gestada, e aos interesses de quem ela atende.

Pensar em termos de determinação social, contudo, parece pouco razoável, posto que a própria educação pode ser tanto ferramenta de liberdade quanto de alienação, castração, domínio e holocausto. Assim, pode-se vislumbrar que, resguardado seu papel fundante no processo de desenvolvimento histórico e cultural de sociedade, a educação está intimamente vinculada à estrutura social que guarda, na política e no que ela encerra, as engrenagens do curso de uma sociedade inserida em um contexto de multiplicidade de ideologias e globalização econômica, social e tecnológica.

No pensamento de Marilena Chauí, encontra-se a conceituação das expressões emancipação e educação, a partir da qual a primeira significa, dada sua etimologia latina, “sair para fora de; livrar-se do poder, da mão que retêm, que segura o escravo”, é o movimento pelo qual ocorre a saída da condição de servidão, de dependência, de submissão e se vai ao encontro da liberdade (DIÁLOGOS DA EXTENSÃO POPULAR, 2020). Para a autora, emancipação é que o sujeito passe do estar sob controle para o estar sob seu próprio domínio, tornar-se livre. A expressão educação, por sua vez, também é de origem latina e significa “conduzir para fora de si, com a ciência do sentido para onde se leva”; significa, ainda, levar o sujeito a ver e conhecer o mundo que o rodeia.

Os temas emancipação e educação estão vinculados à modernidade, e os movimentos revolucionários vão conformando-os desde o iluminismo da revolução

francesa que difundia a ideia de que apenas o conhecimento teria o poder emancipatório e que o único caminho para livrar os seres humanos do medo da superstição, da credulidade, da ignorância e dos poderes tirânicos de então seriam as luzes da razão. Assim, evidencia-se que a função da educação seria libertar os sujeitos, educar os cidadãos na passagem da monarquia à república, ou seja, constituía um direito de todos.

Afirmar a educação como um direito do cidadão significa compreendê-la igualmente responsabilidade do Estado. Ou seja, a educação, por ser um direito, não é e não pode ser privativa; ela é universal, ao contrário do que se vê no contexto brasileiro. Numa leitura ainda incipiente de dados e informações sobre a educação brasileira, é possível perceber que ela figura, quando se trata da educação pública, como absoluta carência e, quando se refere à educação privada, como opulência e privilégio.

O pensamento marxiano influencia o iluminismo e os movimentos revolucionários do século XIX, uma vez que o autor já expunha o caráter contraditório da sociedade burguesa, entendendo que a diferença existente entre as classes era um impeditivo para que ocorresse, de fato, a emancipação humana. Luiz (2008) argumenta, a partir de Marx, que a sociedade burguesa surgiu das ruínas da sociedade feudal e não aboliu os antagonismos de classe, fazendo apenas substituir com as novas classes, novas condições de opressão e novas formas de luta àquelas que existiram no passado, pressupondo o homem como um produto histórico que está condicionado pelas circunstâncias estruturais que o cercam.

O binômio educação¹¹ e emancipação¹² implica no reconhecimento da liberdade individual como fator preponderante no exercício ativo da cidadania, ou

¹¹ Educação é proveniente do latim, *educare*, cujo significado literal é conduzir para fora ou direcionar para fora. O termo é composto pela união do prefixo *ex* (fora) *educere* (conduzir ou levar). Educação é a ação de instruir. Significa dar polidez. Em sua origem, o significado de “direcionar para fora” era empregado com o sentido de disciplinar ou preparar uma pessoa para o mundo, para viver em sociedade, ou seja, conduzir para fora da casa dos pais, para fora de si mesma, mostrando as diferenças que iria encontrar no mundo. Num sentido mais amplo e moderno, educação tem como significado os hábitos, valores e costumes em uma determinada cultura, que são transferidos de geração para geração. Assim, a educação é formada através das situações presenciadas e das experiências vividas por um indivíduo ao longo de sua vida. O conceito por nós conhecido de educação também envolve o nível de cortesia adotado por uma pessoa, com sua delicadeza e civilidade, bem como seu nível e sua capacidade de socialização. No caso do processo de socialização, a educação é exercida em comum, entre as pessoas, nos espaços de convívio social, adequando o indivíduo à sociedade através dos grupos. Assim, aqui a educação é coincidente com os conceitos de sociabilização e endoculturação, embora não se resume a apenas esses conceitos. A

seja, no efetivo exercício dos direitos, em especial, dos direitos humanos e da liberdade, não apenas como abstratos e positivados, mas enquanto ética humana que pode e deve ser vivenciada com alteridade e na reciprocidade entre os sujeitos que coexistem numa mesma condição: a de seres humanos integrados individual e socialmente.

O Brasil assegura que a educação, conforme a lei 9.394, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, é dever do Estado, por meio da escola, enquanto instituição social, de modo que a este cabe a garantia da educação básica obrigatória e gratuita dos cidadãos com idades entre 4 (quatro) e 17 (dezesete) anos de idade, organizada em: pré-escola, ensino fundamental e ensino médio. A referida lei acompanha uma das grandes declarações universais de direitos, ocorrida no pós-guerra, em 1948, que é a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Esses fatos são relevantes para que a educação se diferencie tanto de caridade quanto de privilégio, conforme salientou Chauí em seminário por ela proferido (DIÁLOGOS DA EXTENSÃO POPULAR, 2020).

A realidade da educação pública brasileira configura um verdadeiro caos, posto que o país ocupa o 53º lugar, entre 65 países avaliados pelo Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (PISA). No país, segundo dados do IBGE, 731 mil crianças ainda estão fora da escola, e o analfabetismo funcional de pessoas entre 15 e 64 anos foi registrado em 28% no levantamento realizado em 2009 pelo IBOPE. Esses dados revelam ainda que 34% dos alunos que chegam ao 5º ano de escolarização não conseguem ler, e 20% dos jovens que concluem o ensino fundamental não dominam o uso da leitura e da escrita.

educação, no seu sentido mais amplo, atinge também os ambientes escolares, levando o indivíduo da educação infantil à graduação de nível superior, com objetivos determinados, tendo os conhecimentos adquiridos para exercer sua função pessoal e profissional no meio em que foi inserido e educado.

¹² É um substantivo feminino. A palavra vem do Latim *emancipare*, que significa “declarar alguém livre” (ex-, que significa “fora” *mancipare*, que significa “entregar, transferir, vender”), que por sua vez vem de *mancipium* (“qualidade de proprietário”, de *manus* (“mão”). O significado de Emancipação é abordado com a ação de tornar-se ou ser livre ou independente. Normalmente, o termo emancipação é utilizado em contextos de libertação, seja de alforria (emancipação de escravos), seja de emancipação política, emancipação da mulher, entre outros. Na área da Filosofia, a emancipação significa a luta (os esforços) de grupos privados de seus direitos mesmo na discussão de questões em conquistar seus direitos políticos ou de igualdade como cidadãos. A emancipação política é um conceito que foi primeiramente abordado por Karl Marx ainda em 1844, na publicação de seu ensaio “Sobre a questão judaica”. A obra mostra a visão de Marx sobre a relação de emancipação política com a emancipação do Estado do judaísmo, cristianismo ou de outra qualquer religião (SIGNIFICADOS BR, 2023).

Os dados mais atualizados que tive acesso, são oriundos também do PISA e mostravam que dentre 79 países avaliados, o Brasil aparece na 57ª posição, ou seja, tinha um dos piores desempenhos em matemática e em leitura, na qual os alunos demonstravam grande dificuldade em interpretação de texto, não conseguindo diferenciar o que é fato do que é opinião.

É imperioso constatar que o Brasil está, de acordo com o índice Gini (IPEA), aferido pelo banco mundial, em 2020, entre os dez países mais desiguais do mundo, ocupando o nono lugar entre os 164 países considerados. Os baixos índices de escolarização e de aproveitamento educacional coincidem com os altos índices de desigualdade, o que deve ser tomado como uma resposta a um projeto político que reconhece a importância e o lugar da educação e da cultura na condução do projeto social.

Os jovens entrevistados neste estudo manifestam sua plena compreensão do papel das escolas, enquanto espaço de manutenção do ideário capitalista burguês e dependente brasileiro. Fica evidenciado para a juventude, em geral, que a educação brasileira está focada em preparar o jovem para exercer função no mercado de trabalho, em detrimento de qualquer forma de participação social, uma vez que está apenas focada nos interesses das empresas e do capital.

Já o interesse dos jovens pelos espaços educativos, como é primordialmente a escola, está centrado no desenvolvimento de valores e princípios de equidade, colaboração, participação, sustentabilidade e plena vivência dos direitos humanos, resultando numa educação que atue sobre a formação humana, social e política, desenvolvendo, com essas juventudes, uma consciência crítica. Conforme Abramovay (2015), “[...] a escola não é, em muitos casos, um espaço democrático, sedutor e igualitário, tal como concebido e idealizado” (ABRAMOVAY, 2015, p. 37).

É importante fazer a ressalva, contudo, de que, embora haja uma implicação direta da educação sobre a emancipação, a história e os estudos, sobremaneira filosóficos, acerca do tema têm mostrado que, necessariamente, a educação nem sempre gera a emancipação. Isto se dá porque, uma vez que é vista como direito e política pública gestada pelo Estado, acaba por se constituir num instrumento ideológico que se orienta pelos interesses atrelados a este Estado e seus compromissos com os sistemas políticos e econômicos que definem o curso da vida pública. Assim, se a educação é arquitetada pela perspectiva acrítica, torna-se um recurso a favor de tais interesses e promove a acomodação, subalternização e a

alienação que endossam a manutenção do poder vigente e a ordem posta. Na contramão disso, caso nutra a perspectiva crítica, atua sobre os valores de equidade, liberdade, solidariedade, comunidade, empatia, autonomia, democracia, entre outros, visando a emancipação humana.

Se, de um lado, a educação é a chave do esclarecimento, conforme preconiza Kant, de outro, é instrumento de adestramento social coletivo, e a história dos campos de concentração alemães é prova disso. Numa sociedade concebida como altamente letrada e educada, a ocorrência de fatos que dizimaram grupos humanos marcaram, para sempre, a história humana e da sociedade como eventos históricos dos mais trágicos, desumanos, irracionais e monstruosos da civilização.

Há de se ter cautela ao promover afirmações absolutas em relação à educação enquanto instrumento libertador, conforme se verifica na maioria dos textos que tratam do tema na contemporaneidade, visto que, se ela se guiar por uma diretriz crítica, ética e engajada ao movimento social, pode gerar, e muito provavelmente o fará, como denota a história, atrocidades. Por exemplo, atrocidades com as vistas em Auschwitz ou nos eventos que tiveram lugar nos EUA, em 2021, e no Brasil, em 2023, quando grupos de pessoas, consideradas “esclarecidas”, entenderam por bem atacar a democracia e os poderes instituídos do Estado por sentirem-se contrariadas no seu propósito de manter no poder governos racistas, fascistas, machistas, patriarcalistas, xenófobos, coloniais e neoconservadores.

A presente reflexão contém um importante alerta de que é fundamental aliar educação ao reconhecimento da forma social em que ela se realiza, inclusive como recurso de apropriação e desenvolvimento de uma consciência autônoma, crítica, responsável, empática, ética e comprometida com o desenvolvimento da humanidade em sua mais estrita natureza e relação com a totalidade humana. Assim, considerar a história, conhecê-la, compreender os condicionamentos que geraram determinados cursos de pensamentos, construções conceituais e condutas e identificar as tradições é necessidade preponderante para que se possa atuar sobre o presente e preparar o terreno para um futuro em que a educação exerça seu papel emancipador.

Arendt (2016) argumenta extensamente sobre a importância de conjugar a história e a autoridade, compreendendo que as grandes dificuldades vivenciadas contemporaneamente pela educação advêm da íntima relação que esta possui com a crise da tradição. Diz a autora:

A verdadeira dificuldade na educação moderna está no fato de que, a despeito de toda a conversa da moda acerca de um novo conservadorismo, até mesmo aquele mínimo de conservação e de atitude conservadora sem o qual a educação simplesmente não é possível se torna, em nossos dias, extraordinariamente difícil de atingir. Há sólidas razões para isso. A crise da autoridade na educação guarda a mais estreita conexão com a crise da tradição, ou seja, com a crise de nossa atitude face ao âmbito do passado. É sobremodo difícil para o educador arcar com esse aspecto da crise moderna, pois é de seu ofício servir como mediador entre o velho e o novo, de tal modo que sua própria profissão lhe exige um respeito extraordinário pelo passado (ARENDDT, 2016).

A reflexão da autora remete a um dos grandes dramas vivenciado por tantos colegas professores, que foram forjados, capacitados, preparados e formados numa perspectiva de educação calcada na tradição, inclusive para a arquitetura do pensamento moderno, em que se precisa promover, ao vivenciar a docência, uma ruptura que ultrapassa a concepção de adaptabilidade pedagógica e vai ao cerne do próprio papel do professor, tendo como recursos de intervenção a arte de educar pela tradição. No entanto, sem aprofundar-se em todo o processo de conservação que tal educação tradicional encerra, seria leviano aprofundar a crítica, uma vez que se poderia incorrer em uma avaliação que é reacionária e fascista, quando o que se reclama é exatamente o oposto.

Preparar as gerações para lidar com a vida pública e política, que é o principal papel da Educação, compreende reunir elementos e fenômenos históricos e naturais que oportunizem aos estudantes descortinar o mundo, reconhecer suas competências e promover um trabalho pedagógico sobre o qual se possa edificar seu aprendizado, contribuindo, assim, para a consolidação de sujeitos capazes de lidar com o mundo adulto e que se constituam, individual e coletivamente, como agentes da história, agindo e transformando presente e futuro.

Nesse sentido, embora existam diferentes correntes pedagógicas que foram gestadas na perspectiva de libertar os sujeitos, fazendo-os recriarem o mundo privado (das relações familiares) no espaço da escola, com a intenção de responder às perversas pedagogias tradicionais - que procuravam promover aprendizagens mecânicas, alienantes, de adestramento do pensamento e da consciência dos sujeitos pela repetição, treinamento, disciplina, estímulo e resposta -, consolidou-se a pedagogia moderna. Esta se orienta pela apropriação do conhecimento, por parte dos estudantes, na interação com seus pares, numa linguagem e num formato de domínio desse grupo, de forma participativa, lúdica e procurando associar

conhecimento teórico à prática. Em muitos casos, o papel de “construir conhecimentos” fica ao encargo do/a estudante.

As advertências relativas aos efeitos controversos de um processo educacional pautado meramente numa estratégia de "esclarecimento" da consciência, que não considera a forma social em que ela acontece, realça uma preocupação nutrida por Adorno (1987) ao falar de Freire. O autor diz que “quanto mais a educação procura se fechar ao seu condicionamento social, tanto mais ela se converte em mera presa da situação social existente” (ADORNO, 1987, p. 102). Ou seja, para Adorno, assim como para mim, pensar a educação como recurso para a emancipação é pensá-la em consonância com a categoria de totalidade e significá-la na dialética de suas tensões, uma vez que ela é parte do todo social.

Posto que a educação encerra, entre outros tantos, os elementos até aqui consignados, permito-me inferir que, na base do problema da educação como fator de emancipação, está o fato de que pequena parcela da sociedade compreende, ainda que superficialmente, a extensão e abrangência que a educação possui no que concerne às diversas dimensões da vida social e cultural, bem como os impactos que provoca tanto sobre a condição de vida presente quanto futura, no trajeto em busca da humanidade e da sociabilidade.

Num contexto demarcado pelos valores e princípios capitalistas, no qual as relações decorrem em favor da produção e da reprodução, tanto em favor do lucro quanto dos ideários liberais e conservadores e da manutenção da ordem econômica e social ditada pela burguesia, o conhecimento histórico profundo e a cultura, ou a ausência delas nos currículos escolares, não podem e nem devem ser tomados por neutros, inocentes frutos do acaso. Pelo contrário, são reveladores do favorecimento sustentado na ideologia da burguesia, enquanto grupo dominante, em detrimento da classe trabalhadora periférica. Isso se reflete nos currículos, cujos efeitos fazem com que grande parcela da população não tenha acesso aos meios de produção e reprodução da cultura e do capital. Esses sujeitos permanecem alheios à possibilidade do conhecimento de sua história e cultura. Em verdade, a educação figura, neste caso, como instrumento de adestramento da consciência e “docilização” dos corpos.

Como já refletido até aqui, compreendo que seja uma perspectiva ética engajar a luta pela equidade de condições sociais, em busca de uma sociedade justa, igualitária e livre. Tornar a escola e os demais espaços educativos atrativos,

fomentadores, democráticos, com capacidade de formação crítica, responsável, cidadã e, sobretudo, comprometida com o desenvolvimento pleno dos sujeitos membros dos grupos sociais, especialmente os filhos da classe trabalhadora, é parte desse compromisso ético.

A tirania moderna, muitas vezes, é explícita; em outras, é discreta ou simbólica. Contudo, seja qual for o contexto, seus revezes estão sempre apontados na direção das populações menos privilegiadas. São os pobres, negros, trabalhadores e periféricos que servem para manter o sistema exatamente como ele se desenha. Um dos discursos que visa justificar a manutenção dessas condições que foram determinadas a esses grupos é o do suposto perigo que oferecem ao restante da sociedade. É veiculada e produzida uma ideia de que, nas periferias, prolifera-se a desordem, a bandidagem, o infortúnio, as drogas, a malandragem, a vadiagem e uma série de outros adjetivos maledicentes.

Esses recursos utilizados pelos donos do capital são facilmente percebidos como fator ideológico quando se acessa qualquer grupo social oriundo dessas periferias, e o que se percebe é que, nesses espaços, existem muitas pessoas lutando cotidianamente pela sua vida e sobrevivência, muitas pessoas contribuindo com o desenvolvimento de uma nação com seu trabalho, com seu estudo, com sua pesquisa, com sua criatividade, com sua cultura, com sua luta, com sua força para transformar obstáculos em oportunidades, sobrevivendo ao assédio engendrado pelo ideologia do sistema econômico, que não oferece oportunidades objetivas e subjetivas de desenvolvimento para tais cidadãos.

De fato, nas comunidades, também é onde está presente uma das faces mais perversas da necropolítica, é onde se materializa de maneira mais flagrante a tirania promovida pela vil mentalidade burguesa de uma sociedade de capitalismo dependente. É lá que algumas pessoas pobres, em sua maioria jovens e negros, têm na violência uma alternativa de sobrevivência. É nestas comunidades que jovens, pertencentes às mais diversas formas de organização familiar, são vitimados pela falta de oportunidades com políticas públicas, como uma educação de qualidade e verdadeiramente emancipadora, jovens que acabam encontrando no tráfico de drogas e outros tantos delitos uma forma de se manter material e imaterialmente.

É mister compreender que a existência desses jovens faz parte do processo de produção e reprodução do próprio capital, que tem, no cume da pirâmide, um

grupo de sujeitos que não são percebidos como infratores ou mesmo qualificados como bandidos, mas que são os que agenciam e financiam todo o processo de comercialização de drogas e de outros ilícitos. Assim, encapsular, no contexto de uma periferia sem recursos públicos, as mazelas deste sistema de consumo, que é o mundo da droga e do crime, também faz parte de uma ideologia que não pode ser considerada neutra, muito menos inocente. No quadro 3, a seguir, aparecem os dados de uma pesquisa intitulada “Novas Configurações das Redes Criminosas após a Implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs)”, realizada pelo Observatório de Favelas, no Rio de Janeiro, que abordam o envolvimento das juventudes com o mundo do tráfico de drogas.

Quadro 3 - Dados sobre o envolvimento das juventudes com o mundo do tráfico de drogas

Aspecto da Pesquisa	Resultados
Faixa etária de entrada no tráfico	13-15 anos (54,4%), 10-12 anos (13%)
Motivos para entrar no tráfico	Financeiro (62%), ajuda à família (47%), busca por adrenalina, influência de amigos e dificuldade em conseguir emprego.
Experiência profissional prévia	66,3% tiveram experiência prévia, mas encontraram condições precárias no mercado de trabalho.
Tentativas de saída do tráfico	40% dos jovens já saíram voluntariamente, mas muitos retornaram devido a barreiras relacionadas à educação e oportunidades de emprego.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base na reportagem da Rede Brasil Atual (2018).

Em reportagem de Luiza Sansão (2018), Luiz Eduardo Soares questiona como os grupos vinculados ao tráfico se perpetuam ou ampliam e, assim, argumenta sobre o tema:

Eles precisam se reproduzir e, para existirem e se reproduzirem, eles precisam cooptar, recrutar outros atores, outros indivíduos, e em geral são os jovens os mais vulneráveis a esse recrutamento. Aqueles que acabam aderindo ao tráfico o fazem porque recebem benefícios. Esse recrutamento não se faz pela força, pela imposição. Este é um caso excepcional. Em geral, esse recrutamento acontece porque há benefícios, assim considerados por quem se deixa recrutar e passa a integrar um determinado grupo que pratica crimes. São os óbvios, materiais, que todos reconhecem, que é o acesso a algum dinheiro para sobreviver, consumir, melhorar sua qualidade de vida e de sua família. Mas também, e eu diria sobretudo, benefícios imateriais, que têm um impacto extraordinariamente importante. O reconhecimento, a valorização, o acolhimento. Esses que se sentem perdidos, sem lugar e invisíveis socialmente, passam a compartilhar uma identidade, a vivenciar o pertencimento a um grupo (SANSÃO, 2018).

A reflexão do autor inclui um elemento fundamental quando se trata do tema da educação e da emancipação: o reconhecimento. A sociedade contemporânea reconhece que crianças, adolescentes e jovens possuem necessidades especiais em seu contexto de formação humana, dada sua condição peculiar de desenvolvimento. Durante o processo de formação da personalidade, psiquê e desenvolvimento social, alguns períodos são marcados por adaptações cercadas de inseguranças, medos, crises, desconfortos, busca por um padrão e por uma identidade, entre outros aspectos.

Aproveitando-se desse elemento natural do processo de desenvolvimento humano, os grupos vinculados ao tráfico de drogas assediam os jovens mais vulneráveis com promessas de reconhecimento, pertencimento, visibilidade e valorização que, em geral, não seriam possíveis, para esses jovens, em nenhuma outra instância da sociedade. O autor prossegue sua reflexão, afirmando que mesmo os bens materiais possuem um valor estimado pelos jovens, tornando-se atrativos para que eles ingressem e permaneçam nesses contextos de risco para si próprios:

mesmo aqueles bens materiais, como uma camisa que protege o corpo, ou um calçado que protege os pés, além de proverem vantagens propriamente materiais, têm um valor simbólico, psíquico, subjetivo e intersubjetivo. São fetiches de status que diferenciam positivamente, status que também proporciona um reconhecimento. E, por outro lado, são indicadores de pertencimento a um grupo que assim se qualifica. O tênis de marca não é apenas um calçado que protege os pés, mas uma marca que atribui um status ao seu detentor. Então, essa marca, esse fetiche, esse símbolo de valorização de status e de pertencimento são elementos de grande importância nesse contexto de vulnerabilidade. (SANSÃO, 2018).

Concordo com a perspectiva de Soares (SANSÃO, 2018), de que o processo de sedução e controle é amplamente promovido pelos detentores do capital, resultando na exclusão, afastamento e obstrução dos direitos dos indivíduos mais vulneráveis. Cabe ao Estado, por meio da educação, desenvolver mecanismos, metodologias e estratégias que possam desafiar essa ideologia e oferecer às juventudes oportunidades de desenvolvimento saudável, com acolhimento, reconhecimento, valorização e oportunidade de integração na sociedade. Somente assim, e não ampliando os processos de exclusão, como pode ocorrer com as medidas socioeducativas que muitas vezes levam a uma revitimização, é possível produzir uma nova cultura e uma nova abordagem para enfrentar o grave problema enfrentado pelas juventudes nos territórios conflagrados pela violência, incluindo o tráfico de drogas.

Em relação à educação profissional voltada à inserção no mundo do trabalho, as juventudes sofrem as mesmas pressões encontradas no ensino fundamental e médio, talvez com maior intensidade, uma vez que essa modalidade de educação tem o compromisso de suprir a demanda do mercado de trabalho dominado pelas empresas.

Todas as tensões existentes entre as juventudes e a escola, no contexto da educação básica, (...), podem também ser encontradas no campo da educação profissional. As juventudes que buscam qualificação e ingresso no mundo do trabalho, podem deparar-se com sistemas igualmente rígidos, que estabelecem pouco ou nenhum diálogo com suas experiências e saberes (BARROS, 2021).

Em sua obra, Barros (2021) discute a ideia proposta por Dayrell (2007), de que os jovens têm a capacidade de transformar espaços físicos em espaços sociais, mas ressalta que essa transformação não se limita à mudança do ambiente, mas implica em uma transformação na sociedade, uma vez que os jovens são capazes de criar novos significados e sentidos nos lugares que frequentam. Para a autora, a escola e outros espaços públicos ou sociais não devem ser considerados apenas como lugares de passagem ou transmissão de conhecimento, mas sim como ambientes onde as identidades e subjetividades dos jovens são construídas e reconstruídas. Além disso, Barros (2021) destaca a importância de entender como os jovens se envolvem e participam nesses espaços sociais, e também os riscos de

exclusão e marginalização prováveis, caso suas experiências e conhecimentos não forem valorizados e reconhecidos. Conforme a autora:

As práticas culturais ali existentes, como o jogar conversa fora, o dançar, o cantar, são significativos na produção de estruturas particulares de significados. Pensar em uma escola que atenda aos jovens, é considerar este espaço como espaço de socialização, em que, nem sempre os conteúdos, as regras, as constantes atividades estão presentes. Os jovens buscam muitas vezes o espaço da escola para estreitar laços e buscas interações com outros jovens, este é muitas vezes um espaço para brincadeiras, de interação, de zoação, necessário ao seu desenvolvimento, onde podem até mesmo exercer o seu sócio criativo. A escola, muitas vezes, se transforma na realidade de diversos jovens, como o único espaço em que pode ser eles mesmo, relax, tirar uma onda, sem as cobranças das famílias, do trabalho, entre outros (DAYRELL, 2007).

Ao focar no reconhecimento das juventudes vulneráveis como produto e processo de uma história moldada pelas contradições do capitalismo dependente, que opera na determinação do curso dos fatores sociais que influenciam os contextos socioeconômicos, que retroalimentam a intensidade do próprio capitalismo, é necessário enfatizar a luta de classes como um vetor constante do processo de reprodução do capital. Ao mesmo tempo, é essencial reconhecer as diferentes necessidades entre os grupos, incluindo as juventudes e outras populações vulneráveis. Para esses grupos, subverter a ordem imposta por essa ideologia é um elemento de resistência que encontra forte aliado na emancipação, como discorre Luiz (2008), com base nos escritos de Gramsci:

[...] o enfrentamento das contradições da sociedade capitalista tardia poderá ocorrer pela via cultural e ético-política mediante o fomento da potencialidade dos segmentos das classes subalternas e seu protagonismo consciente ativo e organizado desencadeado por um processo de rupturas poder-se-á chegar à edificação da emancipação social como um caminho contra hegemônico. (LUIZ, 2008, p. 115).

É fundamental reconhecer que diferentes grupos possuem necessidades distintas, incluindo as juventudes e outras populações vulneráveis, condição em que resistir às imposições ideológicas e buscar a emancipação pode ser um caminho contra hegemônico e possibilitar a edificação de uma sociedade mais justa.

Entretanto, apenas a posituação de direitos não garante que sejam efetivados, e a ausência desses direitos não promove qualquer tipo de alteração na vida daqueles aos quais se destinam. Rizzini (2008) destaca como, ao longo do tempo, crianças, adolescentes e jovens empobrecidos são estereotipados como

sujeitos perigosos e abandonados, que vivem nas ruas, em contraste com a opulência e a riqueza, compreendendo um cenário de pobreza e ausência de cuidado. Segundo a autora:

A cidade propiciava, enfim, uma mistura populacional desconhecida, assustadora. Em meio à fervilhante movimentação ostentatória de riqueza, circulavam e vadiavam nas cidades tipos humanos de toda a espécie: trabalhadores pobres, vagabundos, mendigos, capoeiras, prostitutas, pivetes. "Alguns depoimentos da época revelam que crianças e jovens eram figuras sempre presentes no cenário de abandono e pobreza da cidade (RIZZINI, 2008, p. 34).

Destaco que o ECA (1990) tem como objetivo garantir os direitos das crianças e dos adolescentes, que muitas vezes são expostos a situações de abandono e pobreza nas cidades brasileiras, como revelam alguns depoimentos da época, conforme menciona Rizzini (2008). O Estatuto da Criança e do Adolescente (BRASIL, 1990) se constitui como um dos principais instrumentos jurídicos e sociais para o desenvolvimento de sujeitos de direitos e para o desenvolvimento da consciência crítica na sociedade em geral.

Esse instrumento jurídico e pedagógico, que constitui um marco histórico, surge em um momento de ascensão da democracia no Brasil, impulsionada pelo movimento das "Diretas Já"¹³ e a consequente implantação da Constituição de 1988. Nesse contexto de grande mobilização, o ECA surge a partir da luta da sociedade civil, profissionais e técnicos de diferentes áreas, que atuavam junto às crianças e aos adolescentes, bem como legisladores e outros.

É importante ressaltar que a conquista de direitos para crianças, adolescentes e jovens é um fato recente na história, uma vez que, até a década de 1990, no Brasil, esses sujeitos não eram compreendidos como titulares de direitos. Além disso, para aqueles que eram pobres, negros e vulneráveis, havia uma categorização como "menor", regulada pelo então vigente Código de Menores. Consequentemente, o Estado e a sociedade só reconheciam essas pessoas quando

¹³ Foi um movimento político e social que ocorreu no Brasil durante o período de 1983 a 1984 cujo principal objetivo era exigir a realização de eleições diretas para a presidência da República, sem a interferência do Congresso Nacional na escolha do chefe de estado. Era um período em que o Brasil estava sob o regime militar que governava o país desde 1964 e esse movimento representou um clamor popular por uma transição democrática e pelo direito do povo brasileiro de escolher diretamente seu presidente, sem as restrições e os arranjos políticos que eram característicos do regime militar.

elas se encontravam em situação irregular ou desprovidas de cuidados, conforme afirmam Souza e Serafim (2019):

No Brasil, a criança e o adolescente, até a Constituição Federal de 1988, eram vistos sob a perspectiva menorista, ou seja, apenas como indivíduos inferiores que um dia ser tornariam adultos e que, por hora, faziam parte do rol de bens dos pais, aos quais era atribuído o pátrio poder. Não se falava em violação aos direitos da criança justamente porque não lhes eram reconhecidos quaisquer direitos (Os direitos humanos da criança: análise das recomendações do Comitê dos Direitos da Criança das Nações Unidas) (SOUZA; SERAFIM, 2019, p. 1999).

Associo-me às correntes teóricas que reconhecem e que defendem que o reconhecimento da infância e da juventude, enquanto uma condição humana inerente ao seu processo identitário, é algo que deriva e vai sendo gestado no curso da história e da sociedade, que estas duas dimensões são categorias em construção e que, por isso, vivem os rebatimentos de uma concepção em disputa, sobretudo porque também são atravessadas pelo interesse do capital. O Brasil vive um delicado momento político em que estão sendo colocadas em xeque as conquistas de direitos. Importantes recursos e áreas da linha de defesa desses direitos estão sendo atacados, como são os conselhos, os fóruns, as pessoas e as entidades que atuam em frentes de defesa da criança e do adolescente, assistência Social e direitos Humanos. Além disso, cortes no orçamento de políticas compensatórias são implementados a cada dia, principalmente em áreas estratégicas com potencial de mudança, como é a educação, por exemplo.

Nesse contexto, em que se advoga falsamente pela segurança social, apontando como inimigos do Estado aqueles que são as principais vítimas do sistema capitalista em curso, é que as legislações que operam contra a desproteção do Estado agem, como um denso recurso de luta na manutenção de um Estado social de direito, pois resguardam os sujeitos de violações ainda mais brutais do que aquelas que já sofrem.

O ECA carrega consigo o legado de uma mudança de concepção que se tornou referência na área dos direitos humanos e tem contribuído para colocar a pauta da criança e do adolescente entre as principais do cenário brasileiro. Ainda que o país seja adultocêntrico e perceba a criança como um sujeito incapaz, o ECA se constitui num instrumento de contraponto, que advoga em defesa de toda a criança e de todo o adolescente, tendo em vista preservar suas capacidades de

autonomia e de protagonismo, enquanto sujeitos de direitos capazes de se produzir socialmente e transformar seus contextos, constituindo, portanto, um recurso de resistência.

Compreendendo que os direitos da criança, do adolescente e do jovem são categorias históricas em disputa, e que, segundo grande parte das teorias que tratam do tema, só têm ganhado relevância nos últimos três séculos, há de se inferir que os vetores que ligam a atualidade do tema com o seu histórico e com as amarras da tradição tornam possível uma franca expansão de consciência sobre tais tradições. Um desafio importante é reunir recursos de todas as ordens, jurídicos, sociais, educacionais, culturais, dentre outros, para, assim, constituir o terreno necessário para que se possa edificar uma efetiva sociedade de direitos para os recortes populacionais da infância e da juventude.

O reconhecimento da condição de sujeito-cidadão da criança e do adolescente é ratificado pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (julho de 1990) e pela promulgação, pelo Congresso Nacional, da Convenção dos Direitos da Criança das Nações Unidas (Decreto n. 99.710, de novembro de 1990), pela qual, assumindo todos os compromissos da carta de intenções, a criança é inserida dentro de um quadro de garantia integral segundo a qual cada país deve estabelecer políticas e diretrizes objetivando a primazia dos interesses das futuras gerações. (SOUZA; SERAFIM, 2019, p. 1999).

É igualmente importante salientar que lidar com os direitos da infância e da juventude é, em primeiro lugar, uma questão de direitos humanos, e que, no caso desta população, existem contornos particulares, dada justamente sua condição peculiar de desenvolvimento, mas também, ousado dizer, de existência.

Destaca-se, assim, que, embora se vejam avanços no que se refere à legislação relativa aos direitos humanos da infância e da juventude, a luta para assegurar a efetivação deles requer vigilância permanente, sobretudo em face dos ataques que essa temática sofre. Ataques oriundos, sobretudo, da perspectiva neofascista em curso no Brasil, que vêm subtraindo direitos e proferindo abertamente um discurso de ódio contra os jovens pobres da periferia, classificando-os como ameaça à ordem e ao progresso do país.

Em um contexto social complexo e fragmentado, é importante garantir que os processos educacionais forneçam um ambiente propício ao desenvolvimento de uma consciência crítica que permita, ao indivíduo, agir sobre sua realidade e alcançar sua emancipação e libertação por meio da conquista de autonomia. Essa

compreensão se baseia tanto em minha experiência como educador social, em diversas modalidades e instituições, quanto nos estudos, seminários, textos e capacitações que realizei ao longo de minha trajetória pessoal, profissional e acadêmica.

Quando se aborda temas relacionados à construção de uma consciência crítica, é natural que se faça menção a Paulo Freire, dada sua conexão e compromisso com o ser humano e suas possibilidades. Nesse sentido, apresento brevemente algumas ideias de Freire sobre consciência crítica e liberdade.

2.2.5 Perspectiva crítica e libertadora de Paulo Freire

Não há palavra verdadeira que não seja um ato concomitante de conhecimento e transformação do mundo (Freire, 1970, p. 68).

Educação não transforma o mundo. Educação muda as pessoas. Pessoas transformam o mundo (Freire, 1981, p. 49).

As citações de Paulo Freire, acima, já permitem compreender que, na concepção do autor, o conhecimento está intrinsecamente ligado à ação transformadora do mundo. Freire considera que a educação não é apenas um meio de transmitir informações, mas um processo de transformação social, no qual as pessoas aprendem a ler o mundo e a agir sobre ele de forma crítica e reflexiva.

O autor também discute importância que possui a educação na transformação do pessoal com vistas à transformação social, argumentando que a educação não pode simplesmente impor mudanças externas ao sujeito, mas deve auxiliá-lo a desenvolver habilidades e capacidades críticas que lhe permitam agir de forma autônoma e promover mudanças na sociedade em que vive.

As citações acima sintetizam a centralidade do papel da educação na perspectiva de Paulo Freire. Mais do que isso, estabelecem a base, a referência para a edificação de uma teoria crítica da educação e da intervenção social que possui um papel, segundo ele, fundamental para a verdadeira transformação social, estabelecendo um substrato mínimo sobre o qual se estrutura a emancipação humana enunciada por Marx.

Paulo Freire foi, e continua sendo, por meio de seu legado, um dos mais brilhantes educadores e filósofos brasileiros. Ele nasceu em Recife, Pernambuco, em 1921, e faleceu em São Paulo, em 1997. Dada sua importância indelével no

campo da educação e das lutas sociais, é considerado um dos principais teóricos da educação crítica e libertadora, reconhecido no Brasil e no mundo. Sua vida e obra propõem uma educação comprometida com a formação de cidadãos críticos, autônomos e capazes de intervir na realidade em que vivem.

Sua teoria foi talhada a partir de suas reflexões sobre a realidade brasileira, que é marcada por desigualdades sociais e econômicas, e sobre a importância da educação na transformação dessa realidade. Freire propõe uma pedagogia baseada na conscientização, na participação e na ação dos sujeitos envolvidos no processo educativo.

Para Freire, a partir de um fragmento do poema de Antônio Machado, é na ação e no movimento que o conhecimento acontece, e "Caminhando se faz o caminho. Ao fazê-lo se canta, ao cantá-lo se refaz" (FREIRE, 1971, p. 21). A perspectiva sobre a qual Freire opera considera que haja uma participação ativa dos sujeitos envolvidos no processo educativo quando se busca mudanças e transformação tanto de si quanto da realidade. O educador entende que o engajamento dos sujeitos no processo de construção do conhecimento é algo de primeira grandeza e determinante, de modo que as aprendizagens não são apenas processos passivos de recepção de informações, e sim dinâmicos e transformadores, que devem estar sempre conectados com as necessidades e com as demandas dos sujeitos neles envolvidos, bem como com a realidade social.

A educação, em sua construção referencial, não deve ser neutra ou imparcial, pois precisa ser e estar sempre carregada de sentido político, seja ele explícito ou não, pois, assim, será crítica e libertadora e estará voltada à transformação da realidade social, por meio da conscientização dos sujeitos acerca de suas condições de oprimidos e sobre as possibilidades de ação para a mudança dessa realidade. Uma das principais contribuições de Freire foi a concepção de diálogo como base da educação crítica e libertadora, de modo que, para o autor, o diálogo não é tão somente uma técnica de ensino, e sim uma atitude fundamental na relação entre sujeitos, baseada na reciprocidade, na escuta atenta e na valorização das experiências e saberes dos sujeitos envolvidos.

Sua teoria se baseia numa crítica apurada ao sistema educacional tradicional, considerado por ele autoritário e alienante. Para ele a educação deve estar voltada para a formação de sujeitos críticos e autônomos, capazes de compreender a sua realidade e de atuar de forma transformadora sobre ela. Em

suma, Paulo Freire propõe uma educação crítica e libertadora, baseada na conscientização, na participação e na ação dos sujeitos envolvidos.

Acrescento que as ideias de Marx, enquanto método dialético de análise, contribuem para a compreensão da concepção igualmente dialética de Freire, o que possibilita a compreensão de como o mundo se revela. A perspectiva crítica da pedagogia freiriana está ligada à visão dialética da história, que compreende que é através da relação dialógica que a transformação pode ocorrer entre os sujeitos e a natureza, bem como entre os próprios seres humanos em sua existência social.

A epistemologia freiriana promove aprendizagens significativas e críticas que ocorrem por meio dos permanentes questionamentos seguidos de possibilidades de escolhas, através de relações dialógicas promovem o encontro dos homens que pronunciam o mundo, com o objetivo de (re)criar a história. Freire possui uma práxis libertadora que se aproxima da proposta de Marx pela dialogicidade, analisando o processo histórico e considerando o conhecimento como um objetivo concreto. Sua práxis reflexiva coaduna teórica e praticamente para mudar a realidade e é, certamente, baseada nas construções teóricas de Marx. Freire é categórico quando expressa que "Não há saber mais ou saber menos: há saberes diferentes" (FREIRE, 1996, p. 32). Ou seja, para ele, todos os saberes importam, assim como a diversidade de conhecimentos que se encontram presentes na sociedade, pensamento que vai de encontro à visão marxista de que o conhecimento é construído a partir da prática social e histórica.

O diálogo é uma necessidade existencial. (...) É impossível que os homens, que não são coisas, se encontrem no mundo para depositar ideias, para discutir sobre elas. Só se encontram os homens que, como seres no mundo, estão em diálogo (FREIRE, 1979, p. 90).

Nesse sentido, a crítica consciente e a solidariedade são elementos interligados que favorecem a inclusão social e a sua extensão por meio do reconhecimento mútuo. Na visão freiriana, o modelo tradicional de ensino é limitado e não favorece o desenvolvimento da consciência crítica dos indivíduos, já que o conhecimento é visto como imutável e sem espaço para mudanças. Em vez disso, ele propõe um método de ensino emancipatório, que incentiva os alunos a refletir sobre sua própria história e lugar na sociedade, visando uma sociedade mais justa e humanizada.

A abordagem unilateral da educação brasileira, que se baseia na mera transmissão de conteúdo, sem estimular a reflexão crítica dos sujeitos, é incompatível com a realidade social, servindo a uma minoria que busca impor suas ideias de dominação, sem levar em consideração as raízes culturais daqueles que pretende dominar. Esse modelo de educação, denominado por Freire como "bancário", é utilizado pela classe dominante como instrumento de opressão, inibindo a criatividade dos alunos e reproduzindo apenas as ideias das classes dominantes. Paulo Freire propõe a mudança dessa forma de transmissão do conhecimento por meio de uma pedagogia dialógica, em que educador e educando interagem e aprendem juntos, numa relação horizontal, por meio da troca constante de informações. Nesse modelo, a experiência acumulada pelos alunos, em suas vivências no contexto social em que estão inseridos, é essencial para a criação do conhecimento, superando a concepção bancária da educação.

A educação é um ato político. Não pode ser neutra, não pode se reduzir a um mero treinamento técnico, não pode se limitar a transmitir conhecimentos. A educação é uma forma de intervenção no mundo, uma forma de transformação (FREIRE, 1997, p. 33).

Cabe destacar que Paulo Freire como Pierre Bourdieu concordam com a perspectiva de que o contexto educacional pode ser um espaço onde ocorre a violência simbólica, especialmente quando as estruturas de poder são reproduzidas e quando certos grupos têm mais acesso aos recursos educacionais do que outros. Freire argumentava que a educação deveria ser um instrumento de empoderamento para combater essa violência, enquanto Bourdieu enfatizava como as estruturas sociais e culturais podem perpetuar essa violência.

Esse modelo de educação pressupõe uma alteração na forma como os conteúdos programáticos serão planejados, de forma a propiciar o desenvolvimento da criticidade entre os alunos, estimulando-os a aprender por si só e a aplicar os conceitos e teorias aprendidos em sala de aula na vida prática.

A teoria de Paulo Freire enfatiza a importância da educação crítica e libertadora como uma ferramenta para transformação social, capacitando as pessoas a questionar e transformar suas próprias realidades, tornando-se agentes de mudança em suas comunidades.

Para esta tese, a perspectiva freiriana pode ajudar a compreender como a educação pode ser usada como uma ferramenta para desafiar a necropolítica e a negação da vida das juventudes. A partir do pensamento de Freire, a educação pode ajudar a desenvolver uma consciência crítica sobre as desigualdades sociais e a injustiça, incentivando a ação coletiva para transformar as condições opressoras às quais as juventudes estão submetidas.

Também procurarei estabelecer diálogos entre sua teoria com a de Karl Marx, que também se conecta com este estudo em razão de suas preocupações acerca dos processos que estruturam as desigualdades sociais e a opressão, especialmente no que se refere à classe trabalhadora e aos grupos marginalizados. Além disso, encontramos, tanto em Freire quanto em Marx, a ideia de que a educação é uma ferramenta importante para a transformação social e a superação das desigualdades.

Freire destaca a importância da educação na transformação do indivíduo e, conseqüentemente, na transformação da sociedade, e acreditava que a educação deve ir além da transmissão de conhecimentos técnicos, de modo a tornar-se crítica e libertadora, permitindo que os sujeitos se tornem agentes de mudança em suas comunidades. Esta é uma perspectiva similar à de Marx, que enxergava a educação como uma ferramenta para conscientizar a classe trabalhadora sobre sua exploração e lutar contra o sistema capitalista. Tanto para Marx quanto para Freire, a educação consiste numa forma de intervenção no mundo e transformação social.

Estudando as teorias de Karl Marx e Paulo Freire, tendo em vista a violência contra os jovens, é possível perceber que são muitas as semelhanças em relação à conscientização crítica e à prática transformadora para combater as estruturas opressoras que afetam esses grupos. Os autores concordam que é necessária uma educação libertadora para que jovens entendam sua realidade social e econômica, identifiquem as formas de opressão que enfrentam e desafiem essas estruturas.

A educação não pode ser neutra frente à realidade concreta dos oprimidos. É por isso que é fundamental uma pedagogia crítica e libertadora que desafie a cultura do silêncio e estimule a consciência crítica dos educandos para que possam se tornar sujeitos históricos e transformar suas condições de vida (FREIRE, 1997, p. 48).

Como exposto, a educação não pode ser neutra diante da realidade de realidades opressoras, como as que afetam as juventudes. É necessária uma

educação que estimule a consciência crítica das pessoas, para que se tornem sujeitos históricos capazes de transformar suas próprias condições de vida.

Para Marx, a violência contra os jovens consiste numa consequência direta do sistema capitalista, que beneficia apenas os mais ricos e empobrece as camadas mais vulneráveis da população. Freire, por sua vez, destaca a importância da conscientização crítica para que jovens possam perceber a violência simbólica presente em seu cotidiano e mobilizar-se para transformar suas realidades. A educação tem como objetivo a formação do homem para a vida em sociedade. Ela não pode ser limitada a uma mera transmissão de conhecimentos, mas deve preparar o indivíduo para atuar de forma crítica e transformadora na sociedade em que vive (MARX, 1845).

Certamente, a educação é uma potente ferramenta de formação do indivíduo para a vida, que deve ter como objetivo preparar as pessoas para atuar de forma crítica e transformadora na sociedade em que vivem, visando sua autonomia, conscientização e empoderamento. Conclui-se, portanto, que tanto em Freire quanto em Marx há o encontro de perspectivas quando concebem a necessidade da existência de uma prática transformadora que permita às juventudes se organizarem e lutarem por seus direitos, mobilizando-se para superar as estruturas opressoras.

2.2.6 Materialismo histórico e dialético

Utilizo, nesta tese, a Teoria Social Marxiana, que estabelece crítica ao modo de produção capitalista e tem por base de análise o materialismo histórico-dialético, incorporando conceitos fundamentais, como totalidade, contradição e mediação. O método de pesquisa marxiano tem, como ponto de partida, a realidade, as dinâmicas da sociedade e sua concretude, centrando-se em forças produtivas e relações de troca.

O capitalismo é um sistema hegemônico contemporâneo cujo surgimento recebeu contribuição de alguns eventos, tais como as Grandes Navegações, que permitiram a conquista de novos territórios, o Mercantilismo, que impulsionou o mercado consumidor nas colônias, a Revolução Francesa, que libertou o trabalho de relações de compromisso, e a Revolução Industrial, que aumentou a capacidade produtiva por meio da manufatura. Consiste num sistema socioeconômico típico de sociedades urbanas e industriais, baseado em relações produtivas que envolvem a

propriedade privada dos meios de produção e a acumulação de riqueza a partir do lucro obtido com a exploração do trabalho humano. A propriedade privada é usada para acumular recursos para investimento e produção de mais lucro.

Cabe consignar que o capitalismo desempenhou um papel significativo na chamada "época áurea" da escravidão transatlântica, que ocorreu nos séculos XVIII e XIX devido as várias conexões entre o sistema econômico emergente e a exploração do trabalho escravo nas Américas, pois, especialmente nas colônias de plantações de produtos como açúcar, algodão e tabaco, gerou uma demanda crescente por mão de obra barata e abundante, atendida pela escravidão. As plantações comerciais, eram uma característica central do capitalismo colonial, com a escravidão como base do trabalho nas plantações. O comércio transatlântico de escravos também era lucrativo, envolvendo investidores, comerciantes e navios que tratavam escravos como mercadorias.

No capitalismo, originalmente, havia duas classes sociais justapostas e com interesses antagônicos: burgueses, proprietários dos meios de produção, e proletários, que vendiam sua força de trabalho em troca de um salário. Essa relação conflituosa é o que Marx (2007) chama de "luta de classes", onde a ampliação dos interesses de uma classe implica na redução ou supressão dos interesses da outra classe. Com o objetivo de manter sua estrutura, o sistema capitalista utiliza estratégias de ocultação de suas contradições, visando garantir sua naturalização como a forma mais racional de organização humana. Para tanto, ele faz uso de um conjunto de valores ideológicos que visam produzir uma condição constante de alienação em toda a classe trabalhadora, transformando gradualmente todas as relações sociais e sua lógica de funcionamento.

Devido à sua natureza de contínua transformação dos processos produtivos, de consumo e das relações de trabalho, que se expressam no conflito entre capital e trabalho, o capitalismo tem enfrentado, nas últimas décadas, um avanço das políticas neoliberais, decorrentes de uma vontade política, da globalização e do desenvolvimento tecnológico. Como resultado desse padrão, o capitalismo tem imposto a criação de novas formas de produção e a busca pela flexibilização do trabalho, que se traduzem em termos como "precarização" e, mais recentemente, "uberização" do trabalho. De acordo com Netto (2012):

"O capitalismo é uma forma social historicamente transitória, em que a maioria da população é excluída dos benefícios que a humanidade alcançou em termos de desenvolvimento da ciência, da técnica, da produção e da cultura em geral. As forças produtivas existentes entram em contradição com as relações sociais de produção, que se tornam um obstáculo ao desenvolvimento dessas forças produtivas. Essas contradições tendem a se agudizar, a ponto de se tornarem insuportáveis para a maioria da população, que passa a buscar novas formas sociais que permitam o desenvolvimento das forças produtivas e a realização plena do ser humano". (NETTO, 2012. p. 27)

Uma compreensão crítica das estruturas sociais e econômicas, incluindo o sistema capitalista, é oferecida pela teoria do materialismo histórico e dialético, que parte do pressuposto de que a produção material é a base da vida humana, e que as relações sociais se desenvolvem a partir das necessidades materiais e das formas de produção que surgem em cada época histórica. A forma como os homens produzem os seus meios de vida depende, antes de tudo, da natureza dos meios de que dispõem para isso e das relações sociais que esses meios determinam. O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual em geral (MARX, 2008, p. 19). Marx evidencia a importância da produção material como base da vida humana e como elemento determinante das relações sociais e políticas, bem como destaca a relação entre os meios de produção e as relações sociais que surgem a partir deles.

Esta pesquisa tem um enfoque de totalidade, cobrindo vários aspectos de um fenômeno, e, embora tenha limitações na busca por respostas, o método marxiano pode ajudar a direcionar a análise para caminhos possíveis de aprofundamento do problema. Segundo Mandel (1985):

O método de Marx é o resultado da concepção materialista da história e da economia política. Parte, portanto, do real para chegar ao real; parte das necessidades materiais dos indivíduos para estudar as formas de intercâmbio que se estabelecem entre eles e as classes que deles derivam; parte da distribuição destas classes e dos conflitos de interesse que opõem as classes na produção e no intercâmbio para chegar à compreensão da luta de classes e das contradições que surgem daí na organização social. (MANDEL, 1985, p. 19).

A categoria de Totalidade é essencial para essa investigação, abrangendo temas como necropolítica, questões de gênero e sexualidade, juvenicídio, protagonismo social, práticas sociais e educativas e políticas públicas para as juventudes, a relação dinâmica entre esses elementos e as histórias dos sujeitos, dados e pesquisas dos pesquisados, bem como a participação ativa do pesquisador

com objetivo de observação e análise. O caminho do pesquisador em busca do conhecimento é fundamentado no método, que é escolhido com base em valores que dão sentido às investigações e práticas. Marx desenvolveu seu método de pesquisa a partir da categoria população, fazendo uma análise profunda das determinações e relações que a constituem (REIS, 2018, p. 23).

A Contradição é uma categoria fundamental na análise marxiana de pesquisa, que permite a inclusão plena e a negação inclusiva dos processos em análise. Analisar uma realidade a partir da Contradição é um processo de desalienação que ajuda a perceber as várias nuances de um objeto de pesquisa que está em constante transformação. A Mediação é uma categoria central da dialética, que auxilia no diálogo entre a totalidade e a realidade em movimento com suas contradições, buscando ir além do aparente e perceber a essência do real que se apresenta. O profissional precisa encontrar as principais mediações que vinculam o problema específico com que se ocupa com as expressões gerais assumidas pela “questão social” no Brasil contemporâneo e com as várias políticas sociais (privadas ou públicas) que se propõem a enfrentá-las (NETTO, 2009, p. 695).

Segundo as reflexões de Martinelli (1993), a categoria da Mediação é uma das principais na dialética, possuindo uma dimensão ontológica e reflexiva. Possui dimensão ontológica pois se refere ao fato de que a mediação faz parte do real em si, independentemente do conhecimento que o sujeito possa ter sobre ele. Por outro lado, possui dimensão reflexiva porque consiste em buscar, por meio das mediações, ultrapassar o que é aparente e perceber a essência desse real em constante movimento e transformação. Assim, a categoria mediação se apresenta como fundamental na compreensão e análise da realidade social, permitindo, ao pesquisador, enquanto sujeito, superar as aparências e acessar uma compreensão mais profunda da dinâmica social em questão.

O materialismo histórico e dialético é uma teoria desenvolvida por Karl Marx e Friedrich Engels que se baseia em estudos econômicos, como os realizados por Marx em sua série de livros intitulada "O capital", bem como em seus "Manuscritos econômico-políticos", que abordam a organização política da Europa após a Revolução Industrial. Marx é considerado o principal teórico do materialismo histórico.

A teoria do materialismo histórico é a concepção fundamental de Marx sobre a história e a sociedade. Sua aplicação tem sido abrangente, incluindo a análise da economia, política, religião, cultura, direito e outras esferas da vida social (WOOD, 2003, p. 35).

Wood (2003) reforça a ideia de que o materialismo histórico é uma teoria ampla e abrangente, que tem por objetivo analisar diversas esferas da vida social e entender como elas se relacionam com as condições econômicas e políticas de uma sociedade em determinado momento histórico. A teoria dialética também foi influenciada por Georg Wilhelm Friedrich Hegel, que acreditava em uma ideia metafísica e coletiva, o chamado “espírito de época”, que influencia a forma como as pessoas vivem. No entanto, Marx percebeu contradições internas na teoria de Hegel, como a ideia de imobilidade das classes sociais, que não correspondia à realidade, e acreditava que a subversão das classes só seria possível por meio de uma revolução.

A dialética surge como uma crítica à metafísica, ou seja, ao pensamento que concebe o mundo como algo imutável e dado, em contraposição à concepção dialética do mundo como processo, mudança e devir (SAVIANI, 2005, p. 87). O pensamento de Hegel, por sua vez, também exerceu evidente influência sobre a teoria dialética e a crítica de Marx à ideia de imobilidade das classes sociais, que não correspondia à concepção dialética do mundo como processo e mudança.

A teoria marxista é fundamental para compreender as relações sociais e as dinâmicas de poder que estão presentes na sociedade capitalista. A análise crítica da sociedade capitalista constitui uma das principais contribuições dessa teoria, dando ênfase às desigualdades sociais, à exploração do trabalho e à luta de classes e tornando-se essencial para entender as formas de opressão e violência contra as juventudes. Para Bottomore (1988):

A teoria crítica de Marx é uma teoria da sociedade, que busca revelar a essência oculta da realidade social, ou seja, a estrutura de dominação e exploração que é mascarada pelas aparências superficiais da vida social (BOTTOMORE, 1988, p. 39).

Nesse sentido, uma vez que os jovens estão sob forte expropriação de suas identidades, história e possibilidades de existência, a análise crítica sobre a sociedade capitalista pode auxiliar a compreender a estrutura de dominação, exploração e morte que está por trás das aparências superficiais da relação que

socialmente se estabelece com esses grupos sociais. Marx e Engels também identificaram uma contradição interna no sistema capitalista: os trabalhadores produzem tudo por meio de sua força de trabalho, mas são excluídos do acesso a serviços básicos, como educação, saúde e segurança, enquanto a burguesia, que apenas administra o que o proletariado produz, tem livre acesso a esses serviços. Eles acreditavam que os trabalhadores deveriam tomar consciência de classe e unir-se para tomar o poder das fábricas e do Estado, que, segundo os autores, serve à burguesia.

A revolução do proletariado seria a primeira fase de um governo que levaria ao comunismo, uma utopia sem classes sociais. Para alcançar esse objetivo, seria necessário um governo ditatorial baseado na força proletária, a ditadura do proletariado, a partir do qual as classes sociais seriam suprimidas pela estatização total da propriedade privada. O materialismo histórico busca romper com tradições idealistas e incapazes de efetuar mudanças concretas na sociedade. Marx propõe uma revolução social que inverta a ordem de poder, entregando-o nas mãos do proletariado, que deve, então, estabelecer um governo igualitário. Essa teoria entende que a produção material é fundamental para a definição da humanidade, já que a história da humanidade é constituída através da luta de classes opostas e relacionadas de forma dialética.

A teoria marxista fornece uma análise crítica da sociedade capitalista, destacando as contradições e antagonismos de classe que permeiam a vida social. Ao fazê-lo, torna possível uma compreensão mais profunda das estruturas e processos sociais que produzem a desigualdade e a opressão, abrindo caminho para a transformação revolucionária da sociedade (HARVEY, 2011, p. 17). De acordo com o materialismo dialético, a luta de classes existe desde os primórdios da humanidade e está ligada à produção material da sociedade. O problema reside no fato de que a burguesia se apropria do lucro gerado pelo trabalho do proletariado, resultando em uma desigualdade econômica. Marx chama esse lucro de mais-valia e acredita que todo o trabalho é realizado pelos trabalhadores, enquanto a burguesia apenas usufrui do lucro gerado pelo trabalho alheio. Tal situação constitui uma falsa recompensa por um salário, usurpando a força de trabalho do proletariado.

Para Marx, o capitalismo é um sistema que tem por base a exploração do trabalho alheio e a apropriação privada da mais-valia, produto do trabalho social. É um sistema fundado na concorrência entre os capitalistas, na busca pelo lucro, o

que implica uma dinâmica econômica de expansão contínua. A história do capitalismo é marcada pela centralização do capital, pela concentração da propriedade, pela internacionalização das relações de produção e pela globalização dos mercados. O capitalismo, porém, é um sistema que gera crises cíclicas, devido às contradições entre a produção e o consumo, entre a oferta e a demanda, entre o trabalho e o capital, entre a produção social e a apropriação privada (SAES, 2011, p. 86).

Conceber a análise marxista sobre o capitalismo é essencial para entender as dinâmicas de poder presentes na sociedade contemporânea, bem como as formas de opressão e desigualdade que afetam diferentes grupos vulnerabilizados, sobretudo os jovens. A exploração do trabalho e a apropriação privada da mais-valia são fundamentais para manter o sistema capitalista em funcionamento e gerar as contradições e crises cíclicas que caracterizam esse modo de produção. Portanto, compreender a lógica do capitalismo é fundamental para pensar em alternativas e transformações sociais que possam trazer mais justiça e igualdade para as juventudes e para a sociedade como um todo.

Dessa maneira, o materialismo histórico e dialético é uma ferramenta fundamental para entender as relações sociais e as dinâmicas de poder que estão presentes no sistema capitalista e para analisar as formas de opressão e violência contra as juventudes, tema central da presente tese.

2.3 O CENTRO DE PROMOÇÃO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE SÃO FRANCISCO DE ASSIS (CPCA)

Ao tratar da história do Centro de Promoção da Criança e do Adolescente São Francisco de Assis (CPCA), bem como retratar sua consistência e relevância para ascensão de uma sociedade que cuida, protege, promove e defende os interesses e os direitos da criança e do adolescente, é preciso entender que essa trajetória se confunde com os diversos movimentos que suscitam e motivam o surgimento do ECA, como também articulou ações e energias vivas para que o Estatuto saísse do papel e tomasse a forma de política orgânica objetiva em Porto Alegre. Nesse sentido, a história do CPCA se confunde tanto com a história do ECA quanto com os diferentes espaços e recursos institucionais, sociais e comunitários que surgiram em decorrência dessa legislação, que é um marco tanto de reconhecimento da criança e

do adolescente como sujeitos de direitos quanto da conquista que acontece como resultado da mobilização social.

No processo histórico de criação e elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente, pode-se identificar o intenso e determinante envolvimento e participação de diversas entidades e organizações da sociedade civil, tais como o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua, a Pastoral do Menor e o Instituto Brasileiro de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, além da participação do Poder Executivo, Legislativo e Judiciário. Esse processo envolveu debates, audiências públicas e consultas populares, entre outras ações, contando com a participação de diversas pessoas físicas que dedicaram importantes esforços à causa. Dentre essas pessoas, é digno de destaque o papel desempenhado por Haidê Alegrete Venzon, uma figura humana absolutamente diferenciada, que não só participou, mas se engajou de forma intensa nesse processo, durante sua trajetória na luta pelos direitos da criança e do adolescente.

Haidê Alegrete Venzon, minha amiga e mestra, dedicou sua vida à causa da criança e do adolescente. Como conselheira do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) de Porto Alegre, órgão responsável por formular, deliberar e controlar a política de atendimento a essa população na cidade, Haidê contribuiu significativamente para a implementação de diversas frentes que se tornaram fundamentais para que o ECA pudesse ser efetivado no município. Enquanto mulher, professora, conselheira, intelectual, entusiasta e militante da causa, Venzon teve papel crucial na promoção e defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes na capital gaúcha, articulando pessoas, organizações, órgãos e diferentes públicos em ações de promoção e garantia de direitos.

Sabe-se que o ECA estabelece os princípios norteadores, direitos e deveres para a proteção integral da criança e do adolescente, que contemplam diversas áreas, como saúde, educação, assistência social, justiça e cultura. Destacam-se, entre os direitos previstos no ECA, o direito à vida, à saúde, à educação, à cultura, ao lazer, à profissionalização, à convivência familiar e comunitária, além da proteção contra qualquer forma de violência, exploração, discriminação, negligência e crueldade. O estatuto se inspira nas diretrizes da Convenção sobre os Direitos da Criança, adotada pela ONU em 1989, que estabelece que todas as crianças e adolescentes têm direito à proteção, ao desenvolvimento e à participação, de modo

que sua implementação é fundamental para garantir infâncias, adolescências e juventudes saudáveis e protegidas.

O processo de implementação do ECA, em 1990, que substituiu o antigo Código de Menores, fez surgir uma série de políticas e estruturas voltadas à proteção e à promoção dos direitos da criança e do adolescente. Exemplos disso são o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA)¹⁴, criado em 1991, e as instituições e estruturas destinadas à promoção das políticas do ECA, como o Conselho Tutelar, os programas de proteção social, as medidas socioeducativas, dentre outras. Nesse contexto, levanta-se uma exigência profunda de mudança de paradigma na forma como a sociedade e o Estado deveriam passar a encarar as crianças, os adolescentes e os jovens, que não mais deveriam ser vistos como objetos de tutela, mas como sujeitos de direitos.

Recordo-me de que, em 1992, na qualidade de membro deste conselho, juntamente com outros conselheiros da época, tive a oportunidade de conhecer as diretrizes do ECA e estudar esse importante documento, com o intuito de auxiliar as organizações sociais que atuavam junto a essa população a atualizar suas práticas e documentações, a fim de atender às novas disposições legais vigentes naquele período. Naquele momento, ações como seminários interinstitucionais, encontros com especialistas de todo o país e a criação de grupos de estudos que visavam orientar as organizações ocupavam grande parte do tempo e orientavam as práticas do CMDCA. Essas ações também estimulavam as organizações tradicionais a repensarem e refletir sobre as formas de desenvolver políticas voltadas para crianças, adolescentes e jovens.

Entre os anos de 1993 e 1996, muitas ações e políticas foram gestadas e executadas na cidade de Porto Alegre, por iniciativa e incentivo próprios do Conselho, pois os investimentos do poder público nessa área ainda eram reduzidos. Somente em 1994, por meio da então Fundação de Educação Social e Comunitária (FESC), de acordo com a Lei 7.414, começou-se a organizar uma resposta às necessidades impostas pela política, com a implementação de outra legislação que, de forma correlata, ainda que não centrada na criança, nos adolescentes e nos

¹⁴ Órgão colegiado, formado por representantes do poder público e da sociedade civil, responsável por formular, deliberar e fiscalizar a política municipal de atendimento dos direitos da criança e do adolescente.

jovens, viria a completá-la, dada sua diretriz de se voltar para quem mais necessitasse, a LOAS. Com ela, a cidade iniciou um processo de implementação de políticas voltadas ao fortalecimento de famílias e seus membros, entre eles, crianças, adolescentes e jovens. Cabe destacar que a FESC só passou a ser denominada Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC) a partir do ano 2000.

Retomando os aspectos relativos à garantia de direitos propostos pelo ECA, é necessário elucidar que, em Porto Alegre, muitas Organizações da Sociedade Civil (OSC's) fizeram parte desse processo de defesa e promoção dos direitos, atuando tanto em iniciativas comunitárias quanto em parceria com o poder público, pessoas físicas e outras instituições para garantir a efetivação desses direitos. Essa atuação conjunta do poder público com a sociedade civil tem-se mostrado fundamental para a construção de uma rede de proteção integrada e eficiente para a garantia dos direitos da criança, do adolescente e das juventudes até os dias de hoje.

As organizações sociais que atuam na garantia, promoção e defesa dos direitos das crianças e adolescentes no município possuem uma história rica e variada que remonta ao período anterior à promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente, pois, antes do ECA, havia uma abordagem assistencialista e caritativa em relação a essa população, com quase nenhuma ênfase nos direitos e na proteção jurídica. A prática política em questão é caracterizada por sua atuação intersetorial e pela formação de redes de proteção social, que se constituem tanto por demanda territorial como temática. Em comum, tais redes buscam articular políticas públicas e recursos comunitários para atender às demandas dos sujeitos envolvidos.

As redes de proteção da infância e da juventude, em sua maioria, consistem em um conjunto de instituições, organizações e profissionais que atuam de forma integrada para garantir, proteger e promover os direitos das pessoas em situação de vulnerabilidade social, em particular daqueles abrangidos pelo ECA. Entre os membros dessas redes, encontram-se órgãos e entidades, como diferentes Secretarias do Município, Conselhos Tutelares, Organizações da Sociedade Civil (OSC's), Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), instituições de saúde, educação e outras entidades públicas e privadas que oferecem serviços e programas de assistência social e proteção.

O objetivo primordial dessas redes é assegurar o acesso aos direitos básicos, tais como saúde, educação, assistência social, cultura, lazer e segurança, para todas as pessoas, com especial atenção para aquelas em situação de vulnerabilidade social, tais como crianças, adolescentes, jovens em situação de risco, em situação de rua, deficientes, entre outros.

O Centro de Promoção da Criança e do Adolescente é uma organização que atua na cidade desde 1978. O CPCA tem trabalhado na articulação de políticas, integrando a rede conselho de direitos e o Fórum de Entidades de Porto Alegre¹⁵, um importante espaço que provoca e articula o poder público e a sociedade civil. O fórum é consultivo ao CMDCA, capacitando e auxiliando nas discussões temáticas e políticas, discutindo a implementação de parcerias junto ao poder público e articulando as OSCs para que se mantenham conectadas às diretrizes da política prevista no ECA e tenham seus direitos respeitados pelo poder público.

O CPCA é uma organização social carregada de mística e de densa proposta pedagógica, que incorpora, obviamente, a pedagogia franciscana, que se constitui num modelo relacional e educacional, bem como, conforme dito pelos freis, num jeito de estar no meio do povo. Essa pedagogia tem como base as concepções e princípios de São Francisco de Assis, um homem que viveu em Assis, por volta do ano de 1202 e adotou, como estilo de vida, a pobreza e a relação fraterna entre as pessoas mais humildes, renunciando à fortuna de sua família e da relação a burguesia na qual nascera.

A pedagogia franciscana busca contribuir com o desenvolvimento de seres humanos capazes de vivenciar os valores franciscanos, como a simplicidade, a humildade, a pobreza, a solidariedade, o respeito à natureza e ao próximo, além de uma educação voltada para a justiça social e a paz. Um de seus principais objetivos é a formação integral do indivíduo, buscando desenvolver suas potencialidades intelectuais, afetivas, morais, críticas e espirituais. Para isso, essa pedagogia utiliza-se de uma metodologia que valoriza a educação por meio da vivência, do exemplo e

¹⁵ O Fórum Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente de Porto Alegre (criado em 1996, pela Lei Municipal nº 8.393) é um espaço de articulação, mobilização e participação social que reúne representantes de organizações da sociedade civil e outros segmentos interessados na promoção e defesa dos direitos da criança e do adolescente no município. Tem por objetivo promover a discussão e o debate sobre as políticas públicas voltadas para a criança e o adolescente, elaborar propostas, ações e estratégias para a efetivação dessas políticas. É responsável por monitorar a execução das políticas e programas voltados para a infância e adolescência na cidade. É um espaço de participação e controle social vinculado ao CMDCA.

da prática, levando o sujeito a desenvolver uma visão crítica da realidade e a se engajar em ações transformadoras.

Os sujeitos da pedagogia franciscana são todos aqueles que participam do processo educativo: educadores, educandos e comunidade, cuja relação é pautada pela fraternidade, pela partilha, pela convivência harmoniosa e pelo respeito mútuo. É uma pedagogia que se aproxima da pedagogia libertadora de Paulo Freire, em sua busca por uma educação crítica e transformadora, bem como da pedagogia Waldorf, de Rudolf Steiner, que tem por foco a valorização da educação por meio da vivência e da arte. De outra forma, diferencia-se das pedagogias tradicionais, que valorizam a transmissão de conteúdos prontos e acabados, e da pedagogia tecnicista, que enfatiza a eficiência e a produtividade em detrimento do desenvolvimento humano integral; essas últimas com forte intencionalidade de aprisionar e controlar os sujeitos, visando sua alienação para a manutenção das relações instituídas pelo capitalismo dependente.

A concepção de "pessoa humana", na pedagogia franciscana, é baseada na visão de que o ser humano é um ser integral, que deve ser considerado em todas as suas dimensões e particularidades, reconhecendo que cada pessoa é única e tem sua própria história, sua própria cultura e suas próprias necessidades. Por isso, busca uma educação personalizada e adaptada às características de cada sujeito, tornando-a, dessa forma, numa abordagem que promove o desenvolvimento da consciência crítica dos sujeitos, construída a partir do respeito às diferenças e da construção de uma sociedade mais justa e fraterna.

As perspectivas franciscanas do trabalho com as juventudes fundamentam-se em princípios e valores do carisma franciscano, que têm por fundamento a espiritualidade de Francisco de Assis e sua visão de fraternidade, simplicidade, humildade e serviço aos mais necessitados. Na tradição franciscana, o cuidado com os jovens é compreendido como parte essencial da missão de promover a justiça social e a paz, buscando a transformação social por meio da educação, do acolhimento e da inserção de jovens em processos de formação integral.

Essa formação enfatiza a importância de oferecer, às juventudes, um ambiente seguro e acolhedor, onde se expressem, sejam ouvidas e encontrem apoio em suas dificuldades e desafios. É uma abordagem que procura desenvolver habilidades, promover a autoestima e a autonomia, capacitando os sujeitos para enfrentar os desafios da vida e contribuir de maneira significativa com a sociedade.

Dessa forma, o trabalho com juventudes numa organização franciscana, como é o CPCA, busca contribuir para a formação de jovens comprometidos com a construção de um mundo mais justo, solidário e sustentável, capazes de promover transformações positivas em suas comunidades e na sociedade como um todo, por meio de um processo que destaca o cultivo das relações de proximidade e afetividade entre jovens, estabelecendo vínculos de confiança e estimulando o desenvolvimento de seus potenciais individuais e coletivos.

Após essa breve exploração da especificidade pedagógica que embasa a ação política e pedagógica do CPCA e contribui para compreensão de sua relevância como instituição, tanto no território local quanto na cidade, retomo a descrição do percurso territorial desencadeado pela instituição em sua prática diária. Para alcançar a multiplicidade de objetivos propostos pela pedagogia que segue e os desafios programáticos que contrai, O CPCA também tem se engajado na rede regional de proteção à infância, buscando e dando o apoio necessário para que sejam desenvolvidos seus diversos programas, projetos e serviços que carregam tanto a promoção, defesa e garantia de crianças quanto de suas famílias e pessoas em vulnerabilidade e risco pessoal e social. A trajetória do CPCA se confunde com a de várias organizações que acompanham o processo da implementação das diretrizes da política da infância e da juventude previstas pelo ECA.

Minha trajetória pessoal se confunde com a do CPCA e de outras organizações que desenvolvem políticas de apoio, resgate e promoção voltadas à infância e juventude, pois iniciei minha caminhada na condição de usuário dessas políticas na Vila Jardim. Em 1988, tornei-me educador numa instituição chamada Escolinha Comunitária Crianças do Futuro, uma organização social que tinha parceria com a igreja católica e, posteriormente, com o poder público. Em 1992, passei a integrar a equipe de trabalho do CPCA; primeiro, como educador, depois, como membro da equipe pedagógica e, mais tarde, como membro da equipe de gestão, posição em que me encontro até hoje.

Dessa forma, escolhi pesquisar determinados fenômenos pessoais e sociais vivenciados no cotidiano do trabalho do CPCA, sob a ótica de uma pesquisa carregada de sentidos e sentimentos, mas também pelo viés do rigor metodológico, técnico e acadêmico. Procuo evidências para entender, de forma sistemática e replicável, o que se processa nos meandros da ação social e educativa que

favorecem em profundidade o desenvolvimento pleno (possível) das pessoas que são parte desses processos.

Encontrar uma ação do CPCA que pudesse representar tanto a mim, como ator social e entusiasta da causa, quanto à instituição e, principalmente, que pudesse promover a redenção humana e profunda, realização e felicidade de pessoas, especialmente jovens, foi o que motivou o desenvolvimento do trabalho com os jovens e trabalhadores do CPCA que fazem parte do CJ. Esta iniciativa parece ser um dos programas mais desafiadores que me propus, juntamente com o CPCA, a desenvolver.

Os desafios desta ação são tanto na complexidade de executar um programa em parceria com o estado, com todas as suas potencialidades e limitações, quanto pela necessidade de reunir elementos, recursos, técnicas, estratégias e modos de intervenção que alavanquem oportunidades reais de desenvolvimento para pessoas que vivem um momento difícil em suas vidas, ao mesmo tempo ricas em criatividade e experiência e repletas de emoções e indeterminações.

As diversas e complexas pautas que se impõem às juventudes na contemporaneidade poderiam deixar qualquer sujeito, por mais maduro que seja, desorientado, desorientado e adoecido. No entanto, os jovens precisam enfrentar esses desafios como condição dada, sem possibilidade de fuga. Como disse uma colega do campo, "viver a dor de viver", e eu acrescento: viver a dor e o prazer de viver, pois a juventude é carregada de contradições dialéticas.

Além do exposto, há cerca de 12 anos, tornei-me guardião de dois meninos que eram irmãos. Na época, eu vivia minha "vida de solteiro", trabalhava e estudava muito, em média, os três turnos do dia. Foi quando me vi responsável por duas pessoas que dependiam somente de mim para tudo. Desde o início, e até hoje, tem sido um desafio inenarrável, pois ainda não aprendi a cuidar deles nem a entendê-los completamente em suas necessidades, mas sigo tentando. Isso não é nada parecido com o momento atual, em que eles, na condição de jovens, estão lidando com as muitas repercussões que o abandono, a violência e a falta da presença do direito lhes causaram.

Resido com jovens fragmentados e redijo esta tese com a intenção de descobrir meios de resgate em um contexto em que não consigo, com meus guris, encontrar maneiras positivas que os tornem capazes de enfrentar seus desafios e seus "demônios interiores", os quais, por vezes, também me atormentam e tentam

empurrar-me para o abismo, desencorajando-me a seguir adiante. No entanto, se iniciei esta jornada, a única opção é continuar a caminhar.

Assim, optei pela experiência do CJ do CPCA, uma vez que é um projeto destinado aos jovens, de modo que essa escolha se constitui em uma forma de reconstruir o jogo, procurando reconhecer, nos elementos, os códigos de sua totalidade. É como se fosse uma célula que carrega o DNA do corpo todo, sendo necessário encontrar, como Peter Pan de Gilberto, o significado que dá sentido à parte no todo. O CPCA, além de ser o local onde ocorre a pesquisa, é o espaço onde algo, até então, mágico capacita as pessoas e as torna fortes e poderosas, em sua maioria, permitindo que se reinventem, se produzam de forma diferente e mudem suas vidas e histórias, resistindo à força perversa que tenta esmagá-las, destruí-las ou até mesmo matá-las.

Portanto, minha pesquisa está sendo conduzida no Centro de Promoção da Criança e do Adolescente São Francisco de Assis, uma organização da sociedade civil amplamente reconhecida em Porto Alegre por sua atuação em programas, projetos e serviços nas áreas de direitos humanos, direitos das crianças e adolescentes, assistência social, educação e cultura desde 1978. O trabalho do CPCA consiste, predominante, na prestação de serviços de assistência social, mantido tanto na Proteção Básica quanto na Proteção Especial, em todos os três níveis de complexidade, conforme determinação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

O CPCA é uma instituição educacional e de assistência social, mantida pelo Instituto Cultural São Francisco de Assis, associação civil com personalidade jurídica de direito privado, de utilidade pública, com sede, domicílio e foro na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Surgiu, oficialmente, em 1979, mas existe, de fato, desde 1978, conforme relato de moradores da comunidade, quando era então conhecida como a Creche dos Freis.

Foi fundada pelo Frei Bruno Goettems, um frei que retornou do exílio Alemão onde permanecera por muitos anos. Posteriormente, passou a se chamar Centro de Promoção do Menor São Francisco de Assis, o qual, na década de 90, com o advento do ECA e o reordenamento institucional, assumiu a atual denominação: Centro de Promoção da Criança e do Adolescente São Francisco de Assis (CPCA). Desde o início, a instituição se caracteriza como um espaço comunitário de promoção humana, garantia de direitos e de caráter social e educacional, que está

localizada na Lomba do Pinheiro, periferia sudeste de Porto Alegre, situada a 18 km do centro da cidade e circundada por bairros empobrecidos.

A Espiritualidade Franciscana é um pilar importante no trabalho, no respeito às diferenças, no cuidado com a vida e na defesa da ecologia e dos povos excluídos. A partir dela, há uma concepção de mundo e de ética que possibilita uma reflexão e o cuidado das inter-relações em harmonia com a grande casa que é o universo, contemplando uma visão holística. Além desse aspecto, o CPCA tem desenvolvido, há muitos anos, uma perspectiva de trabalho fundamentada nas formas não coercitivas de resolução de conflitos por meio da aplicação de técnicas de Comunicação Não Violenta (CNV), o que tem contribuído para uma mudança nas relações que se estabelecem não só na instituição, mas na comunidade como um todo, afinal, como disse Albert Einstein: "A paz não pode ser mantida à força. Só pode ser atingida pela compreensão". Dessa forma, a CNV tem se definido como uma das grandes marcas da instituição, somada a tantas abordagens que dialogam com a espiritualidade e pedagogia franciscanas, difundidas e promovidas prioritariamente pelo seu diretor, o Frei Luciano.

A proteção à infância e à juventude, o desenvolvimento educacional, social e integral são os princípios que regem a prática diária do CPCA, que atua em serviços educacionais e sociais, prima pelo acolhimento e pelo acompanhamento de crianças e adolescentes oriundos de escolas do território, inserindo-os em ambientes e propostas pedagógicas de desenvolvimento de suas capacidades intelectivas, subjetivas, emocionais, cognitivas e sociais, visando o seu pleno desenvolvimento e promovendo a sua proteção, com vistas a garantia de seus direitos inerentes, na condição de pessoas em situação de desenvolvimento peculiar. Todos esses princípios e valores permeiam o cotidiano e as ações desenvolvidas pela Instituição e estão preconizados em seu Projeto Político-Pedagógico (PPP), bem como em todos os planos de atividades e de intervenção, que são propostos e desenvolvidos em cada um de seus serviços e nos espaços de trabalho, na forma de reuniões de planejamento semanal, capacitação de educadores, de professores e de técnicos, discussões dos casos individuais dos jovens e avaliações.

Ao longo dos anos, o CPCA vem procurando se manter atualizado diante das necessidades e demandas de seu público, buscando alternativas para integrar sua missão e visão institucional às realidades impostas pela condição em que vivem as pessoas que são atendidas na instituição. Algumas das frentes em que o CPCA atua

são: a) atendimento socioassistencial: em que oferece atendimento socioassistencial a crianças, adolescentes e jovens em situação de risco e vulnerabilidade social, bem como de adultos e membros das famílias desses jovens, por meio de programas e serviços como o Programa de Fortalecimento de Vínculos, o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos (SCFV), o Programa de Apoio Socioeducativo, o Serviço de Atendimento à Família, o Centro da Juventude e a Abordagem Social para Pessoas em Situação de rua, o Acolhimento Institucional, entre outros; b) defesa de direitos: atua na defesa dos direitos de crianças, adolescentes, adultos, família e comunidade, por meio da mobilização social, articulação de redes e participação em fóruns e conselhos estaduais e nacionais que discutem políticas públicas voltadas à infância e juventude, buscando contribuir para a formulação e implementação de políticas mais efetivas e democráticas; c) Capacitação e formação: oferece capacitação e formação para profissionais que atuam na área da infância e juventude, além de realizar campanhas e ações de conscientização sobre os direitos das crianças e adolescentes; d) Articulação de redes: articula redes de proteção à criança e ao adolescente, promovendo a integração e o fortalecimento das políticas públicas voltadas para esses sujeitos.

O SUAS tem como um de seus objetivos garantir proteção social a famílias, crianças, adolescentes, jovens, idosos, pessoas com deficiência e pessoas em situação de rua, por meio de serviços, programas, projetos e benefícios. Nesse sentido, é fundamental que as instituições atuem em diversas frentes, como o atendimento socioassistencial, a defesa de direitos, a capacitação e formação de profissionais e a articulação de redes, para promover a garantia de direitos e a inclusão social desses grupos vulneráveis (BRASIL, 2009).

Sendo uma instituição franciscana que possui uma densa história na construção da rede de apoio, defesa e garantia de direitos na cidade de Porto Alegre, o CPCA procura desenvolver um trabalho sério, autêntico, politizado, organizado e que procura ações de qualidade e significativas para as pessoas que têm a oportunidade de vivenciar a instituição. A rotina diária do CPCA é composta por momentos pedagógicos que compreendem o acolhimento, o planejamento coletivo, a alimentação de excelente qualidade, o apoio às questões que envolvem a coletividade e também as individualidades, a atuação em rede com a família e com os serviços que fazem fronteira com as políticas desenvolvidas pela OSC, em especial com a saúde e com a escola.

A subsistência da OSC é um desafio permanente, encarada pela equipe de gestão como um todo, mas de maneira muito direta e permanente, pelo direto institucional, Frei Luciano Bruxel, um religioso franciscano que, há quase 30 anos, está no CPCA e vive seu dia a dia em função da organização, tanto cuidando de cada espaço da instituição, como a horta, o pátio e outros, quanto das pessoas, convivendo com educadores(as) e crianças, que correm para abraçá-lo, diariamente, e fazem seu *check-in* de boas-vindas com o Frei dizendo: Paz e Bem!

O nosso testemunho de vida deverá ser simples, humilde e ao mesmo tempo, forte e atraente; atraente, na medida em que irradiarmos em nossas vidas o carisma e a espiritualidade franciscana, o que nos leva a buscar sempre a vivência do Evangelho em sua radicalidade e simplicidade (OFM, 2023).

Cabe ao Frei, além dessa animação franciscana, manter-se conectado com uma rede de pessoas e empresas que possuem compromisso social, com vistas a encontrar formas de complementar os recursos da instituição, no sentido de potencializar os já existentes, para que se possa agregar qualidade ao trabalho que se realiza, além de poder oferecê-lo a um grupo maior do que o poder público é capaz de abranger. Em 1972, quando foi iniciado o trabalho do CPCA, percebeu-se a necessidade de a comunidade possuir alternativas de inclusão de seus jovens no mundo da educação e da qualificação profissional. No entanto, na ausência de recursos para tal finalidade, aproximaram-se profissionais e iniciativas que associaram essas necessidades e desejos à condição de desenvolver e executar tais programas educacionais, estreados por meio de cursos de iniciação profissional para adolescentes e jovens, ministrados, inicialmente, em parceria com o SENAC e o SENAI.

Dando continuidade à criação de estratégias de enfrentamento à baixa escolarização de sua juventude e ao desemprego ou situação de subemprego, o CPCA executou o primeiro módulo do Consórcio Social da Juventude com 25 jovens, em 2005, no Curso de Tijolos Ecológicos. No segundo módulo do Consórcio, foram atendidos 75 jovens nos cursos de Jardinagem, Padaria, e Auxiliar de Escritório, onde se obteve ótimos resultados: mais de 30% inseridos no primeiro emprego formal. Desde 2010, a instituição possui o Programa Jovem Aprendiz, que almeja garantir, por meio do ingresso no mundo do trabalho, que a juventude seja

promovida em sua dignidade e possua garantias e obrigações que facilitem e atuem sobre sua permanência na escola.

A instituição vem desenvolvendo metodologias educativas e sociais que objetivam a garantia de direitos, sendo o direito à educação uma de suas principais bandeiras e práticas, aliada à concepção de sujeito integral, que possui diferentes necessidades que precisam ser congregadas e atendidas para seu pleno desenvolvimento pessoal, social e histórico. O CPCA já teve atuação em diversos espaços destinados à promoção dos direitos de jovens, tendo passado por projetos de curto espaço de tempo e pontuais, com ações estratégicas densas, como foi a experiência de trabalhar, por dois anos, nas dependências da FASE¹⁶, que estava em fase de reordenamento, levando atividades culturais, educativas e diversificadas na intenção de promover a ressocialização daquelas juventudes.

O ápice do trabalho inaugurado para o resgate e para o desenvolvimento de crianças e de adolescentes estudantes acontece pela adoção do projeto Orquestra Villa Lobos, em 2006 (inicialmente com verbas do MEC), através do qual a entidade desenvolve este projeto musical, que visa desenvolver, por meio da musicalidade e da cultura, a integralidade das competências nas crianças e nos adolescentes estudantes, atuando sobre suas múltiplas inteligências, acessando, de forma intencional, suas emoções e chegando àquelas que os auxiliam a ter sucesso escolar. Este projeto tem crescido e, além da música e de outras tantas ações, passou a fazer parte da proposta. Hoje, ele funciona como um importante suporte pedagógico às escolas da região, pela oferta de diferentes atividades pedagógicas que complementam a educação escolar das crianças que fazem parte do serviço.

Dentre as tantas atividades que o CPCA desenvolve, atividades que intentam garantir direitos humanos individuais e coletivos, está o CJ, iniciativa que encontra espaço numa organização que já traz, em sua filosofia e práticas de trabalho, há mais de 40 anos, o resgate das histórias e o reconhecimento da humanidade de todos como alternativa para a consolidação de projetos de vida positivos.

¹⁶ A Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (Fase/RS) foi criada a partir da Lei Estadual nº 11.800, de 28 de maio de 2002 e do Decreto Estadual nº 41.664 – Estatuto Social, de 6 de junho de 2002, consolidando o processo de reordenamento institucional iniciado com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (Lei 8.069/90), o qual também provocou o fim da antiga Fundação do Bem-Estar do Menor (Febem) (SECRETARIA DE SISTEMAS PENAL E SOCIOEDUCATIVO, 2023).

2.3.1 Centro da Juventude – CJ – Programa em funcionamento na OSC Centro de Promoção da Criança e do Adolescente São Francisco de Assis

Os Centros da Juventude, que fazem parte do Programa de Oportunidades e Direitos do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, constituem-se em um espaço que contribui para a ampliação e a qualificação da oferta de serviços para jovens, de 15 a 24 anos, em condições de vitimização e/ou vulnerabilidade social, com o fim de prevenir a atividade delitiva, diminuir as taxas de homicídio entre as juventudes e melhorar suas oportunidades de integração social. Tem, por finalidade, atender jovens de ambos os sexos e moradores de territórios de risco no mundo do trabalho, promovendo ações para a elevação da escolaridade, promoção do protagonismo juvenil e articulação comunitária, por meio de atividades lúdicas, bem como pela abertura de espaço de convivência para as juventudes (RS. Governo do Estado..., 2016).

O Programa de Oportunidades e Direitos (POD), é uma política pública que foi pensada para oportunizar, aos jovens de territórios compreendidos como de risco e vitimização ou vulnerabilidade, atenção e atendimento especializado, através de ações que tenham, como objetivo principal, o rompimento com as situações de violência, a minimização dos impactos das desigualdades sociais, promovendo ao público atendido a possibilidade de inserção social, o acesso ao mundo do trabalho e o protagonismo juvenil em condições de igualdade às demais populações não entendidas como em situação de risco e vitimização ou vulnerabilidade.

O POD, instituído em nível estadual pela Lei 14.227/2013, através dos CJ's, desenvolve ações orientadas a reduzir a exposição dos jovens a circunstâncias e comportamentos de risco, gerando alternativas de desenvolvimento humano, de inclusão social e produtiva. Além disso, quando possível, o POD oferta atividades e serviços para os demais segmentos da população local, conforme previsto no Termo de Referência (TDR), documento que orienta o seu funcionamento e apresenta o fornecimento de informações a instituições interessadas em apresentar propostas para prestação integral de serviços especializados relacionados com a implantação, a manutenção e a institucionalização dos CJ's. A partir das orientações do TDR, o POD desenvolve suas ações a partir de três eixos de atuação: Socioafirmativo, Socioprofissional e Jovens Multiplicadores.

No primeiro eixo, socioafirmativo, são realizadas atividades com a finalidade de desenvolver habilidades referentes à cidadania e ao desenvolvimento social, cultural e esportivo. Nele, são executadas ações voltadas à construção de uma cultura cidadã, resolução pacífica de conflitos e fortalecimento de identidades. Nesse eixo também acontecem os atendimentos técnicos, com o objetivo de construir o Plano Individual de Realização (PIR) de cada jovem, que busca proporcionar a reflexão e delinear a construção de uma trajetória de desenvolvimento socioafirmativo e socioprofissional esperada dentro de um determinado período durante o percurso formativo disponibilizado pelo CJ. Tal eixo constitui um plano de intervenção com as juventudes que vai além das atividades formativas, num processo complexo que envolve diversas dimensões da vida do jovem.

No segundo eixo, socioprofissional, são realizadas ações para a inserção dos jovens no mundo do trabalho e desenvolvidas estratégias para a elevação dos níveis de escolaridade. No terceiro eixo, Jovens Multiplicadores, através de um edital público de responsabilidade do Departamento de Políticas para a Juventude (DPJ) e da Secretaria de Justiça Cidadania e Direitos Humanos (SJCDH), do Estado do Rio Grande do Sul, são eleitos 57 jovens, a partir de suas trajetórias no CJ e de suas histórias de vida, que realizaram percurso formativo diferente dos demais jovens e receberam uma bolsa-auxílio como incentivo para que organizem atividades de protagonismo juvenil e participação cidadã.

Penso ser necessário ressaltar que os eixos do programa são desenvolvidos como forma de promover o desenvolvimento de competências pessoais e coletivas que visam preparar as juventudes do CJ, atendendo ao seu objetivo primeiro de promover o acesso a direitos, participação cidadã, oportunidades de desenvolver atividades que os levem ao desenvolvimento pessoal, o exercício efetivo da cidadania, a atuação em seus contextos e comunidades como meio para enfrentar a realidade necropolítica em que as juventudes estão imersas e que as faz figurar em altíssimos índices de violência e letalidade. Dentre as competências desenvolvidas no CJ, destaco as seguintes:

- Capacidade de acolhimento: refere-se à habilidade de receber e acolher pessoas de forma empática e inclusiva. Por meio dela, os jovens se tornam capazes de estabelecer relações interpessoais saudáveis, demonstrando empatia e promovendo a inclusão social.

- Capacidade de construir uma cultura cidadã: visa incentivar e desenvolver uma consciência de cidadania ativa nos jovens, o que sugere a promoção de uma cultura que valorize a participação responsável e ativa dos indivíduos na comunidade, estimulando o exercício dos direitos e deveres civis.
- Resolução de conflitos: engloba a habilidade de lidar com conflitos de maneira emocionalmente inteligente, buscando o diálogo e a mediação como alternativas para a solução, visto que os jovens devem ser capazes de enfrentar e resolver conflitos de forma construtiva, promovendo a paz e a harmonia em suas relações pessoais e comunitárias.
- Criação de processos restaurativos: refere-se à habilidade de estabelecer e implementar processos que visem restaurar relações e reparar danos causados, promovendo a reconciliação e o restabelecimento do equilíbrio social, na busca de soluções que promovam a justiça e a reintegração dos indivíduos envolvidos.
- Compreensão dos direitos humanos: abrange o conhecimento e a compreensão dos princípios e valores fundamentais dos direitos humanos, para que esses sujeitos estejam aptos a aplicar esses princípios em situações cotidianas, respeitando a dignidade e a igualdade de todos os indivíduos.
- Respeito e reconhecimento da livre orientação sexual: consiste na atitude de respeito e valorização da diversidade de orientações sexuais, pois, para acolher, é necessário promover um ambiente inclusivo, livre de discriminação e preconceito.
- Responsabilidade pela parentalidade: diz respeito a que os pais assumam a responsabilidade pelos cuidados e educação dos filhos, pois há uma cultura transgeracional de abandono vivenciada por muitas juventudes, que precisam passar a compreender a importância de uma paternidade/maternidade responsável e engajada, garantindo o bem-estar e o desenvolvimento saudável de suas famílias.
- Capacidade de compreender o uso abusivo de álcool e outras drogas: engloba a habilidade de conhecer a fundo os riscos e as consequências do uso abusivo de substâncias psicoativas, pois, assim, essas juventudes estarão preparadas para oferecer suporte e orientação a pessoas em situações de dependência, promovendo a prevenção e a conscientização sobre esse tema, o que as faz refletir sobre seu próprio consumo e ou uso.

Os Centros da Juventude (CJ) estão inseridos em seis diferentes territórios no Município de Porto Alegre e região metropolitana: Cruzeiro, Restinga, Rubem Berta, Lomba do Pinheiro, Viamão e Alvorada. Cada CJ é executado por diferentes instituições, através de parcerias realizadas entre a Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do Estado do Rio Grande do Sul (SJCDH), o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a instituição executora do CJ de cada território.

Quando apresentado pela primeira vez, em 2016, o TDR convocou a sociedade a resolver a problemática dos altos índices de vulnerabilidade juvenil, a violência e a desigualdade racial e social, nos municípios de Porto Alegre, Viamão e Alvorada, no Estado do Rio Grande do Sul, a partir de dados de 2014, produzidos pela Secretaria Geral da Presidência da República (SGPR), pela Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e pelo Ministério da Justiça. Segundo o TDR, nessa oportunidade, quando se comparou os dados encontrados nos municípios acima citados, identificou-se que, nos índices desses territórios, em comparação com o resto da população (de não jovens), a média da taxa de vitimização é 6,5 vezes maior nessas localidades. Por conta disso, em Porto Alegre, os bairros Cruzeiro, Restinga, Lomba do Pinheiro e Rubem Berta foram identificados como os territórios prioritários para o desenvolvimento de projetos e de ações integradas e integrais voltadas à prevenção das violências e à promoção do desenvolvimento humano, a partir da inclusão social e produtiva das juventudes, assim como ocorre em Viamão e nos bairros Santa Cecília e o Umbu, na cidade de Alvorada. Nesse sentido, ao se reconhecer a centralidade político-institucional e sociocultural da dinâmica das violências e dos crimes nessas localidades, especialmente da criminalidade violenta contra a vida, com resultado de morte, que, não raro, envolve a participação, seja como vítimas, seja como perpetradores, de jovens de 15 a 24 anos, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul propôs:

[...] por meio da indução e da articulação interinstitucional, intergerencial e intersetorial da Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos (SJDH), com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), a implantação, a manutenção e a institucionalização de políticas públicas dirigidas ao seu controle e à sua redução, com foco nas juventudes (RS. Governo do Estado..., 2016).

Segundo o TDR (RS. Governos do Estado..., 2016), o prazo para execução do serviço iniciaria no momento da assinatura do contrato com a instituição, e poderia ser renovado anualmente, conforme o desempenho e o alcance das metas anuais, até ser concluído, em julho de 2019, ou seja, três meses antes do encerramento do contrato. O referido TDR está data de março de 2016. Nele, também consta a seguinte informação:

Caso seja necessária a continuidade dos serviços e o contratante estiver satisfeito com o desempenho da contratada, aquele solicitará a esta a elaboração de Proposta Técnica e de Preços com base em novos Termos de Referência e, caso aprovadas as referidas propostas, poderá negociar um novo contrato (RS. Governo do Estado..., 2016, p. 23).

Embora, em alguns territórios, tenha ocorrido interrupção temporária dos serviços e troca das instituições executoras dos espaços, todos os CJ's seguem funcionando, com expectativa de encerrar a parceria BID-SJCDHX-OSC's em dezembro de 2021. É importante pensar sobre o impacto desse modelo de gestão da política pública, neste caso, uma política quase que exclusiva e de referência para as juventudes, no que tange o acesso da população ao serviço, a efetividade das ações e, principalmente, a responsabilidade do Estado em relação à proteção social juvenil. Miranda, Cysne e Souza Filho (2016) alertam sobre a limitação do Estado a partir do redesenho da contrarreforma neoliberal, que é alcançada por três vias: publicização, privatização e concessão, ainda que, neste último caso, possa se falar de privatização temporária e parcial.

No caso da execução dos Centros da Juventude, há um tipo de concessão, a partir das parcerias público-privadas, que nada mais é do que uma via secundária entregar o serviço público à exploração privada. Na verdade, trata-se de isentar o Estado de suas responsabilidades, aumentando a presença do investidor privado em espaços e em políticas públicas, ou seja, constitui uma desmobilização do Estado no que concerne à possibilidade de promover a universalidade ou ampliação do atendimento (MIRANDA; CYSNE; SOUZA FILHO, 2016).

A privatização das políticas sociais tem sido um dos principais objetivos do atual governo, que defende a atuação das Organizações Sociais (OS's) na gestão dos serviços públicos, incluindo os serviços destinados às crianças e aos adolescentes. A justificativa apresentada é a necessidade de redução de custos e a maior eficiência na prestação dos serviços.

A ideia principal do CJ é manter o jovem na centralidade das ações que lá são desenvolvidas, que esses sejam fortalecidos, reconhecidos e desenvolvidos em suas virtudes pessoais, acadêmicas, de convivência e profissionais. O CJ parte do sujeito e de suas necessidades para pensar nas proposições que virão a compor o rol de alternativas que auxiliarão na qualificação de cada um desses jovens.

No CPCA, o CJ Lomba do Pinheiro configura-se como um espaço que concentra iniciativas de formação e promoção do convívio entre adolescentes e jovens pertencentes às comunidades dos Territórios da Paz e tem por objetivo central prevenir e reduzir a violência na juventude, bem como suas causas subjacentes.

Nesse contexto, o Centro da Juventude oferece cursos de formação profissional e oficinas nas áreas de esporte, cultura e lazer, buscando promover o desenvolvimento das habilidades e potencialidades dos jovens. O objetivo é formar lideranças virtuosas, capazes de exercer uma influência positiva sobre outros jovens em suas comunidades. No entanto, o trabalho desenvolvido pelo CJ, no CPCA São Francisco de Assis, apresenta desafios significativos.

A organização da sociedade civil tem uma longa trajetória na área da Assistência Social, mas, ao atuar no âmbito da Segurança e dos Direitos Humanos, enfrenta a necessidade de articular diversos recursos em meio a complexidades políticas e sociais. Além disso, o programa não possui um orçamento garantido pelo Estado, o que implica em uma renegociação periódica de sua continuidade a cada 6 ou 12 meses, ou até menos. Esses processos fragilizam o trabalho e as equipes envolvidas, que convivem com a incerteza da continuidade do programa. Essa incerteza também é compartilhada pelos jovens, que encontram, no CJ, o seu único espaço de referência, convívio saudável e suporte, uma vez que, lá, eles podem interagir, divertir-se, receber orientação e alimentação.

O desafio de manter projetos sociais voltados para a juventude, no Brasil, tem sido enorme, especialmente porque muitos programas não contam com financiamento estável e dependem, para continuar funcionando, da vontade política de gestores públicos. A falta de recursos e de planejamento adequado gera incertezas para os profissionais envolvidos e para os jovens atendidos, comprometendo a qualidade dos serviços prestados e a efetividade das políticas públicas (MARTINS, 2017).

O CJ Lomba do Pinheiro busca fortalecer e desenvolver os jovens, reconhecendo suas potencialidades e virtudes pessoais, acadêmicas, de convivência e profissionais. O CJ parte das necessidades individuais dos jovens para propor alternativas que contribuam para sua qualificação. No entanto, o desafio de manter projetos sociais voltados para a juventude no Brasil é significativo, uma vez que muitos programas não contam com financiamento estável e dependem da vontade política dos gestores públicos para continuarem em funcionamento. Isso compromete a qualidade dos serviços e a efetividade das políticas públicas, gerando incertezas tanto para os profissionais envolvidos quanto para os jovens atendidos.

Diante desse contexto, é fundamental repensar o modelo de gestão adotado para os Centros de Juventude, garantindo recursos estáveis e planejamento adequado, além de fortalecer a responsabilidade do Estado na proteção social dos jovens.

A busca por parcerias pode ser uma estratégia válida, desde que seja feita de forma transparente e respeitando os princípios e diretrizes das políticas públicas. É necessário também ampliar o diálogo com a sociedade civil e promover a participação dos jovens na definição e monitoramento das políticas voltadas para eles. Somente assim será possível construir uma sociedade mais justa, igualitária e comprometida com o pleno desenvolvimento das juventudes.

2.3.2 Juventudes do Centro da Juventude da Lomba do Pinheiro - Os Participante da pesquisa

O Termo de Referência (TDR) apresenta dados provenientes do Sistema de Informações de Mortalidade/Datasus do Ministério da Saúde, conforme registrado no Mapa da Violência 2014 - Homicídios e Juventude no Brasil. Conforme os dados apresentados, os homicídios foram responsáveis por 28,5% das mortes entre jovens no período de 1980 a 2011.

De acordo com a pesquisa, essa é a principal causa de morte entre jovens, especialmente entre jovens negros, do sexo masculino, que vivem nas periferias e áreas metropolitanas dos centros urbanos. O referido sistema demonstra que mais da metade dos 52.198 óbitos por homicídio, em 2011, no Brasil, foi composta por jovens (27.471, equivalente a 52,63%), sendo que 71,44% deles eram negros (pretos e pardos), e 93,03%, do sexo masculino. Conseqüentemente, a taxa de

homicídios entre jovens em 2011 era quase o dobro da taxa de mortalidade geral, atingindo 53 mortes a cada 100 mil jovens.

O documento indica ainda que, no Rio Grande do Sul, embora menores, se comparadas ao Brasil, as taxas gerais de homicídios eram de 19,2 cada 100.000 habitante, em 2011, e a de jovens, de 37,9 a 100 mil no mesmo período, ou seja, quase o dobro. O documento menciona que, como acontece no Brasil todo, os territórios gaúchos em que se encontram os grupos de maiores níveis de vitimização letal se associam aos maiores índices de exclusão socioeconômicas e culturais, ou seja, esses índices estão relacionados, de maneira nefasta a violência, com a pobreza e com as desigualdades:

[...] as áreas com piores indicadores sociais, geralmente, são aquelas que apresentam maior risco de morte por homicídios e maior número de vítimas fatais, em face da violência policial. Destarte, homens jovens negros de baixa renda, em áreas urbanas, experimentam maiores taxas de homicídios, isto é, maior potencial de vitimização letal, como também ocupam posições mais precárias ou subalternas no mercado de trabalho, possuindo, ainda, em regra, menores índices de educação formal. (RS. Governo do Estado..., 2016).

O que os dados evidenciavam, já em 2012, data em que foi gestada a proposição, é que havia uma inclinação, bastante acentuada, nos processos de exposição das juventudes negras ao grau de letalidade juvenil, provocada, preferencialmente, pela condição socioeconômica em que se situavam esses grupos; e que, para que houvesse algum tipo de retração neste cenário, seria necessária a instauração de ações e políticas de enfrentamento a essa realidade. O documento que estou referindo, por exemplo, aponta que, em 2010, as taxas de homicídios de jovens negros eram aproximadamente 1,7 vezes mais altas do que as de brancos. Além disso, diz o documento:

De igual modo, entre os criminalizados, aqui entendidos como encarcerados, foi verificado que pessoas negras tendem a permanecer mais tempo presas do que pessoas brancas, o que expõe ainda mais os negros a um círculo vicioso de exclusão e violência (RS. Governo do Estado..., 2016).

Considerando os dados em tela e Índice de Vulnerabilidade Juvenil à Violência e à Desigualdade Racial de 2014, produzido pela SGPR, pela SNJ e pelo

Ministério da Justiça, chegou-se ao ranqueamento do IVJ-V5¹⁷, no qual os municípios de Alvorada, Viamão e Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, ocupavam as posições 78, 120 e 150, respectivamente. O documento diz que:

Nessas cidades, conforme o Ministério da Saúde, em 2010, as taxas de morte por agressão por 100.000 foram de 237, 150 e 154, respectivamente. Comparando-se essas taxas com as do resto da população (de não jovens), a média da taxa de vitimização de jovens é 6,5 vezes maior nessas localidades. Por conta disso, em Porto Alegre, os bairros Cruzeiro, Restinga, Lomba do Pinheiro e Rubem Berta restaram, por seu turno, identificados como os territórios prioritários para o desenvolvimento de projetos e ações integradas e integrais voltadas à prevenção das violências e à promoção do desenvolvimento humano a partir da inclusão social e produtiva das juventudes, assim como, em Viamão, o bairro Santa Cecília e o Umbu, na cidade de Alvorada. (RS. Governo do Estado..., 2016).

Esses dados levaram o Estado do Rio Grande do Sul a reconhecer o fator político-institucional e sociocultural da dinâmica das violências e dos crimes nessas localidades, envolvendo, muitas vezes, resultado de morte e participação de jovens de 15 a 24 anos. A partir desse reconhecimento, foram criados os CJ's, por intermédio da então Secretaria da Justiça e dos Direitos Humanos (SJDH), hoje denominada Secretaria de Justiça e Sistemas Penal e Socioeducativo (SJCDH), com o apoio do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), nos territórios supracitados.

Desde sua implementação, o programa em questão tem como foco as juventudes que vivem em áreas periféricas, onde a letalidade juvenil é elevada. As intervenções visam a prevenção social da violência para a população jovem, especialmente entre 15 e 24 anos de idade, bem como para a população mais vulnerável e em risco, incluindo a população em conflito com a lei penal. O objetivo principal do programa é reduzir a exposição dos jovens a circunstâncias e comportamentos de risco, bem como mitigar a reincidência delitiva dos jovens, através do fortalecimento do sistema de ressocialização dos adolescentes em conflito com a lei, considerado o segmento populacional com maiores índices de vitimização e vulnerabilidade.

¹⁷ A metodologia para avaliar a vulnerabilidade juvenil consiste na elaboração de um Índice de Vulnerabilidade Juvenil e Violência (IVJ-V), construído com a ponderação de indicadores de mortalidade por homicídios, mortalidade por acidentes de trânsito, frequência à escola e ingresso no mundo do trabalho, pobreza e desigualdade, o qual pode ser localizado em: http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0009/8355/Indice_vulnerabilidade_WEB_Escura.pdf

O CPCA São Francisco de Assis abriga um dos quatro CJ's em operação na cidade de Porto Alegre, com princípios e valores que se alinham ao seu marco referencial e filosófico, integrado a diversas iniciativas, conforme já aventadas, que são articuladas pela instituição no sentido de promover o desenvolvimento das populações que tem restrito ou nenhum acesso ao sistema de garantia de direitos e aos bens sociais tangíveis e intangíveis.

As juventudes atendidas pelo CJ da Lomba do Pinheiro e arredores são preferencialmente moradores do território que vivem em condições de vulnerabilidade e iminente risco social, muitos provenientes de famílias com condições socioeconômicas e culturais frágeis e afetados pela violência, pobreza e ausência de políticas públicas. Assim, de acordo com Diniz e Pinheiro (2012), a função do CJ é ampliar e promover o acesso desta população a ações que oportunizem seu pleno desenvolvimento.

O objetivo geral do CJ é contribuir para a promoção do desenvolvimento integral dos adolescentes e jovens de baixa renda, com ênfase na redução da vulnerabilidade social e de riscos e na ampliação do acesso aos bens e serviços públicos, assim como na geração de renda e trabalho, na participação social e no exercício pleno da cidadania" (DINIZ; PINHEIRO, 2012, p. 47).

Esses grupos juvenis são notáveis por sua beleza, gentileza, amorosidade e cordialidade. Procuram modelos positivos nos adultos, principalmente em seus educadores e suas educadoras, para construir seus próprios modelos. São jovens animados, amigos, vibrantes, sonhadores, amorosos, preocupados, indignados, resignados, inteligentes, críticos, criativos, inventivos, talentosos, teimosos, resistentes, empáticos e impetuosos.

Atualmente, o CJ da Lomba do Pinheiro desenvolve o Programa de Oportunidade de Direitos, atendendo, em média, 1.125 jovens por ano. Nos dados de atendimento aferidos em 2022, a cada trimestre, 159 novos jovens ingressaram no programa. Além disso, 24 jovens com deficiência (possuindo laudo) estão em atendimento no CJ, apresentando dificuldades de acesso à política de saúde mental e afetando a realização do mapeamento da quantidade total de jovens com deficiências do território. Cabe destacar que o número de jovens com alguma necessidade de atendimento em saúde mental chega a 60% da população atendida,

segundo indicam as técnicas de atendimento PIR. Esse índice foi atingido durante a pandemia do coronavírus e se manteve.

No ano de 2022, quando busquei e sistematizei os dados para a presente pesquisa, a equipe mencionou ter necessitado acionar o serviço de atendimento de emergência (SAMU) em pelo menos seis ocasiões, durante o trimestre, para o acompanhamento de crises psiquiátricas e para o tratamento de jovens com deficiência que possuem laudo. Em relação a esses grupos de jovens atendidos no CJ, a equipe relatou que apresentaram diversas condições de saúde, enquadradas na Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde (CID), tais como as que seguem, acompanhadas de seu número CID entre parênteses: transtorno de humor (f39), transtorno afetivo bipolar (f31), esquizofrenia (f20), abscesso do ouvido externo (h60.0), transtorno de alimentação (f50), distúrbio desafiador e de oposição (f91.3), epilepsia (g40), outras deformidades adquiridas dos membros (m21), síndrome de *down* não especificada (q90.0) e outros transtornos ansiosos (f41.6).

No que tange aos jovens que se autodeclaram como LGBTQIAP+, o grupo é composto por três indivíduos bissexuais, duas mulheres trans/travestis e dois homens trans. A equipe salienta a persistência da dificuldade em relação à autodeclaração da orientação sexual ou identidade de gênero dos jovens, embora o Centro da Juventude seja um espaço onde esses jovens se sentem à vontade para discutir essas questões. Contudo, em virtude do contexto sociocultural, ainda há um índice significativo de conservadorismo que limita a espontaneidade dos jovens no que diz respeito a esse assunto.

No que se refere à etnia/raça dos jovens monitorados no programa que se autodeclaram, seguem os dados: 40% brancos, 55,5% negros, 0,7% imigrantes e 3,7% indígenas. Alguns jovens não se declaram ou não têm convicção ao fazê-lo. No âmbito educacional, uma parcela de jovens do Ensino Fundamental, Ensino Médio e EJA, totalizando 250 indivíduos, são beneficiados com atividades de reforço escolar no programa monitorado. Em relação à inserção no mercado de trabalho, 200 jovens, representando uma porcentagem significativa do programa, são encaminhados para a aprendizagem profissional em cursos de diversas áreas, como *Help Desk* (apoio ao usuário de informática), Gastronomia, Embelezamento e Assistente Administrativo. Ademais, o programa oferece iniciativas de empregabilidade para confeitores, barbeiros, costureiros e outros, que oferecem

seus serviços em suas residências ou nas ruas. Além disso, alguns jovens empreendem culturalmente por meio de canais em plataformas de redes sociais.

Os trabalhadores destacam ainda a realização de diversas atividades de qualificação profissional pelos jovens, tais como Páscoa Lucrativa, Cozinha com a empresa *Languiru*, Mão na Massa, Ferramentas de internet, Ferramentas de escritório, Noções Administrativas, Barbearia, Informática, Moda e Costura, Customização e Estilo, *Canva* e edição de imagens, Robótica, Centro de Recondicionamento de Computadores e Noções de Secretariado.

Diante das considerações até aqui feitas, torna-se fundamental instaurar ações e políticas de enfrentamento para reverter esse cenário e promover a proteção e a inclusão social das juventudes, e o Centro da Juventude surge como uma possível resposta a tal necessidade.

2.3.3 Aqui no CJ a gente pode ser quem é"

A afirmação das juventudes de que "Aqui no CJ a gente pode ser quem é" revela uma forte necessidade identitária desses indivíduos em encontrar um espaço em que possam se expressar livremente sem serem julgados ou excluídos. Essa demanda, porém, vai além de uma busca por aceitação social, ela reflete um profundo sentimento de invisibilidade e desvalorização das juventudes por parte da sociedade e dos governos.

Esses sujeitos se sentem negligenciados e dispensáveis, sofrendo diariamente com a pressão de se moldar às expectativas impostas por suas famílias, escolas e comunidades. Nesse sentido, esta tese busca explorar as principais angústias, desafios e necessidades das juventudes e como elas afetam sua inserção e participação nas esferas social e política, tomando por referência o contexto de pandemia.

Para tanto, serão apresentados alguns dos resultados obtidos a partir das conversas e entrevistas com os jovens e discutidos em diálogo com as perspectivas das principais referências adotadas pela pesquisa que tratam de temas como poder, exclusão, identidade e resistência.

Os fenômenos da pobreza e da exclusão, apesar de não serem novos no país, tendem a agravar em meio a uma política neoliberal que, a cada dia, torna as pessoas cada vez mais miseráveis do que elas suportariam. Pode-se falar de um

“processo perverso”, uma minoria dominante que, ao exercer um poder central hegemônico, mostra como devem ser os excluídos. Segundo Paiva (2006):

(...) Nessa rede que envolve pobreza, exclusão e marginalidade, encontram-se diferentes formas de ser, de viver e de agir dos filhos da pobreza, que não advêm somente da questão econômica, tampouco da fome, por mais cruel que seja. Do mesmo modo, a cidadania não pode ser reduzida a direitos sociais. É preciso evitar reduzir seu significado, para não correr o risco de torná-la menor. O olhar deve ser mais abrangente, sob um outro foco: aquele que permita uma relação com direitos políticos e jurídicos (PAIVA, 2006, p. 12).

O painel "Criança Morta", da série Retirantes de Cândido Portinari é uma representação gráfica do sofrimento humano que surge da fome, da pobreza e da opressão. A obra, que retrata a imagem de uma mãe que chora ao lado do corpo de seu filho morto, rodeada por outros membros de sua família, é uma denúncia da miséria e do abandono sofrido pelos migrantes nordestinos que fugiram da seca em busca de uma vida melhor no sudeste do Brasil (Figura 1).

Figura 1 - Criança Morta



Fonte: Criança morta, um dos painéis da série Retirantes, de Cândido Portinari (1944).

Tomando por referência essa obra, busco discutir a questão da desigualdade social, a fome, a falta de acesso a serviços básicos e a negligência, sobretudo

governamental, em relação às populações mais vulneráveis como são as juventudes periferizadas. Além disso, discuto o sistema capitalista, que privilegia uma minoria em detrimento da maioria empobrecida.

Essa dinâmica pode ser observada na demanda dos jovens por serem ouvidos e terem suas vozes e ideias consideradas. A falta de espaço para sua participação na tomada de decisões que afetam suas vidas é uma forma de exclusão política e social que reforça sua condição de marginalidade. Acerca disso, diz E. Oliver Morris, um dos entrevistados:

É uma grande oportunidade e de muita alegria ver que aos poucos os jovens, principalmente os periféricos, estão tendo aos poucos um lugar de fala, que infelizmente ainda é muito pouco, mas que graças a pesquisas como essa, projetos como o Centro da Juventude e as nossas lutas, cada vez mais é aberto espaços para a voz do jovem e da periferia eu vejo que quando um jovem tenta trazer luz a certos assuntos como a sexualidade, preconceito, racismo, entre vários outros, automaticamente ele é repreendido, retraído e sua voz e totalmente esquecida, por que não somos vistos e assim a nossa voz não é escutada.”, ela segue: “Mas sabe, quando tu nunca viste a possibilidade de ter alguém que vai te apresentar te um mundo novo, mas é alguém que conhece a tua realidade porque é preto, veio da periferia, fala a linguagem que tu queres ouvir, porque isso faz a diferença; a linguagem. Lá na sala quando está com o Sor já é um espaço que dá um respiro, porque, às vezes, a escola não tem essa empatia, essa acolhida, eu chamo de acolhida. “O Sor do BLACK, o Sor das tranças, o Sor que pinta. E é de tudo, é do gordo, é do jovem que se idêntica como TRANS, como homossexual. (Grupo Focal)

Parece-me essencial que seja ampliado olhar sobre a cidadania, para além dos direitos sociais, e incluídos os direitos políticos e jurídicos que garantam a participação ativa das juventudes na construção de políticas públicas que os contemplem e dialoguem com suas sociabilidades. Acredito que haja uma razão específica que, possivelmente, jaz adormecida nas profundezas do meu próprio pensamento, e que eu próprio desconheça ou negue, me impulsiona a seguir por caminhos tão sinuosos que me deixam exposto à sorte do chamado acaso.

É nesse sentido que trilho essa senda na busca de explicações que possam me permitir compreender de maneira mais profunda os percalços que circundam as vidas de indivíduos, especialmente jovens negros, que sofrem com a pobreza, a vulnerabilidade, a opressão, o flagelo, o esquecimento, a cooptação, a desvalorização, a desumanização, a corrupção, a violação, a marginalização, a demonização e o ódio promovidos pelo atual sistema capitalista e neoliberal, e a força que os impulsiona a levantarem-se, reagirem e lutarem contra tal sistema

opressivo. É oportuno sinalizar que a existência deste fenômeno se particulariza numa conjuntura política regida por um sistema ancorado no patriarcado-capitalista-racista, como salienta Oliveira e Martins (2007), referenciadas em Saffioti (1989):

A complexa rede de violência social pode ser vista na díade dominação-exploração que, segundo Saffioti (1989), se estabelece nas relações assimétricas baseadas no conceito de patriarcado-capitalismo-racismo, em que a dominação e a exploração visam pautar todas essas relações, conferindo-lhes a marca da desigualdade.(..) Estamos, portanto, descrevendo uma sociedade que está longe de ser igualitária, uma sociedade sexista, adultocêntrica, etnocêntrica e classista, na qual o poder de dominar e explorar define o caráter hierárquico das relações sociais e interpessoais (SAFFIOTI, 1989, p. 17, apud OLIVEIRA; MARTINS, 2007).

Saffioti (1989) indica, como tenho aludido, que a violência está enraizada num contexto mais amplo do que o fático, e que a engenharia do capitalismo atual contribui para perpetuar as desigualdades sociais e econômicas, o que resulta em violência e exclusão para as camadas mais vulneráveis da sociedade. A análise da complexidade das relações sociais e das estruturas de dominação e exploração presentes na sociedade é fundamental para entender as múltiplas dimensões da vulnerabilidade social enfrentada pelas juventudes.

Parto de uma perspectiva que sugere que a violência está ancorada em um contexto mais amplo do que o fático, pois, ao verificar diversos estudos sobre juventudes, é possível notar que essa temática sempre está associada a ela. Desde já, é importante posicionar-me, deixar claro que considero que a violência está situada, por um complexo feixe de relações, preferencialmente, entre as juventudes negras e periferizadas, que são um dos principais alvos da necropolítica brasileira, assim como em todas as classes marginalizadas. Mais do que um produto social meramente definido pelos seus atores, a violência é parte de uma engenharia do capitalismo em curso.

Desde o início desta pesquisa, tenho me deparado com diversas realidades de jovens que, embora distintas entre si, possuem muitas semelhanças. Tendo tido a mesma origem que essa juventude, não me é possível tomar um distanciamento absoluto ou fazer este estudo com neutralidade puramente científica. Portanto, implico-me nele e manifesto abertamente que, ao me referir a qualquer jovem participante da pesquisa ou relativo a ela, expresso também uma parte de mim.

Ao iniciar esta pesquisa sobre as juventudes, um aspecto que se destacou foi a pronta disposição dos jovens em se comunicar e compartilhar suas aspirações,

desejos, sonhos, anseios e relações interpessoais com seus pares, amigos, amores e familiares. Embora alguns jovens tenham sido entrevistados, outros procuraram expressar seus pontos de vista diretamente. Embora nem todos os dados possam ser incluídos nesta pesquisa, devido a razões éticas, técnicas e práticas, tentarei incorporar algumas das impressões colhidas ao longo do texto.

Na pesquisa foram entrevistados 11 jovens, dentre os 300 que estavam em atendimento no período este número de jovens corresponde a 3,7% dos jovens em atendimento no CJ durante o processo de coleta. Entre as demandas mais frequentes das juventudes, destaca-se a necessidade de ter suas vozes, ideias, pensamentos, sugestões e pontos de vista levados em consideração pelos adultos. Independentemente dos contextos sociais em que se encontram, sentem que suas necessidades identitárias não são atendidas. Uma das frases que se destacou na pesquisa foi "Aqui no CJ a gente pode ser quem é". As juventudes do CJ admitem que, para sobreviver às adversidades do mundo contemporâneo, precisam demonstrar diferentes facetas de si mesmos para serem aceitos em suas famílias, escolas e na sociedade em geral. Também manifestam que essa necessidade de se adaptar gera neles uma dor que, muitas vezes, expressa-se através do silêncio e de uma sensação de angústia que não conseguem nomear. Conforme Steinberg (2014): "Os jovens precisam de mais do que simplesmente serem ouvidos; precisam ser compreendidos e reconhecidos como indivíduos únicos e valiosos" (STEINBERG, 2014, p. 21).

A pesquisa demonstra que esses grupos se sentem dispensáveis para a sociedade e para o governo. Em diferentes momentos, relatam que não percebem um olhar, uma diretriz ou uma política de Estado que se volte para eles, sobretudo para os mais pobres e vulneráveis. Expressam que, durante a pandemia, suas famílias enfrentaram necessidades alimentares, falta de recursos para cuidar de si mesmos e de seus entes queridos, além da impossibilidade de acompanhar aulas remotas ou atividades escolares precárias. Jovens foram promovidos para o ensino médio sem se sentirem preparados para as etapas subsequentes.

Essa sensação de "descartabilidade", muitas vezes manifestada pelas juventudes, parece denunciar o sentimento medieval que se tinha em relação à infância e à juventude quando se entendia como desperdício dedicar tempo e recursos para um grupo social tão pouco promissor.

Outro fator igualmente importante trazido à tona nas conversas com as juventudes foi a impossibilidade de os jovens cumprirem com as determinações sanitárias de isolamento decorrentes da pandemia de Covid-19. Eles manifestam que não havia condições em suas casas, por serem pequenas e com estrutura precária, ou mesmo porque eram eles que precisavam sair de casa para tentar auxiliar a família em sua subsistência, alguns indo aos espaços de distribuição de cestas básicas assistenciais, outros se incorporando aos espaços de trabalho disponíveis, em grande parte, pelo subemprego.

A precarização do trabalho esteve presente durante todo o período da pandemia, fosse pela ausência de trabalhos formais para as juventudes, fosse pelo medo de perder os postos de trabalho conquistados dentro do escopo das políticas de trabalho para as juventudes, como é o caso da Aprendizagem Profissional para as juventudes, que, com a pandemia, sofreu forte redução, como era temido pelos jovens, que perdiam, a cada fase da pandemia, mais uma oportunidade de pensar em uma relativa estabilidade. A pandemia deixou claro que, para muitos jovens, o trabalho precário é a norma, não a exceção. Eles se encontram em um mercado de trabalho onde a segurança e a estabilidade são raras (ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO, 2020, p. 3).

Esses elementos, acompanhados pela violência social, tão presentes na vida das juventudes há tanto tempo, geraram, durante o ponto alto da pandemia, uma percepção nos jovens de que possuem caráter supletivo na sociedade, que não prevê ações afirmativas que levem em consideração a peculiaridade de uma fração da sociedade que acabou de iniciar seu processo de reconhecimento social e que, portanto, necessita de um olhar especial para que seja garantido seu efetivo desenvolvimento enquanto ser individual e coletivo, integrante de uma sociedade hegemônica, adultocêntrica, liberal, fascista e castrativa, que tinha no poder, durante a pandemia, um governante que nega qualquer reconhecimento às populações historicamente excluídas do processo de produção do capitalismo colonial dependente. A violência, sob diversas formas, é uma experiência cotidiana para muitas juventudes, que vivem em contextos de vulnerabilidade social, como a pobreza, o desemprego, a falta de acesso à educação e à saúde, entre outros fatores (UNICEF, 2020, p. 9).

Como alternativa para o reconhecimento de suas necessidades e identidades, o que os jovens manifestam produzir são pontes de relação com os espaços

comunitários destinados ao trabalho com juventudes, como o é o CJ. Lá, seguem sendo geradas alternativas de convivência sadia entre os jovens e os trabalhadores do local que se identificam com as pautas dessas juventudes e que se somam a estes na criação de esforços coletivos de fortalecimento das juventudes. Para os jovens, o CJ, assim como acontece com algumas escolas que possuem uma identidade política crítica de viabilização da participação ativa das juventudes em seus processos pedagógicos, é um espaço que funciona como “forte” de (sobre)vivência e resistência.

Conforme manifestam os jovens, o que os faz superar tanto a pandemia quanto a sociedade que os nega são suas persistências e suas teimosias reconhecidas, tanto por entes comunitários, educadores e familiares quanto por profissionais e pesquisadores que auxiliam na amplificação da voz desses grupos, que compõem as parcelas minoritárias de nossa sociedade. Incluo, aqui, a academia, que promove a crítica social e que não se encapsula em seu castelo teórico descolado da vida objetiva.

A resistência produzida pelas juventudes, seus pares e correligionários, constitui um dos mecanismos de resistência mais potentes, segundo manifestam os jovens. E. Oliver Morris, umas das jovens do CJ, quando perguntada sobre o que considera mais incrível na juventude, assim me respondeu:

Ah, eu acho um pouco nossa forma de luta! Em todas as questões! Acho que nossa teimosia! Eu vejo as pessoas dizendo que quando vira adolescente é insuportável a teimosia. E tipo assim, eu acho que é nosso defeito e também é nossa qualidade. Porque a gente é teimoso. Teimosia em falar o que estava certo e também o que estava errado. Mas teimosia é lutar pelo que a gente acredita. Seja teimosia em lutar para aquilo melhorar, seja teimosia em lutar por uma amizade, por uma pessoa, por um lugar que a gente acredita, por um lugar que a gente gosta ... eu acho que é isso que me deixa mais impressionada Sor. Nossa teimosia, tipo, eu quero isso, posso tá errada, mas vou teimar até conseguir, vou tentar até quebrar minha cara e vê que estava errada, mas vou ficar ali e não vou tirar meu pé dali! Acho que é o que mais me impressiona.

Essa potente reflexão de uma jovem negra, de 17 anos, empoderada, sorridente, articulada, crítica, audaciosa, inteligente, destemida, trabalhadora e filha de dois trabalhadores, periferizada, que parto na direção de buscar encontrar os cacos que podem propor algum entendimento sobre o significado do signo juventude. De acordo com Bourdieu (1983), existem, em verdade, muitas juventudes, mas uma rápida análise permite identificar, pelo menos, duas: as

juventudes da classe burguesa e a das classes populares, que possuem, entre elas, diferenças que se manifestam em todas as dimensões da vida.

Ao buscar (re)elaborar o conceito de juventudes, é muito comum trabalhar o tema a partir de jovens entendidos como uma unidade social, com características universais, interesses, formas de comportamento, necessidades e formas de se relacionar comum, bem como um recorte etário e biológico. Bourdieu (1983) toma essa perspectiva e compreende esse recurso como um abuso de linguagem, uma vez que, ao utilizar o termo juventude de maneira generalizada, promove-se um apagamento das infinitas realidades que ele compreende, por denotar que existem várias juventudes. O uso do termo “juventude”, no singular, é um abuso de linguagem e um erro metodológico grave, na medida em que tende a homogeneizar situações e grupos que, na realidade, são muito diversos. É preciso lembrar que não existem jovens em geral, mas somente jovens situados em contextos sociais, culturais e históricos particulares (BOURDIEU, 1983, p. 2).

Assim como Bourdieu enfatiza a importância de levar em conta a diversidade de experiências e trajetórias de jovens ao estudar as juventudes, em vez de tratar este grupo como sendo homogêneo e partindo dessa perspectiva é consistente a ideia de que a juventude é uma categoria social construída em relação a outros fatores sociais, culturais e históricos, e que não pode ser entendida de forma isolada ou universal.

Articulo, então, essa perspectiva com a da jovem E. Oliver Morris, quando diz entender que a teimosia está enraizada nas condições sociais, culturais e históricas particulares em que jovens como ela se encontram. Compreendo, a partir de sua perspectiva, que a teimosia é uma forma de resistência à imposição da sociedade colonial e burguesa brasileira, que inflige desafios às juventudes desde o seu nascimento. Ao citar a teimosia como um traço significativo da juventude, ela permite inferir que este período da vida é marcado pela potência da resistência, especialmente diante dos desafios impostos pela sociedade colonial e burguesa brasileira.

A resistência é uma forma de combater a homogeneização da juventude, reconhecendo suas particularidades e contextos sociais, culturais e históricos. Para entender as potencialidades das juventudes, é necessário analisar cuidadosamente cada grupo específico e suas diferenças. A resistência é vital para enfrentar o discurso hegemônico do adulto sobre os jovens, reforçado pelos processos

educacionais, religiosos, políticos e pelo Estado, bem como pelas construções sociais que perpetuam a ideologia colonial e capitalista.

A associação entre juventude e resistência pode ser considerada sinônimo e, portanto, merece uma seção especial neste trabalho, que busca compreender as formas como as juventudes enfrentaram situações de percalços em suas vidas, como foi a pandemia de COVID-19. Cabe, portanto, destacar que resistência ou teimosia carregam não exclusivamente aspectos comportamentais, mas, antes, envolvem as formas mais latentes de apoio a alternativas de (sobre)vivências encontradas por grande parcela das juventudes periféricas, que necessitam desenvolver competências individuais, coletivas e sociais, desde tenra idade, para que não sucumbam aos ensejos de uma sociedade que, por vezes, tende a eliminá-las de forma tanto objetiva quanto simbólica.

Em tempo, faz-se necessário consignar que a literatura que utilizamos neste trabalho se ancora em estudos de que dão luz às concepções que vêm construindo o conceito de jovem como um sujeito sócio-histórico, que carrega consigo todas as potencialidades e contradições da conformação histórica de uma sociedade capitalista que utiliza os “corpos”, principalmente dos mais frágeis e vulneráveis, para materializar seus intentos. Conforme Foucault (1982): "O poder não é uma instituição, e nem uma estrutura, nem uma certa força que alguns seriam dotados: é o nome que se dá a uma situação estratégica complexa em uma sociedade determinada" (FOUCAULT, 1982, p. 220).

A complexa rede de violência social que permeia a sociedade brasileira é resultado de relações assimétricas alimentadas em diversos fatores, como o patriarcado, o capitalismo, o racismo e a exclusão social, um contexto de desigualdade e opressão que afeta especialmente as juventudes negras e periféricas, que são alvos da necropolítica brasileira. Assim, torna-se urgente que existam outros espaços, como o Centro da Juventude da Lomba do Pinheiro, que ofereçam alternativas de acolhimento e inclusão, espaços seguros, onde a cidadania é compreendida em sua plenitude, não apenas como o acesso a direitos sociais, mas também políticos e jurídicos, permitindo que as juventudes sejam quem são, sem medo de sofrer discriminação e violência.

É necessário um olhar abrangente e comprometido com a promoção da justiça social e da igualdade, reconhecendo e valorizando a diversidade cultural e as diferentes formas de ser, viver e agir desses sujeitos que se encontram em situação

de vulnerabilidade social. É preciso resistir à lógica da dominação e da exploração, utilizando-se de ambientes que, como o CJ, abrigam resistência e transformação social, onde se pode vislumbrar um futuro mais justo e igualitário para as juventudes que são marginalizadas.

É preciso tomar como desafio olhar para a juventude de maneira abrangente e comprometida, com foco na promoção da justiça social e da igualdade, reconhecendo e valorizando a diversidade cultural de cada pessoa, desafio que se torna ainda maior quando se percebe que diferentes formas de negação de direitos são praticadas e reinventadas constantemente, como aconteceu no contexto da pandemia.

2.3.4 A pandemia e a superexposição das juventudes periferizadas

Em um momento tão delicado como foi a pandemia de covid-19, que acentuou ainda mais as desigualdades sociais já existentes, é fundamental reconhecer a importância de espaços como o CPCA e o CJ da Lomba do Pinheiro, pois, em contextos de tanta carência como o da região em questão, espaços como esses ganharam ainda maior relevância, principalmente quando se trata da assistência de juventudes negras e periferizadas, as mais afetadas pela violência e pela falta de acesso a serviços básicos de saúde e educação. Nesse contexto, o CJ Lomba do Pinheiro foi o espaço capaz de oferecer, às juventudes, alternativas seguras e inclusivas, nas quais esses grupos puderam ser quem são, sem medo, bem como conviver, ler, brincar, dançar, estudar, sempre respeitando os protocolos, mas jamais abrindo mão do cuidado e do acolhimento.

O Covid-19 foi inicialmente identificado na cidade de Wuhan, na China, no final de 2019, e, em pouco tempo, espalhou-se pelo mundo, gerando uma grande preocupação global devido à alta taxa de contágio, letalidade e peculiaridades genéticas e morfológicas que limitavam a capacidade médico-científica de lidar com a doença. A pandemia foi declarada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), levando a comunidade médica mundial, os laboratórios e os cientistas a concentrar esforços na busca por alternativas para impedir a disseminação da doença.

No Brasil, as primeiras notificações oficiais de contágio foram feitas em março de 2020 e, devido à potente capacidade de transmissão e contaminação, a OMS declarou a Covid-19 como uma calamidade mundial. De acordo com a Folha de São

Paulo, em 30 de março de 2020, os Estados Unidos (EUA) registravam mais de 153 mil casos confirmados de COVID-19, representando, pelo menos, 20% dos diagnósticos mundiais para a doença naquele período. A Universidade Johns Hopkins relatou um total de 755.591 casos em todo o mundo.

Em 11 de março de 2020, um ano após a OMS ter declarado o caráter global e pandêmico da Covid-19, o novo Boletim do Observatório de Covid-19 da FIOCRUZ destacava que o Brasil estava entre os países com os piores indicadores. O país totalizava 11.122.429 de casos e 268.370 de óbitos, o que correspondia a 9,5% e 10,3% do total global, respectivamente, ainda que a população brasileira corresponda a menos de 3% da população mundial. O Brasil enfrentava, até então, o pior cenário desde o advento da pandemia. Pesquisadores do Observatório de Covid-19 da FIOCRUZ sinalizaram que o país não alcançara uma redução significativa de sua curva de transmissão e, pelo contrário, atingia recordes de novos casos, com o número de óbitos aumentando, o que se somava a uma situação de colapso dos sistemas de saúde em grande parte dos estados e municípios.

Este cenário caótico e sem precedente, determinado pela pandemia, impôs ao globo e, em particular, aos países com populações empobrecidas e periféricas, desafios de importante grandeza e complexidade nas diferentes áreas e setores da sociedade comprometidos com áreas tais como saúde, educação, trabalho, renda, moradia, empobrecimento, abandono, dentre outras, cujas repercussões mais imediatas e violentas direcionam-se às pessoas e aos grupos mais vulneráveis, dentre os quais se situam as juventudes.

Dados do IBGE, de 2017, apontam que os jovens entre 15 e 29 anos somavam 48,5 milhões de brasileiros, 23,4% do total da população. Jovens que constituem um grupo heterogêneo, diverso e múltiplo, no que se refere ao sexo, etnia, cultura, religião, orientação, referência territorial, grau de instrução, atividade econômica, autonomia, entre outros. Assim, pode-se afirmar que se trata de um grupo plural; contudo, encerra, nesse contexto, outros grupos, ainda mais vulnerabilizados pelas agendas sócio-históricas do capitalismo brasileiro, que, aliadas as outras pautas do globo, remontam às políticas de mortes destinadas aos negros e negras, o que acaba por afetar, de forma ainda mais direta, as juventudes desta etnia, fomentando fragilidades no que tange o seu reconhecimento identitário, histórico e material.

Os impactos da pandemia sobre as juventudes negras e periféricas foram severos, de modo que esses jovens, muitas vezes, tiveram dificuldades para acessar informações sobre medidas de prevenção e cuidados com a saúde, além de enfrentarem condições precárias de trabalho e moradia que dificultam a adoção de medidas de distanciamento social e a prevenção da infecção por Covid-19. Tais fatores contextuais, tomaram contornos ainda mais densos durante o obscuro período da pandemia.

As juventudes brasileiras são marcadas por uma série de desigualdades, especialmente as que afetam jovens negros, pobres, mulheres e LGBTQIA+. Esses grupos enfrentam mais obstáculos na conquista de oportunidades educacionais, profissionais e de bem-estar, bem como no acesso a políticas públicas e serviços de qualidade. O colapso sanitário se encontra com o capitalismo caótico vigente e é, imediatamente, por ele impactado, agravando, sobretudo, os mais vulnerabilizados. Isto gera demandas para que a sociedade e suas instâncias de gestão, abrigadas pelo Estado, aproximem-se dos campos de pesquisa, buscando alternativas políticas e sanitárias que possam responder às ameaças provocadas por este fenômeno.

Se as políticas voltadas para as juventudes ainda desenhavam um percurso bastante restrito e difuso antes do início da pandemia, com seu advento, houve um importante agravamento da situação de exposição dos jovens a diversos fatores de risco, acrescidos do risco da contaminação pelo vírus, ou por uma de suas cepas, com todas as possíveis repercussões de saúde, e nas dimensões sociais e econômicas decorrentes da crise, ainda mais para os grupos que já viviam em situações ofensivas de negação de seus direitos individuais e sociais.

Para uma compreensão mais apurada dos fatores que são constitutivos das vulnerabilidades atribuídas às juventudes, faz-se mister elucubrar, quanto aos conceitos que são calcados no reconhecimento de que estes se constituem de forma multiformes e multifacetadas, que são forjados no processo histórico-social e carregados dos condicionantes relativos a outros grupos sociais, porém realçados e particularizados numa dimensão identitária. Num processo de construção que lhes reserva fragilidades de concepção quanto ao seu lugar social, fazendo com que este segmento de jovens negros sejam vulnerabilizados por artifícios culturais, históricos, linguísticos e materiais que se integram ao poder capital. Assim, as juventudes negras, pobres e das favelas migram, facilmente, de vítimas do sistema a violadores dele e, assim, é flagrante observar que as temáticas relativas às juventudes, grande

parte das vezes, estão atreladas também à violência, ao delito, à infração, à delinquência, entre outros, que findam por tratar pessoas pertencentes a este segmento como perigosas, como .

Ariès (1986) considera os signos de infância e juventude como uma invenção moderna da sociedade, que vem sendo constituída através das relações sociais que estão imersas em seus interesses e divergências de conflitos. Para o autor: "A infância é uma criação da sociedade. Na visão dele, a criança não existe em si mesma, mas é uma figura presente no imaginário coletivo que evolui com o tempo e a história" (ARIÈS, 1986, p. 17). Ele argui que a infância é uma construção social e histórica, ou seja, que não é uma categoria natural e imutável, mas sim uma criação da sociedade que se desenvolve ao longo do tempo.

Não obstante, a construção desses conceitos, que serão aprofundados mais adiante, encerra um conflito que coloca os jovens como operadores duplos, uma vez que, do ponto de vista do desenvolvimento psíquico, alguns profissionais reconhecem as experiências conturbadas que vivenciam como uma característica da própria condição de ser jovem, mas do ponto de vista social, esse jovem é visto como a causa de tais experiências negativas.

Outros estudos concebem a adolescência como sinônimo de juventude, enquadrando-a apenas como estágio de desenvolvimento humano, carregado de características biológicas e temporais, fazendo com que este conceito se derive da ideia de que se trata de uma fase natural e universal da vida humana. Contudo, esses estudos também vão ao encontro de Ariès (1986), quando diz que embora se tenha avançado sobre os estudos acerca da adolescência, esta matéria ainda é bastante nova, haja visto que, até há poucos séculos, não havia, na sociedade, tal construção conceitual. Segundo ele, somente no final do século XVIII é que se inicia a construção do conceito de adolescência, que só se difunde no século XX.

Até então, as crianças viviam difusas entre os adultos, desempenhando todos os seus papéis, como o trabalho, no qual eram iniciadas aos sete anos, contexto em que não havia distinção entre o sujeito criança e o sujeito adolescente/jovem. Na visão desses estudos mais antigos, sobretudo iconográficos, ambas as fases correspondiam a um único grupo social.

No que concerne à construção das juventudes através da história, há muitos pontos de vista. Alguns deles não convergem com a leitura de Ariès, uma vez que extrapolam a dimensão etária e podem, inclusive, ser vistos como denúncias do

caráter superficial dos exames de Ariès, alegando que o autor particulariza sua análise, restringindo-a a um grupo social restrito, já que a base de seu *corpus* de pesquisa é a iconografia. Ou seja, nesse *corpus*, figuravam sujeitos que possuíam algum privilégio social, que os permitia ser vistos e registrados em imagem, quando os críticos de Ariès reivindicam a existência de outros excluídos que, devido a sua condição social, não foram fotografados, como os filhos de empregados e de servos, os migrantes, os indígenas, os camponeses, dentre outros.

Considero que o estudo de Ariès (1986) possui densidade técnica e teórica e, assim, serve, se não para fornecer uma visão mais aguçada do tema, para alcançar uma percepção geral de como o conceito de juventude foi sendo construído a partir da Europa, ao longo da história, e os seus reflexos sobre como são entendidas as sociabilidades possíveis e suas construções nas culturas coloniais, como é o caso do Brasil. Partindo da compreensão do autor para delimitar o campo de análise desta proposta de pesquisa, utilizo o critério de problematizar a situação de precariedade vivenciada, na atualidade, pelas juventudes. Para isso, é importante destacar a contribuição de Iamamoto (2004), que, ao falar sobre os “problemas sociais”, saliente que estes não devem ser vistos de maneira isolada, como relativos ao indivíduo ou à família, isentando a sociedade burguesa da responsabilidade na produção das desigualdades.

Iamamoto (2004) expressa que, num contexto, como o atual, de destruição das conquistas históricas dos trabalhadores, onde os direitos são permanentemente renegados em detrimento da defesa incondicional do mercado balizado pelo capital, acentuam-se as desigualdades e, com elas, o aniquilamento dos direitos civis, políticos e sociais. O Quadro 4, a seguir, mostra a proporção de homicídios por arma de fogo entre 2008 e 2018.

Quadro 4 - Proporção de homicídios por arma de fogo em comparação ao total de homicídios, por UF (2008-2018) Brasil.

	PROPORÇÃO DE HOMICÍDIOS POR ARMA DE FOGO											VARIACÃO		
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2008-2018	2001-3-2018	2017-2018
Brasil	71,2	71,2	70,4	70,4	71,1	71,1	71,6	71,9	71,1	72,4	71,1	-0,2	0	-1,9
Acre	30,1	39,9	38,2	30,5	40,9	40,6	49,6	53,5	62,3	74,4	76	152,8	82,3	2,2
Alagoas	84,6	83,3	82,5	85,3	84,9	86,6	86,6	84,4	84,9	84,2	81,8	-3,3	-5,5	-2,8
Amapá	31	36,3	39,6	38,3	46,3	45,2	59,4	52,6	48,3	46,2	56,6	82,8	22,4	22,4
Amazonas	53,7	62,5	58,7	68	63,6	58,4	61,5	63,2	54,5	58,2	42,3	16	6,8	7
Bahia	80	81	77,1	76,3	77,4	77,2	78,9	78,7	76	72,5	73,3	-8,3	-5	1,2
Ceará	66	69,8	76,6	73,9	81,6	81,7	82,1	81,5	79,8	86,5	85,8	30,1	5	-0,8
Distrito Federal	71,3	75,7	73,3	72,9	76,2	71	75	66	67,9	65,7	62,1	-12,9	-12,6	-5,6
Espírito Santo	76,8	78	75,8	82,9	82,1	79,7	80,4	75,5	76,2	80,7	76,5	-0,4	-1	-5,2
Goiás	67	66,3	66,6	69,5	70	71,9	71,2	72,2	70,6	70,9	69,5	3,7	-3,3	-1,9
Maranhão	54,8	56,2	54,6	59,3	64,9	64,6	68,7	70,5	67,5	68	64,8	18,2	0,3	-4,8
Mato Grosso	61,1	57,5	58,3	60,8	60,5	64,6	63	64,1	63,7	60,7	57,2	-6,3	-11,4	-5,7
M. Grosso do Sul	56,4	59,3	53,3	54,9	49,4	50,6	51,1	50,4	48,6	49,6	42,5	-24,7	-16,1	-14,4
Minhas Gerais	71	69,6	67,5	70,4	70,8	73,6	71,6	71	71,9	72,5	66,3	-6,6	-9,8	-8,5
Pará	67,5	68,2	71,2	67,7	66,1	65,5	67	69,1	72,2	73,5	75,9	12,5	16	3,4
Paraíba	73	80,7	83	85,4	80,3	81,1	80,8	83,1	78,2	78,6	80,9	10,7	-0,3	2
Paraná	73,8	72,6	73,6	71,2	70,4	69,6	70	68,9	69	66,4	62,2	-15,7	-10,6	-6,3
Pernambuco	77,6	78,7	76,3	73,3	74,4	73,6	75,7	79,7	78,1	82,6	80,4	3,6	9,3	-2,7
Piauí	44,2	47,8	50,4	57,6	59,2	61,3	63,6	61,6	62,8	60,1	60,3	36,4	-1,8	0,3
Rio de Janeiro	80,6	79,2	78,3	74,8	75,7	72,8	67,5	66,5	46,4	68,8	66	-18	-9,3	-4
R. G. do Norte	75,1	77,5	75,4	74,8	76,2	79,5	82	80,2	84,6	87,5	89,8	19,6	13	2,7
R. Grande do Sul	75,9	73,7	72,4	74,4	73,5	74,1	75,8	78,2	77,7	78,1	76,9	1,3	3,8	-1,6
Rondônia	59,6	65,6	64,4	63,8	64,5	62,4	69,7	63,8	66,1	67,3	63	5,8	1,1	-6,4
Roraima	27,9	23,1	24	26,3	22,4	32,7	29,8	28,1	35,3	37,5	43,7	56,8	33,7	16,6
Santa Catarina	63,5	62,7	58,8	60,2	60,5	57	57,8	61,2	62,1	62,3	52,7	-17,1	-7,6	-14
São Paulo	63,3	60,7	59,3	57,6	60,7	58,5	59,5	60,1	55,9	54,4	53,9	-14,9	-7,8	-0,9
Sergipe	46,3	69,1	66,9	71,6	73,7	75,9	81,9	85,1	85,9	84,2	84,6	27,6	11,6	0,5
Tocantins	41,4	44,4	40,3	44	47	41,8	46,3	55,8	54,1	57,1	56,3	36,2	34,6	-1,4

Fonte: SIM/MS. Elaboração: Diest/Ipea e FBSP. Obs.: 1. O número de homicídios na UF de residência foi obtido pela soma dos CIDs 10 X93-X95, ou seja: óbitos causados por agressão por disparo de arma de fogo; e o número de homicídios CIDs 10: X85-Y09 e Y35-Y36.2.

O conceito de juventude está numa arena de disputa de concepções, na qual é nomeado como meninice tardia, jovialidade, mocidade, adolescência, puberdade, flor da idade, nubildade, entre outros termos, e entendida, majoritariamente, como adolescência. A adolescência é compreendida a partir de uma perspectiva vinculada às teorias psicológicas, que definem como adolescente o sujeito que, além de apresentar uma série de aspectos biológicos, carrega, consigo, experiências subjetivas. De outra forma, as teorias históricas e sociológicas privilegiam a constituição de sujeitos a partir de sua inserção no coletivo, conforme explicam Silva e Lopes (2009):

O termo adolescência parece estar mais vinculado às teorias psicológicas, considerando o indivíduo como ser psíquico, pautado pela realidade que constrói e por sua experiência subjetiva. Ao passo que o termo juventude parece ser privilegiado no campo das teorias sociológicas e históricas, no qual a leitura do coletivo prevalece. Sendo assim, a juventude só poderia ser entendida na sua articulação com os processos sociais mais gerais e na sua inserção no conjunto das relações sociais produzidas ao longo da história. (SILVA; LOPES, 2009, p. 88).

A par desse e de vários outros debates que se empenham em categorizar a juventude, para fins desta pesquisa, a inclinação que busco seguir está na perspectiva que se ancora em Abramo e León (2005), apoiados por Sandoval (2002), onde a juventude é concebida como uma categoria etária (categoria sociodemográfica), como etapa de amadurecimento (áreas sexual, afetiva, social, intelectual e físico/motora) e como subcultura.

Prosseguindo na reflexão anterior, é importante considerar a heterogeneidade da juventude, que é produzida a partir de diferentes contextos e experiências, justificando o uso do termo "juventudes" no plural, em vez de no singular. No entanto, também é importante reconhecer que há aspectos que conferem uma condição peculiar aos jovens, enquanto sujeitos individuais, apesar de fazerem parte de uma coletividade. Dessa forma, é possível afirmar que o período juvenil não só representa uma etapa da vida humana, mas também um espaço que abriga necessidades subjetivas e coletivas específicas desses sujeitos em transformação e, ao mesmo tempo, plenos em si mesmos.

O Adolescente ou Jovem vive uma condição peculiar de desenvolvimento e, conforme está expresso no artigo 3º do ECA (BRASIL, 1990), a eles estão

assegurados todos os direitos fundamentais e também aqueles específicos pela situação especial em que se encontram:

A criança e o/a adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade. Parágrafo único. Os direitos enunciados nesta Lei aplicam-se a todas as crianças e adolescentes, sem discriminação de nascimento, situação familiar, idade, sexo, raça, etnia ou cor, religião ou crença, deficiência, condição pessoal de desenvolvimento e aprendizagem, condição econômica, ambiente social, região e local de moradia ou outra condição que diferencie as pessoas, as famílias ou a comunidade em que vivem. (BRASIL, 1990).

Desta maneira, todas as energias individuais e coletivas devem estar voltadas na direção de encontrar meios e recursos que possam efetivar os direitos assegurados no artigo 227 da constituição federal de 1988, que garante que toda a criança e adolescente é signatário de absoluta prioridade, tanto da sociedade como quanto do poder público, que precisam desenvolver política públicas específicas que atendam a este requisito legal. Conforme o artigo 4º do ECA:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do Poder Público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária. Parágrafo único. A garantia de prioridade compreende: a) primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias; b) precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública; c) preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas; d) destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas com a proteção à infância e à juventude. (BRASIL, 1990).

Portanto, é necessário que todos os setores da sociedade se envolvam para garantir a proteção e o pleno desenvolvimento das crianças e adolescentes, em consonância com o que estabelece a Constituição Federal e o ECA. Cabe ao poder público assumir sua responsabilidade na implementação de políticas públicas que assegurem o cumprimento desses direitos, e à sociedade em geral, mobilizar-se para exigir que isso aconteça, promovendo a conscientização e a participação cidadã, incluindo, nelas, as juventudes.

3 METODOLOGIA

3.1 ETAPAS, TÉCNICAS E FONTES DE COLETA

Os objetivos desta pesquisa, conforme mencionados anteriormente, são: a) compreender a relação dialética entre a necropolítica e as juventudes, destacando tanto as formas de opressão quanto de resistência e reinvenção, às quais chamamos de teimosia; e b) analisar como as práticas sociais e educativas podem funcionar como recursos elementares de apoio para que essas formas de existir das juventudes se consolidem. Para alcançá-los, utilizou-se a coleta de dados e, posteriormente, a técnica de triangulação, cujo propósito, segundo Triviños (2011), é abranger a máxima amplitude da descrição, explicação e compreensão do foco de estudo.

Essa técnica consiste num método de pesquisa que busca a validação dos resultados obtidos por meio da combinação de diferentes métodos e fontes de coleta de dados, uma abordagem de convergência utilizada para que se alcance uma compreensão mais completa e precisa do objeto de estudo. O termo “triangulação” refere-se à ideia de que, assim como na geometria, a combinação de três elementos pode permitir uma visão mais completa de um objeto, uma vez que, na combinação de diferentes métodos, técnicas e fontes de coleta de dados, é possível reduzir possíveis vieses imprecisos e aumentar a confiabilidade dos resultados.

Com base nos estudos de Triviños (2011), as etapas da técnica de triangulação aplicadas nesta pesquisa amparam-se em alguns aspectos e materiais. Em primeiro, os processos e os produtos elaborados por mim, o pesquisador, a partir das entrevistas e dos questionários realizados com os educadores, educandos e seus familiares, bem como as anotações derivadas das observações dos participantes e da análise documental e bibliográfica, foram utilizados. Em segundo, uma pesquisa bibliográfica, acerca da literatura geral e das pesquisas recentes, foi realizada, abordando as questões pertinentes às temáticas relativas às juventudes, seu contexto de inserção, sua relação com a pandemia, as práticas educativas e sociais e o cenário político brasileiro. Dessa forma, o *corpus* de análise deste estudo será composto tanto pela pesquisa de campo, que ocupa lugar central, quanto pela pesquisa bibliográfica, que serve de suporte para a primeira, assim como por outros materiais, tais como decupagens de vídeos e documentos que abordam as

temáticas correlatas à pesquisa, bem como aqueles utilizados e constituídos para o planejamento e a execução das práticas educativas desenvolvidas pelo CJ da Lomba do Pinheiro.

Na triangulação desses aspectos e materiais, a aplicação da técnica de triangulação contribui para uma abordagem mais abrangente e confiável do objeto de estudo, permitindo a combinação de diferentes perspectivas e fontes de dados para uma compreensão mais completa da relação entre as juventudes e a necropolítica, bem como para uma análise mais aprofundada das práticas sociais e educativas que podem apoiar e fortalecer essas formas de existir das juventudes.

Outro aspecto relevante é que a combinação da pesquisa de campo, apoiada pela pesquisa bibliográfica e complementada por outras fontes de dados fornece um *corpus* de análise rico e diversificado, permitindo a triangulação dos resultados e a validação dos achados. Por fim, espero que a pesquisa contribua para um maior entendimento da relação entre as juventudes e a necropolítica e para a identificação de práticas sociais e educativas que possam apoiar e fortalecer essas formas de existir das juventudes.

No processo metodológico da pesquisa, busco compreender como as juventudes (sobre)vivem ao processo de descartabilidade de vidas humanas, exposta pela pandemia, no contexto de necropolítica em curso, e, para tanto, procederei com a análise dos dados coletados, utilizando o método de análise de conteúdo, proposto por Bardin (2015), apoiado pelo software *Iramuteq*, visando encontrar resultados que possam auxiliar na proposição de elementos que possam se transformar em políticas públicas e práticas educativas efetivas para as juventudes vulnerabilizadas de Porto Alegre, bem como de outros territórios.

Com isso em mente, o primeiro passo foi selecionar o material a ser explorado, o qual consiste em entrevistas presenciais, entrevistas remotas transcritas e a transcrição do grupo focal. Este material foi devidamente armazenado, sob minha responsabilidade, e exclusivamente manipulado por mim, no *Google Drive*. O segundo passo incluiu a correção dos textos, o tratamento adequado para submetê-los ao software *Iramuteq* e a leitura flutuante, a fim de aprofundar o contato com o conteúdo coletado. Este processo é denominado (re)conhecimento, pois permite novas impressões que contribuirão para a conformação dos objetivos preestabelecidos da pesquisa.

Em seguida, foi realizada a compatibilização do material coletado com os objetivos da pesquisa. Esses objetivos incluem compreender a relação dialética entre a necropolítica e as juventudes, destacando tanto as formas de opressão quanto de resistência e reinvenção, às quais chamo de teimosia, bem como a análise das práticas sociais e educativas que podem funcionar como recursos elementares de apoio para que essas formas de existir das juventudes se consolidem. Além disso, explorou-se a interseccionalidade presente na experiência das juventudes, considerando o impacto do racismo e de outras formas de preconceito em suas vidas.

Após a leitura flutuante e a adaptação aos objetivos, o *corpus* textual foi submetido ao *software Iramuteq*. A partir daí, o software realizou as operações lógicas, cabendo ao pesquisador realizar as escolhas de aplicação dos cálculos computacionais oferecidos pelo programa e estabelecer os parâmetros de análises a serem utilizados pelo sistema. O objetivo dessa etapa é identificar se as leituras realizadas pelo software mantêm conformidade com o objeto da pesquisa e realizar ajustes, caso necessário.

Silva e Ribeiro (2021) mostra que o *software Iramuteq* pode ser utilizado como uma ferramenta eficiente no processo de análise de conteúdo, permitindo uma segmentação do *corpus* em categorias de análise e fornecendo um suporte metodológico apropriado, o que nos interessa, pois, em nossa análise, utilizaremos tais categoriais, ambicionando atingir os objetivos propostos. Além disso, essa segmentação possibilitou realizar escolhas e ajustes necessários durante a utilização do *software*, garantindo a conformidade das leituras com o objeto da pesquisa.

Os recursos da Classificação Hierárquica Descendente (CHD), a Frequência Fatorial, χ^2 e análise contextual foram os mais utilizados para a análise, além da análise de similitude, como forma ilustrativa do *corpus*, e das nuvens de palavras, como recursos visuais. Esses recursos foram escolhidos de acordo com o tipo de análise proposto e em consonância com o objeto da pesquisa e os recursos disponíveis. A relevância desse trabalho é demonstrada pelo aproveitamento de análise do texto, que atingiu 93,61%, considerado excelente pelos idealizadores do *software*.

Procuro utilizar, nesta tese, uma combinação entre o uso do *software Iramuteq* com a Análise de Conteúdo de Bardin (2015), ancorada em minhas

próprias análises, que colho a partir dos anos de trabalho que possuo junto às juventudes e organizações que possuem ações voltadas para esta população. Sendo assim, as etapas resultantes dessa união, utilizadas nesta tese, podem ser assim sintetizadas:

- **Seleção do material:** foi feita a escolha do material a ser explorado, que consiste em entrevistas presenciais, entrevistas remotas transcritas e a transcrição do grupo focal. Todo o material foi devidamente armazenado e manipulado pelo pesquisador.

- **(Re)conhecimento:** esse processo se consistiu da leitura flutuante do material coletado, a fim de aprofundar o contato com o conteúdo e permitir novas impressões que contribuirão para a conformação dos objetivos preestabelecidos da pesquisa.

- **Compatibilização do material com os objetivos da pesquisa:** após o processo de (re)conhecimento, foi realizada a adaptação do material coletado aos objetivos da pesquisa, que incluem compreender a relação dialética entre a necropolítica e as juventudes, destacando tanto as formas de opressão quanto de resistência e reinvenção; analisar como as práticas sociais e educativas podem funcionar como recursos elementares de apoio para que essas formas de existir das juventudes se consolidem; e explorar a interseccionalidade presente na experiência das juventudes, considerando o impacto do racismo e de outras formas de preconceito em suas vidas.

- **Submissão do corpus textual ao software Iramuteq:** o material coletado foi submetido ao *software Iramuteq*, que realizou as operações lógicas de análise.

- **Escolha dos recursos para análise:** foram utilizados recursos como a Classificação Hierárquica Descendente (CHD), Frequência Fatorial, χ^2 e análise contextual, além da análise de similitude, como forma ilustrativa do corpus, e as nuvens de palavras, como recursos visuais. Esses recursos foram escolhidos de acordo com o tipo de análise proposto e em consonância com o objeto da pesquisa e os recursos disponíveis.

- **Análise dos resultados:** os resultados da análise foram interpretados pelo pesquisador e os achados foram utilizados para a proposição de elementos que

possam se transformar em políticas públicas e práticas educativas efetivas para a juventude vulnerabilizada de Porto Alegre, bem como de outros territórios.

A utilização da análise de conteúdo proposta por Bardin e minha observação enquanto pesquisador, como agente ativo na análise, mostra-se importante para garantir uma análise aprofundada e coerente com os objetivos da pesquisa. Meu protagonismo enquanto pesquisador desse processo fica evidenciado pois pude realizar as escolhas de aplicação dos cálculos computacionais oferecidos pelo programa e os parâmetros de análises a serem utilizados pelo sistema. Isso me possibilitou avaliar se as leituras realizadas pelo *software* mantêm conformidade com o objeto da pesquisa e realizar ajustes, caso necessário.

Sendo eu o responsável por estabelecer as categorias e indicadores que serão utilizados na análise, além de acompanhar todo o processo e interpretar os resultados, envolvi-me ativamente em todo o processo metodológico, desde a seleção do material até a interpretação dos resultados obtidos, algo absolutamente importante, conforme as palavras de Roque Moraes (1999):

O pesquisador é, portanto, um elemento ativo na análise de conteúdo. É ele quem estabelece as categorias e os indicadores a serem utilizados na análise, quem acompanha todo o processo e quem interpreta os resultados" (MORAES, 1999, p. 51)

Desse modo, ao combinar a metodologia de Análise de Conteúdo de Bardin com o uso do software Iramuteq e os elementos constitutivos de minha experiência como trabalhador da área da juventude, foi possível realizar uma análise mais aprofundada e precisa do material coletado, contribuindo para a compreensão dos desafios enfrentados pelas juventudes no seu contexto geral, que envolve a pandemia do COVID-19, e a proposição de soluções efetivas para garantir o direito à vida e à saúde das novas gerações.

3.2 A COLETA DE DADOS

Nesta seção, apresento os dados coletados durante uma etapa da pesquisa empírica, que foram submetidos a um processo de análise que se utilizou de diversos recursos metodológicos, já explicitados anteriormente. A principal função

dessa análise é endossar, questionar ou refutar os argumentos apresentados no estudo, que são fundamentais para justificar e comprovar a cientificidade, pertinência e relevância da tese.

Os dados foram coletados por meio de entrevistas com três grupos: jovens; trabalhadores, educadores e técnicos do CJ; e grupos focais com os trabalhadores. Os formulários de questões utilizados para os três grupos pesquisados podem ser verificados no anexo X. Além disso, também foram utilizados, como documentos de análise, os Planos Individuais de Realização (PIRs), que são instrumentos pedagógicos utilizados para acompanhar o desenvolvimento dos jovens e fomentar sua perspectiva crítica por meio da sua participação na elaboração do plano de desenvolvimento. Outros documentos, como os planos pedagógicos, o Termo de Referência do Centro de Atendimento Socioeducativo (TDR) e registros de atividades e reuniões, serão utilizados posteriormente, ou mesmo durante a análise, como material de apoio à compreensão dos dados levantados e mesmo como complementares aos dados obtidos na pesquisa empírica.

As entrevistas com os jovens foram escolhidas por serem um grupo social que pode fornecer indicadores importantes para ilustrar os elementos fundamentais da pesquisa. Os jovens vinculados ou egressos do CJ foram escolhidos como população-alvo para este estudo, uma vez que vivem em um contexto social que os coloca em profundas vulnerabilidades, ao mesmo tempo em que os fortalece como (sobre)viventes. Além disso, esses jovens, assim como a população em geral, têm sofrido as consequências da epidemia do coronavírus.

O presente estudo tem como sujeitos os jovens que residem e que tiveram ou têm vivências no CJ da Lomba do Pinheiro, localizado em uma das regiões mais vulneráveis da cidade de Porto Alegre. Essa região é caracterizada pela presença de trabalhadores informais, migrantes, povos tradicionais, moradores expropriados, tráfico de drogas, moradias irregulares, precariedade do saneamento básico e infraestrutura, acesso limitado a serviços de saúde, entre outros desafios.

Além disso, a região possui apenas uma escola de ensino médio, o que obriga os jovens a se deslocar para concluir o ensino fundamental, enfrentando dificuldades financeiras e de locomoção. Apesar dessas adversidades, os jovens entrevistados demonstram resiliência e contam suas histórias com orgulho e desenvoltura, destacando-se pela forma como enfrentam os desafios da vida.

A seleção dos jovens para o estudo foi realizada pela equipe técnica e pelo pesquisador, que buscaram indivíduos com habilidades de comunicação e expressão, além de disponibilidade para a realização das entrevistas, que foram realizadas em meio à pandemia de COVID-19. Foram priorizados jovens com alguma representatividade em seus grupos, além daqueles que se mostraram interessados em participar da pesquisa.

As entrevistas foram realizadas durante o mês de janeiro de 2022, presencialmente, nas dependências do CPCA São Francisco de Assis, que acolhe e executa o CJ da Lomba do Pinheiro e também por virtualmente pelas plataformas zoom, google Meet ou app WhatsApp. Antes das entrevistas, foi realizada uma explicação sobre o projeto e os aspectos legais e éticos envolvidos. As entrevistas foram registradas por meio de celular ou gravador, com o consentimento prévio dos sujeitos, sendo que algumas foram realizadas de forma virtual.

Os jovens participantes da pesquisa foram entrevistados de maneira serena e receptiva, demonstrando gratidão e reconhecimento pela oportunidade concedida. Eles reconheceram a importância da pesquisa em nível de doutorado e se sentiram valorizados por terem sido selecionados para participar. Alguns jovens destacaram que o entrevistador os representava e que essa representatividade trouxe a esperança de que pessoas negras podem alcançar níveis elevados de reconhecimento social. Além disso, as entrevistas foram conduzidas de forma transparente e sem filtros, permitindo que os jovens falassem abertamente sobre suas vidas e experiências no CJ, inclusive sobre temas mais sensíveis como sexualidade e uso de drogas.

Os locais das entrevistas foram higienizados cuidadosamente pelo pesquisador, que utilizou produtos de limpeza e álcool em todas as superfícies e equipamentos utilizados. As entrevistas foram realizadas na sala da direção da instituição, com janelas que permitiam visualizar o pátio interno. Os jovens foram recebidos na sala de atendimento técnico e mantiveram o distanciamento social recomendado, utilizando máscaras de proteção durante todo o processo, devido à pandemia.

Os jovens participantes mostraram um alto nível de comprometimento com a proposta da pesquisa. Eles compareceram pontualmente às entrevistas e, quando houve impedimentos circunstanciais, se esforçaram para reprogramar as entrevistas. Durante as entrevistas, houve momentos de profunda conexão entre as partes, em

que as confissões de ambos demonstraram uma sincronia, e em alguns momentos, a emoção tomou conta do ambiente. Os jovens manifestaram grande alegria e satisfação em poder participar do processo de pesquisa e demonstraram interesse em conhecer os resultados da pesquisa concluída.

As práticas educativas e sociais que surgem nos CJ's são o resultado de um projeto pedagógico profundo, que se baseia nos princípios do TDR, da Educação Popular e Social, da Educação Franciscana, entre outros selecionados pela instituição responsável, o CPCA. Essas práticas são realizadas por profissionais que pertencem aos CJ's e que se identificam com os princípios e diretrizes da instituição. A escolha desses profissionais levou em consideração tanto sua representatividade dentro do grupo de trabalho quanto sua identificação com as propostas da OSC, por meio do CJ.

Os profissionais selecionados para a pesquisa são, em sua maioria, negros e pardos, homens e mulheres com formação superior e que se identificam com a proposta do CJ, uma vez que têm conexão pessoal com as temáticas que são desenvolvidas juntos aos jovens, com idades entre 24 e 40 anos. Esses profissionais são considerados como referência tanto pelos jovens quanto pela coordenação do programa, devido à sua capacidade de lidar com situações cotidianas de trabalho e desenvolver ações educativas e sociais que estejam alinhadas com o projeto que está sendo desenvolvido e com os interesses e necessidades dos jovens em suas realidades.

A seleção desses profissionais foi realizada por mim juntamente com a coordenação geral do CJ. A definição de quem seria entrevistado foi feita após uma reunião em que foram apresentados os objetivos da pesquisa à equipe técnica. Após um longo debate, o perfil dos profissionais que melhor atendiam ao propósito foi definido.

Uma vez reunidos entrevistador e entrevistado, antes que as perguntas fossem feitas, era explicado o projeto, o objetivo do estudo e o modo de condução das entrevistas, além de serem discutidos os aspectos legais e éticos relevantes. Uma vez de acordo, as perguntas eram feitas e registradas, utilizando um celular com programa de gravação instalado e ativo e um gravador, como acordado previamente com cada participante. No caso das entrevistas remotas, a gravação era realizada através das funcionalidades da própria plataforma utilizada.

A fim de participar da pesquisa, os profissionais educadores e técnicos foram inicialmente convidados pela técnica responsável pela equipe do CJ, a meu pedido. De acordo com a técnica, todos os profissionais convidados manifestaram grande interesse e entusiasmo em participar da pesquisa, motivados tanto pela relevância do tema quanto pela oportunidade de contribuir com a pesquisa acadêmica, especialmente por ser liderada por um pesquisador negro. Quando confirmei a participação dos entrevistados, eles se mostraram abertos, receptivos e, em alguns casos, bastante nervosos por participar de um projeto tão significativo.

As entrevistas foram realizadas na sala da direção pedagógica da instituição, durante o horário de atendimento concedido pela direção da organização da sociedade civil (OSC). Os entrevistados aguardaram na sala de espera da OSC até o horário marcado com o pesquisador. Este os recebeu com os equipamentos necessários para a entrevista e a gravação da mesma devidamente ajustados. Após a apresentação do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e os aspectos relevantes da pesquisa, o pesquisador explicou a metodologia da entrevista, como seria realizada, gravada, arquivada e utilizada. Cientes desses procedimentos, cada entrevista foi realizada. Em alguns casos, foi necessário realizar uma conversa inicial mais geral, para acalmar a ansiedade e o nervosismo dos entrevistados, mas, superada essa etapa, todas as entrevistas foram realizadas com tranquilidade.

3.3 ASPECTOS ÉTICOS

Esta pesquisa foi realizada com a aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). O estudo foi conduzido em conformidade com a Resolução nº 510/16 do Conselho Nacional de Saúde e demais normas regulatórias aplicáveis. Considerando que a pesquisa envolveu a participação de pessoas com idade inferior a 18 anos, foram tomadas medidas especiais para garantir a proteção e o bem-estar desses participantes. Para tanto, foram obtidas as autorizações dos pais ou responsáveis legais para a participação dos menores na pesquisa, bem como considerados o desejo e consentimento dos próprios jovens, além de serem garantidas condições adequadas para a realização das atividades, visando minimizar quaisquer riscos potenciais.

As entrevistas foram realizadas tanto de forma presencial, nas dependências do CPCA, quanto virtualmente, em virtude da pandemia. Para as entrevistas presenciais, foram tomadas medidas preventivas para garantir a segurança dos participantes e do pesquisador, e para as entrevistas virtuais, foram disponibilizados, conforme necessários, recursos que possibilitassem a participação dos entrevistados.

Além das entrevistas individuais, foram realizados grupos focais com os educadores participantes, os quais foram esclarecidos previamente sobre a natureza e objetivos da pesquisa, bem como sobre seus direitos enquanto participantes. Foi garantido o sigilo das informações coletadas, e todos os dados foram tratados de forma confidencial, respeitando os princípios éticos da pesquisa.

Todas as pessoas participantes da pesquisa foram informadas sobre sua participação voluntária e sobre a possibilidade de interromper sua participação a qualquer momento, sem sofrer quaisquer prejuízos. Foi obtido o consentimento livre e esclarecido de todas as pessoas participantes, bem como das autoridades responsáveis pelas instituições envolvidas.

Este estudo se constitui numa pesquisa científica e, como tal, exige não apenas rigor metodológico, mas também responsabilidade ética, bem como implicação de todos os envolvidos nela, sobremaneira eu, enquanto pesquisador, meu orientador e a instituição à qual pertença. Nesse sentido, esta pesquisa observou todas as normas éticas e legais que regem as pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil. Abaixo, estão sintetizados os aspectos éticos considerados, isto na elaboração e execução desta pesquisa:

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE): para a coleta de dados, foi solicitado o TCLE dos participantes, de acordo com as Diretrizes e Normas Regulamentadoras de Pesquisa Envolvendo Seres Humanos do Conselho Nacional de Saúde (CNS) (Resolução CNS 510/16). Antes de iniciar a coleta de dados, os participantes foram informados sobre o objetivo da pesquisa, a forma como os dados seriam coletados e utilizados, bem como os possíveis benefícios e riscos envolvidos na participação. Foi esclarecido que a participação era voluntária e que eles poderiam recusar-se a participar, a qualquer momento, sem qualquer penalidade.

Anonimato e Confidencialidade: para garantir o anonimato dos participantes, não foram coletados dados que permitissem a identificação individual para fins externos, apenas em pesquisa. Além disso, os dados foram armazenados em minha

conta pessoal no *Google Drive*, manipulados apenas por mim, garantindo a confidencialidade das informações obtidas. Os resultados foram apresentados de forma agregada, sem identificar individualmente nenhum dos participantes.

Preservação do bem-estar dos participantes: durante todo o processo de coleta de dados, foram tomadas medidas para garantir a preservação do bem-estar dos participantes. Foi garantido que os dados coletados não fossem utilizados para fins que não fossem os estabelecidos na pesquisa. Além disso, foi oferecido suporte psicológico aos participantes que se sentissem desconfortáveis ou perturbados durante a participação na pesquisa.

Considerações éticas na análise dos dados: Na análise dos dados, foram observadas as normas éticas referentes à privacidade e confidencialidade dos participantes. Para a análise, foram utilizados, sobretudo, recursos como a Classificação Hierárquica Descendente (CHD), Frequência Fatorial, χ^2 e análise contextual, além da análise de similitude, como forma ilustrativa do *corpus*, e as nuvens de palavras, como recursos visuais. Esses recursos foram escolhidos de acordo com o tipo de análise proposto e em consonância com o objeto da pesquisa e os recursos disponíveis.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

“Mais incrível de ser jovem é a coragem, não ter nenhum medo e nem limites para encarar as coisas, depois quando fica mais velho e amadurecendo essa coragem vai diminuindo, esta fase é fantástica”

Entrevistado E. Antônio Gramsci

O presente capítulo apresenta os resultados e a discussão da pesquisa, abordando os principais achados relacionados às juventudes, e tem por objetivo explorar as diferentes dimensões que permeiam o contexto juvenil, a relação entre a necropolítica e o juvenicídio, as interseccionalidades e o racismo nas experiências das juventudes, além das narrativas coletadas por meio de entrevistas semiestruturadas com jovens, educadores e famílias dos CJ's.

O capítulo está organizado a partir das discussões acerca: da relação entre as juventudes e a questão social, destacando os desafios enfrentados por essa parcela da população em contextos marcados pela desigualdade e pela exclusão social; da relação entre a necropolítica e o juvenicídio, analisando como a política da morte e a violência estrutural afetam de forma sistemática e desproporcional os jovens, especialmente os periféricos e marginalizados; das interseccionalidades e do racismo nas experiências das juventudes, destacando como as múltiplas formas de discriminação e opressão se entrelaçam e afetam de maneira específica os jovens negros, indígenas, LGBTQIA+ e outros grupos socialmente marginalizados.

Em seguida, são apresentadas as narrativas coletadas por meio de entrevistas com jovens e educadores do CJ, que fornecem percepções significativas sobre as vivências, construções e desafios enfrentados pelos diferentes atores envolvidos no programa. Após, descreve-se o tratamento dos dados obtidos, utilizando o *software Iramuteq* como apoio à análise textual.

Nesta fase da tese, busco aprofundar a compreensão sobre as realidades das juventudes, problematizando questões sociais e estruturais que afetam seus cotidianos, suas contradições, os mecanismos de pressão, bem como de fortalecimento, sobre esses grupos.

4.1 JUVENTUDES E A QUESTÃO SOCIAL

A categoria “questão social” é um conceito já consolidado no Serviço Social, como resultado das relações de exploração do trabalho pelo capital, ou seja, a questão social não corresponde senão às expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e do seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo o seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação do cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção, para além da caridade e da repressão (IAMAMOTO; CARVALHO, 2012).

Pode-se afirmar, assim, que a questão social se compõe de um conjunto de expressões que constituem o cerne do processo de formação e desenvolvimento da classe trabalhadora e que está estreitamente vinculada à divisão da sociedade. Em uma sociedade capitalista madura, a soma desses fatores expressa as desigualdades sociais, econômicas, políticas, culturais e de classe social.

No entanto, Santos (2012) alerta que, para analisar a questão social no Brasil, não basta apenas identificar as categorias centrais (capital e trabalho) e suas relações, é necessário entender, a partir de múltiplas determinações, as várias dinâmicas que incidem sobre este tema, o que, “no caso do Brasil tem formação social concreta, para que se tenha condições de dimensionar suas particularidades enquanto mediações centrais das expressões da “questão social” (SANTOS, 2012).

Em relação à articulação da questão social, suas expressões e as juventudes, cabe destacar que o atual cenário e conjuntura dos países capitalistas, em especial o do Brasil, que vive sob a égide do neoliberalismo, numa relação de dependência com o centro, a questão social tem sido agravada, no último período, pela ocorrência da pandemia do coronavírus, que possui características disformes do próprio liberalismo e transcende a dimensão econômica. Este complexo adentra uma ressignificação global da esfera política e das relações sociais, que interfere em questões, para as juventudes, envolvendo desemprego, subemprego, emprego precoce, vivência de rua, trabalho, formação, desproteção trabalhista e social, pobreza, vivência em contextos de violência, exposição a drogadição, até mesmo como alternativa de sobrevivência etc.

Como consequência das manifestações das expressões da questão social sobre as condições objetivas de sobrevivência das populações em geral, em

especial as juventudes brasileiras, os sujeitos a ela pertencentes sofrem processos de vulnerabilização social extremo e ficam expostos às políticas de morte, de forma objetiva ou simbólica. Com isso, ocorre a redução das alternativas de elaboração de uma sociabilidade sadia no presente e no futuro, comprometendo, assim, além da hodierna consolidação do Estado democrático de direitos, também a possibilidade de um futuro com oportunidades para essas juventudes pobres, negras e periferizadas.

A pesquisa "Juventudes e a Pandemia: E agora?", publicada no site da UNESCO em setembro de 2022 e apoiada pela UNESCO e UNICEF, entrevistou mais de 16 mil jovens em todo o Brasil para compreender os impactos da pandemia sobre as juventudes. Os resultados revelam que a pandemia teve efeitos substanciais na saúde mental dos jovens, com 60% deles relatando ansiedade nos últimos seis meses, 18% mencionando sintomas de depressão e 9% indicando automutilação ou pensamentos suicidas. A pesquisa destaca também que a educação também foi afetada, com 55% dos jovens sentindo que ficaram para trás em sua aprendizagem devido à pandemia e 11% considerando abandonar seus estudos (NAÇÕES UNIDAS BRASIL, 2022).

É cada vez maior o número de jovens que não possuem o acesso à educação, à devida qualificação, à saúde, à cultura, ao lazer, ao trabalho, à habitação e às alternativas de desenvolvimento integral. Esses indivíduos acabam por figurar, dadas suas condições economicamente frágeis, como as principais vítimas do sistema de exclusão adotado pela política brasileira. São a densa parcela dos desassistidos da sociedade contemporânea, que andam errantes pelas ruas, estão em abrigos, vivem sem destino nas comunidades pobres, são analfabetos ou semialfabetizados, possuem subempregos, ocupam vagas nas prisões. Em sua maioria, são jovens negros envolvidos com o mundo da drogadição, expostos a perigos de toda ordem e à violência. Conforme expresso, as consequências desta política são os absurdos índices de analfabetismo e a baixa escolaridade entre os jovens, agravados pelo baixíssimo aproveitamento escolar no ensino básico, a elevada taxa de letalidade juvenil, o aumento nos casos de problemas ligados à saúde mental, a elevada insegurança, a falta de perspectiva, o ingresso precoce e precário no mercado de trabalho, dentre outras expressões da questão social.

Como resposta a todas as ausências ou insuficiências do Estado, bem como de ações contrárias ao pleno desenvolvimento das juventudes, uma parcela da

população responde ao Estado por meio da criação de diferentes iniciativas que se voltam ao processo de reconhecimento dessas juventudes, enquanto importante fração social da população, que deve ser identificada como potente, criativa, inventiva, inovadora, sobre(vivente), responsável, articulada, solidária, pacificada, crítica, posicionada, democrática, acolhedora, empática, inteligente, resiliente, dentre outros tantos adjetivos.

Projetos e iniciativas sociais são sistematicamente criados para responder às belicosidades oriundas dos processos de sociabilidade perversa da necropolítica em curso, adotada pelo Estado, que interfere nas relações sociais e determina a gestão da morte por meio de mecanismos políticos de manutenção do poder pelo adestramento dos corpos. São respostas em forma de ações concretas, muitas vezes discretas, que visam fortalecer o reconhecimento das juventudes, enquanto agentes de atuação política protagonista e emancipatória, engajados em diferentes frentes da vida pública, que se espalham pela realidade social, nos movimento de rap, comunicação digital, grupos políticos, movimentos identitários, grupos culturais, trabalhadores engajados em lutas de classe e outros que vão vivenciando o processo democrático e, a partir daí, reconhecendo seus limites, atuando nos espaços que lhes são de direito ou por eles produzidos.

Essas juventudes fazem parte do contexto gerado pela questão social em pauta e vivem plenamente sua criatividade, subjetividade, coletividade, e se constituem, eles mesmos, em mecanismos de resistência. Além disso, esses jovens têm demarcado o espaço social com sua presença significativa, promovendo releituras e reinvenções, práticas que subvertem a lógica clássica e que, por vezes, chocam ao mesmo tempo que encantam. Rompem, assim, com os padrões instituídos por quem detém o poder e, assim, vai se enraizando a resistência, ou teimosia, das juventudes na atualidade, por meio de sua afirmação enquanto sujeitos e, ao mesmo tempo, coletivos, que possuem singularidades e características comuns a outras parcelas sociais.

Desse modo, tanto as expressões da questão social, das adversidades vivenciadas pelas juventudes e sua rede de proteção, quanto as alternativas encontradas para promover e reconhecer suas demandas, necessidades e cidadanias, na condição de sujeitos de direitos, fazem desses jovens, ao mesmo tempo, alvo preferido da política de morte do Estado e meio potencial para romper

com os ciclos genocidas engendrados pelo neoliberalismo, especialmente o brasileiro, vivenciado no período que sucedeu o golpe de 2016.

4.2 RELAÇÃO NECROPOLÍTICA E JUVENICÍDIO – SUAS IMPLICAÇÕES NAS JUVENTUDES

Conforme expresso no capítulo II, Michel Foucault (1999) desenvolveu a ideia de que as formas de dominação da sociedade moderna se estabelecem de maneira bastante distintas das anteriores, justamente porque, no Estado Moderno, elas surgem de exigências materiais e econômicas exclusivas da sociedade capitalista, que, ao se constituir, também vai produzindo novas formas de dominação e de sujeição, ou seja, modos distintos do exercício de poder.

Ele se utiliza do termo biopolítica para determinar a maneira pela qual o poder tende a sofrer metamorfoses na história, em especial no final do século XIX, quando as antigas práticas disciplinares, que objetivavam determinar o indivíduo, voltaram-se para reger os coletivos de sujeitos ou, dito de outro modo, a população como um todo, passando esse a ser o foco do poder exercido pelo Estado sobre este grupo. Cabe destacar que, para o pensador francês, o tema poder, enquanto uma teoria, é entendido como algo que inexistente. Ele o compreende como algo que surge num dado momento histórico, numa dada circunstância e que, portanto, para ser conhecido, requer que se leve em conta as relações que estão estabelecidas e que instituem o poder ou dele derivam. Ou seja, Foucault (1999) apresenta o poder como diverso e heterogêneo, coexistindo no tempo e nas circunstâncias que se transformam constantemente, como uma prática social que deve ser concebida a partir de sua historicidade.

Destaco a conexão entre a teoria da necropolítica de Mbembe (2017) e a situação das juventudes periféricas que moldam o retrato da realidade brasileira em relação a esse grupo quando denota que as políticas públicas negligenciam certas juventudes, sobremaneira as que vivem sob o domínio de diversas formas de violência, com escassa ou sem oportunidades de cultura, lazer, esporte e educação, em famílias e contextos vulneráveis e empobrecidos. Essas circunstâncias refletem a ação do "estado de morte," ou seja, a necropolítica, que resulta em abandono, criminalização e penalização indevida desses grupos.

No contexto da pandemia a manifestação da necropolítica se tornou ainda mais evidente, pois o Estado que detinha o controle quase exclusivo da gestão do cuidado da população, incluindo medidas sociais, sanitárias e políticas, durante o auge da crise, protagonizou um processo intencional e coordenado de negação tanto da ciência quanto das orientações técnicas e humanitárias compreendida, inclusive como atinente, por parte do próprio estado. O então cenário afetou não apenas os grupos normalmente mais protegidos, como as elites brasileiras, mas também, e de maneira ainda mais perversa e mortal, as populações periféricas, em particular grupos marginalizados, como jovens negros, moradores de rua, mulheres trabalhadoras, quilombolas, indígenas, entre outros.

A partir de março de 2020, a humanidade se viu impactada pela negação que a deixou desamparada, desesperada e desassistida de um direito humano fundamental, que é o direito à vida. No Brasil, o principal líder autorizou e, em alguns casos, até mesmo incitou deliberadamente a morte de 696.742 brasileiros (O ANTAGONISTA, 2023), em decorrência de um vírus que circulou livremente pelo país, escolhendo suas vítimas sem a proteção das vacinas e outras medidas de prevenção que poderiam ter sido implementadas pelo Estado, pelo menos para mitigar a disseminação e os efeitos dessa ameaça iminente.

Ressalto que, caso não fosse pela pressão popular, envolvimento de especialistas internacionais e os interesses das indústrias farmacêuticas, o cenário poderia ter sido ainda mais grave, transformando-se em uma tragédia de proporções exponencialmente maiores e ainda mais devastadora do que tem sido, uma vez que seus impactos continuam a se desdobrar. Da mesma forma, durante a pandemia, a estratégia da morte revelou-se de maneira ainda mais manifesta entre os mais pobres, que residem nas periferias urbanas e em áreas de extrema pobreza, onde não possuem condições mínimas de cumprir os chamados protocolos de cuidados devido às suas condições objetivas de vida e sobrevivência. Além disso, em grande parte dos casos, não tinham a possibilidade de se afastar de suas fontes de subsistência e, quando o faziam, estavam ainda mais expostos ao poder nefasto do vírus e suas recorrências, conforme apontado por Silva et al. (2021)

Enquanto a doença exigia distanciamento social e condições sanitárias adequadas para seu enfrentamento, 6,35 milhões de famílias (mais de 30 milhões de pessoas) no Brasil não tinham uma casa para morar. Outra parcela significativa, moradora das periferias urbanas, precisava dividir um espaço de pequenas

dimensões com muitas pessoas. Problemas de acesso à água e atendimento médico, além da drástica redução de renda, colocaram a população negra e indígena como as maiores vítimas da crise sanitária. Sabemos que pretos e pardos são os que mais morreram em decorrência da doença; entre os quilombolas, foram confirmados 4.703 casos (até 5 de dezembro de 2021) e 170 mortos. (SILVA et al., 2021, p. 587).

É simples compreender que, embora a pandemia de Covid-19 tenha dimensões globais e impactos na vida de toda a humanidade, dada as suas características, as pessoas com menor acesso às condições básicas de saúde e saneamento básico, dentre outros, seriam as mais suscetíveis à contaminação e suas consequências. As juventudes foram multiplamente impactadas pela pandemia, enfrentando diversos desafios. Em primeiro lugar, por estarem mais expostas ao vírus, posto que muitos jovens acabaram desempenhando novos papéis sociais, culturais e econômicos, tais como a provisão financeira para suas famílias, a promoção de entretenimento virtual e o trabalho como mão de obra para diversos setores. Os jovens ainda têm enfrentado perdas significativas, cujos efeitos persistem até o presente momento¹⁸. As repercussões da pandemia sobre as juventudes aparecem em vários de seus relatos bem como das equipes que aturam com as juventudes do CJ:

Com certeza nunca mais seremos os mesmos. A cada tempo, estamos tendo que nos adequar às mudanças que são necessárias para a nossa própria sobrevivência.

É esta mudança brusca que estamos tendo que enfrentar, e que todos precisaram se adequar, principalmente os jovens que estão com todos os sonhos e expectativas parados, ou sendo vistos, sendo movimentados lentamente.

As políticas públicas para os jovens são norteadas por oportunidade e direitos, mas nem todos os jovens conseguem ter acesso aos direitos que são direcionados a eles, por inúmeras situações. (E. Rosa Luxemburgo)

Na pandemia trabalhei e fiquei em casa. Trabalhar foi importante durante a pandemia. Ficar em casa, ainda que tenha sido em alguns momentos bem angustiante, também foi importante.

¹⁸ A letra “E” maiúscula, seguida do nome, se refere a cada entrevistado(a) da pesquisa e serve para identificar estes sujeitos.

Do meu ponto de vista de pessoa adulta, tudo é muito incrível na juventude e no ser jovem. Mas penso que a intensidade das coisas e dos sentimentos é o mais incrível.

O isolamento social é: não acesso a espaços que possibilitem proteção social e a convivência de jovens com outros jovens.

Se percebe uma quase inexistência de políticas para as juventudes. Aliás, eu particularmente desconheço uma política específica para as juventudes. (E. Audre Lorde)

Na pandemia fiquei em casa ajudando minha mãe, tive as aulas da faculdade e as aulas do JC online. Foi muito diferente, porque tive dificuldade com as aulas online.

Há violência principalmente quando são jovens de territórios diferentes, tem rivalidade desnecessária.

Porque os jovens são muitos impulsivos, fazem as coisas do momento, sem pensar nas consequências. (E. Alan Turing)

A pandemia trouxe a falta da convivência no espaço escolar, o aumento dos casos de afetação na saúde mental destes jovens, a restrição da necessidade de expressão.

As juventudes certamente sentiram uma falta enorme da vida social, festas e convívio com amigos. (E. Cláudia Jones)

Eu acredito que o amanhã é o não saber o que fazer, que planejamento fazer e como seguir, essa pressão de não saber o que fazer da vida, se arruma um trabalho, se sim, como, durante uma pandemia, se não o sentimento de que está fazendo alguma coisa de errado.

A pressão é o mais difícil e com ela acabamos gerando várias outras dificuldades, como a insegurança, ansiedade e depressão. (E. Oliver Moris)

Estou reaprendendo a me relacionar com as pessoas a partir de uma nova lógica.

Essa situação não é nova no Brasil e durante a pandemia tem se agravado.

O cenário que enfrentamos hoje é de completo descaso quanto às juventudes brasileiras, principalmente em contexto racializado. (E. Rita von Hunty)

Durante a pandemia trabalhei, nosso trabalho presencial não parou por aqui.

Moro sozinho e para trabalhar *home office* de casa, tudo tinha que estar limpo e organizado perante o vídeo.

Mais incrível de ser jovem é a coragem, não ter nenhum medo e nem limites para encarar as coisas. (E. Antônio Gramsci)

Durante a pandemia, foi bem difícil pra mim. Porque fiquei quase um ano desempregado.

Eu me sinto um privilegiado por ter emprego, uma casa e por estar estudando.

Penso que, principalmente, estes jovens periféricos têm um abandono. Na aprendizagem, vejo muito isso. (E. Che Guevara)

Fiquei com um pouco de dificuldade de falar e me relacionar com outras pessoas durante a pandemia.

Na pandemia, estudava para entrar na faculdade e usei meu tempo para isso.

É difícil arrumar emprego tendo ensino médio, e quem não tem o ensino médio, então, é muito pior. (E. Sylvia Rivera)

Ficava estressado na pandemia porque a comida estava faltando, faltava tudo na verdade.

Para mim, violência é quando não podemos nos expressar, quando alguém nos força a fazer alguma coisa que não queremos.

Durante a pandemia, eu estudava bastante, cuidava das minhas irmãs menores e também eu fazia atividades físicas.

Ficava estressado na pandemia porque a comida estava faltando, faltava tudo na verdade. (E. Hegel)

É possível identificar, pelas vozes desses jovens, a presença de uma necropolítica que afeta diretamente suas vidas e que se materializa pela falta de acesso a espaços de proteção social, restrição da convivência com outros jovens e inexistência de políticas específicas para as juventudes, o que se constitui num descaso por parte das instituições e do Estado em garantir seus direitos e gerar oportunidades. O que fica evidente é que a pandemia intensificou as desigualdades existentes, com jovens enfrentando dificuldades no acesso à educação, alimentação, lazer, emprego e saúde mental, entre outros, além disso, a falta de planejamento para o futuro, a pressão e a insegurança resultantes dessa situação geram ansiedade, depressão e outros desafios psicológicos.

De outro lado, os relatos também destacam a resistência das juventudes diante dessas adversidades, as quais precisaram se adequar às mudanças, com coragem, busca por reaprender a se relacionar e o investimento no estudo. Esses esforços surgem como exemplos dessa força motriz que a teimosia e a determinação desses jovens em meio a circunstâncias desafiadoras.

É necessário que sejam implementadas políticas públicas efetivas, com vistas a combater a necropolítica e fortalecer a resistência, garantindo o acesso igualitário a oportunidades, educação de qualidade, suporte emocional e espaços seguros para a expressão e convivência das juventudes. Também é preciso promover a conscientização quanto aos impactos das desigualdades sociais e a importância de

valorizar e apoiar as juventudes, especialmente aquelas, como as do CJ, que vivem em contextos racializados e periféricos.

Essas juventudes enfrentaram muitas restrições, dentre as quais se destaca a falta de apoio psicológico, o que tem dificultado, até o presente, o enfrentamento de medos, angústias, sensações de desamparo, inseguranças e outros conflitos aos quais têm sido expostas, tais como violência familiar, abuso, problemas relacionados a drogas, dentre outros. Presenciei jovens do Centro da Juventude sendo obrigados a assumir responsabilidades que, antes da pandemia, eram desempenhadas por seus pais, responsáveis, cuidadores ou pares. Devido a serem jovens e, teoricamente, possuírem maior resistência ao vírus, algumas áreas da economia passaram a buscar esses jovens para preencher a lacuna deixada por trabalhadores que estavam impossibilitados de exercer suas funções, devido à doença ou em razão de outras vulnerabilidades.

É importante ressaltar que, apesar de ter havido uma ampla campanha pública defendendo o fechamento do comércio e outras atividades econômicas e sociais durante o período de *lockdown*, nas periferias, essa medida praticamente não foi efetivada. Mercados locais, trabalhos domésticos, comércios informais de rua, mendicância, entregas de alimentos, comércio de drogas, exploração sexual e outras atividades não foram restringidas como se propunha. Pelo contrário, foram ampliadas de forma significativa e, em alguns casos, descontrolada.

Um significativo contingente de jovens vinculados ao CJ da Lomba do Pinheiro e ao CPCA foi confrontado com essas realidades impostas, especialmente, pela necessidade de sobrevivência. Esses jovens experimentaram, mesmo que, por vezes, com muito medo, insegurança e sofrimento, as consequências dos traços perversos e necropolíticos gerados pela ausência do Estado na proteção dessas populações. Acerca disso, diz E. Oliver Morris:

Mas hoje em dia, principalmente por ser mulher, em quase todos os lugares, na rua, há insegurança. Por exemplo, quando saio de casa e caminho até a parada de ônibus, dentro do ônibus, saindo do ônibus, caminhando para o trabalho, voltando do trabalho para casa. Não é um sentimento só meu, sei que outras pessoas também passam por isso, que convivem diariamente com esta insegurança. Mas aprendemos a conviver com isso. Então é a nossa sobrevivência. (E.Oliver Morris)

Essas pessoas não foram atendidas de forma ampla como parte do grupo social e nem receberam a devida atenção às suas particularidades, sendo relegadas

às periferias geográficas e simbólicas. É interessante notar que, inclusive, parte da burguesia recorria e recorre a essas periferias quando necessita busca atender algumas de suas necessidades ou desejos específicos.

Não foi incomum, durante a pandemia, ver patrões, acompanhados de seus luxuosos carros e motoristas, desfilando pelas ruas e vielas da Lomba do Pinheiro, na intenção de buscar seus empregados “de confiança”, ou mesmo recorrendo ao comércio local para suprir necessidades básicas, ou mesmo em busca de droga, sexo, dentre outros.

O que já é possível evidenciar são as muitas ausências do Estado, que se materializaram, conforme já expressei, nos recursos sanitários insuficientes ou inexistentes, na impossibilidade da devida higiene para toda a população, na escassez de acesso à saúde pública e à educação (quase que inteiramente remota), bem como à alimentação, assim como tantas outras necessidades que o traço da política de morte deixou desatendidas. Em artigo para a revista Politize, Julia Ignacio (2023) ilustra minhas afirmações ao salientar que:

Desde o início da pandemia, as expectativas eram de que as favelas seriam grandes vítimas do coronavírus no Brasil. Como as principais medidas de combate à disseminação do vírus são o isolamento social e a higiene das mãos, não reunir condições de cumprir tais requisitos pode rapidamente tornar pessoas uma vítima da doença. Pessoas que não possuem acesso às instalações de saneamento básico adequadas, fornecimento de água tratada e recolhimento de esgoto tornam-se alvos fáceis (IGNACIO, 2023, p. 6).

A revista teve acesso a dados do IBGE, segundo os quais apenas 41,5% dos municípios brasileiros dispunham de um Plano Nacional de Saneamento Básico em 2017. O resultado dessa falta de planejamento se reflete na saúde: um em cada três municípios relata a ocorrência de epidemias ou endemias provocadas pela falta de saneamento básico. Ignacio (2023) refere que as condições objetivas para a manutenção da vida, por intermédio da permanência do trabalho, igualmente estiveram ameaçadas por conta dessas necessidades específicas das pessoas que residem nos bolsões de pobreza das grandes cidades do país. Segundo a autora, assim como acontece em relação ao saneamento básico,

o isolamento requer a possibilidade de trabalhar em casa ou ter condições de locomover para o seu trabalho evitando aglomerações, o que não é possível para partes mais vulneráveis economicamente já que ocupam

atividades que geralmente não poderiam ser executadas a distância. (IGNACIO, 2023, p. 6).

A negligência estatal é percebida pelo não cumprimento de suas principais prerrogativas, que são as de preservar e proteger seu povo, sem exceções, de promover políticas e disponibilizar recursos visando resguardar, sobremaneira, os mais fragilizados. Seguir, como o ocorrido no Brasil, na contramão é justamente usar os mecanismos de poder e exercer o contrário da gestão da vida, orquestrando e gerindo a morte.

O desfecho lamentável dessa conjuntura foi representado nas cenas testemunhadas por diversos indivíduos e vivenciadas por uma parcela significativa da sociedade brasileira, quando sepulturas foram abertas em cemitérios públicos para acomodar os corpos pertencentes às comunidades marginalizadas, economicamente desfavorecidas, de maioria preta e pobre.

Essa prática, assemelhando-se às condições encontradas nos campos de concentração, resultou na aglomeração desses corpos, frequentemente privados dos rituais de despedida que normalmente seriam conduzidos por seus familiares, em decorrência tanto das condições insalubres desses locais quanto das restrições impostas durante o período da pandemia. Algumas mortes ocorridas no Brasil foram interpretadas, por parte da população e pelo presidente da república, bem como por outros líderes em âmbito global, que seguem uma ideologia de extrema-direita e apoiam políticas neoliberais, como sendo baixas naturais permitidas e, em certa medida, até necessárias para a reestruturação social. Essa visão, expressa nas palavras de Santos (2020), sugere a adoção de um darwinismo social que seria benéfico para a sociedade. Conforme o autor:

Em alguns países, a extrema-direita associa-se a versões altamente politizadas e conservadoras da religião, o evangelismo pentecostal em vários países da América Latina, o catolicismo reacionário na Europa, o hinduísmo político na Índia, budismo radical no Myanmar, o islamismo radical no Médio Oriente. Defende as políticas neoliberais, por vezes com extremismo superior à ortodoxia do FMI. A extrema-direita namora e é namorada pelos partidos de direita convencionais sempre que estes precisam de apoio às versões menos extremas de políticas neoliberais. Na presente crise humanitária, os governos de extrema-direita ou de direita neoliberal falharam mais do que os outros na luta contra a pandemia. Ocultaram informação, desprestigiaram a comunidade científica, minimizaram os efeitos potenciais da pandemia, utilizaram a crise humanitária para chicana política. Sob o pretexto de salvar a economia, correram riscos irresponsáveis pelos quais, esperamos, serão responsabilizados. Deram a entender que uma dose de darwinismo social

seria benéfica: a eliminação de parte das populações que já não interessam à economia, nem como trabalhadores nem como consumidores, ou seja, populações descartáveis como se a economia pudesse prosperar sobre uma pilha de cadáveres ou de corpos desprovidos de qualquer rendimento (SANTOS, 2020, p. 26).

O processo de negação das necessidades dos empobrecidos e esse espírito de extermínio estiveram presentes na pandemia, assim como em outros tantos episódios das sociedades contemporâneas, tanto de forma fática, objetiva e direta, quanto simbólica, indireta e subjetiva. Acompanho a reflexão de Boaventura de Souza Santos (2020), quando externa que o período de pandemia e a imposição da quarentena como medida de proteção é particularmente difícil para o grupo que ele denomina como “do Sul”. Estes, para Santos, estão ligados ao sul não como região geográfica, mas como um espaço-tempo político, social e cultural:

É a metáfora do sofrimento humano injusto causado pela exploração capitalista, pela discriminação racial e pela discriminação sexual. [é uma análise da quarentena] grifo meu a partir da perspectiva daqueles e daquelas que mais têm sofrido com estas formas de dominação e imaginar, também da sua perspectiva, as mudanças sociais que se impõem depois de terminar a quarentena. (SANTOS, 2020, p.15)

O quadro 5, a seguir, ilustra a reflexão de Santos (2020) sobre o quanto esses grupos sociais enfrentaram desafios únicos e significativos durante a pandemia, refletindo desigualdades sociais e econômicas exacerbadas pela crise de saúde global.

Quadro 5 - Impactos e desafios para diversos grupos sociais na pandemia

Grupos Sociais	<i>Impactos e desafios na pandemia</i>
Mulheres	- Aumento das tarefas de cuidado.
	- Aumento de 36% nas violências conjugais em Paris.
Trabalhadores precários, informais e autônomos	- Cerca de 300 milhões de indianos sem rendimentos devido à quarentena.
	- 50% dos trabalhadores na América Latina são informais.
	- Desafios devido à falta de benefícios contratuais e

	impraticabilidade das recomendações de autoisolamento.
Trabalhadores da rua	- Dependem da rua para subsistência.
	- A proibição de trabalhar afeta milhões sem acesso a cuidados médicos e itens essenciais.
Sem-teto ou populações de rua	- Vulnerabilidade em condições precárias de vida.
	- Dificuldade de acesso a cuidados médicos e higiene adequada.
Moradores nas periferias pobres das cidades	- 1,6 bilhão sem habitação adequada e 55% vivem em bairros informais.
	- Dificuldade de distanciamento e higiene devido à aglomeração em espaços exíguos.
Jovens das favelas	- Já viviam em condições semelhantes a quarentena devido à violência e falta de recursos.
	- Falta de acesso a serviços de saúde adequados e risco de aumento da violência policial.
Internados em campos de internamento para refugiados, imigrantes indocumentados ou populações deslocadas internamente	- Já vivem em situações de confinamento.
	- Risco fatal devido à falta de acesso a cuidados médicos adequados e condições precárias.
Deficientes	- Enfrentam capacitismo e dificuldade de acesso à mobilidade e condições adequadas.
	- Desafios adicionais na nova quarentena, dependendo de assistência externa.
Idosos	- Vulnerabilidade variável, dependendo da idade e da localização.
	- Variação significativa na esperança de vida entre bairros pobres e ricos.
	- Definição de "idoso" pode variar.

Fonte: Elaborado pelo autor, com base em Santos (2020).

Os dados de diferentes fontes (utilizados pelo autor) demonstram que a letalidade do vírus entre indígenas, populações ribeirinhas e comunidades quilombolas é superior à média nacional. Se comparada à dos brancos, a média de morte entre os negros é superior. As mulheres, por sua vez, se ocupam, na sociedade, dos chamados “lugares de cuidado”, tanto em contexto familiar quanto profissional, seja através do exercício de profissões historicamente ocupadas por uma maioria feminina, tais como a enfermagem, o serviço social, o cuidado de idosos, seja pelo cuidado domiciliar de seus filhos e outros familiares dependentes, o que as insere num recorte que, por razões óbvias, também é potencialmente mais vulnerável a conjunturas como a de uma pandemia.

Na argumentação de Santos (2020), fica salientado, a partir da análise dos coletivos sociais minorizados, que, para esses, o peso e as repercussões da pandemia foram maiores e agravaram mazelas as quais estes grupos já se encontram expostos. Para o autor, há uma vasta lista que compõe o sul da quarentena e, para além dos grupos já mencionados brevemente, pode-se ainda, em suas palavras, “pensar nos presos e nas pessoas com problemas de saúde mental, nomeadamente depressão” (SANTOS, 2020, p. 35). Nesse sentido, segundo o estudioso, tal cenário mostra duas coisas. Em primeiro lugar, ao contrário do que é veiculado pela mídia e pelas organizações internacionais, a quarentena não só torna mais visíveis, como reforça a injustiça, a discriminação, a exclusão social e o sofrimento imerecido que ela provoca. Acontece que tais assimetrias se tornam mais invisíveis em face do pânico que se apodera dos que não estão habituados a ele.

Se a pandemia mostrou ao mundo seu poder de letalidade e sua face autônoma de infecção e devastação, evidenciou a forma como o Estado produz, ou gerencia, os corpos, como ele elege aqueles que terão a chance de sobreviver e aqueles que, involuntariamente, terão que morrer. Nas palavras de Gudynas (2021):

O avanço da pandemia pelo coronavírus não apenas não é detido, como na medida em que se agrava, deixa em evidência um obscuro giro político: a necropolítica. Esse conceito serve para descrever ao menos três características: ocorre em um contexto em que o estado de exceção passa a ser uma nova normalidade, a política se concentra em decidir sobre o deixar morrer e repete uma narrativa de uma guerra perpétua contra todos os tipos de inimigos (GUDYNAS, 2021, p. 1).

A noção de necropolítica descrita acima conforma o exercício de poder que se concentra no controle da morte e na decisão sobre quem é descartável ou sacrificável. Gudynas aponta para a instrumentalização da crise sanitária como um campo de disputas políticas e ideológicas, no qual vida e morte se tornam objeto de decisões governamentais. Além disso, para ele, houve, na pandemia, a naturalização de práticas autoritárias e restrições de direitos fundamentais em nome da segurança sanitária, num movimento a partir do qual se pretende que as medidas emergenciais adotadas durante a pandemia possam se perpetuar e limitar as liberdades individuais por um período que ultrapassa a conjuntura pandêmica.

Outro elemento central destacado por Gudynas é a ideia de uma política que se concentra em decidir quem vive e quem morre e que evidencia o poder do Estado em determinar quem terá acesso a recursos de saúde, tratamentos adequados e medidas de proteção, e a quem será restrito, uma seletividade na distribuição de cuidados que mostra as desigualdades sociais e acentua as disparidades existentes, prejudicando principalmente os grupos mais vulneráveis e marginalizados.

Concordo com os argumentos e compreendo de forma complementar que, além de não serem refreados, os processos necropolíticos são alimentados com as práticas políticas do Estado, que entram em cena e lhe permitem gerir as mortes dos corpos matáveis, naturalizam a ocorrência fática dos óbitos, e o problema é qualificado apenas como um agente externo, o vírus, que se torna o inimigo universal, em vez de consequência da falta de medidas.

Os dados e argumentos apresentados expõem que, durante a pandemia, agravou-se o que já acontecia antes dela, a omissão do Estado em assumir seu papel de preservação da vida de toda a população e, de maneira particular, dos jovens periféricos, o que se constitui numa tecnologia de extermínio desses corpos pelo apagamento de suas vidas e histórias. Nesse interim, o governo se aproveitou de um “elemento invisível” e abstrato, o vírus, e o nomeia como agente de justificação dos homicídios que se passaram sob sua gestão, em decorrência de sua negligência fatídica e deletéria.

A estratégia de promover a morte de certas juventudes é uma prática constante em governos de extrema direita com inclinações fascistas, que buscam naturalizar essa situação, disseminando a ideia de que os contextos e escolhas desses jovens os colocam em condições de vulnerabilidade, resultando em suas mortes. Essa perversidade fica evidente quando se referem às mortes de jovens

envolvidos na chamada "guerra às drogas", ou em casos de violência interpessoal, assaltos e exploração sexual, entre outros. No entanto, em todas essas situações, os fatores conjunturais que contribuem para essas realidades e revelam a omissão ou negligência do poder público são intencionalmente ignorados, em detrimento da culpabilização daqueles que são, de fato, as vítimas: jovens pobres, periferizados e, em sua maioria, negros, de acordo com Scherer (2022):

Tornar-se parte das estatísticas de mortalidade é uma das consequências mais esperadas para aqueles que se inserem no universo do tráfico de drogas, especialmente em contexto de Necropolítica, onde as engrenagens do sistema capitalista permitem que neste comércio lucrativo das drogas, vidas sejam descartáveis na medida em que o capital financeiro se acumula nas mãos de grupos seletos que vivem nos centros urbanos (SCHERER, 2022, p. 254).

Scherer (2022) elucida que o sistema capitalista permite que vidas sejam descartáveis em prol do acúmulo de capital e tornem-se parte das estatísticas de mortalidade, uma das consequências mais esperadas para aqueles envolvidos no tráfico de drogas. O cotidiano que vivo com as juventudes se encontra com a perspectiva apresentada pelo autor, pois, diariamente, encontro jovens que enfrentam inseguranças subjetivas, materiais, ocupacionais, alimentares e de perspectivas de futuro, que acabam encontrando no mercado ilegal, como é o da droga, uma alternativa para sua sobrevivência ou de suas famílias. Assim, a inserção no tráfico de drogas, para algumas juventudes, funciona como forma de encarar a crise socioeconômica.

Esses processos de exposição e de submissão dessas juventudes, dentre tantos outros, à perda de suas vidas de forma fática ou mesmo simbólica, devido a suas classes sociais, territórios de origem, identidades de gênero, orientações sexuais, condições sociais e raciais, dentre outros fatores, estigmatizam as juventudes, na contemporaneidade, e desembocam em um processo de morte sistemática desses grupos. Costa (2021) qualifica os processos de mortes de jovens no Brasil como juvenicídio, que pode ser entendido como “a condição final de um processo social mais amplo” e que, para a realidade da América Latina, precisa ser tomado num macro cenário social que inclui processos de “precarização econômica e social, estigmatização, constituição de grupos, setores e identidades juvenis desacreditados” (COSTA, 2021, p 2360). A autora acrescenta que:

A temática do homicídio de jovens não é novidade e nem é uma informação restrita ao mundo acadêmico: no noticiário nacional, com frequência, são veiculadas notícias de jovens mortos, por balas perdidas, ou por envolvimento em algum tipo de conflito bélico. Em regra, são notícias sobre adolescentes, negros e pobres que foram mortos, ilustradas com imagens de mães que choram. Em comum também se assiste que não há explicação ou responsabilização pelo crime ocorrido. Isso não está acontecendo só no Brasil. Em outros países, em especial na América Latina, pesquisadores têm nominado o processo de morte dos jovens de "Juvenicídio", conceito que busca sintetizar um processo social complexo, com várias dimensões de explicação. No Brasil movimentos sociais e outros enfoques acadêmicos têm utilizado para a descrição do fenômeno a expressão "genocídio de jovens" (COSTA, 2021, p. 2377).

Costa (2021) alerta sobre a recorrência das notícias sobre homicídios de jovens no noticiário nacional, evidenciando que essa é uma realidade frequente e alarmante que mostra a desigualdade social e racial como fatores determinantes nesses casos de violência. Realça também que a ausência de explicação ou responsabilização pelo crime é um elemento crítico que reflete uma lacuna no sistema de justiça e nas políticas públicas de segurança, demonstrando a impunidade e a falta de medidas efetivas para enfrentar o problema. Além disso, argumenta que essa falta de responsabilização auxilia na perpetuação da violência e na sensação de impunidade, prejudicando a confiança da população no sistema de justiça.

Segundo a autora, o termo "juvenicídio" vem sendo tratado, pelos estudiosos, como um descritor no processo de morte atribuído à complexidade e à gravidade desse fenômeno, o que adensa o entendimento de que o termo busca englobar as diversas dimensões sociais, políticas e econômicas que contribuem para a violência letal contra jovens. Ela relaciona o juvenicídio com a necropolítica, porque encontra neste grupo suas vítimas sistemáticas e preferenciais, criando e gerando, por diversos processos sociais, um estranhamento pelas juventudes, transformando-as, pelos meios orgânicos de dominação do Estado, em vilões sociais de uma realidade de conflitos perversos, medo e opressão. Nas palavras de Costa (2021), o juvenicídio se caracteriza como:

Uma expressão específica de Necropolítica contemporânea, visto que tem como vítimas sistemáticas pessoas que compõem uma parcela da população, caracterizada pela idade, mas também pela classe social, cor da pele e territórios de moradia, que podem morrer por ação ou omissão direta do estado, processo, este, respaldado muitas vezes pela sociedade. Em uma parcela da população cuja morte é um destino aceitável, ainda mais, como na maioria das vezes ocorre, é possível identificar as vítimas com a juventude criminalizada, ou seja, "inimigos sociais" (COSTA, 2021, p. 2377).

Compreendo, apoiado nos argumentos de Costa (2021) e de Valenzuela (2015), que o fator determinante para justificar a injustificável morte de determinadas juventudes ampara-se em alguns marcadores que tornam esses corpos, como menciona Valenzuela (2015), proscritos. São marcas culturais que os tornam desacreditados, primeiro pela cor de pele e, depois, pela mera condição de pobreza. Conforme Mbembe (2017), “são criminalizados sem que necessariamente cometam nenhum tipo de delito (...)” (MBEMBE, 2017, p. 102). De fato, o que temos é que essas formas e perspectivas estigmatizantes operam na construção do que seria a significação dos corpos prescindíveis. São construções culturais baseadas em preconceito, esta ideia antecipada, esta pré-noção, esta construção baseada na ignorância, quando, muitas vezes, essas pessoas não conhecem a esses outros e essas outras, mas já têm um posicionamento sobre eles e, portanto, trata-se de estereotipificação.

Para Valenzuela (2015), a conceitualização de juvenicídio está também relacionada ao feminicídio, que, segundo o autor, “implicava em ato homicida e, em considerar, que o ator do homicídio como alguém que não deveria ser objeto de condolência”. Scherer (2022) explica que “tal movimento implicava, portanto, na possibilidade de se construir uma ação política em torno de um evento de ordem social que neste caso teria que ver com a violência de gênero”, de modo que o feminicídio seria “ato limite, ato misógino ao limite que arrebatava a vida das mulheres”. Assim para Scherer (2022), o mais importante dessa construção é a ideia de que “os processos de precarização da vida [...] possibilitam que certas pessoas, com certas características, sejam assassinadas” (SCHERER, 2022, p. 234).

Para os autores e autoras já mencionados(as) na pesquisa o juvenicídio é o resultado da interação de múltiplos fatores, como desigualdades socioeconômicas, marginalização social, discriminação racial, restrições no acesso a direitos básicos e práticas violentas cometidas por grupos criminosos, forças de segurança ou mesmo por outros jovens. É um conceito que busca destacar as condições sociais que contribuem para essas mortes prematuras, como a falta de oportunidades, a ausência de políticas públicas adequadas e a existência de estruturas de poder caracterizadas pela violência.

Quando deslocamos esta visão mais especificamente para as juventudes, aí sim a situação se agrava, pois é somado a todo este desprezo que a sociedade sente pela periferia o descrédito que ela também fomenta com relação às juventudes como um todo. (E. Claudia Jones)

A sociedade não tem o mínimo interesse que estas juventudes almejem espaços diferentes do que a sociedade para elas reservou. (E. Claudia Jones)

Dessa forma, o juvenicídio se manifesta num contexto mais amplo de violência e precarização da vida, no qual jovens são selecionados como alvos e suas mortes são naturalizadas, as desigualdades socioeconômicas, a marginalização social, a discriminação racial e a falta de políticas públicas adequadas são elementos determinantes para a ocorrência dessas mortes prematuras e fazem com que o juvenicídio e o feminicídio compartilhem a característica de serem fenômenos violentos que revelam as estruturas sociais e políticas que permitem o apagamento desses jovens e dessas mulheres.

Cabe salientar que a violência de gênero é um aspecto relevante a ser considerado, sobretudo no contexto da pandemia de COVID-19, quando se acentuaram essas formas de violência, afetando de forma mais direta as mulheres pobres e negras, bem como crianças, adolescentes e jovens, devido à sua posição de subalternidade na sociedade. Países como o Brasil, marcados por profundas desigualdades sociais, as medidas para redução da mobilidade social e controle da doença se tornaram ainda mais desafiadoras. Gênero, raça e classe social são eixos estruturantes que organizam a vida social e influenciam os padrões de adoecimento, morte e acesso aos serviços de saúde, especialmente em situações de crise sanitária.

Assim, quando considerada a interseccionalidade entre gênero, raça e classe social, torna-se possível compreender como as desigualdades estruturais se relacionam e afetam de maneira desproporcional as mulheres pobres, negras e jovens durante a pandemia, contribuindo para a ampliação das violências e vulnerabilidades que enfrentam. Essa intersecção desempenha um papel central na manutenção das desigualdades sociais e no aumento da violência em diversas formas, como violência doméstica, conjugal, estupros, feminicídio e juvenicídio. No contexto brasileiro, tem havido um incremento significativo desses crimes nos últimos cinco anos.

Diante dessa realidade, as políticas feministas e antirracistas têm emergido como mecanismos de resistência à violência e à negligência por parte do Estado brasileiro. É imprescindível ressaltar que as mulheres são as principais vítimas desses crimes, sobretudo as mulheres negras. É importante destacar também que a violência contra as mulheres muitas vezes é ignorada e invisibilizada, o que dificulta ainda mais o enfrentamento dessas violações de direitos.

Nesse sentido, é fundamental empreender uma luta por políticas públicas que promovam a igualdade de gênero e combatam o racismo, visando transformar essas realidades. É necessário dar visibilidade às violências sofridas pelas mulheres e fortalecer ações que garantam a proteção e a efetivação dos direitos das vítimas. O enfrentamento dessas violências deve ocorrer de maneira abrangente, considerando as interseccionalidades e abordando as questões estruturais que perpetuam as desigualdades e a violência de gênero e racial.

No âmbito das dinâmicas sociais, é perceptível que crianças, adolescentes, jovens e mulheres são afetados por mecanismos de eliminação e apagamento. Embora de maneiras distintas, tais questões são paradoxais e ambivalentes, uma vez que existe uma ideia arraigada no imaginário social de que comportamentos delinquentes são atribuídos aos homens, o que leva a uma resistência em aceitar mulheres em ambientes de acolhimento.

Além disso, a participação do Estado nesse contexto é ambígua, uma vez que, ao adotar posturas e padrões patriarcais sob o pretexto de "proteger", acaba limitando as possibilidades de um futuro e contribuindo para formas de exclusão social que negam oportunidades de vida digna, principalmente para jovens periféricos que enfrentam condições precárias e diversas vulnerabilidades. Nessas realidades, conceitos como precariedade, vulnerabilidade e desamparo são fundamentais para compreender a política de morte que se manifesta, bem como os marcos de violência e morte que caracterizam fenômenos como feminicídio e juvenicídio.

Retornando a Valenzuela (2015), cabe lembrar que a origem do conceito de juvenicídio está intimamente ligada ao conceito de feminicídio, que emergiu com o aumento de mortes de mulheres em Juarez, no México, onde os casos ocorriam simplesmente pelo fato de serem mulheres. Além das mortes físicas, questões econômicas, sociais e culturais também estão presentes nesse contexto, impactando negativamente essa população.

As políticas estatais, por sua vez, contribuem para a exclusão e a morte, criando um cenário em que o Estado assume o papel de decidir quem deve viver e quem deve morrer (MBEMBE, 2018). Além disso, outros fatores contribuem para a intensificação das condições estigmatizantes, como idade, classe social, gênero e etnia, que estão relacionadas à precarização, vulnerabilidade, estigmatização, criminalização e morte. Aqueles que detêm o poder tendem a estereotipar os jovens como revoltosos, violentos, vagabundos, membros de quadrilhas, perigosos, anarquistas e criminosos. Dessa forma, observa-se que o fenômeno do

“juenicídio constrói uma imagem criminal do sujeito juvenil, agregando identidades como ser jovem, pobre, mulher, indígena, afrodescendente, o que contribui para a estruturação das condições propícias ao juvenicídio (VALENZUELA, 2015, p. 27).

As formas de violência são construídas por meio de relações de poder assimétricas que ocorrem em contextos de exclusão social, dificuldades no acesso à educação, empregos informais e outras situações que levam ao deterioramento das identidades.

A violência só reflete no jovem quando ele tem uma referência. Muitas vezes este jovem só está fazendo o que ele viu. (E. Che Guevara)

A violência doméstica também aumentou; o pai que ficou sem emprego, bate na mãe que também sofre violência e está batendo no filho. (Grupo Focal)

Essas identidades são estigmatizadas de forma a serem socialmente negativadas, a ponto de fenômenos como desemprego e pobreza serem considerados problemas menores em comparação com a violência atribuída a grupos de jovens que são estigmatizados e desacreditados pela sociedade. Como resultado, tem-se a eliminação desses grupos como forma de promover uma suposta limpeza social.

As juventudes em situação de vulnerabilidade nas periferias são submetidas aos efeitos da necropolítica, que seleciona especificamente esses grupos como alvos das práticas de violência e morte promovidas pelo Estado. Paralelamente, o juvenicídio emerge como resultado da interseção das relações de classe, raça e gênero, permeado pelas desigualdades socioeconômicas, discriminação racial e ocorrência de atos violentos direcionados a essas juventudes.

A letalidade juvenil, por sua vez, constitui uma trágica manifestação dessa interseção entre necropolítica e juvenicídio, caracterizada pelo aumento significativo das mortes prematuras entre os jovens. Essas mortes estão associadas a diversas formas de violência, como a violência doméstica, conjugal, estupro, feminicídio e juvenicídio, e são influenciadas pelas desigualdades sociais, discriminação racial, falta de acesso a direitos básicos e a presença de práticas violentas arraigadas nas estruturas sociais.

Portanto, a interação entre necropolítica, juvenicídio e letalidade juvenil demonstra as conexões entre as práticas de violência, a morte precoce e as desigualdades sociais que afetam particularmente os jovens em situação de vulnerabilidade. Quando se discute a letalidade juvenil, percebe-se que está intimamente ligada às disparidades sociais e às dinâmicas das violências, tais como estigmatização, exclusão social, dificuldade de acesso a oportunidades educacionais e empregos, que impactam e afetam certas juventudes. Esses jovens, por sua vez, são estereotipados, desacreditados e associados a comportamentos violentos que resultam em processos de criminalização e marginalização. A letalidade juvenil não é um fenômeno isolado, mas sim uma expressão das desigualdades sociais e das violências estruturais presentes na sociedade.

Joaquim Herrera Flores (2007) defende a ideia de que a luta pelos direitos humanos, na América Latina, deve ser realizada a partir de uma perspectiva intercultural e interdependente, que reconheça a diversidade cultural e a interconexão entre os diversos direitos. Ele enfatiza que os direitos humanos não podem ser reduzidos a uma simples lista de direitos individuais, mas devem ser vistos como um conjunto de relações sociais e políticas que envolvem o Estado, a sociedade civil e os indivíduos.

Nesse sentido, a questão da letalidade infanto-juvenil no Brasil e na América Latina pode ser articulada às ideias de Herrera Flores (2007), já que se trata de uma violação grave dos direitos humanos, que afeta principalmente os jovens das camadas mais vulneráveis da sociedade. É importante reconhecer que essa violência está enraizada em um contexto de desigualdade social e econômica, e que as soluções para o problema não podem ser pensadas apenas em termos de repressão policial, mas devem abordar as causas estruturais da violência.

Nesse sentido, uma perspectiva intercultural e interdependente pode contribuir para a construção de políticas públicas que levem em consideração as

especificidades culturais e sociais das comunidades afetadas pela violência, bem como a necessidade de uma ação conjunta entre Estado, sociedade civil e indivíduos na luta pelos direitos humanos e pela redução da letalidade infanto-juvenil.

Joaquim Herrera Flores (2007) realiza uma abordagem abrangente sobre a temática da letalidade juvenil na América Latina, analisando-a sob diversas perspectivas. O autor ressalta que a violência é um fenômeno social, histórico e político enraizado nas estruturas das sociedades latino-americanas, manifestando-se de diferentes maneiras, como violência policial, violência de gênero e violência racial. Herrera Flores (2007) também destaca a importância dos direitos humanos na luta contra a letalidade juvenil, argumentando que o respeito a esses direitos é fundamental para a construção de sociedades mais justas e igualitárias.

O autor aborda também que existe a necessidade de implementar políticas públicas de prevenção da violência, incluindo a promoção da educação para a paz, o acesso à cultura e ao esporte, a valorização da cidadania e o fortalecimento dos laços comunitários.

Essas são medidas que visam combater os fatores estruturais que contribuem para a letalidade juvenil, buscando criar ambientes propícios para o desenvolvimento integral dos jovens e a construção de uma sociedade mais pacífica e inclusiva.

Na América Latina, os jovens são as principais vítimas da violência, com taxas de mortalidade muito elevadas em relação ao resto do mundo. Os jovens entre 15 e 29 anos representam quase metade das vítimas de homicídio da região (HERRERA FLORES, 2007, p. 22).

Herrera Flores reforça a gravidade do problema da letalidade juvenil na América Latina, destacando a alta taxa de mortalidade dos jovens na região e enfatizando que a letalidade juvenil é resultado de uma cultura de morte que exclui e desumaniza os jovens, negando-lhes seus direitos humanos e sua cidadania. Para o autor, o enfrentamento dessa problemática requer uma abordagem intercultural e interdependente, reconhecendo a necessidade de políticas públicas efetivas e a atuação conjunta entre Estado, sociedade civil e indivíduos na promoção dos direitos humanos e na redução da violência:

Os direitos humanos são a chave para o futuro da América Latina. Eles são a esperança para superar a violência, a corrupção e a impunidade, para

construir sociedades mais justas e solidárias, baseadas na dignidade e na igualdade de todas as pessoas (HERRERA FLORES, 2019, p. 10).

Os direitos humanos são, para Herrera Flores (2007; 2019), um princípio orientador para o enfrentamento dos problemas sociais e estruturais que contribuem para a letalidade juvenil, pois ressalta que a garantia dos direitos humanos é essencial para a construção de uma sociedade baseada na dignidade e igualdade de todas as pessoas.

Herrera Flores enfatiza que os direitos humanos são um guia moral e uma base normativa para a ação política na busca por uma sociedade mais justa e equitativa e servem como princípios norteadores para promover a democracia e a participação, garantir a paz e a segurança, proteger a natureza e a diversidade cultural e construir um mundo mais humano e sustentável. Nesse sentido, diz o autor:

Os direitos humanos são uma bússola ética e política para orientar o presente e o futuro da América Latina, para enfrentar os desafios e as injustiças que afligem nossas sociedades, para promover a democracia e a participação, para garantir a paz e a segurança, para proteger a natureza e a diversidade cultural, para construir um mundo mais humano e sustentável (HERRERA FLORES, 2020, p. 17).

Os direitos humanos se destacam como uma poderosa ferramenta para enfrentar as profundas desigualdades, a violência, as violações de direitos e os desafios socioambientais que permeiam as sociedades latino-americanas. Representam valores universais que devem ser respeitados e promovidos para assegurar a dignidade e o bem-estar de todas as pessoas.

Joaquim Herrera Flores (2007; 2019; 2020) em sua obra "Derechos humanos de niñas, niños y adolescentes en América Latina" enfatiza a importância crucial da proteção dos direitos humanos das crianças e jovens na região, frequentemente alvos de violência estatal e social. Destaca que a violência é um problema estrutural e histórico na América Latina, exigindo um compromisso político para garantir os direitos humanos.

Uma abordagem interseccional e comprometida com os direitos humanos se mostra imperativa para enfrentar a violência e a necropolítica dirigidas às juventudes, considerando as diversas formas de opressão que afetam esses grupos. A juventude e o juvenicídio (a violência letal contra jovens) são compreendidos como

problemas estruturais enraizados nas desigualdades sociais, econômicas e políticas presentes na sociedade brasileira. Essa violência é uma face da exclusão social, agravada em contextos de pobreza, desigualdade e falta de oportunidades, impactando especialmente jovens negros e moradores de áreas periféricas.

Para uma compreensão abrangente da violência letal contra jovens, é fundamental transcender a análise individual e considerá-la como um fenômeno relacionado às estruturas sociais que permeiam a sociedade. Políticas públicas que enfrentem as desigualdades sociais e econômicas, proporcionando oportunidades e acesso a direitos para os jovens em situação de vulnerabilidade, tornam-se essenciais.

A relevância de considerar as interseccionalidades de raça, gênero e classe na análise da violência letal contra jovens é evidente, pois a violência afeta de maneira diferenciada grupos sociais específicos, como jovens negros e mulheres.

A questão social e dos direitos humanos nos estudos sobre juventude e juvenicídio afirma que a violência contra os jovens está intrinsecamente ligada à estrutura social e política do país, reproduzindo desigualdades e exclusão. A violência é um fenômeno social e histórico, requerendo uma compreensão que considere sua dimensão estrutural e histórica, indo além de uma abordagem meramente individual.

É fundamental adotar uma abordagem ancorada nos direitos humanos para compreender e combater a violência direcionada aos/às jovens, que não se limite à proteção contra a violência, mas busque garantir o acesso aos direitos sociais, culturais e econômicos. Para tanto é necessário que se exija uma ação coordenada entre diferentes setores e políticas públicas que considerem as raízes estruturais da violência com vistas a assegurar uma vida digna para as juventudes.

A violência é um fenômeno social enraizado em uma rede de relações sociais que reproduzem desigualdades e exclusão e para compreensão abrangente dela é essencial realizar uma análise que considere sua dimensão estrutural, histórica e contextualizada. Neste sentido, a compreensão dos direitos humanos desempenha um papel crucial nesse processo, permeando a formulação de políticas públicas e a compreensão da violência que vai além da simples proteção contra a violência e busca garantir o acesso aos direitos sociais, culturais e econômicos dessas juventudes, proporcionando a elas uma vida digna.

Além da questão de a violência ter sua natureza complexa e possuir interconexões com diversas dimensões da sociedade, se relacionar com os direitos humanos na compreensão e enfrentamento desta se faz necessário destacar as diferentes camadas de opressão que podem afetar grupos específicos de jovens, como mulheres, pessoas LGBTQIAP+ e jovens de diferentes origens raciais e socioeconômicas.

Parto da premissa de que a violência de gênero é uma questão que afeta diretamente as juventudes, especialmente as mulheres e pessoas LGBTQIA+ e que se manifesta de forma interseccional, ou seja, atravessada por diferentes formas de opressão, como raça, classe, sexualidade, entre outras, nesse sentido, entendo que uma jovem negra e periférica provavelmente sofre violência de gênero de forma diferente de uma jovem branca e de classe média.

4.3 INTERSECCIONALIDADES E O RACISMO NAS EXPERIÊNCIAS DAS JUVENTUDES

Os jovens da periferia são vistos com discriminação e com desigualdade social, racial e financeira. No CJ, isso é visto como forma de oportunidade e de direito onde o jovem tem uma formação e informação que o ajude em seu pleno desenvolvimento, compreendendo este jovem como um sujeito capaz de igualdade social em uma sociedade que sempre o discrimina.

Porque a sociedade ainda vive um preconceito, é um desrespeito descabido pelos jovens das periferias não acreditando e não valorizando seu potencial e sua vida como um todo e não reconhecendo que este jovem é um sujeito que tem direito por direito e valores que devem ser respeitados. (E. Rosa Luxemburgo)

Existe uma desigualdade muito grande entre o jovem periférico na nossa sociedade e principalmente o jovem negro, pois é ele quem mais morre, quem menos estuda, quem tem insegurança alimentar. (E. Claudia Jones)

Nesta seção, proponho uma análise das interconexões entre as dimensões de raça, gênero e outras formas de opressão na vivência das juventudes. Para isso, utilizarei as construções teóricas de autoras que têm contribuído significativamente para a compreensão das complexidades e desafios enfrentados pelas juventudes em sociedades marcadas pelo racismo estrutural, como é o caso do Brasil e de outros países latino-americanos.

O objetivo é explorar os impactos do racismo estrutural na vida cotidiana dos jovens, observando suas manifestações nas esferas educacionais, no mercado de

trabalho, na saúde e nas relações sociais. Busco também discutir as resistências e lutas empreendidas pelas juventudes frente às opressões, bem como os desafios enfrentados na busca por uma sociedade mais igualitária, justa, fraterna e inclusiva, que se una a essas juventudes para superar o juvenicídio.

Ao discutir o juvenicídio, é necessário reconhecer que existem outras associações a ele, que se configuram como manifestações de violência produzidas em sociedades patriarcais no âmbito do capitalismo dependente e colonial. Esse tema apresenta semelhanças com o feminicídio, que também precisa ser abordado considerando questões de gênero, raça, classe social e outras características que, combinadas, tornam grupos de mulheres vítimas sistemáticas.

A análise da violência de gênero e das interseccionalidades que atravessam as relações de raça e classe entre as juventudes é uma abordagem essencial para compreender as complexidades dessas questões e buscar soluções que promovam a proteção e emancipação das juventudes, especialmente das jovens mulheres. Para tanto, é necessário considerar as especificidades e contextos de cada grupo, valorizando suas experiências e promovendo espaços seguros para que possam expressar suas vivências e desafiar as desigualdades que enfrentam.

A desconstrução de estereótipos e preconceitos é um passo importante nesse processo, tanto por meio da educação formal quanto por meio de espaços informais de diálogo e reflexão. A promoção da equidade de gênero e das relações saudáveis e respeitadas é fundamental para prevenir a violência de gênero e combater as desigualdades.

No âmbito das políticas públicas, é imprescindível garantir o acesso das juventudes a serviços de saúde, educação, trabalho, cultura e lazer, visando a redução das desigualdades e vulnerabilidades que podem contribuir para a violência. Essas políticas devem ser elaboradas de forma interseccional, levando em consideração as diversas dimensões que influenciam a vida das juventudes.

A violência de gênero se conecta ao juvenicídio e ao feminicídio, uma vez que muitas vítimas dessas formas de violência são jovens mulheres. O juvenicídio, caracterizado pelo extermínio sistemático de jovens, principalmente negros e pobres, muitas vezes pelas forças de segurança do Estado, ocorre em um contexto de políticas públicas excludentes e falta de oportunidades para esses jovens. A interseccionalidade das relações de raça e classe também afeta esses jovens, tornando-os mais vulneráveis à violência e discriminação.

Autores como Valenzuela e Giovane Scherer ressaltam que a violência de gênero e as interseccionalidades são ainda mais acentuadas na América Latina e em países colonizados, devido a fatores históricos, sociais, culturais e políticos. Valenzuela destaca que a violência de gênero está enraizada em estruturas patriarcais presentes na sociedade latino-americana, que são fortalecidas pela desigualdade socioeconômica e pela marginalização das mulheres. Além disso, a violência de gênero na América Latina é agravada pela discriminação racial e pela interseccionalidade entre gênero, raça e classe.

Por sua vez, Giovane Scherer (2022) aponta que a violência juvenil e o juvenicídio são mais comuns em países com alta desigualdade socioeconômica, como é o caso do Brasil. A violência juvenil está relacionada às dinâmicas de poder e às relações de gênero, raça e classe. Jovens negros e pobres são frequentemente estigmatizados e criminalizados, o que aumenta sua vulnerabilidade à violência policial e exclusão social.

É importante ressaltar que o juvenicídio, o feminicídio e a violência de gênero estão intimamente ligados à colonialidade, que se refere à persistência das lógicas coloniais de poder, dominação e exploração nos países que foram colonizados. A violência de gênero, o juvenicídio, o feminicídio e as interseccionalidades que permeiam as relações de raça e classe são produtos dessas lógicas coloniais, manifestando-se de maneiras distintas em diversos países da América Latina e em outras regiões colonizadas do mundo.

As hierarquias raciais e de gênero foram construídas durante o período da colonização e continuam a perpetuar-se de forma explícita e velada na contemporaneidade. A colonialidade também influencia a forma como o Estado e outras instituições lidam com essas questões, muitas vezes perpetuando a violência e a exclusão, em vez de trabalharem efetivamente para combatê-las.

Entendo que a análise crítica desses temas deva considerar a colonialidade como uma dimensão fundamental das relações sociais e políticas no Brasil, na América Latina e em outros países colonizados. É necessário compreender como as estruturas patriarcais, a desigualdade socioeconômica e a marginalização das mulheres, combinadas com as dinâmicas de poder, a discriminação racial e as interseccionalidades, contribuem para a violência de gênero, o juvenicídio e o feminicídio.

Ao reconhecer essas conexões e compreender a influência da colonialidade, torna-se possível desenvolver abordagens mais eficazes para enfrentar esses problemas, promovendo a proteção e a emancipação das juventudes, em especial das jovens mulheres. Isso requer a implementação de políticas públicas interseccionais que levem em consideração as múltiplas dimensões que afetam a vida desses grupos, além de esforços para desconstruir estereótipos, preconceitos e desigualdades por meio da educação, do diálogo e da reflexão crítica.

A compreensão das interseccionalidades entre violência de gênero, juvenicídio, feminicídio e colonialidade proporciona um olhar mais abrangente e crítico sobre as questões enfrentadas pelas juventudes marginalizadas. Isso contribui para a formulação de políticas públicas mais inclusivas e efetivas que venham a promover e garantir a proteção dos direitos humanos, a equidade de gênero e o combate à violência.

A Interseccionalidade é um conceito surgido na década de 1980 e cunhado pela acadêmica norte-americana Kimberlé Williams Crenshaw, no contexto da luta feminista. Embora haja variações e até contradições no entendimento do conceito entre pesquisadores e estudantes, de maneira geral, ele pode ser descrito como uma abordagem que investiga as complexas interações entre diferentes sistemas de opressão, como gênero, raça, classe social e outros, e como essas interações influenciam as experiências e trajetórias de vida das pessoas.

Como ferramenta analítica, a interseccionalidade considera que as categorias de raça, classe, gênero, orientação sexual, nacionalidade, capacidade, etnia e faixa etária, entre outras, são inter-relacionadas e moldam-se mutuamente. A interseccionalidade é uma forma de entender e explicar a complexidade do mundo, das pessoas e das experiências humanas.

A partir dessas contribuições, compreende-se a definição de interseccionalidade a partir de uma dinâmica de relações de poder que envolvem classe, gênero e raça, dentre outras, e variam de acordo com o lugar, a cultura e o tempo, de modo que não são estanques e, tampouco, excluem-se mutuamente, mas dialogam entre si e estão intimamente articuladas. Segundo Collins e Bilge (2021):

[...] essas categorias se sobrepõem e funcionam de maneira unificada. Além disso, apesar de geralmente invisíveis, essas relações interseccionais de poder afetam todos os aspectos do convívio social. (...) Trata-se de uma expressão cada vez mais usada pelos atores sociais que, por sua vez,

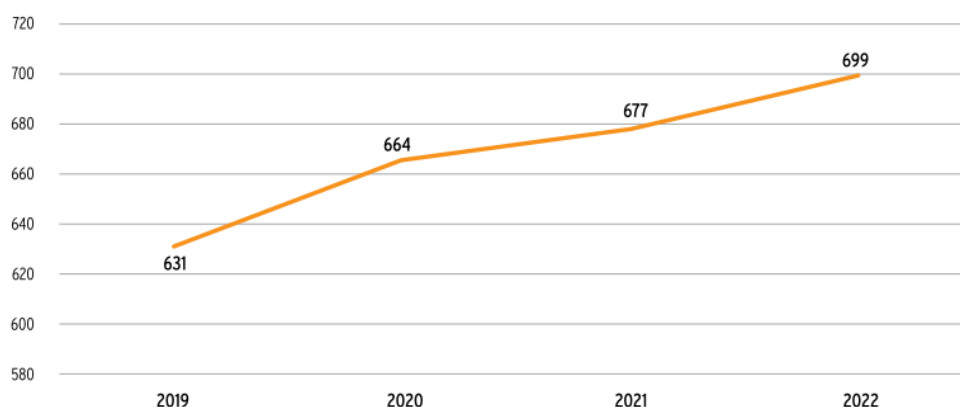
aplicam a uma variedade de usos seu próprio entendimento de interseccionalidade (COLLINS; BILGE, 2021, p. 18).

Em síntese, as desigualdades sociais devem ser analisadas de forma integral e não isoladas, uma vez que elas se entrecruzam e funcionam de maneira complexa em camadas cada vez mais espessas, sendo, assim, necessário promover uma leitura, quando se refere à mulher, que articule os diferentes marcadores que estão presentes nos contextos em que estão inseridas. É partir deles que, de alguma forma, as mulheres são colocadas em condição desprivilegiada, ora pelos marcadores de gênero e etnia, ora por sua condição social, orientação ou identidade sexual, entre tantos outros índices, a partir dos quais age a força opressora do poder que as procura limitar, imputar culpa, violentar, violar, oprimir, diminuir, rotular e restringir.

Hodiernamente, a interseccionalidade, uma vez que trata das desigualdades não lineares, figura como um conceito analítico potente na tentativa de procurar compreender a realidade social, permitindo verificar a inexistência da hierarquia dos processos de opressões, bem como o princípio da historicidade que estes encerram, visto que são produzidos socialmente, através do tempo, e vão definindo as culturas que os encerram. É deste ponto, da historicidade dos processos de opressão, que encontram na estrutura social patriarcal e heteronormativa formas violentas de expressão de poder, seja a violência fática ou simbólica, que ganham espaço e justificação as condições necessárias para que os processos de feminicídio sejam uma realidade cada vez mais presente no mundo, sobretudo nos países e nas culturas marcadas pelo patriarcado.

Conforme dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública de 2022 (BUENO; LAGRECA; SOBRAL, 2022), no Brasil, no primeiro semestre de 2022, foram registrados 699 casos de feminicídio, que correspondem a uma média diária de 4 mulheres assassinadas por essa razão. O gráfico que segue demonstra o comportamento dos casos no período.

Gráfico 2 - Total de vítimas de feminicídio, 1º semestre de cada ano. (Brasil, 2019-2022)



Fonte: Secretarias Estaduais de Segurança Pública e/ou Defesa Social. Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Ao comparar esses dados com os de anos anteriores para os mesmos marcadores, o quadro é estarrecedor. Em 2021, foram 677 mulheres que sofreram violência de gênero. Em 2019, 631. De um modo geral, houve crescimento dos casos em todas as regiões do país, exceto na região sudeste, que apresentou discreta queda. Conforme o relatório:

No último ano, a única região que apresentou redução dos feminicídios foi a Sudeste (-2,2%), mas a análise do período mais longo, compreendido entre 2019 e 2022, aponta para um crescimento de 8,6% do número de vítimas. Em 2022 a região Sul apresentou maior incremento do número de feminicídios, com crescimento de 12,6% em comparação ao mesmo período do ano anterior, embora nos últimos quatro anos as mortes tenham apresentado pequena redução, com recuo de 1,7%. O mesmo ocorreu no Nordeste, com variação de 1% no último quadriênio e crescimento de 1,5% no primeiro semestre deste ano quando comparado com o mesmo período do ano passado (BUENO; LAGRECA; SOBRAL, 2022)

Este cenário demonstra que o Brasil é um dos países que mais mata mulheres no mundo, e que esta tendência, se mantidas as estruturas que favorecem e viabilizam que estes crimes aconteçam, tende a aumentar, ou seja, o feminicídio é uma realidade brasileira que precisa ser imediatamente erradicada, desde as suas bases históricas, culturais, estruturais, chegando à superfície que está na violência em que estes elementos tomam forma definida. O quadro apresentado é perverso e se torna ainda mais absurdo quando se pode constatar que, mesmo com o

crescimento ininterrupto da violência letal contra a mulher no Brasil, durante os últimos anos, arrolados no supracitado relatório, os investimentos públicos do governo federal para o enfrentamento à violência reduziram drasticamente no mesmo período.

Conjecturo, pelos fatos e discussão apresentados, que tocar no tema do feminicídio e em suas diferentes facetas é também trazer à tona o debate da política de morte que elege a quem vulnerabilizar para, na sequência, eliminar. Tal perspectiva pode ser cruzada com a de juvenicídio, pois esta, como bem expressa Scherer (2022), constitui um processo de extermínio da população juvenil que não se dá ao acaso. Antes, estes sujeitos, assim como indígenas, negros e negras, são particularmente “selecionados por um sistema punitivo e vivenciam a violência estrutural de forma perversa cotidianamente” (SCHERER, 2022, p. 54).

O Brasil é, atualmente, um dos países com os mais elevados índices de homicídios do planeta. Dentre os grupos mais afetados por essa estatística no país, estão as juventudes. Para se ter uma pequena dimensão dessa tragédia, Scherer (2022) nos aponta que, no Brasil:

há uma média de 64 assassinatos de jovens de 15 a 29 anos por dia. As vítimas de violência letal nessa faixa etária são em sua maioria homens, representando um total de 93,9% dos homicídios no país. A violência contra pessoas negras também é alarmante: 34.446 foram vítimas de homicídio em 2019, com um aumento de 1,6% em comparação a 2018, ao passo que 10.217 não negros foram vitimados, apresentando redução de 33% em relação a 2018. (...) As crianças e os adolescentes também são vitimados no Brasil. No ano de 2020, 6.122 crianças, adolescentes e jovens de 0 a 19 anos foram vítimas de mortes violentas intencionais, sendo que 91% delas tinham entre 15 e 19 anos. Entre 10 e 14 anos, 77% das vítimas eram do sexo masculino e 74% eram negras; e entre 15 e 19 anos, 90% eram do sexo masculino e 80% eram negras. O tipo de crime mais cometido foi o homicídio doloso: entre 0 e 4 anos, 91%; 5 a 9 anos, 88%; 10 a 14 anos, 89%; e 15 a 19 anos, 82% (SCHERER, 2022, p. 55).

Esses dados absurdos revelam que a violência que conduz a juventude à morte é gestada, cotidianamente, nos territórios pobres das comunidades e periferias das grandes cidades, bem como em vários espaços rurais e comunidades indígenas. Além da morte objetiva, aferida pelos dados acima destacados, existe uma morte subjetiva que vai sendo gestada na alma e no coração de cada criança e jovem que vive nesses espaços, os quais são violados de diferentes formas pelas diferentes forças de repressão, ora exercidas pelo poderio da disputa entre gangues pelo domínio do tráfico local, ora pela poder intimidador da polícia, ora pelas

peças que constituem suas famílias e coletivos de convívio, que reproduzem a violência externa no seio de sua convivência, ora pela violência da falta de oportunidades de educação, lazer, esporte, trabalho, renda, entre outros. Para alguns jovens, nascer em determinados contextos, sob certas condições, já é nascer morto ou fadado à morte, seja ela física ou simbólica.

Já ouvi de muitos jovens que não querem mais viver, que nunca quiseram viver e que a vida para eles não tem valor, não só pelo fato de não se sentirem capazes ou úteis, como também por não perceberem o quanto são importantes para outras pessoas. Muitas juventudes perdem, muito cedo, o desejo por se projetar na história, nem me refiro à história da sociedade, e sim às suas próprias histórias. A dimensão do sonho, do desejo, do querer-se bem e melhor é algo que, para muitos jovens, é mais que uma utopia poética, é uma inviabilidade objetiva, pois não encontram dentro de si, ou no seu entorno, os meios para alcançar tal intento. Assim, o mais lógico, para eles, é aceitar a determinação e o decreto de sua morte antecipada.

Em certo momento de minha trajetória como coordenador de um projeto que foi desenvolvido na FASE, no passado, lembro de um jovem relatando que sairia de lá, no final de semana seguinte, e trataria de “fazer a mão” de um dos contra dele. Perguntei a razão dele fazer isso, posto que estava cumprindo uma pena leve e tinha a possibilidade de sair da internação por boa conduta, ao que ele me respondeu que precisava ter “moral” na casa e sabia que não tinha futuro lá fora mesmo, nem o que fazer, então, ali ele seria “o cara” quando voltasse. Expressões como a desse jovem não são isoladas e podem ser narradas, com diferentes variações, por muitos profissionais que tenham contato com realidades como a internação, ou mesmo por aqueles que trabalham com juventudes nos territórios de reconhecida violência, como é o caso da Lomba do Pinheiro. Essas circunstâncias dão a esses profissionais, nos quais me incluo, a triste e decepcionante tarefa de escutar esses verdadeiros clamores, carregados de angústia, medo, insegurança, desesperança e desespero, e encontrar argumentos e meios para traçar projetos viáveis de vida com esses sujeitos, que leem, na morte precoce, e normalmente violenta, uma forma de existir.

Cabe destacar que o dados de encarceramento compõem, igualmente, o cenário de apagamento dos jovens empobrecidos, periféricos e negros no Brasil. Isto pode ser apurado nos dados disponibilizados pelo último levantamento anual do

Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE), o qual destaca, em síntese, que as juventudes recém definidas são as prioritárias desse sistema que se configura em mais uma maneira de retirar a vida destas pessoas, pois, além de lhes subtrair a liberdade, também lhes retira as expectativas, a autoestima, o autoconceito, os sonhos, os desejos, a meninice, a juventude, as vontades, desejos e sonhos, deixando, no lugar, o medo, o rancor, a tristeza, a melancolia, a sede de vingança, a dor, o sentimento de abandono, entre outros sentimentos e aprendizagens deletérias que acabam, por vezes, em descrever vidas e futuros ainda mais trágicos. Conjugando o juvenicídio a outras formas de mortes de vulnerabilizados é admitir que a raiz do que torna as populações preferidas para serem as vítimas do poder patriarcal e heteronormativo, determinado desde a cultura dos países do centro, é um silogismo direto para se compreender que não há temáticas vinculadas a essas populações que possam ser tomadas de forma isolada, visto que sua centralidade, sua natureza e sua origem são as mesmas. Sendo assim, essa questão precisa ser abordada em sua amplitude e complexidade e, de modo que, se tomo o juvenicídio como central neste estudo, isto se deve apenas às finalidades didáticas e ao meu ainda incipiente conhecimento sobre os demais temas que se relacionam com o fenômeno, que precisam ser mais e melhor pesquisados.

Diante dessas constatações, reconheço a necessidade de aprofundar o estudo sobre o juvenicídio a partir de outras áreas de conhecimento. No entanto, para este estágio do trabalho, torna-se inviável. Contudo, é possível refletir que os mecanismos de poder que atuam sobre a vida das populações vulneráveis seguem uma metodologia semelhante. Ela começa com a negação do sujeito, especialmente de suas identidades, seguida pela negação de sua cidadania, ou seja, de seus direitos, e restringindo sua liberdade. Isso abre caminho para violar seus corpos e suas vidas, agindo com violência que resulta em morte e sofrimento.

Considerando que as fontes geradoras de apagamento das populações marginalizadas, como os indivíduos pobres, negros, indígenas, mulheres e pessoas LGBTQIA+, são as mesmas, torna-se essencial analisá-las em conjunto. É imperativo que as estratégias para mitigar e superar o poder opressor exercido sobre esses grupos sejam elaboradas coletivamente, reunindo as denominadas "minorias". Somente dessa forma, será possível buscar alguma possibilidade de

alcançar equidade e reconhecimento mínimo da condição humana em termos de experiência e sobrevivência.

A interseccionalidade, como um conceito articulador para a compreensão das múltiplas formas de opressão, propõe uma análise que considera a interação entre raça, gênero, classe social, orientação sexual e outras dimensões. Nesta monta, o racismo surge como uma das formas de opressão que afetam especificamente jovens negros/as, uma vez que a cor da pele e suas nuances influenciam diretamente a maneira como são tratados pela sociedade e pelas políticas públicas. Essa forma de discriminação pode se manifestar de diversas maneiras, desde a violência policial até a restrição ao acesso a oportunidades educacionais e de trabalho.

Os impactos do racismo são alarmantes, contribuindo para o aumento do índice de juvenicídio, perpetuação da pobreza e da exclusão social entre jovens periferizados, que são os mais afetados, justamente, em razão de, nesses espaços sociais, estarem os maiores contingentes de populações desta etnia. Outro elemento é que a necropolítica exerce implicações profundas e preocupantes sobre as juventudes investigadas, através do uso e legitimação da violência, do extermínio e da morte exercidos pelo Estado, uma abordagem que representa uma forma extrema de negligência e abandono das políticas públicas em relação às juventudes das periferias.

Jovens esses que enfrentam diferentes formas de violência e que vivem em condições familiares e contextos vulneráveis e empobrecidos, além de terem acesso limitado a serviços básicos como saúde, cultura, lazer, esporte e educação, o que os torna refém de contextos que os limita as possibilidades de trilhar caminhos de repactuações sociais saudáveis, ainda que possuam o desejo por construir projetos de vida positivos.

A pandemia de COVID-19 destacou ainda mais a presença da necropolítica, pois, durante esse período de crise sanitária, tornou-se evidente a má gestão do Estado, que negou a ciência, ignorou as orientações técnicas e humanitárias e falhou na proteção da vida das pessoas. Essa negação resultou em um número significativo de mortes evitáveis e negligenciou as populações periféricas e marginalizadas, incluindo jovens negros, moradores de rua, mulheres trabalhadoras, quilombolas, indígenas e outros grupos historicamente invisibilizados.

Com a pandemia, o Brasil enfrentou uma grave crise humanitária, na qual o direito básico à vida foi deliberadamente negado. A postura negligente e irresponsável do principal governante, que literalmente debochou da dor alheia, contribuiu para que centenas de milhares de mortes ocorressem, desconsiderando a gravidade da pandemia, desacreditando medidas preventivas e negligenciando ações efetivas de contenção do vírus. Tal postura refletiu as consequências da necropolítica sobre a sociedade brasileira como um todo e, especialmente sobre as juventudes.

Creio que seja importante mencionar que a pressão popular, a participação de especialistas e os interesses da indústria farmacêutica desempenharam um papel crucial na mitigação dos impactos mais graves da pandemia. No entanto, as implicações da necropolítica sobre as juventudes persistem e se refletem nos desafios enfrentados por esses jovens no acesso a direitos básicos, na exposição à violência e na negação de oportunidades de desenvolvimento integral.

Pelo presente estudo, busco compreender e analisar essas implicações da necropolítica sobre as juventudes, com o intuito de evidenciar as injustiças e desigualdades vivenciadas por esses grupos vulneráveis. Ao trazer à tona essas problemáticas, espero poder contribuir para o fortalecimento de políticas públicas mais efetivas, que promovam a justiça social, a proteção dos direitos humanos e a emancipação das juventudes, enfrentando de forma contundente a lógica necropolítica que perpetua a violência e o abandono desses jovens.

4.4 NARRATIVAS JOVENS, EDUCADORES, FAMÍLIAS DOS CENTROS DE JUVENTUDES

Dentre os profissionais que atuam ou atuaram no CJ, estão os técnicos, coordenadores e educadores. Na relação com as juventudes, entretanto, todos são considerados educadores e, por isso, ao fazer referência a essa função é importante que se compreenda sua dimensionalidade no contexto do programa. Os participantes da pesquisa compreendem: nove jovens, sete trabalhadores(as) (educadores/as) que estão ou que estiveram envolvidos com as práticas educativas do Centro da Juventude da Lomba do Pinheiro, não havendo critério de raça/cor, geração, entre outros; entretanto, procurei abranger a diversidade de sujeitos que participam do CJ/CPCA, sendo alguns menores de 18 anos de idade.

A escolha entre a realização das entrevistas de forma presencial ou online foi determinada pelas condições sanitárias vigentes, considerando os protocolos mantidos, a adesão dos participantes e as questões de segurança. Todas as entrevistas, presenciais ou virtuais, foram devidamente gravadas e, posteriormente, transcritas, com o objetivo de transformar as narrativas orais em textos para análise dos dados.

Considerando possíveis dificuldades dos entrevistados em relação ao acesso e ao uso de recursos eletrônicos e à internet, que viabilizassem o uso das plataformas mencionadas, poderá haver uma alternativa de trocas de áudios, orientações e mensagens de texto via *WhatsApp*, um recurso mais acessível e disponível gratuitamente em muitas operadoras de telefonia. Nesses casos, as próprias mensagens de texto constituirão a entrevista e o material de análise, dispensando a transcrição.

Estimei que o tempo necessário para a realização das entrevistas fosse de 40 minutos, variando um pouco de acordo com o meio escolhido e das condições específicas de cada pessoa. Quando necessário, propus outros espaços de interação, com o objetivo de aprofundar elementos da narrativa dos participantes, desde que houvesse interesse recíproco e devida autorização. O processo de obtenção do consentimento livre e esclarecido para a participação na pesquisa foi realizado oralmente e gravado, garantindo a proteção dos direitos dos participantes.

A realização de entrevistas semiestruturadas, tanto presenciais como virtuais, permitiu obter uma rica variedade de narrativas e perspectivas dos jovens e educadores vinculados ao CJ/CPCA. As entrevistas proporcionaram uma densa compreensão quanto aos desafios enfrentados pelas juventudes, que passam pelas desigualdades sociais que permeiam suas realidades e as práticas educativas desenvolvidas no CJ. A observação das práticas educativas nos Centros de Juventude complementou a coleta de dados, fornecendo reflexões importantes sobre as interações, dinâmicas e abordagens utilizadas na promoção do desenvolvimento pessoal e profissional dos jovens.

Assim, as entrevistas semiestruturadas e observações das práticas educativas permitiram reler, a partir de outras perspectivas, diferentes das que eu tinha por experiência, as realidades das juventudes, compreender suas demandas e aspirações, e refletir sobre o papel do CJ como espaço de oportunidade, reconhecimento e valorização dos jovens. Esses dados e análises foram

fundamentais para responder à questão de pesquisa proposta e contribuir para a reflexão crítica sobre a importância das práticas sociais e educativas na transformação social e emancipação das juventudes.

4.5 TRATAMENTO DE DADOS COM AUXÍLIO DO SOFTWARE IRAMUTEQ

Nesta seção, descrevo o processo de tratamento dos dados com o auxílio do *software Iramuteq*. Em minha dissertação de mestrado, tomei contato com essa ferramenta, que me foi útil para o tratamento dos dados obtidos a partir da pesquisa empírica. A quantidade de material coletado na ocasião, como também agora, era bastante densa, e este minerador textual possui a característica de organizar, quantificar e qualificar grandes volumes de material textual, tanto para análise fatorial, quanto de similitudes, contextual, entre outras, de modo que optei por utilizá-lo também neste estudo. É importante lembrar que o *software Iramuteq* não substitui a interpretação humana, mas amplia as possibilidades de análise e contribui para uma análise mais sistemática e fundamentada dos dados.

O tratamento dos dados é uma etapa essencial em qualquer pesquisa, pois possibilita extrair informações relevantes, identificar padrões e tendências e responder às questões de pesquisa. Nesse contexto, o *software Iramuteq* se apresenta como uma ferramenta bastante importante, pois auxilia na análise dos dados qualitativos coletados, proporcionando uma compreensão aprofundada dos discursos e narrativas presentes nas entrevistas e observações realizadas.

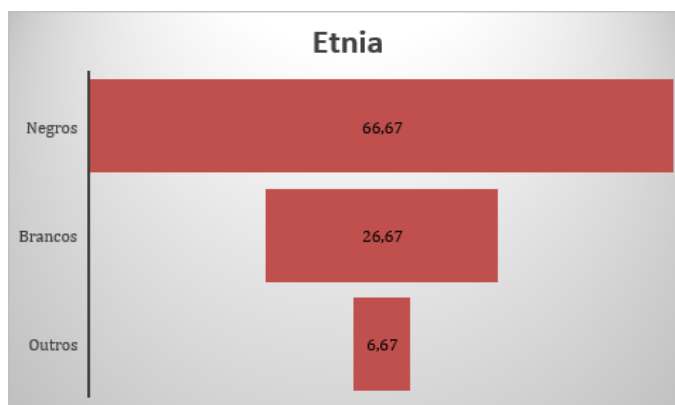
Com o auxílio deste *software*, realizam-se análises de conteúdo, identificação de temas recorrentes, exploração de relações entre categorias e visualização gráfica dos resultados obtidos. Essa abordagem permitiu obter *insights* sobre as práticas sociais e educacionais desenvolvidas no CJ, além de auxiliar a compreender as experiências e desafios enfrentados pelas juventudes envolvidas no programa.

A partir do *corpus* de dados recolhidos por meio da transcrição das entrevistas e das observações, foram constituídos 17 textos para a análise por meio do *software Iramuteq*. Posteriormente, esses textos foram categorizados de acordo com a metodologia da Análise de Conteúdo. Esses textos correspondem a um total de 64 páginas devidamente codificadas. A tática adotada é específica para a utilização da ferramenta e segue os princípios e as diretrizes previstos pela Lei de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Conforme mencionado na seção destinada à

metodologia, os nomes reais de todos os entrevistados foram substituídos por pseudônimos de personagens históricos envolvidos em lutas sociais em defesa dos direitos humanos, precedidos da abreviação “E.” para “Entrevistado (a)”, jovens, conforme segue: E. Rosa Luxemburgo, E. Audre Lorde, E. Alan Turing, E. Claudia Jones, E. Oliver Moris, E. Rita von Hunty, E. Antônio Gramsci, E. Che Guevara, E. Sylvia Rivera, E. Hegel. Demais são trabalhadores entrevistados.

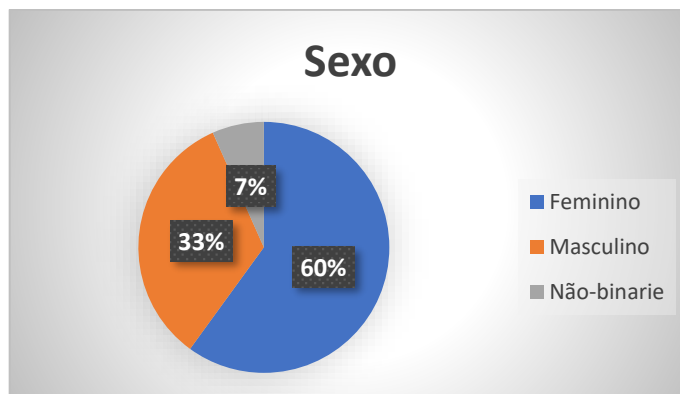
No que diz respeito aos dados inseridos no *software Iramuteq*, foram utilizados 17 textos correspondentes a 15 indivíduos entrevistados, além de 2 textos gerais, provenientes de um grupo focal e das observações realizadas. Esses dados foram comparados com o total de matriculados no CJ na época, que era de 300 jovens, considerando-se que o período correspondia às férias. Assim, a amostra utilizada representou aproximadamente 5% do total de indivíduos que integravam o CJ. Foram realizados testes preliminares no software, a fim de explorar suas funcionalidades e verificar sua aplicabilidade aos objetivos da pesquisa, conforme pode ser observado nos Gráficos 3 a 6, abaixo.

Gráfico 3 - Etnia CJ



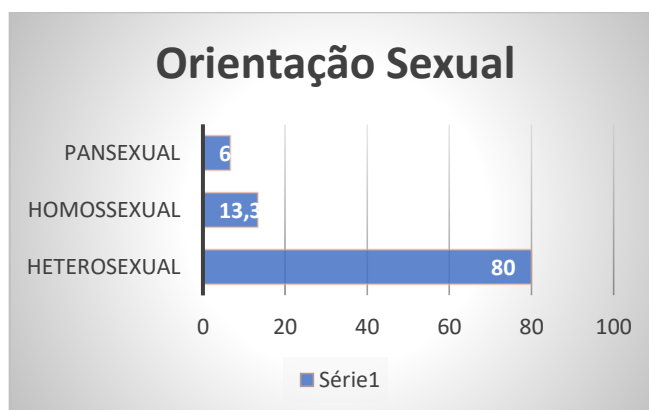
Fonte: Iramuteq, 2022.

Gráfico 4 - Sexo CJ



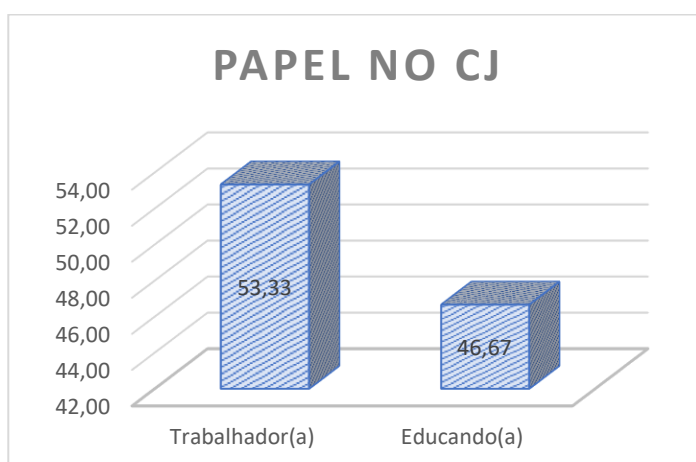
Fonte: Iramuteq, 2022.

Gráfico 5 - Orientação Sexual CJ



Fonte: Iramuteq, 2022.

Gráfico 6 - Função no CJ



Fonte: Iramuteq, 2022.

Como tantos, o *Iramuteq* é um programa computacional apoiado na R, uma linguagem de computação, que tem por objetivo auxiliar pesquisadores que trabalham com textos e questionários em pesquisas acadêmicas. Assim, as apresentações dos resultados obtidas pelas diversas operações que ele realiza constituem elementos de fundamental importância para análise, as quais dão pistas significativas para que o pesquisador possa chegar à verdade procurada, sem perder de vista a beleza dos gráficos, arranjos e combinações. Alguns, pela minha ótica, se constituem em verdadeiras obras de arte, teóricas e visuais.

Na condição de pesquisador, percebo o quanto é trabalhoso e complexo o trabalho de coleta, organização, escolha, sistematização, processamento e análise de dados, sobretudo se estes forem tratados de forma absolutamente artesanal. Contudo, enquanto usuário, ainda que iniciante, do *Iramuteq*, já pude perceber os benefícios em utilizá-lo, além de obter, a partir dele, recursos que me auxiliaram em diferentes momentos de minha caminhada na vida acadêmica, sobretudo em pesquisas de cunho qualitativo.

Compreendo que a ciência e sua beleza caminham juntas, e o *Iramuteq* oferece a interseção entre elas. Com a gama de recursos que o *software* apresenta e pode ser aproveitado, outros tantos pesquisadores ou estudantes poderão vir a trabalhar com esse recurso de mineração e análise de dados, tanto em pesquisas quantitativas, qualitativas ou que articulem ambas e produzam novas belezas na ciência.

Como método analítico, escolho a Análise de Conteúdo, que é uma forma específica de análise textual que visa se aprofundar em materiais que foram produzidos de forma verbal e, em seguida, transcritos por meio de diferentes recursos, comumente utilizados como fontes em pesquisas de diferentes áreas e níveis de ensino. De acordo com Nascimento et al. (2017), Camargo e Justo (2013) enfatizam que a análise textual trata especificamente da análise de material verbal transcrito, ou seja, de textos produzidos em diferentes condições, tais como: textos originalmente escritos, entrevistas, documentos, redações, entre outras fontes usadas tradicionalmente nas Ciências Humanas e Sociais. Os autores ampliam assegurando que, por tratar-se de dados que são compostos, essencialmente, pela linguagem, os mesmos mostram-se relevantes aos estudos sobre pensamentos,

crenças, opiniões – conteúdo simbólico produzido em relação a determinado fenômeno (CAMARGO; JUSTO, 2013).

Cabe destacar que, ao se produzir análises de dados textuais ou lexicais, a busca é por integrar a análise qualitativa com a quantitativa, num processo contínuo de operações, que vá qualificando os dados e informações, à medida em que se alcança estatísticas sobre variáveis. No Iramuteq¹⁹, é possível conduzir exatamente esse tipo de análise de dados e, por isso, esta ferramenta é providencial para o serviço de uma pesquisa qualitativa, por diversas razões, mas, sobretudo, em função da fidelidade ao fenômeno, ou ao que ele corresponde, ou mesmo ao discurso e ao texto.

O objeto de estudo envolve a pessoa e os fenômenos relativos a ela. Nesse contexto, muitas vezes, não é possível ou produtivo pesquisar a partir de modelos estabelecidos *a priori*, com ferramentas que visam a mensuração objetiva dos fenômenos, tal qual se dá nas ciências exatas e naturais. São de extrema validade, aos estudos científicos dentro das humanidades, os dados qualitativos, ou seja, aqueles dados que não são objetivamente mensuráveis e que tenham como parte mais importante o seu significado, os quais podem ganhar sentido através do olhar interpretativo do pesquisador (CAMARGO; JUSTO, 2013).

Contudo, ainda que se compreenda que a pesquisa qualitativa tenha fundamento na interpretação, entende-se também que se apoia numa série de dados estatísticos, em estudos etnográficos, estudo de casos, em frequência de dados, hierarquia de informações, dentre outros. Há múltiplos motivos para se incluir, ou não, na pesquisa qualitativa, recursos da pesquisa quantitativa, sem que se perca a riqueza e a grandeza, ou mesmo a aura de sua natureza e, para aquele pesquisador que se dispõe a produzir um estudo nessas condições, a utilização de computadores tem proporcionado primorosas análises. Os computadores contribuem para o aprimoramento das análises de dados como um todo. Propiciam também o aprimoramento das análises lexicais. Como a unidade de análise é o vocabulário diretamente envolvido na produção textual, a sistematização dos dados

¹⁹ O Iramuteq é um software gratuito e desenvolvido sob a lógica da open source, licenciado por GNU GPL (v2). Ele ancora-se no ambiente estatístico do software R e na linguagem python (www.python.org).

pode ser, em grande parte, processada por pacotes específicos de análise de dados, os quais têm a capacidade de processar grandes volumes de texto em um curto espaço de tempo, fornecendo ao pesquisador informações diversas, as quais poderão ser interpretadas. (CAMARGO; JUSTO, 2013).

O uso do software vem em auxílio da pesquisa qualitativa, sem prescindir do papel e do árduo trabalho do estudante ou pesquisador, antes o contrário, é ele/a quem determina o curso que o software deverá dar às operações automáticas a serem empregadas e à seleção e arranjo dos dados, após essa primeira fase. Compreende também a função do/a pesquisador de analisar os resultados obtidos, submetendo-os a testes e, posteriormente, levando-os às análises, de acordo com o objeto determinado, bem como os objetivos do estudo. Trata-se de uma análise de contrastes, na qual o *corpus* é dividido em função de uma variável escolhida pelo pesquisador. Por exemplo, é possível comparar a produção textual de homens e de mulheres em relação a determinado tema (CAMARGO; JUSTO, 2013).

Ainda conforme estes autores, com relação ao método da Classificação Hierárquica Descendente (CHD), proposto por Reinert (1990), classifica os segmentos de texto em função dos seus respectivos vocabulários, e o conjunto deles é repartido com base na frequência das formas reduzidas. Segundo eles:

Esta análise visa obter classes de UCE que, ao mesmo tempo, apresentam vocabulário semelhante entre si, e vocabulário diferente das UCE das outras classes. O IRAMUTEQ também fornece outra forma de apresentação dos resultados, por meio de uma análise fatorial de correspondência feita a partir da CHD (Análise Pós-Fatorial) que representa num plano cartesiano as diferentes palavras e variáveis associadas a cada uma das classes da CHD. A interface possibilita que se recuperem, no corpus original, os segmentos de texto associados a cada classe, momento em que se obtém o contexto das palavras estatisticamente significativas, possibilitando uma análise mais qualitativa dos dados (CAMARGO; JUSTO, 2013, p. 516).

Já a análise de similitude está fundamentada na teoria dos grafos e possibilita identificar as ocorrências entre as palavras. Como resultado, traz indicações da conexão entre elas, auxiliando na identificação da estrutura de um *corpus* textual, distinguindo também as partes comuns e as especificidades, em função das variáveis ilustrativas (descritivas) identificadas na análise. A nuvem de palavras, por sua vez, agrupa os termos e os organiza graficamente em função da sua frequência. É uma análise lexical mais simples, porém graficamente bastante interessante, na

medida em que possibilita rápida identificação das palavras-chave de um *corpus* (CAMARGO; JUSTO, 2013; RATINAUD; MARCHAND, 2012).

Cabe frisar que essas análises podem ser realizadas tanto a partir de um grupo de textos a respeito de uma determinada temática (*corpus*), reunidos em um único arquivo, como a partir de tabelas divididas em linhas e colunas ou planilhas. A par dessas considerações, pode-se estabelecer um importante paralelo entre os tipos de operações que são realizadas pelo *Iramuteq* com o que propõe Bardin (2015) ao segmentar o material de análise a partir de unitarizações, chegando até as categorias finais.

O processo de análise de conteúdo é composto por um apanhado de técnicas utilizadas na análise de dados qualitativos, ou mesmo ferramentas metodológicas que podem ser utilizadas para promover a análise de materiais verbais, ou não verbais. Estes recursos estão em constante aperfeiçoamento e adaptação, inclusive aos recursos tecnológicos, como é o caso do *Iramuteq*. Para Bardin (2015), a análise de conteúdo se constitui num conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis, em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a "discursos" (conteúdos e continentes) extremamente diversificados.

O fator comum dessas técnicas múltiplas e multiplicadas - desde o cálculo de frequências, que fornece dados cifrados, até a extração de estruturas traduzíveis em modelos - é uma hermenêutica controlada, baseada na dedução: a inferência. Enquanto esforço de interpretação, a análise de conteúdo oscila entre dois pólos: do rigor da objetividade e da fecundidade da subjetividade. Absolve e cauciona o investigador por esta atração pelo escondido, o latente, o não aparente, o potencial de inédito (do não dito) retido por qualquer mensagem. Tarefa paciente de "desocultação", responde a esta atitude de *voyeur* de que o analista não ousa se confessar e justifica a sua preocupação, honesta, de rigor científico. Analisar mensagens por esta dupla leitura, onde uma segunda leitura se substitui à leitura "normal" do leigo, é ser agente duplo, detetive, espião.

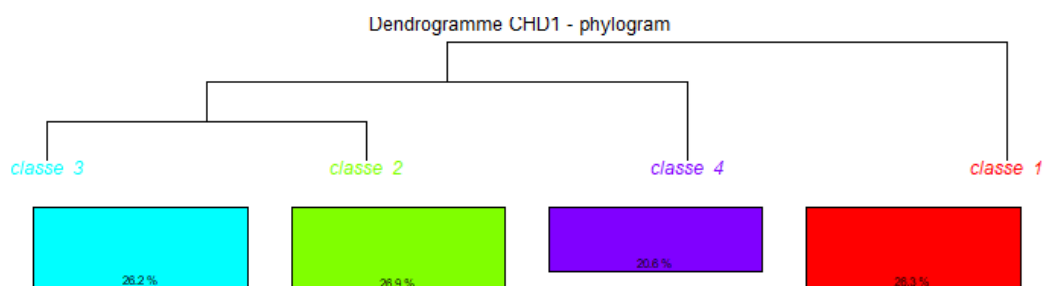
Após a leitura flutuante, a adaptação aos objetivos e as adaptações textuais, etapas metodológicas previamente abordadas, constituiu-se, então, o *corpus* textual que foi submetido à mineração produzida pelo *software* *Iramuteq*. O *corpus* geral foi constituído por dezessete textos, separados em 1001 segmentos de texto (ST), com aproveitamento de 787 STS (93,91%). Emergiram 35.616 ocorrências (palavras,

formas ou vocábulos), sendo 2.377 palavras distintas, 2.125 formas ativas e 116 formas suplementares.

O conteúdo sistematizado foi categorizado em 4 classes, de acordo com a CH: Classe 1, com 207 ST (26,3%); Classe 2, com 212 ST (26,94%); Classe 3, com 206 ST (26,18%); e CLASSE 4, com 162 ST (20,58). Destaco que as classes estão divididas em 3 ramificações: a primeira (A) se desdobra na classe 1 e dá origem à ramificação B, que encerra a classe 4, e à ramificação D, que se divide em duas, formando as classes 2 e 3. Vale ressaltar que essas três classes se encontram divididas em duas ramificações (A, B e C) do *corpus* total em análise.

As classes primárias, em consonância com os objetivos da pesquisa orientados pelo guia de questionamento realizado, foram assim definidas: Classe 1 - CJ como espaço de proteção, desenvolvimento e oportunidades de juventudes; Classe 2 – Pandemia e a ampliação do sentimento de medo e insegurança; Classe 3 – Escola reprodutora dos valores adultos e capitalistas; e Classe 4 – CJ – Acolhimento de Expressão. Conforme pode ser observado no Gráfico 7, abaixo:

Gráfico 7 – Dendograma



Fonte: Autor, 2022.

A seguir, apresento, para uma melhor visualização das classes, um organograma, com a lista de palavras de cada classe geradas a partir do teste qui-quadrado. Com ele, vêm discursos que introduzem o mesmo vocabulário e vocabulário diferente de outras categorias. A seguir, cada uma das classes que aparecem na CHD está listada no Quadro 6.

Quadro 6 – CHD

Classe 1		Classe 2		Classe 3		Classe 4	
X ²	Perfil	X ²	Perfil	X ²	Perfil	X ²	Perfil
89.54	juventude	52.52	escola	76.78	aqui	121.02	sentir
64.02	espaço	47.06	adulto	39.47	dizer	69.24	casa
60.10	profissional	39.07	pensar	38.12	quando	63.93	seguro
57.09	social	35.63	mesmo	32.80	legal	61.56	pandemia
39.94	desenvolvimento	28.70	vista	27.68	vir	55.76	medo
34.14	desenvolver	27.02	certo	23.42	gente	40.57	insegurança
33.00	projeto	24.96	achar	23.36	sor	38.10	segurança
30.72	relação	22.82	como	22.54	querer	35.12	sensação
28.74	político	21.96	jovem	21.35	perguntar	29.68	lugar
26.30	CJ	21.58	pessoa	19.77	conseguir	27.25	ônibus
25.51	aprendizado	20.35	não	18.18	exemplo	27.25	repensar

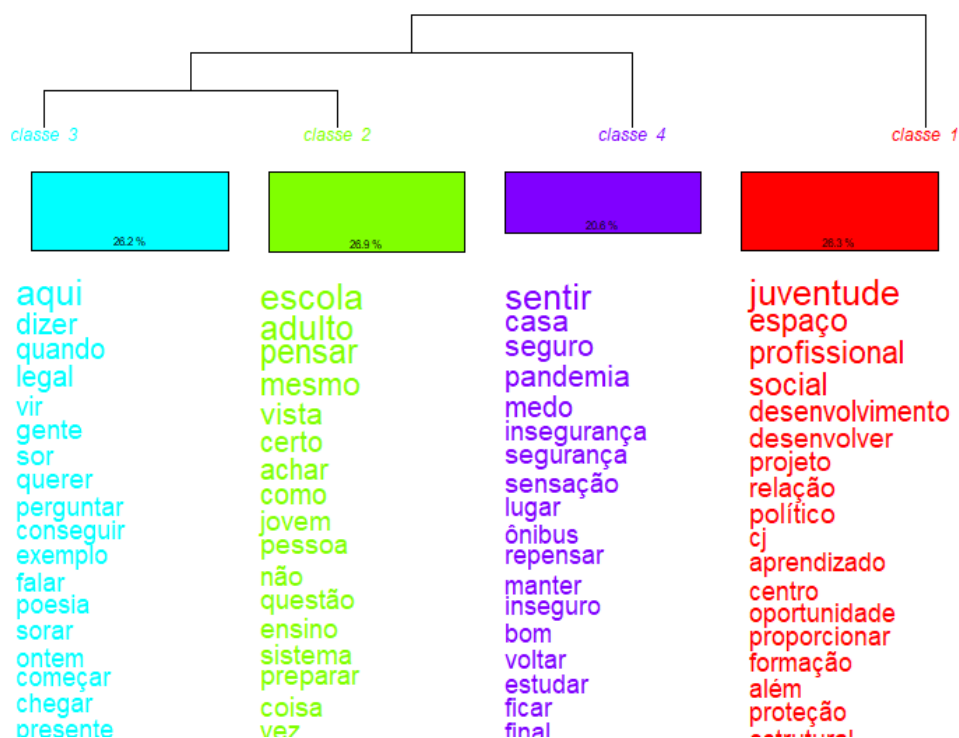
Fonte: Autor, 2022.

Cabe salientar que a classificação hierárquica descendente, ou CHD, é uma análise do Iramuteq, que organiza as formas lexicais em classes, com a importância relativa de cada uma. O programa realiza estas operações por meio do método de Reinert e, assim arquiteta a CHD. Ele inicia pela identificação dos textos no corpus, em seguida subdivide-os em segmentos de textos, constrói uma tabela de grandes dimensões nos eixos x e y, num formato de linhas e colunas, e é realizado um cruzamento de dados, no qual são indicadas a presença e a ausência de formas lexicais em cada um dos segmentos. Ao iniciar o processo, todas as formas estão num mesmo segmento, e é este processo de aproximação e distanciamento lexical que finda por gerar as classes.

Também é significativo conhecer a zona proximal das formas lexicais e saber o quanto estão próximos ou distantes os grupos de palavras, de cada um dos grupos ou categorias. Com a finalidade de particionar a tabela em duas classes que mais se assemelham, o sistema utiliza o teste qui-quadrado, repetido sistematicamente até que seja possível obter um conjunto mais estável. Nas classes finais, encontram-se as formas associadas com qui-quadrado superior a 3 e significância inferior a 0,05. O programa oferece a possibilidade de verificar a data em que houve a geração do gráfico e o tempo que ele utilizou para realizar as operações. Cabe salientar que o

programa indica, como valor aceitável, o percentual de segmentos de textos classificados, que deve ficar maior do que 75%.

Gráfico 8 - Dendograma com AFC



Fonte: Elaborado pelo autor.

Com a aplicação do Iramuteq na fase dois do método de análise proposta por Bardin (2015), foi possível, por meio da união entre a CHD e a AFC, que demonstra a frequência das palavras em cada uma das categorias, à luz do referencial teórico utilizado, chegar tanto à classificação, quanto à categorização por inferência. Levando em consideração os critérios semânticos, sintáticos, lexicais ou expressivos, chegou-se às seguintes categorias Iniciais, demonstradas no Quadro 7.

Quadro 7 - Unidades de Registro a partir das falas dos entrevistados

Nº de Palavras	Unidade de Registro	Nº de Palavras	Unidade de Registro	Nº de Palavras	Unidade de Registro	Nº de Palavras	Unidade de Registro
177	cj	317	jovem	101	jovem	91	peessoa
126	juventude	149	ver	63	quando	82	sentir
125	espaço	140	mais	53	ver	70	lugar
63	oportunidade	119	porque	50	aqui	67	bem
58	forma	115	coisa	35	dizer	60	trabalhar
39	sociedade	91	peessoa	35	também	59	casa
38	social	80	mesmo	32	querer	57	ficar
37	profissional	73	vez	32	falar	50	pandemia
30	relação	73	dar	31	conseguir	49	seguro
30	possibilidade	70	pensar	30	gente	49	parte
27	além	67	falar	26	vir	45	dia
27	buscar	62	escola	22	chegar	44	passar
27	dentro	54	diferente	20	exemplo	42	tempo
26	instituição	39	achar	20	violência	31	segurança
23	projeto	36	só	19	dia	30	bom
23	periferia	35	questão	17	olhar	30	deixar
22	centro	35	acontecer	17	trazer	28	estudar
21	equipa	33	governo	16	aí	24	aula
20	diversidade	29	certo	16	conhecer	23	medo
19	diverso	29	grupo	16	perceber	22	sentar
18	respeito	26	nada	15	depois	22	conversar
16	políticas públicas	25	entender	14	começar	22	sair
16	oficina	24	difícil	14	deixar	22	tentar
16	serviço	22	adulto	13	legal	20	encontrar
15	político	22	criança	13	curso	20	maior
15	construção	20	melhor	12	gostar	19	insegurança
14	desenvolvimento	20	nunca	12	aula	18	voltar
14	convivência	19	visão	12	entrar	18	rua
14	sonho	19	professor	12	lá	18	gosto
13	proteção	18	política	11	sor	18	agora
13	considerar	18	emprego	11	educador	17	manter
13	público	17	ponto	10	algo	16	ajudar
13	necessidade	17	ensinar	10	aprendizagem	15	cuidado
12	desenvolver	16	ensino	9	perguntar	15	negro
11	proporcionar	16	experiência	9	expressar	14	faculdade
11	formação	15	ouvir	8	meio	14	local
11	busca	15	contar	8	mundo	14	quase
11	atenção	14	problema	7	contexto	13	mãe
11	apenas	13	vista	7	morar	12	isolamento
11	atuação	13	crescer	7	cabelo	12	conviver
10	aberto	13	sentimento	6	poesia	11	livre
10	proteger	12	jeito	6	sorar	10	presencial
9	aprendizado	12	escolha	6	ontem	10	preciso
9	território	12	futuro	6	menina	10	caminho

9	área	12	próprio	6	assistir	9	sensação
8	estrutural	11	virar	6	mulher	9	inseguro
8	desprezo	11	seguir	6	vaga	9	menos
8	descrédito	9	errado	6	interessante	9	periférico
8	iniciar	9	ajuda	6	desejo	9	parar
8	programa	8	assunto	6	tão	9	importância
8	troca	8	pedir	6	veem	8	causa
8	mudança	8	atrás	5	presente	8	parado
8	confortável	8	idade	5	universo	8	início
7	mínimo	7	sistema	5	ingressar	8	ruim
7	transformação	7	preparar	5	comer	7	ônibus
7	trajetória	7	pressão	5	agressão	7	repensar
7	sujeito	7	adolescente	5	identificar	7	pertencente
6	atender	7	noção	5	possuir	7	tomar
6	diretamente	7	fácil	5	acolher	7	homem
6	potencial	7	reconhecer	5	próximo	7	especial
6	ofertar	7	procurar	5	feliz	6	final
6	informação	6	evoluir	5	referência	6	certeza
6	qualificação	6	época	5	sala	6	mão
6	contemprar	6	geração	4	verbal	6	tarde
6	raro	6	médio	4	explicar	6	usar
6	interesse	6	triste	4	internet	5	online
5	expectativa	6	importar	4	trança	5	ufrgs
5	reconhecimento	6	esperar	4	pão	5	pegar
4	alcançar	5	maturidade	4	menino	5	desafio
4	respeitado	5	dureza	4	estratégia	5	horário
4	fator	5	relacionar	4	cá	5	pleno
4	direção	4	normal	4	agredir	5	viajar
4	atentar	4	minororia	4	permanecer	5	acostumado
4	inserção	4	impedir	4	palavra	5	cultural
4	foco	4	falado	4	religião	5	vivo
4	constante	4	estranho	4	colega	5	lado
4	usuário	4	arrumar	4	aparecer	5	julgar
4	transversal	4	período	4	pertencer	5	obra
4	ponte	4	filho	4	lutar	4	total
4	parceria	4	incrível	4	inclusive	4	vírus
4	motivar	4	conceito	4	junto	4	manhã
4	individualidade	4	favorecer	4	apresentar	4	limpeza
4	habilidade	4	enfim	4	par	4	filme
4	discriminação	4	briga	4	computador	4	caminhar
4	conservador	3	violento	3	hora	4	aproveitar
4	agravar	3	bater	3	postura	4	positivo
3	único	3	regra	3	monte	4	livro
3	população	3	sexualidade	3	black	4	desejar
3	provocar	3	perder	3	perverso	4	juízo
3	incluir	3	determinado	3	material	4	distância
3	enfrentar	3	repetir	3	carência	4	decidir

Conforme demonstra o Quadro 5, o sistema produz uma contagem de palavras que associamos à nomenclatura da unidade de Registro, indicando a frequência com que a palavra foi reproduzida. Desse modo, encontro, metodologicamente, os elementos comprobatórios diante dos objetivos estabelecidos para este trabalho. Cabe salientar que essas unidades de registros foram obtidas a partir do corpus composto pelas entrevistas com juventudes do CJ, trabalhadores e grupo focal, respondendo às indagações relativas ao problema de pesquisa desta tese.

Na sequência, o Quadro 8 apresenta as categorias iniciais de análise, em que são apresentadas as significâncias das palavras e os termos oriundos das entrevistas e do grupo focal. Destaco, contudo, que nesta etapa esconde-se um denso trabalho de leitura das ST's, destinado a encontrar os sentidos de todas essas unidades de registro agrupadas por frequência em suas classes, conforme o Iramuteq. O uso do software é um facilitado porque, nas categorias iniciais, já se podem vislumbrar as finais, sem necessitar pensar nas intermediárias, que ficam implícitas nas próprias ST's analisadas pelo pesquisador.

Quadro 8 - Categorias iniciais de análise

1.	Participação ativa no Centro da Juventude (CJ)
2.	Importância do CJ como espaço de oportunidade e direito para os jovens
3.	Valorização e reconhecimento dos jovens como sujeitos capazes
4.	Desigualdades sociais enfrentadas pelos jovens das periferias
5.	Combate à discriminação e desigualdade
6.	Preocupação com a violência e busca por um ambiente seguro
7.	Importância da continuidade dos estudos e dos sonhos dos jovens
8.	Políticas públicas voltadas para os jovens
9.	Alinhamento com os princípios de Paulo Freire
10.	Necessidade de garantir oportunidades igualitárias para todos os jovens.
11.	Participação no Centro da Juventude (CJ) e identificação com o trabalho com as juventudes.
12.	Importância do CJ como espaço de oportunidade, formação e desenvolvimento pessoal e profissional.
13.	Reconhecimento da diversidade dos jovens e a valorização de suas potencialidades.
14.	Desigualdades sociais enfrentadas pelos jovens das periferias.
15.	Combate à discriminação e desigualdade de oportunidades.
16.	Preocupação com a violência e a busca por um ambiente seguro.
17.	Reflexões sobre a pandemia e a ressignificação pessoal.
18.	Percepção das diferenças entre a própria trajetória e a de outros jovens.

19.	Crítica ao modo como os jovens são vistos e tratados pela sociedade.
20.	Falta de oportunidades e a necessidade de políticas públicas específicas para as juventudes.
21.	Oportunidades de conhecimento e aprendizado no Centro da Juventude (CJ).
22.	Sensação de segurança e bem-estar no ambiente do CJ.
23.	Igualdade de oportunidades e respeito para todos os jovens.
24.	Preocupação com a violência física e psicológica entre os jovens.
25.	Desafios e dificuldades enfrentados pela juventude.
26.	Necessidade de promover uma cultura de respeito e combater a violência.
27.	Confronto com a realidade e amadurecimento durante a juventude.
28.	Pressão social e possibilidade de entrar em depressão.
29.	Importância dos programas sociais e políticas públicas para a juventude.
30.	Garantia do desenvolvimento pleno dos jovens.
31.	Busca por oportunidades de trabalho e valorização profissional.
32.	Expansão de conhecimento e paixão pelo trabalho no CJ.
33.	O CJ como espaço de cuidado, liberdade e respeito.
34.	Função e objetivos do Centro da Juventude.
35.	Vontade dos jovens de frequentarem o CJ.
36.	Sentimento de segurança no CJ.
37.	Impacto da pandemia e mudanças na rotina.
38.	Desvalorização das juventudes periféricas e falta de oportunidades."
39.	Espaço de segurança, amor e esperança.
40.	Liberdade de aprender e expressar sem julgamentos.
41.	Importância de aprender sobre política e educação financeira.
42.	Oportunidade de ter voz e representatividade.
43.	Reconhecimento da importância de projetos como o Centro da Juventude.
44.	Valorização das vivências e experiências dos jovens.
45.	Tabus e dificuldades na discussão de assuntos importantes.
46.	Pressão e incerteza em relação ao futuro.
47.	Impacto da pressão na insegurança, ansiedade e depressão dos jovens."
48.	Motivação inicial para participar de um curso de CRC no CJ.
49.	Percepção do CJ como um espaço de oportunidades e possibilidades.
50.	Transformação e troca de conhecimentos no CJ.
51.	Impacto da pandemia nas relações físicas e dificuldade em aproveitar espaços públicos.
52.	Estigmatização das juventudes na sociedade e tratamento diferenciado pelo governo.
53.	Violências vivenciadas pelas juventudes e importância do diálogo identitário.
54.	Ausência de emprego e educação como necessidades básicas dos jovens.
55.	Prejuízo nas relações afetivas e amorosas durante a pandemia.
56.	Descaso em relação às juventudes brasileiras, especialmente em contextos raciais.
57.	Necessidade de financiamentos e políticas públicas consistentes para os jovens"
58.	Desconhecimento inicial do CJ e tentativa de entrar no CPCA.
59.	Sentimento de pertencimento e emoção ao trabalhar no CJ.
60.	Importância do CJ para a juventude da Lomba do Pinheiro e sua diferença de outros projetos.
61.	Percepção inicial confusa do CJ e entendimento posterior de seu propósito.
62.	Atração pelo eixo socioprofissional do CJ e progresso dos jovens nos cursos de qualificação.
63.	Nostalgia e afeto presentes nos serviços de convivência do CJ.
64.	Preocupação com a falta de segurança pública e violência enfrentada pelos jovens periféricos.
65.	Papel do CJ em fornecer acesso, oportunidades e um ambiente seguro.
66.	Importância da educação e suprimento das falhas do governo e da escola.
67.	Satisfação em ver os jovens alcançando objetivos e a importância de referências negras no CJ
68.	Busca de pertencimento e valorização da aprendizagem no CJ.
69.	Importância de um espaço diversificado e de trocas de experiências.
70.	Oportunidades oferecidas pelo CJ e sua contribuição na prevenção do envolvimento com o tráfico.

71.	Sentimento de acolhimento e afeto no CJ, assemelhando-se ao amor pelos filhos.
72.	Sensação de segurança e apoio proporcionados pelo CJ.
73.	Desafios enfrentados durante a pandemia e a importância do estudo.
74.	Dificuldade de relacionamento após a pandemia.
75.	Luta para cursar medicina e falta de estrutura e incentivo.
76.	Descrença e desânimo dos jovens periféricos devido à falta de oportunidades.
77.	Valorização dos educadores do CJ e seu apoio aos jovens.
78.	Visões divergentes da sociedade em relação aos jovens.
79.	Definição de violência e necessidade de combate desde a juventude.
80.	Ser jovem como ter esperança e acreditar em si mesmo.
81.	Experiências pessoais de julgamento e descaso que fortaleceram a identidade.
82.	A juventude como sinônimo de esperança, força e oportunidade"
83.	Trajétoria profissional e motivação para ingressar no CJ.
84.	Importância de um espaço diversificado e de trocas de experiências.
85.	Oportunidades oferecidas pelo CJ e sua contribuição para evitar o envolvimento com o tráfico.
86.	Sentimento de acolhimento e afeto no CJ, semelhante ao amor pelos filhos.
87.	Sensação de segurança e apoio por parte do CJ.
88.	Desafios enfrentados durante a pandemia e a importância do estudo.
89.	Dificuldade de se relacionar com outras pessoas após a pandemia.
90.	A busca por segurança e o impacto da insegurança na vida diária.
91.	A relação entre segurança e liberdade.
92.	Experiências pessoais durante a pandemia e a importância das relações virtuais."
93.	Conhecimento prévio sobre os CJs e oportunidade de trabalhar com jovens.
94.	Importância e vontade de trabalhar com os jovens.
95.	A descoberta pessoal dos jovens no CJ.
96.	Acolhimento e proteção oferecidos pelo CJ.
97.	Restauração de vidas e oportunidades no CJ.
98.	Importância da cultura na vida dos jovens.
99.	Troca de sentimentos e acolhimento entre os jovens do CJ.
100.	Medo e insegurança em relação à polícia.
101.	Segurança encontrada na comunidade e identificação com as comunidades quilombolas.
102.	Participação ativa e protagonismo dos jovens no CJ
103.	Motivação para ingressar no CJ e busca por emprego.
104.	Valorização das relações e convivência no CJ.
105.	Percepção do CJ como um lugar de conforto e aceitação.
106.	Sensação de segurança e insegurança em diferentes contextos.
107.	Adaptação durante a pandemia e suas consequências.
108.	Experiência de violência verbal e racismo.
109.	Significado da juventude como período de escolhas e socialização.
110.	Desafios e dificuldades enfrentados durante a juventude.
111.	Importância de ser ouvido e ter espaço para falar.
112.	Preparação para a vida adulta e busca por experiências enriquecedoras"
113.	Práticas inclusivas e socialização no CJ.
114.	Espaço de proteção e segurança para os jovens.
115.	Falta de acesso às políticas públicas e serviços de saúde.
116.	Impacto da pandemia na educação, emprego e saúde mental dos jovens.
117.	Importância do CJ na vida dos jovens e sua contribuição para o desenvolvimento pessoal.
118.	Equilíbrio entre qualificação profissional e desenvolvimento pessoal.
119.	Pressão familiar para trabalhar e enfrentamento de estereótipos.
120.	Arte como forma de expressão e resistência.
121.	Construção de grupo e convivência entre jovens.
122.	Importância da escola, desafios de engajamento e cuidado com a segurança dos jovens.
123.	Conhecimento prévio sobre o CJ através de amigos e familiares.
124.	Sentimento de acolhimento, segurança e respeito no CJ.
125.	Oportunidades de crescimento pessoal e profissional proporcionadas pelo CJ.
126.	Impacto da pandemia e busca de companhia e apoio no CJ.
127.	Objetivo do CJ de proporcionar uma vida melhor para os jovens.

128.	Sentimentos positivos de conforto, alegria e paz associados ao CJ.
129.	Importância de oferecer alternativas e oportunidades de futuro aos jovens.
130.	Valorização da aprendizagem profissional e desenvolvimento de habilidades no CJ.
131.	Restrições e limitações impostas pela pandemia.
132.	Impacto positivo do CJ na vida do entrevistado e sua relação com amigos no local."
133.	Motivação para conhecer jovens e a si mesmo.
134.	Permanência no CJ devido à presença de novos jovens e variedade de atividades.
135.	Importância do CJ como política pública para atender diferentes jovens em diferentes situações.
136.	Sentimento de segurança e bem-estar no CJ.
137.	Impacto da pandemia nas aulas online e ajuda à mãe.
138.	Percepção da violência e estereótipos enfrentados pelos jovens.
139.	Importância do CJ como um lugar que se preocupa com os jovens e lhes dá valor.
140.	Repúdio à violência e desejo de evitar consequências negativas.
141.	Reconhecimento da importância da juventude e do envolvimento em pesquisas.
142.	Percepção de políticas públicas existentes, mas subutilizadas para os jovens.

Fonte: Elaborado pelo autor.

O quadro 9, abaixo, sistematiza os temas emergentes na pesquisa.

Quadro 9 - Sistematização de temas emergentes

Sistematização de Temas:
1. Participação ativa no Centro da Juventude (CJ)
2. Importância do CJ como espaço de oportunidade e direito para os jovens
3. Valorização e reconhecimento dos jovens como sujeitos capazes
4. Desigualdades sociais enfrentadas pelos jovens das periferias
5. Combate à discriminação e desigualdade
6. Preocupação com a violência e busca por um ambiente seguro
7. Importância da continuidade dos estudos e dos sonhos dos jovens
8. Políticas públicas voltadas para os jovens
9. Alinhamento com os princípios de Paulo Freire
10. Necessidade de garantir oportunidades igualitárias para todos os jovens

Fonte: Elaborado pelo autor.

Nesta fase da análise, em que fiz o levantamento de temas emergentes, permito-me realizar algumas considerações iniciais acerca do material coletado, destacando:

a) Preocupação com a violência e busca por um ambiente seguro:

A preocupação com a violência vivenciada pelas juventudes é um tema central de minha pesquisa, pois nela busco compreender como as práticas sociais e educativas podem contribuir para combater a violência e promover um ambiente seguro para jovens. Igualmente, busco reconhecer estratégias que promovam uma cultura de respeito, combatendo todas as formas de violência e criando espaços onde essas juventudes foco da necropolítica se sintam seguras e protegidas

b) Importância da continuidade dos estudos e dos sonhos dos jovens:

A importância da continuidade dos estudos e dos sonhos dos jovens é ressaltada no contexto necropolítico em que vivem. Mesmo possuindo seus limites, há um reconhecimento, por parte de grande parte da juventude, quanto à importância do papel da escola para a possibilidade de futuro de cada sujeito, para que tenham, inclusive, a possibilidade de sonhar. Na pesquisa, busco compreender como as práticas sociais e educativas podem apoiar os jovens na manutenção de seus projetos de vida e no desenvolvimento de seus potenciais. O que se conseguiu perceber, durante o contato com esses sujeitos, é que por meio do CJ e de políticas públicas mais inclusivas, é possível garantir que tenham acesso à educação e às oportunidades necessárias para alcançar seus sonhos.

c) Participação ativa no Centro da Juventude:

A participação ativa das juventudes no Centro da Juventude pode ser considerada uma forma de resistência e reinvenção frente às violências da mistanásia, do juvenicídio, das questões de gênero e sexualidade e da necropolítica presentes em suas realidades, uma vez que oferece espaço onde essas juventudes podem se envolver em práticas sociais e educativas que os capacitam, individual e

coletivamente, a lidar com as contingências de seus contextos, desenvolver habilidades e competências que os tornem capazes de se manter em prontidão diante dos obstáculos e ainda produzir processos criativos de (sobre)vivência em contextos deletérios. Além disso, no CJ os jovens encontram-se, pelo menos durante o tempo que ali permanecem, a salvo dos vetores que os expõem a diversas vulnerabilidades, conforme o contexto a que estão permanentemente expostos.

d) Importância do CJ como espaço de oportunidade e direito para os jovens:

O Centro da Juventude é reconhecido como um espaço que oferece oportunidades e direitos fundamentais para as juventudes, pois é um lugar onde esses grupos tem a possibilidade de exercitarem sua cidadania e autoria de processos democráticas, bem como encontrar apoio na construção de processos que os auxiliem a enfrentar as violências e desafios presentes em suas vidas.

e) Valorização e reconhecimento dos jovens como sujeitos capazes:

O reconhecimento e valorização dos jovens como sujeitos capazes são elementos essenciais para sua resistência e reinvenção diante das violências e opressões enfrentadas. Há um favor presente na vida de grande maioria das juventudes periferizadas que qualifico como baixa autoestima transgeracional, que é um processo de autorreconhecimento destorcido que proporciona experiências de vida em que são negadas às pessoas os elementos básicos para seu pleno desenvolvimento e projeção de suas vidas. Nesses contextos, os sujeitos passam a se sentir menosprezados e diminuídos em suas condições e capacidades de se produzir tanto individual quanto socialmente, tendo uma visão de si mesmos como incapazes, não merecedores ou indignos de determinados acessos e bens, sejam eles materiais ou imateriais. Surge, aí, o CJ, com a oferta de um ambiente que promove a autonomia, o empoderamento e o reconhecimento das potencialidades dessas juventudes, abrindo espaços para que fluam suas inteligências, capacidades, criatividade, expressões, e renasça, ou seja fortalecida sua autoestima, autorreconhecimento e redescoberta de seus desejos. Considero esse elemento

central de qualquer abordagem educativa, pois, sem desejo, o sujeito fica inerte e não consegue alcançar qualquer possibilidade de desenvolvimento ou autonomia.

f) Desigualdades sociais enfrentadas pelos jovens das periferias:

As desigualdades sociais enfrentadas pelas juventudes das periferias são uma realidade que afeta suas vidas e suas possibilidades de resistência e reinvenção, e por meio das práticas sociais e educativas como as desenvolvidas no CJ, bem como no CPCA, abre-se uma possibilidade de que sejam conhecidos os vetores que são responsáveis por tais desigualdades, levando as juventudes à compreensão profunda dos fatores que determinam suas condições sociais, capacitando-os a ter recursos que lhes sejam úteis no enfrentamento a essa problemática, inclusive auxiliando na elaboração de estratégias que possam mitigar os efeitos disso em suas vidas, se não excluí-los.

g) Combate à discriminação e à desigualdade:

Toda e qualquer prática educativa e social deve estar focalizada no combate à discriminação e à desigualdade, um objetivo central do CPCA e do CJ, como também meu, enquanto agente da área social que atua e convive com pessoas que vivem as repercussões cotidianas de uma sociedade que discrimina e que as mantém à margem dos direitos mínimos que garantam sua vida e dignidade. Cabe, a qualquer ação educativa, a promoção da inclusão, valorização das diversidades e a contribuição na construção de uma sociedade mais justa e igualitária para as juventudes, independentemente de sua orientação sexual, identidade de gênero, raça ou origem socioeconômica. Entendo que esse posicionamento institucional revela o verdadeiro compromisso social de uma organização, programa ou projeto, que deve assumir sua parcela de responsabilidade na transformação social e, especialmente, na vida das juventudes que objetiva desenvolver.

h) A falta de oportunidades e políticas públicas específicas para as juventudes:

A ausência de oportunidades e políticas públicas específicas para as juventudes contribui para a perpetuação das desigualdades sociais e para a vulnerabilidade dos jovens frente às violências presentes em suas realidades. Jovens sem oportunidade de educação, convivência familiar saudável, acesso a bens essenciais e apoio afetivo são empurrados para a violência e para outras formas de vulnerabilidades que incidem sobre seu bem-estar, muitas vezes chegando até a privação de sua liberdade ou morte. O efeito presente e futuro para uma juventude sem oportunidades é a edificação do fracasso de uma sociedade calcada na infelicidade de quem nasce fora da margem da escala de privilégios sociais. Nesta seara, deve atuar a função protetiva do Estado, realizando investimentos em ações estratégicas que visem oportunidades efetivas e igualdade para as juventudes.

i) A importância da reflexão crítica sobre as práticas sociais e educativas:

A reflexão crítica sobre as práticas sociais e educativas é fundamental para compreender como essas práticas podem funcionar como recursos de resistência e reinvenção das juventudes, pois elas auxiliam os sujeitos na desconstrução de práticas opressivas, em seu empoderamento, na elaboração de conhecimento, na promoção da transformação social, bem como no fortalecimento do diálogo interpessoal crítico e de qualidade, dentre tantos outros fatores preponderantes para o desenvolvimento humano. Pela reflexão, ocorre o permanente questionamento e transformação das estruturas opressivas, promovendo práticas mais inclusivas, emancipatórias e que valorizem a vida em sua dimensão e complexidade.

j) O papel da educação social e do serviço social na transformação social:

A educação social e o serviço social desempenham um papel importante na transformação e na emancipação das juventudes, orientados pela função primordial de promoção de uma consciência crítica acerca das injustiças, desigualdades sociais e outras formas de opressão. Essas áreas também devem zelar pelo

fortalecimento de sujeitos que sejam capazes de lidar com a gama de vulnerabilidades a que estão permanentemente expostos. Além disso, precisam realizar estratégias que promovam a criação de oportunidades e articulem diferentes atores sociais na constituição de um trabalho mais eficaz que se torne possível por ser realizado em rede e pela permanente defesa dos direitos humanos que conferem ao sujeito. Desse modo, podem servir como ferramentas de apoio e fortalecimento das juventudes, proporcionando espaços de diálogo, acolhimento e empoderamento, além de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, fraterna, amorosa e igualitária.

k) A interseccionalidade presente na experiência das juventudes:

As inferências neste item vêm carregadas de conceitos tecidos por Crenshaw (1991), Collins (1990), Davis (2008) e hooks (2019), pois, apesar de reconhecer a importância das diferentes opressões que compõem o racismo, careço de maior dedicação ao tema, de modo que me benefico das contribuições estudiosos que possuem este tema como foco. Compreendo que o primeiro elemento que envolve o tema da interseccionalidade, e que é de suma importância para esta tese, trata da compreensão da complexidade das identidades, pois as opressões ocorrem por diferentes variáveis descritivas que demarcam os corpos das juventudes negras, como raça, cor, sexo, orientação sexual, classe social dentre outros. Todos esses elementos são constitutivos de sua identidade e autoestima. Outro elemento significativo é compreender como as estruturas de poder se interconectam e se manifestam para as juventudes por meio do racismo, do sexismo, da homofobia e das marcas de classe social, interferindo em seu acesso a recursos e oportunidades. Além disso, ainda há a relativização da validade das vozes, que depende de quem as profere, entre tantas outras interfaces.

A análise da interseccionalidade na experiência das juventudes revela a complexidade e a multiplicidade de opressões que os jovens enfrentam, e compreendê-la é fundamental para desenvolver abordagens abrangentes e efetivas de apoio às juventudes, considerando suas vivências específicas.

4.6 A RELAÇÃO DIALÉTICA ENTRE A NECROPOLÍTICA E AS JUVENTUDES

A relação dialética entre a necropolítica e as juventudes evidencia como as práticas de controle e extermínio têm impacto direto nas vidas dos jovens. De um lado, opera a necropolítica, um conceito desenvolvido por Achille Mbembe, que se refere à lógica de poder, que visa não apenas controlar a vida, mas também determinar quem tem o direito de viver e quem está destinado à morte, manifesta por meio de práticas de violência, repressão e exclusão. De outro lado, de acordo com Paulo Freire (1987), essas mesmas juventudes exercem uma resistência e uma reinvenção diante da necropolítica, demandando a construção de espaços de segurança, reconhecimento e valorização dos jovens como sujeitos capazes. Ou seja, a necropolítica opera como mecanismo de fragilização ao mesmo tempo que desperta para o desenvolvimento de competências adormecidas nesses jovens.

A ressignificação pessoal frente à pandemia é uma realidade pungente na vida da sociedade e auxilia a compreender os efeitos que o contexto de crise sanitária trouxeram às juventudes. Não trouxe apenas consequências negativas, como também abriu espaço para uma reflexão profunda sobre as prioridades, valores e propósitos de vida. Um contexto no qual as práticas sociais e educativas desempenharam um papel sumário quando ofereceram espaços de acolhimento e apoio às juventudes. Tais práticas visavam e visam fornecer a esses sujeitos ferramentas e estratégias de enfrentamento às situações impostas pelo contexto, capacitando-os a lidar com tais desafios, o que envolveu o desenvolvimento de habilidades socioemocionais, como a resiliência, o autoconhecimento, a gestão das emoções e a tomada de decisões conscientes, práticas pelas quais as juventudes foram incentivadas a buscar soluções criativas e adaptativas, promovendo a ressignificação pessoal e a construção de um novo significado para suas vidas.

Outro problema que não abordaremos aqui, mas que dialoga intimamente com a temática é o fato de a grande maioria dos jovens que, inclusive conviveram com os que participavam do CJ, não tiveram acesso a essas práticas sociais e educacionais desenvolvidas pelo programa deixando esses outros grupos ainda mais à margem no período. Esse fator e outros, como a desigualdade socioeconômica, o acesso limitado à tecnologia e a falta de recursos podem impedir que alguns jovens se beneficiem plenamente desses espaços de ressignificação pessoal. Portanto, é fundamental que políticas públicas e programas sociais garantam a expansão do acesso e a democratização dessas oportunidades, de

forma a alcançar todas as juventudes, especialmente aquelas em situação de vulnerabilidade. Não se pode consignar a ressignificação pessoal apenas como uma resposta individual à pandemia, mas também como uma oportunidade para questionar e transformar as estruturas sociais e sistemas injustos que receberam a crise sanitária, o que exige a criação de espaços de acolhimento e reflexão por meio das práticas sociais e educativas para todos e todas.

Considero elementar a discussão da questão de gênero e sexualidade nas experiências das juventudes, discussão e abordagem que, nas práticas sociais e educativas, auxilia na promoção de espaços inclusivos, de respeito à diversidade e de combate à discriminação. A atenção a essas questões contribui para a construção de uma sociedade mais igualitária e para o empoderamento das juventudes LGBTQ+, pois fornecem oportunidades de reflexões críticas sobre as questões de gênero, como desigualdade, a violência baseada no gênero, além de promover a igualdade de direitos e a valorização das diversas formas de expressão e identidade de gênero. Cabe, nessas abordagens, destacar que a discussão de questões de gênero e sexualidade não se restringem tão somente a juventudes LGBTQ+, mas também é relevante para a sociedade como um todo, e independe da orientação sexual ou identidade de gênero dos interlocutores, pois, ao ampliar a compreensão sobre a diversidade humana, as práticas sociais e educativas promovem o respeito mútuo, a tolerância e a aceitação, fatores necessários para a construção de uma sociedade mais inclusiva e igualitária.

Pierre Bourdieu (1983) argumenta que as violências testemunhadas são formas sutis de dominação social que ocorrem por meio de processos de legitimação e reprodução de desigualdades. Essas violências têm como objetivo importar e naturalizar determinadas preferências, estereótipos e normas culturais, afetando a identidade das juventudes de forma significativa.

No contexto das juventudes das periferias, percebo essas violências sendo presenciadas pelas juventudes em diversas esferas da vida social, na família, na escola, nos meios de comunicação e em sua própria convivência entre os pares. Tais fenômenos se manifestam por meio de discursos, valores e práticas que desvalorizam e marginalizam certos grupos de jovens, reforçando estigmas e restringindo suas oportunidades de participação e reconhecimento. Como aborda esta tese, há exemplo disso na reprodução de estereótipos de gênero, nos quais os jovens são presos a expectativas restritivas e discriminatórias em relação ao seu

papel na sociedade, o que pode ter repercussões negativas na construção de sua identidade, limitando aspirações, autonomia e liberdade de expressão. Ainda existe a reprodução de estigmas e preconceitos relacionados a raça, etnia, classe social e orientação sexual, em que as juventudes pertencentes a grupos marginalizados são alvos de exclusão e tratamento desigual, o que afeta sua autoimagem, sua inserção na sociedade e suas perspectivas de futuro.

Ou seja, além das violências físicas e psicológicas, as juventudes também enfrentam a violência simbólica, que se manifesta por meio de estereótipos, preconceitos e padrões opressivos, o que, fatalmente, na maioria das vezes, afetará a construção de sua identidade, prejudicando sua autoestima, seu senso de pertencimento e suas oportunidades de desenvolvimento pleno. Com vistas a enfrentar tal desafio, as práticas sociais e educativas precisam atuar estrategicamente enquanto mecanismos de desconstrução da violência simbólica, promovendo a valorização das diversas identidades juvenis, bem como a educação coletiva para lidar com tais elementos.

Para pensar a cultura, é preciso tomá-la a partir de uma compreensão em seu sentido amplo, que abrange as manifestações artísticas, os costumes, as tradições, as crenças e os valores de um grupo social e, assim, torna-se uma parte da identidade dos sujeitos, fornecendo ferramentas que favorecem sua compreensão de mundo e seu posicionamento diante dele. Ao superar as experiências e vivências dos jovens, a cultura fortalece sua autoestima, seu pertencimento e seu senso de identidade. As expressões possibilitam a liberdade de criação, a manifestação de sentimentos e pensamentos, e a ampliação da visão de mundo. A música, o teatro, o cinema, a dança, a poesia, entre outras formas de expressão, promovem o encontro das juventudes com seu espaço de confiança interno, que se conecta com o externo.

A experiência tem mostrado que as expressões artístico-culturais se constituem em determinantes estratégias pedagógicas que articulam conhecimento e diferentes linguagens, proporcionando, aos educandos, que podem ser crianças, adolescentes ou jovens, oportunidades de desenvolver suas habilidades, explorar suas potencialidades e ampliar seus horizontes. Tais abordagens reúnem ludicidade, conhecimentos, participação ativa, criatividade, responsabilidade, consciência crítica e estimulam o trabalho em equipe e a vivência fraterna e solidária. Além disso, as práticas culturais e artísticas promovem o resgate e a valorização das identidades

locais e das culturas populares, fortalecendo a resistência contra a homogeneização cultural e o apagamento das diversidades. Por meio do reconhecimento e da valorização das suas raízes culturais, por meio das expressões das culturas, ocorre o fortalecimento da autoestima, o sentimento de pertencimento e o reforço do senso de identidade.

A cultura e a expressão artística tomadas pelo viés de uma compreensão ampla têm um potencial transformador na vida das juventudes. Elas funcionam como formas de resistência, empoderamento e expressão de suas vivências e lutas. As práticas sociais e educativas que valorizam e promovem a cultura e a expressão artística podem contribuir para fortalecer as identidades juvenis, ampliar suas possibilidades de participação social e fomentar a criatividade e o protagonismo dos jovens.

4.7 A TEIMOSIA/RESISTÊNCIA DAS JUVENTUDES DIANTE DAS ADVERSIDADES

Tanto teimosia quanto resistência tratam da ideia de persistência, e a associação entre ambas pode se dar tanto no sentido conceitual quanto no uso cotidiano da língua. Quanto à sua etimologia, a palavra teimosia deriva do latim "tēstum" ou "tēstus", que significa "inflexível" ou "persistente". Assim, "teimosia" serve para descrever a característica de alguém que é obstinado, que se mantém firme em suas convicções ou ações, mesmo diante de obstáculos ou oposições. Já a expressão "resistência", também de origem no latim "resistentia", derivada do verbo "resistere", significa "ficar de pé contra", "opor-se" ou "defender-se", remete à ideia de se manter firme, enfrentar as adversidades, opor-se a algo ou defender-se diante de uma força ou pressão contrária.

Diante disso, relaciono os termos teimosia e resistência a partir de Paulo Freire, que destaca a importância da teimosia como uma qualidade necessária para a superação de desafios e a busca por transformação social. Freire (1970) ressalta que a teimosia se manifesta no processo de conscientização e na capacidade de questionar as estruturas injustas da sociedade, o que corresponde à realidade dos jovens do CJ. Para mim e para autores como Freire, teimosia é, portanto, entendida como persistência diante de obstáculos e adversidades, pode ser relacionada à

resistência como uma forma de enfrentamento e oposição a estruturas de poder e opressão.

Para as juventudes periférica,s sua sobrevivência já é uma atitude de teimosia que as impulsiona, primeiro, a viver e, em seguida, a persistir na busca por seus direitos, na reivindicação por igualdade e na resistência aos discursos e práticas que os oprimem e os tentam apagar em sua existência. As juventudes demonstram uma capacidade única de teimosia, resistindo e reinventando-se em contextos desafiadores. Esse seu recurso próprio e valioso pode ser potencializado por políticas e práticas que objetivem reconhecer e valorizar sua capacidade de resiliência e determinação, bem como oferecer apoio, oportunidades e espaços de participação, cidadania, protagonismo, amorosidade, vínculos e liberdade.

Com base nas temáticas emergentes e nas considerações acerca delas, bem como a partir de minhas próprias inferências, senti a necessidade de construir um mapa que desse uma compreensão mais apurada do quanto os “achados” até aqui auxilia a responder aos objetivos de pesquisa. Para tanto, realizo o esforço de matricular os objetivos da tese refletidos nas unidades de registros, em algumas das considerações e inferências mais representativas, conforme o Quadro 10 a seguir:

Quadro 10 - Objetivos do estudo, considerações e inferências

Objetivo	Temáticas emergentes	Considerações	inferência
Objetivo 1: Compreender o sujeito em sua historicidade e totalidade	17. Reflexões sobre a pandemia e a ressignificação pessoal; 28. Pressão social e possibilidade de entrar em depressão; 81. Experiências pessoais de julgamento e descaso que fortaleceram a identidade; 82. A juventude como sinônimo de esperança, força e oportunidade.	Ao compreender o sujeito em sua historicidade e totalidade, procuro compreender como as juventudes enfrentam e se reinventam diante dos desafios, como é o caso da ressignificação pessoal em resposta à pandemia	A ressignificação pessoal frente à pandemia – é um fato que dá a dimensão da capacidade das juventudes em produzir formas inovadoras e múltiplas de resistir aos processos de descartabilidade e ainda utilizá-los como meio para a descoberta de fatores essenciais para o seu desenvolvimento humano e social.

<p>Objetivo 2:</p> <p>Compreender a relação dialética entre a necropolítica e as juventudes, destacando tanto as formas de opressão quanto de resistência e reinvenção; sua teimosia.</p>	<p>53. Violências vivenciadas pelas juventudes e importância do diálogo identitário;</p> <p>56. Descaso em relação às juventudes brasileiras, especialmente em contextos raciais;</p> <p>61. Percepção inicial confusa do CJ e entendimento posterior de seu propósito;</p> <p>67. Satisfação em ver os jovens alcançando objetivos e a importância de referências negras no CJ</p>	<p>A teimosia das juventudes diante das adversidades é um exemplo de resistência e reinvenção que se manifesta no contexto da relação dialética entre a necropolítica e as juventudes. Essa teimosia representa uma forma de resistência frente às formas de opressão presentes em suas realidades.</p>	<p>A resistência manifestada pelos jovens diante de situações adversas pode ser compreendida como um mecanismo de enfrentamento e superação, que adquire uma conotação de teimosia em sua linguagem e prática. Dentro de suas vivências, certas atitudes e reações são interpretadas como uma resposta moral e disciplinar, uma vez que não há justificativa para a imposição de pressões, violências e negligências sobre esses jovens. É comumente atribuído o rótulo de "teimoso" ou "teimosia" quando assumem essa postura resiliente diante de tais circunstâncias.</p>
<p>Objetivo 3:</p> <p>Analisar como as práticas sociais e educativas podem funcionar como recursos elementares de apoio para que essas formas de existir das juventudes se consolidem.</p>	<p>10. Necessidade de garantir oportunidades igualitárias para todos os jovens;</p> <p>36. Sentimento de segurança no CJ;</p> <p>41. Importância de aprender sobre política e educação financeira;</p> <p>63. Nostalgia e afeto presentes nos serviços de convivência do CJ.</p>	<p>As práticas sociais e educativas que valorizam a cultura e a expressão artística podem funcionar como recursos elementares de apoio para fortalecer as formas de existir das juventudes, proporcionando espaços de resistência, empoderamento e expressão de suas vivências e lutas.</p>	<p>O papel da cultura e da expressão artística na resistência das juventudes é um aspecto primordial a ser considerado. A linguagem considerada "universal" presente na música, na dança, no <i>slan</i>, no "passinho", no <i>hap</i>, no desenho do grafite e nas manifestações culturais eruditas ou populares tem o poder de transformar os espaços educativos em ambientes democráticos e participativos, de livre expressão, que possuem espaço para que elementos internos de cada sujeito, sejam postos de forma natural para</p>

			<p>fora e encontrem eco nas expressões de outros jovens que vivem a mesma contingência. Ao vencer e incorporar a diversidade cultural, essas práticas artísticas fornecem oportunidades criativas em que a diferença entre os participantes é reconhecida e valorizada. Nesse contexto, é comum observar que diversos passivos individuais ou coletivos são superados ou minimizados.</p>
<p>Objetivo 4:</p> <p>Explorar a interseccionalidade presente na experiência das juventudes, considerando o impacto do racismo e de outras formas de preconceito em suas vidas.</p>	<p>28. Pressão social e possibilidade de entrar em depressão;</p> <p>46. Pressão e incerteza em relação ao futuro;</p> <p>57. Necessidade de financiamentos e políticas públicas consistentes para os jovens;</p> <p>79. Definição de violência e necessidade de combate desde a juventude.</p>	<p>A discussão de questões de gênero e sexualidade é fundamental para abordar a interseccionalidade presente na experiência das juventudes, considerando o impacto do racismo e de outras formas de preconceito. Essa discussão permite compreender e combater as opressões múltiplas que afetam jovens.</p>	<p>A exploração das interseccionalidades nas práticas educativas e sociais do Centro da Juventude possui significativa relevância pois reconhece os impactos que o racismo e outras formas de preconceito tem sobre a vida das juventudes. Abordando questões de gênero e sexualidade, a partir das experiências desses jovens se percebe que elas são marcadas por uma intersecção de identidades e opressões que se entrelaçam, ampliando o espectro das desigualdades enfrentadas por eles. Assim discutir a interseccionalidade proporciona um espaço para compreender e combater as múltiplas opressões a que estão expostos esses sujeitos e para tanto é necessário reconhecer que essas</p>

		<p>formas de identificação e marginalização são interligadas, o que requer uma análise crítica das estruturas sociais e um compromisso em confrontar as desigualdades sistêmicas.</p> <p>Ao propor essa abordagem o CJ reconhece que as juventudes vivenciam uma complexidade de identidades e experiências que são moldadas pela interação de fatores como raça, gênero, classe social, orientação sexual e outros marcadores sociais o que resulta no fortalecimento da compreensão das experiências e realidades vividas pelas juventudes, permitindo uma análise profunda das opressões e a criação de estratégias eficazes para enfrentá-las.</p> <p>Ao promover um ambiente de diálogo e reflexão crítica sobre as interseccionalidades, o CJ fortalece a capacidade dos jovens de se posicionarem de maneira crítica diante das estruturas de poder e desigualdade que tem, como uma de suas repostas a capacitação de jovens a que desenvolvam permanentemente sua consciência crítica e se engaje na transformação social e se comprometa com a coletividade.</p>
--	--	--

<p>Objetivo 5:</p> <p>Contribuir para a reflexão crítica sobre as possibilidades e limites da educação social e do serviço social como ferramentas de transformação social e emancipação das juventudes</p>	<p>34. Função e objetivos do Centro da Juventude;</p> <p>39. Espaço de segurança, amor e esperança;</p> <p>73. Desafios enfrentados durante a pandemia e a importância do estudo;</p> <p>93. Conhecimento prévio sobre os CJ's e oportunidade de trabalhar com jovens.</p>	<p>Ao refletir criticamente sobre as possibilidades e limites da educação social e do serviço social, é importante considerar as repercussões da violência simbólica na identidade das juventudes. A compreensão dessas repercussões contribui para a busca de estratégias que promovam a transformação social e a emancipação dos jovens.</p>	<p>A compreensão das repercussões da violência testemunhada na identidade das juventudes permite identificar as barreiras e obstáculos que limitam sua emancipação e seu pleno desenvolvimento, tal consciência crítica é apoiada a busca de estratégias e abordagens que promovam a transformação social e a emancipação das juventudes.</p> <p>Reconhecer o papel da violência observada na sociedade e suas consequências para a formação identitária desses sujeitos é papel do Centro da Juventude que direciona seus esforços para superar essa violência, proporcionando espaços de reflexão, diálogo e ação que contribuem para a transformação social.</p> <p>As práticas educativas e sociais adotadas pelo CJ demonstram um compromisso em abordar criticamente as estruturas de poder e opressão que vivenciaram os jovens, reconhecendo a importância de compreender e enfrentar a violência vivida como uma forma de promover a emancipação e o empoderamento das juventudes. A utilização de estratégias que visem à transformação social reflete a preocupação da</p>
---	--	--	---

		instituição em superar as barreiras e desafios impostos pela violência vivida, preparando às juventudes um ambiente adaptado para seu desenvolvimento integral e ativa a participação na sociedade
--	--	--

Fonte: Elaborado pelo autor.

As unidades de registro levantadas a partir do corpus textual permitem construir, por meio de repetidas leituras, tanto a tematização quanto a categorização do material de análise. Assim, podem ser constituída as categorias iniciais de acordo com a Análise de Conteúdo de Bardin, conforme demonstrado no Quadro 11 a seguir:

Quadro 11 - Unidades de Registro - Análise de Conteúdo

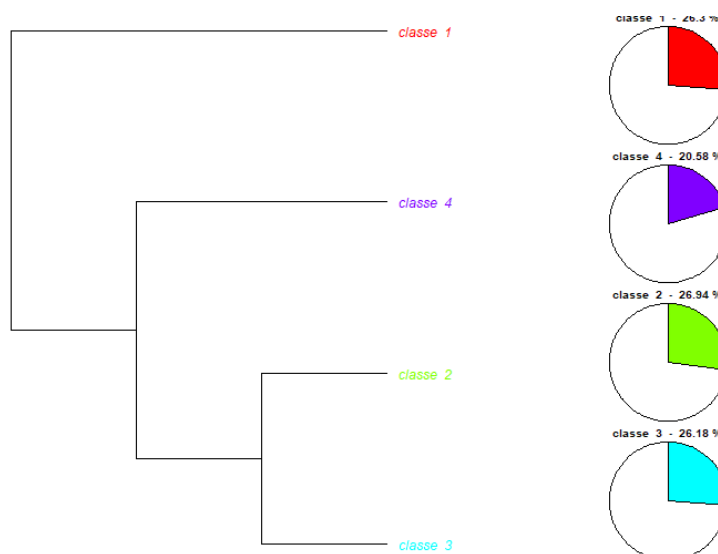
Nº	Unidades de Registro a partir do corpus
1	CJ como espaço de desenvolvimento Humano
2	CJ como Espaço de Proteção
3	Lugar de oportunidades para as juventudes
4	Efetivação de Políticas Públicas
5	Promoção de Aprendizado
6	Edificação de Projeto de Vida
7	Lugar de Realização e felicidade
8	Espaço de relação
9	Escola está associa ao mundo adulto
10	Vê o jovem como uma não pessoa
11	Escola não capacita os jovens
12	Jovem sem espaço
13	Preconceito
14	Jovem não consegue se expressar
15	É um espaço onde aparecem as dificuldades
16	Não é pensado para os jovens
17	Espaço para expressão
18	Desejado pelos/as jovens
19	Existem pessoas identificadas com os jovens
20	É onde se pode existir

21	É um lugar onde há escuta e crítica
22	Possibilidade de ingresso no mundo do trabalho
23	Há poesia
24	Espaço de mostrar potencialidade
25	Reconhecer e expressar a negritude
26	Pandemia sentimento de insegurança
27	Casa como lugar ambivalente
28	Sensação de medo durante a pandemia
29	Medo ao andar por espaços públicos
30	Momentos de repensar a vida
31	Precarização dos estudos
32	Impacto na vida atual e adulta

Fonte: Elaborado pelo autor.

Assim, realizei o levantamento de 143 temas emergentes, que foram agrupados em 10 grupos. A partir do *corpus*, foram destacadas 32 unidades de registro, que serviram para determinar as categoriais iniciais, intermediárias e finais. O *Iramuteq* auxilia a ilustrar este trabalho realizado com o *corpus*, por meio das análises de ocorrência, similaridade, significância e semânticas que realiza no material a partir dos segmentos textuais, que o *software* disponibiliza tanto no formato de planilhas quanto em gráficos, como o Gráfico 9, abaixo:

Gráfico 9 - Dendrogramme CHD1



Fonte: Iramuteq.

Com base nos nas unidades de registros obtidas através do corpus textual, conforme quadro anterior, do dendrograma que subdivide o corpus em classes, por meio do qui-quadrado, surge a categoria inicial que, à luz da bibliografia adotada, minha expertise na área social e da educação e as experiências dos trabalhos e vivências dos jovens pesquisados, geram as categorias intermediárias descritas no Quadro 12.

Quadro 12 - Categorias intermediárias

Categorias intermediárias	
Categorias iniciais	Conceito Norteador
1.1 Acessibilidade e inclusão	O Centro da Juventude possui um projeto pedagógico que visa o desenvolvimento integral das juventudes pela geração de oportunidades de direitos, conforme estabelece a legislação vigente e atinente às juventudes. Em seu cotidiano desenvolve uma pedagogia centrada na potencialização das juventudes e no reconhecimento irrestrito de suas histórias, valores, necessidades, desejos e expectativas. É um lugar de convivência, de formação, de vivência dos direitos humanos, de sociabilidade, de encontro de educação e formação.
1.2 Reconhecimento das diferenças individuais	
1.2 Promoção da igualdade de oportunidades	
1.3 espaço de desenvolvimento Humano	
1.4 Efetivação de Políticas Públicas	
1.5 Promoção de Aprendizado	
1.6 Edificação de Projeto de Vida	
1.7 Lugar de Realização e felicidade	
1.8 Espaço de relação	
1.9 Cursos e capacitação	
1.10 Oficinas e workshops	
1.11 Orientação profissional	
2.1 Escola se associa ao mundo adulto	A escola compõe o sistema capitalista dependente que tem em suas raízes os valores liberais que, em sua maioria, reproduzem os valores da classe dominante. Em regra, desenvolvem propostas pedagógicas acríicas e apolíticas, que não estão comprometidas, nem com o desenvolvimento dos sujeitos, nem com a transformação social. Reprisam os interesses do adulto dominante e não alcançam os interesses de esmagadora parte da população. Os dados de evasão escolar e fracasso são alarmantes e denotam uma falta de compro-
2.2 Não reconhecer algumas juventudes enquanto "pessoa"	
2.3 Escola não qualifica ne capacita as juventudes	

2.4 Não há espaço para as juventudes na escola	misso com a qualidade no ensino público no país. Estes aspectos não precisam ser demonstrados, visto que figuram diariamente, nos meios de comunicação, tanto os comprometidos com a superação deste caos, quanto aqueles que se regozijam com isso.
2.5 Preconceito	
2.6 Jovem não consegue se expressar	
2.7 Espaço onde aparecem as dificuldades	
2.8 Não é lugar pensado para as juventudes	
3.1 Sentimento de pertencimento e identidade	Cotidianamente os jovens dispõem de espaço para o exercício pleno de sua juventude. Há um primeiro contato dos jovens com o CJ, que se chama elaboração do PIR, no qual os/as jovens são convidados a pensar em suas ações dentro do CJ, ou seja, a programação que vão se envolver num determinado tempo, que chamam de percurso, este é revisitado sistematicamente pelo jovem com o auxílio de um profissional que tem a função de acompanhar o desenvolvimento do jovem. Além disso, semanalmente, são abertas diferentes atividades, nas quais os jovens podem participar, desde que haja vaga, seja do perfil do jovem e que esteja de acordo com seu “Corre”. Outra ação importante é a chamada JM – Jovens multiplicadores – estes são os representantes dos jovens que vão a diferentes espaços como escolas, universidades, espaços comunitários, tribunas, entre outros, debater pautas de interesse das juventudes.
3.2 Espaço de expressão e autenticidade	
3.3 Envolvimento com a comunidade	
3.4 Desejado pelos/as jovens	
3.5 Existem pessoas identificadas com os jovens	
3.6 Onde se pode existir	
3.7 há escuta e crítica	
3.8 Possibilidade de ingresso no mundo do trabalho	
3.9 Há poesia	
3.10 Oportunidade de mostrar potencialidade	

Fonte: Autor, 2022.

Por intermédio das categorias intermediárias, posso verificar que, em relação ao CJ, há dois espectros que guardam suas caracterizações, pois estão presentes em duas classes no corpus minerado e aparecem em duas categorias intermediárias, também porque esta classe está em oposição à escola e ao processo da pandemia. A partir dessas reflexões, e com base nos conceitos norteadores, tomados a partir da leitura flutuante dos materiais coletados, bem como de outros materiais reunido à análise, posso inferir que, a partir das categorias intermediárias, são quatro as categorias finais encontradas: Práticas sociais e Educativas, Resistência, Emancipação e Necropolítica. Conforme demonstra o Quadro 13:

Quadro 13 - Categorias finais

Categorias finais		
Categorias intermediárias	Conceito Norteador	Categoria finais
1. Acessibilidade e Inclusão	Centros de Juventudes são espaços pedagógicos de práticas sociais e educativas que estão em consonância com as necessidades das juventudes e contemplam seus desejos e identidades.	Promoção da Acessibilidade, Inclusão e Desenvolvimento das Juventudes
2. Reconhecimento das Diferenças Individuais		
3. Promoção da Igualdade de Oportunidades		
4. Desenvolvimento Humano e Realização		
5. Relações e Interações		
6. Capacitação e Desenvolvimento de Habilidades		
7. Oficinas e Workshops		
8. Orientação Profissional		
1. Representação da Escola e dos Jovens:	A Escola constitui-se num espaço desafiador para a sociedade e para as juventudes empobrecidas e vulnerabilizadas. Os/as jovens compreendem que este deve ser o espaço ocupado por eles para que possam desenvolver suas competências, mas compreendem que precisam lutar pela transformação deste espaço social	Resistência das Juventudes frente aos Desafios e Obstáculos na Escola
2. Desvalorização e Exclusão das Juventudes:		
3. Limitações na Expressão e Qualificação:		
4. Dificuldades e Obstáculos na Escola:		
1. Sentimento de Pertencimento e Identidade	O PIR e outras práticas desenvolvidas têm nas juventudes seu principal objeto de desenvolvimento humano e social e investem em pedagógicas e práticas que promovam com os jovens processos emancipatórios, autônomos e realizadores.	Promoção do Pertencimento, Autonomia, Expressão e Participação das Juventudes – Processos Emancipatórios
2. Espaço de Expressão e Autenticidade		
3. Envolvimento com a Comunidade		
4. Desejado pelos/as Jovens		
5. Identificação com Pessoas		
6. Escuta e Crítica		
7. Valorização da Arte e Poesia		
8. Oportunidade de Mostrar Potencialidade		
9. Reconhecimento e Expressão da Negritude		
1. Sentimento de Insegurança durante a Pandemia	O medo, a insegurança, as incertezas, as carências que já são uma constante nas	Impactos Psicossociais na Pandemia – Necropolítica e seus efeitos

2. Ambivalência do Lar como Local Seguro e Inseguro	vidas dos jovens de periferia. O medo da morte a cada esquina ou mesmo por uma bala perdida são relatos diários dos jovens nos espaços educativos do CJ. O que a pandemia fez e faz e aprofundar ainda mais estes vetores que tornam a possibilidade da morte uma realidade com a qual as juventudes precisam lidar em seu cotidiano, evidenciando que, de maneira objetiva ou simbólica, suas vidas são superfluas e descartáveis.	
3. Sensação de Medo e Receio em Espaços Públicos		
4. Reflexão sobre a Vida em Momentos de Crise		
5. Impacto na Vida Atual e Adulta		
6. Desafios e Superações Impostos pela Pandemia		
7. Necessidade de Vivências Artísticas e Culturais		
8. Mudança nas Relações		

Fonte: Elaborado pelo autor.

A partir, então, do elenco das categorias finais, tenho em mãos a matéria-prima que me auxiliará nessa jornada acadêmica em busca de responder a algumas indagações que resultam de minhas inquietações, tanto como cidadão, ator social, professor, entusiasta da juventude, quanto trabalhador da área social e pesquisador, que busca compreender como as juventudes (sobre)vivem ao processo da descartabilidade de vidas humanas, ao qual foram expostos pela pandemia, no contexto de necropolítica em curso. A seguir, o percurso analítico está sintetizado no Quadro 14.

Quadro 14 - Resumo do percurso analítico

Categorias Geradas a partir do Corpus			
Classe 1	Classe 2	Classe 3	Classe 4
CJ como espaço de proteção, desenvolvimento e oportunidades de juventudes	Escola – juventude indesejada (visão do adulto)	CJ – Acolhimento de Expressão	Pandemia inseguranças juvenis – medo
Categoria 1	Categoria 2	Categoria 3	Categoria 4
Promoção da Acessibi-	Resistência das Juven-	Promoção do Per-	Impactos Psicossociais

lidade, Inclusão e Desenvolvimento das Juventudes e as Práticas sociais e Educativas	tudes frente aos Desafios e Obstáculos na Escola	tencimento, Autonomia, Expressão e Participação das Juventudes – Processos Emancipatórios	na Pandemia – Necropolítica e seus efeitos
Expressões Representativas	Expressões Representativas	Expressões Representativas	Expressões Representativas
juventude	escola	aqui	sentir
espaço	adulto	dizer	casa
profissional	pensar	quando	seguro
social	mesmo	legal	pandemia
desenvolvimento	vista	vir	medo
desenvolver	certo	gente	insegurança
projeto	achar	ser	segurança
relação	como	querer	sensação
político	jovem	perguntar	lugar
CJ	pessoa	conseguir	ônibus
aprendizado	não	exemplo	repensar
centro	questão	falar	manter
oportunidade	ensino	poesia	inseguro
		sora	
Hierarquização das expressões representativas conforme χ^2 , fornecido pelo Iramuteq, como já demonstrado nos quadros anteriores			

Fonte: Elaborado pelo autor.

As expressões²⁰ (vozes) representativas das juventudes e trabalhadores que revelam as categorias encontradas estão organizadas nos Quadros 15 a 18.

²⁰ Para o reconhecimento das vozes apresento: A letra “E.” é utilizada para indicar “Entrevistado (a) Jovem”, conforme segue: E. Rosa Luxemburgo, E. Alan Turing, E. Claudia Jones, E. Oliver Moris, E. Rita von Hunt, E. Antônio Gramsci, E. Che Guevara, E. Sylvia Rivera, E. Hegel. Os(as) trabalhadores(as) entrevistados(as) seguem nominados Grupo focal, Rosa Luxemburgo, Audrey Lorde, Claudia Jones, Rita von Hunt, Che Guevara, Marx, Antônio Gramsci

Quadro 15 - Categoria 1 - Promoção da Acessibilidade, Inclusão e Desenvolvimento das Juventudes

Rosa Luxemburgo	"O CJ, para mim, é um espaço onde os jovens buscam oportunidade de aprendizado, valorização, acolhimento, reconhecimento, prevenção e redução das violências da juventude por estarem em um espaço de proteção."
Rosa Luxemburgo	"A diversidade de jovens e as diversas necessidades que eles trazem até a instituição, bem como a forma do acolhimento desde que eles fazem a inscrição até chegar nas atividades e oficinas que são realizadas para a formação e o desenvolvimento destes sujeitos."
Rosa Luxemburgo	"Os jovens da periferia são vistos com discriminação e com desigualdade social, racial e financeira. No CJ, isso é visto como forma de oportunidade e de direito onde o jovem tem uma formação e informação que o ajude em seu pleno desenvolvimento, compreendendo este jovem como um sujeito capaz de igualdade social em uma sociedade que sempre o discrimina."
Rosa Luxemburgo	"Porque a sociedade ainda vive um preconceito, é um desrespeito descabido pelos jovens das periferias não acreditando e não valorizando seu potencial e sua vida como um todo e não reconhecendo que este jovem é um sujeito que tem direito por direito e valores que devem ser respeitados."
Audre Lorde	"Na minha concepção, o CJ hoje é um dos únicos, se não for o único espaço para as juventudes que proporciona o mínimo de proteção social e convivência de jovens de forma saudável e segura."
Audre Lorde	"Busca ser um espaço de acolhida das diversidades, das diferenças entre os jovens, das sociais, familiares, de saúde entre outras."
Alan Turing	"O CJ é um espaço de liberdade e respeito, me sinto bem em vários espaços."
Alan Turing	"O CJ representa muito, pois tem várias atividades que agregam na juventude e todos os jovens."
Claudia Jones – Valéria	"O CJ é um espaço de cuidado, demonstração espontânea de afetos liberdade, respeito às individualidades e diferenças, energia pulsante, lugar fértil para as mais diversas expressões de artes, pensamentos, debates, além de um lugar para cultivar sonhos, sejam eles quais forem."
Claudia Jones – Valéria	"Os Centros de Juventudes são um mundo à parte no que tange a possibilidades e oportunidades para as juventudes atualmente."
Oliver Moris	"Representa um espaço de segurança, amor e esperança."

Oliver Moris	"Um lugar que podemos aprender, ensinar e expressar sem sermos julgados."
Rita von Hunty	"Acredito que existe bastante espaço de trabalho dentro desse espaço e essa gama de possibilidades e transformações me motivam a ficar nesse espaço e tentar construir novas possibilidades e pontes de acesso a outros espaços."
Rita von Hunty	"Vejo o CJ como uma ponte e não um muro."
Antônio Gramsci	"O CJ é um lugar onde os jovens podem ser o que querem."
Antônio Gramsci	"É um lugar de proteção, acolhimento, sensibilidades e que respeita a particularidade que cada um tem."
Antônio Gramsci	"Restaurar vidas com intenção de dar uma oportunidade de direitos para as crianças, de oportunizar que elas tenham acesso à cultura, educação, tecnologia e alimentação balanceada e equilibrada."
Che Guevara	"Hoje quero estar aqui no CJ, eu me sinto pertencente, como não me senti em outro local assim."
Che Guevara	"O CJ faz parte da Lomba. É a Lomba do Pinheiro. Hoje o CJ é a Lomba do Pinheiro."
Che Guevara	"O CJ é só um grãozinho de areia na vida deles, desse mundão que tem pra conquistar. Mas o CJ é a porta de entrada."
Sylvia Rivera	"O CJ foi um espaço que me acolheu muito bem."
Sylvia Rivera	"CJ é um lugar de oportunidade e acolhimento."
Sylvia Rivera	"O CJ oferece muitas oportunidades."
Hegel	"O CJ para mim é um lugar de conforto onde sinto que eu tenho a minha verdade."
Hegel	"Penso que é um lugar de educação, de aceitação do jovem, não tem um padrão de jovem. O jovem que está no CJ vai ser ele."
Hegel	"O CJ para mim é um lugar de conforto onde sinto que eu tenho a minha verdade."
Hegel	"Penso que é lugar de educação, de aceitação do jovem, não tem um padrão de jovem. O jovem que está no CJ vai ser ele."
Grupo	"O foco são as práticas inclusivas. A gente consegue incluir todos estes jovens dentro do espaço."
Grupo	"São práticas de socialização, também. A gente consegue socializar entre nós, educadores e profissionais com a juventude."
Grupo	"Eles estando neste espaço eles estão num espaço de proteção, eles se sentem protegidos aqui."
Grupo	"A falta de acesso às políticas públicas ao seu redor."

Grupo	"No CJ eles têm este espaço. De conversar. Eles falam."
Grupo	"que nem o Sor fala, essa forma de respeito, é tão bacana, quando tem um grupo e eles conseguem se respeitar, escutar uns aos outros muitas vezes."
Grupo	"Quando a gente explica o que é o CJ, alguns encaminhamentos. Alguns brilhavam os olhos, outros perguntavam, eu não preciso trocar, não é?"
Grupo	"Lembra como o fulano era, olha a manicure que a jovem fazia. Aí as gurias veem que podem fazer outras coisas."
Grupo	"Hoje, o viés da política social, não contempla a juventude."
Simón	"O jeito ao qual vocês me acolheram. Jeito que a equipe colabora para ajudar, oferecendo oportunidades. Como poder ser quem eu sou aqui dentro. Com respeito. Isso me faz ficar muito segura aqui dentro como em minha casa."
Simón	"Não sei se consigo explicar muito bem. Entendo que pra nós, membros da equipe, é uma porta de entrada para um futuro melhor."
Simón	"Aqui, no CJ, me proporcionam muito as coisas de bem, ao meu ver, são muito úteis. E penso que esta aprendizagem seja enriquecedora, os jovens que estão de fora deste espaço não têm."
Lélia Gonzalez	"O CJ representa muito, pois tem várias atividades que agregam na juventude e todos os jovens."
Lélia Gonzalez	"A equipe que é maravilhosa e os amigos que eu fiz, tudo é ótimo. Me sinto bem no CJ. Me sinto segura."

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro 16 - Categoria 2 - Resistência das Juventudes frente aos Desafios e Obstáculos na Escola

Rosa Luxemburgo	"Há uma grande diferença entre jovens com condições de vida financeira mais alta do que o jovem que mora na periferia."
Rosa Luxemburgo	"Existem alguns atos de violências que se iniciam pelos jovens, que geralmente se envolvem com o tráfico, alcoolismo e drogadição, que se envolvem em situações de desequilíbrio em que não conseguem sair desta lacuna da violência."
Rosa Luxemburgo	"Os jovens que de alguma forma se encaixam em suas realidades e que cada vez mais aceitam e se aceitam em suas diversidades."

Rosa Luxemburgo	"Para os nossos jovens, o mais difícil é dar continuidade, às vezes, em seus estudos, sonhos, por falta de oportunidade e da sua própria história familiar em que não conseguem se estruturar."
Audre Lorde	"Os jovens são vistos como potenciais perigos para a sociedade e para a destruição do projeto societário vigente. São jovens frutos de famílias desestruturadas, criminosos, perigosos, sem chance, sem oportunidade e com destino quase certo: a morte, a prisão ou em lugares e espaços de subalternização."
Audre Lorde	"Penso que as juventudes, por vezes, podem estar inseridas em contexto que possibilitem que elas reproduzam situações de violência."
Alan Turing	"A juventude de hoje em dia não tem mais harmonia e respeito."
Alan Turing	"Porque a escola é muito genérica, o professor está lá por obrigação, pelo querido GOVERNO, nem são vistos."
Claudia Jones	"A sociedade não tem o mínimo interesse que estas juventudes almejem espaços diferentes do que a sociedade para elas reservou."
Claudia Jones	"Quando deslocamos esta visão mais especificamente para as juventudes, aí sim a situação se agrava, pois é somado a todo este desprezo que a sociedade sente pela periferia o descrédito que ela também fomenta com relação às juventudes como um todo."
Oliver Moris	"Vejo que uma coisa importante a se pensar é o quanto nos é impedido de aprender sobre política, educação financeira, entre outras coisas necessárias por acharem que somos crianças demais, mas quando crescemos são totalmente necessários e ao mesmo tempo são cobrados de nós."
Rita von Hunty	"Vejo em meus pares bastante dedicação e comprometimento com a transformação e a execução dos planos de aula."
Antônio Gramsci	"Não vejo oportunidade de ter acesso ao conhecimento real."
Antônio Gramsci	"A ocupação nas escolas pelo Grêmio estudantil torna as escolas vivas e os alunos sentem pertencente ou local."
Antônio Gramsci	"Acredito que as escolas não fazem mais este tipo de movimento."
Che Guevara	"A escola não dá conta infelizmente. Não faz uma busca ativa."
Che Guevara	"A escola ficou defasada por isso, os amigos têm suas visões sobre outros jovens por questão do vínculo."
Che Guevara	"A violência só reflete no jovem quando ele tem uma referência. Muitas vezes este jovem só está fazendo o que ele viu."

Sylvia Rivera	"As escolas públicas não lutam pelos jovens."
Sylvia Rivera	"Tem professores que se esforçam além do normal para ajudar esses jovens."
Sylvia Rivera	"Vejo muitos jovens que simplesmente desistem por desacreditar do sistema."
Hegel	"A escola queria que cortasse o cabelo como o deles, de branco."
Hegel	"Quem é o jovem na escola? Os jovens não têm direito a palavras, só vale a palavra do professor, é a escola que estabelece o que é verdade."
Hegel	"A escola queria que cortasse o cabelo como o deles, de branco."
Hegel	"Na escola da comunidade tem mais diversidade, Só que ainda eu acho ainda que fica naquele padrão, mesmo sendo a comunidade, dependendo da escola."
Grupo Focal	"Durante a pandemia além do afastamento da escola os jovens enfrentaram o subemprego que aumentou muito."
Grupo Focal	"Os jovens têm vivido muito os processos de ansiedade, isolamento e depressão."
Grupo Focal	"A violência doméstica também aumentou; o pai que ficou sem emprego, bate na mãe que também sofre violência e está batendo no filho."
Grupo Focal	"Não é que você não tenha visto as automutilações antes, mas antes eles escondiam, agora ele vem te mostrar, estão precisando ser notados, pedido de socorro."
Grupo Focal	"E desde que eu faço acolhimento digo para os educadores que a gente tem que pensar no jovem que está aqui no CJ e qual é a sua realidade enquanto periferia."
Grupo Focal	"A escola colocou o jovem lá na sala de recursos; que não tem recursos."
Simón	"Tem muita gente que vem pra cá, para não ficar sozinho em casa, devido à pandemia, que deixou o mundo desestabilizado. Não podia abraçar, não podia haver encontros presenciais. Não podíamos fazer quase nada."
Simón	"Aqui, entendi que o objetivo maior é tirar pessoas da rua e ensinar outros caminhos para melhorar de vida. Principalmente os jovens. Dando a eles outras alternativas de futuro."
Lélia Gonzalez	"Porque a escola é muito genérica, o professor está lá por obrigação, pelo querido GOVERNO, nem são vistos."
Lélia Gonzalez	"Pela política, não estão nem aí para os jovens. CJ que se preocupa com os jovens, junto com a família, amigos, comunidade e etc."

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro 17 - Categoria 3 – Promoção do Pertencimento, Autonomia, Expressão e Participação das Juventudes – Processos Emancipatórios

Rosa Luxemburgo	"O Centro da Juventude é um espaço de convivência para jovens que oferece atividades para jovens da comunidade e arredores que passam a participar das oficinas de desenvolvimento pessoal e social, cultura, lazer, esporte, artes, embelezamento, customização, informática, entre outras oficinas."
Rosa Luxemburgo	"Quando penso em violência, é algo que me remete a comportamentos que provocam danos a outra pessoa, que pode aparecer de várias formas tanto verbal, física, quanto emocional, sendo ela demonstrada de várias maneiras."
Rosa Luxemburgo	"A força, a vontade, a curiosidade de aprender, jovens que sonham, as expectativas momentâneas, jovens que de alguma forma se encaixam nas suas realidades e que cada vez mais aceitam e se aceitam em suas diversidades."
Rosa Luxemburgo	"A juventude é o mais belo momento da vida. Em que se projetam muitos sonhos, é um momento de preparação, da inserção dos jovens nas diversas dimensões da vida social e profissional."
Audre Lorde	"Eu me sinto em casa no CJ. Eu entendo que o CJ e o trabalho com as juventudes são o meu chão. É o que eu gosto e acredito saber fazer."
Audre Lorde	"A singularidade de cada jovem. Porque isso dá sentido e vida no meu trabalho."
Audre Lorde	"Eu entendi que juventude não é uma coisa só, um conceito único, podem ser muitas coisas, muitos elementos."
Audre Lorde	"Entendo que jovens, se atribuiu este termo em relação à coletividade, quantidade, grupo. Já o termo juventudes, se refere às diversidades, quantidade de individualidades, subjetividades de cada jovem."
Alan Turing	"Tudo. A equipe que é maravilhosa e os amigos que eu fiz, tudo é ótimo."
Alan Turing	"Me sinto bem no CJ. Me sinto segura. A equipe e todos que frequentam o espaço."
Alan Turing	"Pelo CJ, eles são o futuro, são alguém. Porque nenhum deles se importam com a juventude, porque na escola, os jovens estudam para sair da escola direto para sistemas."
Claudia Jones – Valéria	"Ao meu ver, espaços como os Centros de Juventudes são um lugar onde as juventudes podem falar sobre tudo que consideram importantes para elas."
Claudia Jones – Valéria	"A troca de experiências, referências, conhecimento e informações é transversal em todas as atividades desenvolvidas no CJ."

Oliver Moris	"É uma grande oportunidade e de muita alegria ver que aos poucos os jovens, principalmente os periféricos, estão tendo aos poucos um lugar de fala."
Oliver Moris	"Acredito que graças ao Centro da Juventude eu tive a oportunidade de conversar sobre tudo um pouco."
Rita von Hunty	"É um espaço de possibilidades e potenciais, dentro dos centros de juventudes encontram-se muitas juventudes, dado essa diversidade, é um espaço de transformação e grande troca de conhecimentos."
Antônio Gramsci	"Vejo muito isso no primeiro dia de aula, o que mais acontece é a troca de olhar e a primeira reação é não se gostarem. Isso acontece por vários motivos simples, como por exemplo, não ter o mesmo gosto musical, gostar de um artista diferente ou não se vestem iguais."
Antônio Gramsci	"Vejo também, que existe um movimento de se acolherem em grupos, como por exemplo, tem o grupo que gosta de Anime, tem outro que é mais da bagunça e tem jovens que se identificam com o grupo dos mais quietos e centrados."
Che Guevara	"Quando cheguei aqui, o CJ estava um pouco confuso. [...] Foi uma forma de não deixar a juventude abandonar."
Che Guevara	"O CJ vê como um futuro. O CJ é a porta de entrada."
Che Guevara	"No CJ, conseguem visualizar um professor negro, uma coordenação negra. Parece pouco, mas para nós, não é assim."
Sylvia Rivera	"A troca de experiências e aprendizados com outras pessoas é o mais importante."
Sylvia Rivera	"Me sinto segura quando estou cercada de pessoas que estão unidas e acreditam em mim."
Sylvia Rivera	"Vejo o CJ como uma oportunidade para essas pessoas."
Hegel	"No CJ sei que as pessoas vão me entender, me compreender, tenho bem mais aceitação."
Hegel	"O CJ, é onde se acredita no jovem. Tanto que eles fazem atividades, dão cursos onde podemos mostrar as nossas capacidades."
Hegel	"No CJ sei que as pessoas vão me entender, me compreender, tenho bem mais aceitação."
Hegel	"Quanto à escola, eu tenho um exemplo da minha família. Ela é bem tranquila com isso de ser jovem. Eu tive uma criação muito boa, nunca passei dificuldade."
Grupo	"É desde da chegada deles ao CJ que é feita a construção do grupo."
Grupo	"No CJ a gente trabalha muito com o equilíbrio entre os cursos de qualificação e as oficinas para desenvolver a cidadania, ter lazer, curtir, fazer esporte."
Grupo	"O CJ é um espaço de respiro, importante e necessário para os jovens."

Grupo	"É importante ouvir e escutar os jovens."
Grupo	"É bem interessante isso, a gente faz um desenho, que não é visível para o jovem, mas sim para nós."
Grupo	"Mesmo que às vezes os jovens nos neguem quando vemos eles estão fugindo para ingressar numa oficina na qual não estão inscritos, isso é deflagra que mesmo quando não dizem que não querem eles desejam estar aqui no CJ; eles permanecem aqui."
Grupo	"Quando eles vêm com a família, por detrás do desejo da família, trazer eles para escrever, existe o desejo do trabalho, da subsistência."
Simón	"Este espaço me traz conforto, alegrias, paz e tranquilidade. No CPCA fico mais feliz e alegre, venho pra cá e encontro meus amigos."
Simón	"Tem muita gente que vem pra cá, para não ficar sozinho em casa, devido à pandemia, que deixou o mundo desestabilizado."
Simón	"Aqui, no CJ, me proporcionam muito as coisas de bem, ao meu ver, são muito úteis."
Lélia Gonzalez	"Porque nenhum deles se importam com a juventude, porque na escola, os jovens estudam para sair da escola direto para sistemas."
Lélia Gonzalez	"Me considero importante sim, porque, se o Everton não me chamasse para pesquisa, eu iria me auto convidar. Muito gratificante participar."

Fonte: Elaborado pelo autor.

Quadro 18 - Categoria 4 - 4. Impactos Psicossociais na Pandemia – Necropolítica e seus efeitos

Autor	Frase
Rosa Luxemburgo	"Na pandemia, apesar de ter que ficar em casa um bom tempo e não poder trabalhar com nossos jovens e crianças devido a este vírus, eu fiz do meu tempo um momento em que decidi retornar os estudos, antes disso eu li, fiz pesquisas, coloquei em minha rotina as caminhadas, cuidei da minha família, em alguns momentos participei como voluntária na entrega e montagem de cestas básicas para as pessoas da comunidade e famílias do CPCA, fiz parte de um grupo de mulheres, onde nos juntamos, fizemos sopão para as famílias mais próximas da comunidade em que moramos e que necessitavam de alimentação imediata."

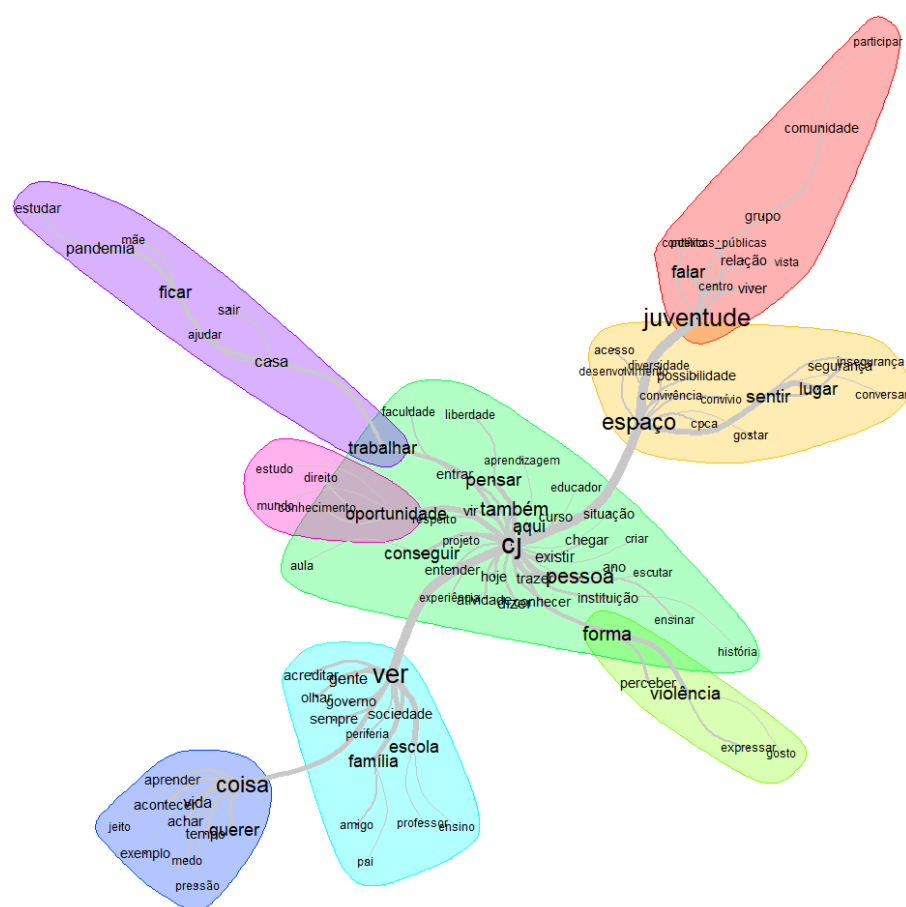
Rosa Luxemburgo	"Com certeza nunca mais seremos os mesmos. A cada tempo, estamos tendo que nos adequar às mudanças que são necessárias para a nossa própria sobrevivência."
Rosa Luxemburgo	"É esta mudança brusca que estamos tendo que enfrentar, e que todos precisaram se adequar, principalmente os jovens que estão com todos os sonhos e expectativas parados, ou sendo vistos, sendo movimentados lentamente."
Rosa Luxemburgo	"As políticas públicas para os jovens são norteadas por oportunidade e direitos, mas nem todos os jovens conseguem ter acesso aos direitos que são direcionados a eles, por inúmeras situações."
Audre Lorde	"Na pandemia trabalhei e fiquei em casa. Trabalhar foi importante durante a pandemia. Ficar em casa, ainda que tenha sido em alguns momentos bem angustiante, também foi importante."
Audre Lorde	"Do meu ponto de vista de pessoa adulta, tudo é muito incrível na juventude e no ser jovem. Mas penso que a intensidade das coisas e dos sentimentos é o mais incrível."
Audre Lorde	"O isolamento social é: não acesso a espaços que possibilitem proteção social e a convivência de jovens com outros jovens."
Audre Lorde	"Se percebe uma quase inexistência de políticas para as juventudes. Aliás, eu particularmente desconheço uma política específica para as juventudes."
Alan Turing	"Na pandemia fiquei em casa ajudando minha mãe, tive as aulas da faculdade e as aulas do JC online. Foi muito diferente, porque tive dificuldade com as aulas online."
Alan Turing	"Há violência principalmente quando são jovens de territórios diferentes, têm rivalidade desnecessária."
Alan Turing	"Porque os jovens são muitos impulsivos, fazem as coisas do momento, sem pensar nas consequências."
Claudia Jones – Valéria	"A pandemia trouxe a falta da convivência no espaço escolar, o aumento dos casos de afetação na saúde mental destes jovens, a restrição da necessidade de expressão."
Claudia Jones – Valéria	"As juventudes certamente sentiram uma falta enorme da vida social, festas e convívio com amigos."
Oliver Moris	"Eu acredito que o amanhã é o não saber o que fazer, que planejamento fazer e como seguir, essa pressão de não saber o que fazer da vida, se arruma um trabalho, se sim como durante uma pandemia, se não o sentimento de que está fazendo alguma coisa de errado."
Oliver Moris	"A pressão é o mais difícil e com ela acabamos gerando várias outras dificuldades, como a insegurança, ansiedade e depressão."

Rita von Hunty	"Estou reaprendendo a me relacionar com as pessoas a partir de uma nova lógica."
Rita von Hunty	"Essa situação não é nova no Brasil e durante a pandemia tem se agravado."
Rita von Hunty	"O cenário que enfrentamos hoje é de completo descaso quanto às juventudes brasileiras, principalmente em contexto racializado."
Antônio Gramsci	"Durante a pandemia trabalhei, nosso trabalho presencial não parou por aqui."
Antônio Gramsci	"Moro sozinho e para trabalhar home office de casa, tudo tinha que estar limpo e organizado perante o vídeo."
Antônio Gramsci	"Mais incrível de ser jovem é a coragem, não ter nenhum medo e nem limites para encarar as coisas."
Che Guevara	"Durante a pandemia, foi bem difícil pra mim. Porque fiquei quase 1 ano desempregado."
Che Guevara	"Eu me sinto um privilegiado por ter emprego, uma casa e por estar estudando."
Che Guevara	"Penso que, principalmente, estes jovens periféricos têm um abandono. Na aprendizagem, vejo muito isso."
Sylvia Rivera	"Fiquei com um pouco de dificuldade de falar e me relacionar com outras pessoas durante a pandemia."
Sylvia Rivera	"Na pandemia, estudava para entrar na faculdade e usei meu tempo para isso."
Sylvia Rivera	"É difícil arrumar emprego tendo ensino médio, e quem não tem o ensino médio, então é muito pior."
Hegel	"Ficava estressado na pandemia porque a comida estava faltando, faltava tudo na verdade."
Hegel	"Para mim, violência é quando não podemos nos expressar, quando alguém nos força a fazer alguma coisa que não queremos."
Hegel	"Durante a pandemia, eu estudava bastante, cuidava das minhas irmãs menores e também eu fazia atividades físicas."
Hegel	"Ficava estressado na pandemia porque a comida estava faltando, faltava tudo na verdade."
Grupo	"A pandemia se encontrou com o descaso e com a falta de atenção ao saneamento das necessidades básicas."
Grupo Focal	"A fragilidade é muito grande. Estou de barbada, sora, fala a jovem, eu consegui fazer o primeiro e o segundo ano escolar e agora estou no terceiro."
Grupo Focal	"Quando a gente explica o que é o CJ, alguns encaminhamentos. Alguns brilhavam os olhos, outros perguntavam, eu não preciso trocar, não é? Dá outro gás, mas o novo eu tenho que assumir outras coisas, ter uma outra postura."
Grupo Focal	"Hoje a gente tem um número tão significativo de jovens que tem um sofrimento psíquico desde leva a grave e que a vida toda fora excluída."

Grupo Focal	"A gente vê um jovem com a família e os SORES trazem uma visão de um jovem que é um jovem que está ali vivenciando com os seus pares vivendo com os SORES que, para mim, fazem a diferença."
-------------	--

Fonte: Elaborado pelo autor.

Figura 2 - Análise de Similitude



Fonte: Elaborado pelo autor com Iramuteq.

A partir desse trabalho de encontro entre a teoria, as minhas experiências, os documentos relativos aos atendimentos realizados no CJ e CPCA, com base também em diferentes percursos de profissionais e pessoas da comunidade, que devotam suas vidas ao trabalho de cuidado e desenvolvimento das juventudes e no encontro com as expressões desses sujeitos e trabalhadores, materializadas na

forma da transcrição de entrevistas, passo a fazer outras inferências que considero pertinentes ao trabalho de análise que ora realizo.

4.8 ANÁLISE E INFERÊNCIAS

A presente pesquisa, intitulada "Contradições do contexto necropolítico vivenciado pelas juventudes: Teimosia e reinvenção como forma de transformação social", busca realizar uma leitura crítica das vivências das juventudes no contexto contemporâneo da necropolítica. A necropolítica, entendida como uma forma de exercício do poder que promove a morte social e subjetiva desses sujeitos, revela-se como um sistema opressivo que impõe uma lógica de descartabilidade sobre as vidas jovens.

Nesse contexto, as categorias obtidas por meio da análise de conteúdo de Bardin (2015) - "Promoção da Acessibilidade, Inclusão e Desenvolvimento das Juventudes", "Resistência das Juventudes frente aos Desafios e Obstáculos na Escola", "Promoção do Pertencimento, Autonomia, Expressão e Participação das Juventudes – Processos Emancipatórios" e "Impactos Psicossociais na Pandemia – Necropolítica e seus efeitos" - surgem como elementos basilares para compreender e abordar as experiências vivenciadas pelas juventudes nesse contexto.

A categoria "Promoção da Acessibilidade, Inclusão e Desenvolvimento das Juventudes" destaca a importância de políticas públicas e ações que garantam a acessibilidade, a inclusão e o desenvolvimento integral das juventudes, visando a superação das desigualdades e a promoção de oportunidades igualitárias.

Já a categoria "Resistência das Juventudes frente aos Desafios e Obstáculos na Escola" enfoca as estratégias e resistências adotadas pelas juventudes para enfrentar e superar os desafios e obstáculos presentes no ambiente escolar, reforçando a sua capacidade de protagonismo na construção de suas identidades e histórias.

A categoria "Promoção do Pertencimento, Autonomia, Expressão e Participação das Juventudes – Processos Emancipatórios" destaca a importância de proporcionar às juventudes um ambiente que estimule o pertencimento, a autonomia, a expressão e a participação ativa, como meios de fortalecer sua autoestima, sua consciência crítica e sua capacidade de transformação social.

Por fim, a categoria "Impactos Psicossociais na Pandemia – Necropolítica e seus efeitos" destaca os efeitos da necropolítica sobre as juventudes periféricas, evidenciando os impactos psicossociais decorrentes desse contexto, como a precarização das condições de vida, o aumento das vulnerabilidades e a ampliação das desigualdades sociais.

A partir dessas categorias, a pesquisa visa realizar análises e inferências que contribuam para a compreensão aprofundada das vivências das juventudes, revelando as contradições entre a lógica opressiva da necropolítica e a resistência/teimosia desses sujeitos na construção de suas identidades, no protagonismo de suas histórias e na busca por alternativas transformadoras em suas (sobre)vivências.

O surgimento da categoria "Promoção da Acessibilidade, Inclusão e Desenvolvimento das Juventudes" é emergente e representativa das experiências das juventudes. A partir dela, compreendo como papel determinante deste estudo produzir uma análise crítica sobre as condições de vida dessas juventudes, a partir de um contexto necropolítico, o que envolve reconhecer e problematizar a existência de mecanismos de controle de poder que promovem sua morte individual, social, objetiva e subjetiva e reforçam a lógica de extermínio a qual estão assujeitados.

Para se produzir processos críticos, conscientes e, portanto, libertadores, é fundamental se reconhecer as forças que estão presentes no campo, com suas potencialidades e limitações, bem como identificar quais são os atores/atrizes que participam dos contextos e se colocam em prontidão para alcançar processos de emancipação. Assim, é possível construir ações, estratégias e processos que sejam capazes de produzir desejo e desenvolvimento para as juventudes. É essencial considerar que a promoção da acessibilidade, inclusão e desenvolvimento das juventudes se constitui como elemento fundamental para a superação das contradições vividas pelas juventudes, sendo assim, devem estar no foco principal de toda a política ou iniciativa que visa desenvolver jovens.

Por meio de um diálogo teórico, creio que possa embasar a compreensão das necessidades específicas das juventudes e a importância de garantir sua participação ativa, autonomia e protagonismo em suas próprias histórias, o que implica reconhecer e promover a inclusão socioeconômica, a valorização da diversidade, o acesso a recursos e materiais adaptados, a igualdade de oportunidades educacionais, entre outros aspectos que promovam a acessibilidade

e o desenvolvimento integral das juventudes, algo que as juventudes do CJ identificam como um significativo referencial em sua experiência com o programa, que se desenvolve a partir das necessidades, desejos, potencialidades, sonhos, demandas dessas juventudes.

No contexto da promoção das oportunidades e inclusão das juventudes, um outro aspecto singular e que merece grande atenção são as relações de classe e as questões de gênero, que são centrais na compreensão das contradições vividas pelas juventudes, uma vez que as desigualdades provocam impactos específicos dessas dimensões na construção de suas identidades, nas relações sociais e nas possibilidades de desenvolvimento integral desses sujeitos. Posso aqui destacar o preocupante fato de que significativo percentual de jovens que participam do CJ manifesta, em algum momento de sua passagem pelo programa, algum grau de sofrimento psíquico, que vai de intermediário a agravado, muitos deles resultando em automutilação, ideação suicida, depressão, dentre outros. São juventudes que não suportam a pressão gerada pelas violências e pelas desigualdades de seus contextos, que são agravadas pela falta de acesso à informação de qualidade, tratamento e acompanhamento especializado, acolhimento em saúde e outros.

Assim, este estudo considera a promoção da acessibilidade, inclusão e desenvolvimento das juventudes uma de suas dimensões centrais de análise, que se articulam com os fundamentos teóricos, os argumentos desenvolvidos, os objetivos e a questão de pesquisa, o que tem permitido uma abordagem complexa e contextualizada da realidade das juventudes, especialmente participantes do CJ, e suas contingências.

A partir desta categoria, posso depreender que, nas formas de sobrevivências das juventudes que vivem as contradições do contexto necropolítico, ter acesso a espaços, recursos e meios que lhes acolham, incluam, escutem, reconheçam, valorizem e promovam seu desenvolvimento e garantam sua voz se torna um dos pilares determinantes para que sejam capazes de se reposicionar pessoal e socialmente como pessoas de valor, sujeitos históricos, autônomos, fortes, resistentes, críticos e capazes de produzirem-se no tempo, de criar alternativas de emancipação e liberdade. Portanto, a categoria presente, mais do que uma constatação teórica, se constitui num instrumental analítico, político e pedagógico que vem em socorro de toda e qualquer ação pensada com e para as juventudes, que tenha por finalidade seu reconhecimento enquanto ser dotado de todas as

fragilidades e potencialidades humanas, inclusive com as especificidades desse período da vida que é tão repleto de desafios e virtudes. Mais do que isso, é preciso reconhecer que essas múltiplas juventudes possuem, igualmente, diversas necessidades para sua vivência sadia e realização.

É necessário que as políticas públicas disponham de investimentos financeiros, técnicos, estruturais e políticos suficientes e adaptados à implementação de programas, projetos e ações voltados para as juventudes com a criação e manutenção de espaços de convivência, formação profissional, educação inclusiva, acesso a recursos e materiais adaptados, tais como o CJ e o CPCA, que promovem a igualdade de oportunidades e o desenvolvimento integral de jovens. Nesse cenário, é importante que haja uma articulação em rede entre entes privados e os governos das diferentes esferas, órgãos responsáveis pela formulação e implementação de políticas públicas, conselhos e fóruns, organizações da sociedade civil, instituições de ensino, entre outros atores relevantes na efetivação dessas políticas, nas quais a participação ativa e protagonismo das juventudes deve estar garantida e ser um dos elementos principais, permitindo que elas sejam ouvidas e que tenham influência nas decisões que afetam suas vidas.

Diversos países têm adotado medidas e políticas voltadas à promoção da acessibilidade, inclusão e desenvolvimento das juventudes, embora tais iniciativas possam variar de acordo com as realidades e contextos específicos de cada nação. Contudo, a maioria comporta programas de educação inclusiva, políticas de combate à discriminação e exclusão social, investimentos em formação profissional e empregabilidade, promoção da participação política e cidadania ativa de jovens, entre outras ações. Organizações internacionais, como a ONU, têm desempenhado um papel importante na promoção de direitos e oportunidades para as juventudes, por meio de iniciativas como a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável e o Programa de Ação Mundial para os Jovens, documentos que estabelecem diretrizes e metas para a promoção do desenvolvimento integral de jovens em diferentes áreas, incluindo educação, saúde, emprego, igualdade de gênero, participação política e inclusão social.

O que fica flagrante é que, para assegurar a promoção do acesso, inclusão e desenvolvimento das juventudes, devem ser desenvolvidas políticas públicas acompanhadas de recursos adequados e diversos, que envolvam os múltiplos agentes e setores da sociedade, garantam a participação ativa e o protagonismo das

juventudes e se alinhem às diretrizes e metas internacionais voltadas para o desenvolvimento sustentável e o fortalecimento dos direitos das juventudes, principalmente aquelas que se encontram à margem das maioria dos direitos humanos e dos direitos sociais fundamentais. Tais políticas devem prever, em suma: o acesso físico e virtual aos espaços e recursos para as juventudes; inclusão socioeconômica; superação das desigualdades sociais; desenvolvimento integral dos jovens - considerando suas necessidades e potencialidades; resistência das juventudes frente aos desafios e obstáculos na escola.

A educação escolar surge com certo desencanto nas expressões dos jovens entrevistados e, por conseguinte, a categoria "Resistência das Juventudes frente aos Desafios e Obstáculos na Escola" refere-se tanto à vivência atual quanto às determinações que assume no curso das vidas e da sociedade. Com suas múltiplas dimensões, ela precisa ser tomada como central nas análises das vivências das juventudes no contexto da necropolítica em curso.

Tomando por base essa categoria, busco mostrar as formas encontradas pelas juventudes para enfrentar e superar os desafios e obstáculos presentes no ambiente escolar e nos diferentes espaços que carregam suas variações, que muitas vezes reproduzem dinâmicas de poder opressivas e reforçam a lógica de descartabilidade a que estão submetidos. Sem levar em conta outros aspectos ideológicos, como a escolha de currículos, que guardam a perspectiva manipuladora, meramente disciplinar e de manutenção da visão colonial de veneração dos povos da periferia pelos do centro.

A tese se orienta por uma abordagem crítica que procura contribuir com recursos que sirvam de apoio às formas de resistência adotadas pelas juventudes no contexto escolar, destacando como eles constroem suas identidades, protagonizam suas histórias e buscam alternativas transformadoras em suas vivências, bem como procuram furar a ideologia dominante que atentam contra sua capacidade crítica e ambicionam turvar sua leitura de si, do mundo, das histórias de seus povos, de seus direitos e dos recursos de letramento político que são úteis para a transcendência de uma perspectiva dependente à emancipatória.

Torna-se, assim, essencial explorar as estratégias utilizadas pelos jovens e outros que venham a confrontar as adversidades, questionar as estruturas opressivas, reivindicar seus direitos, necessidades, responder suas angústias, educar seus sentimentos com vistas a lidar com as dores os revezes do mundo,

empenhar olhar crítico e libertador sobre o conhecimento e sobre o saber. Discutir os processos de desenvolvimento de autonomia, consciência crítica, emancipação e liberdade são fatores inerente à prática educativa, que dever ser o papel primeiro da escola. Nesta pesquisa, referencio este elemento a partir da compreensão das dinâmicas sociais e das relações de poder que afetam as juventudes e que tem, na escola, por vezes, seu aliado e, ao mesmo tempo, seu desafio, de modo que tal abordagem crítica permite analisar as contradições vividas pelos jovens no ambiente escolar, considerando as relações de classe, gênero e outras dimensões de opressão e privilégio que influenciam suas experiências.

Ao longo do estudo, para que se tenha dimensão do significado deste tema para a sociedade e, especialmente, para as juventudes, buco destacar suas vozes e, por meio delas, tornar visível suas vivências pela valorização de suas perspectivas e experiências concretas na elaboração de conceitos e reflexões. O presente estudo reconhece as resistências individuais e coletivas diante dos desafios e obstáculos impostos pela escola às juventudes e, em tempo, cabe ressaltar que não posso tomar escola no singular, visto que existem diferentes escolas e diversas formas de reconhecer esses espaços. Esta pesquisa se debruça sobre uma leitura crítica, ponderada e contextualizada sobre a realidade desses sujeitos e suas contingências.

A análise das diferentes formas e modelos de escola e dos recursos necessários para que essas instituições desempenhem seu papel na vida das juventudes é de extrema importância para garantir uma educação de qualidade e fortalecer suas resistências diante dos desafios e obstáculos encontrados no ambiente escolar. Dentre as medidas necessárias, destaco:

- Elaboração de currículos inclusivos e contextualizados, construídos de forma participativa, que levem em consideração a diversidade cultural, social e étnico-racial dos estudantes. Esses currículos devem abordar temas relevantes para as vivências das juventudes, valorizar suas identidades e promover uma visão crítica da sociedade.
- Existência de ambientes acolhedores e seguros, livres de violência e discriminação, nos quais as juventudes se sintam acolhidas e respeitadas. É fundamental promover uma cultura da paz, estabelecer o diálogo e construir

relações saudáveis entre os estudantes, professores e demais membros da comunidade escolar e comunidade local em geral.

- Investimento em infraestrutura adequada, que englobe espaços para práticas esportivas, laboratórios, bibliotecas, salas de informática e outros recursos que proporcionem uma aprendizagem efetiva e diversificada. Além disso, é imprescindível garantir a acessibilidade para estudantes com deficiência, assegurando sua participação plena no ambiente escolar.

- Oferta de formação continuada para os professores, capacitando-os para lidar com a diversidade de experiências e necessidades das juventudes. É necessário valorizar tecnicamente e economicamente esses profissionais, motivando-os e preparando-os para promover práticas pedagógicas inclusivas, estimular o pensamento crítico, valorizar as vozes dos estudantes e atuar como facilitadores do processo de aprendizagem. É fundamental que professores estejam comprometidos com uma pedagogia libertadora, que facilitem a compreensão do mundo pelos estudantes e lhes proporcionem condições para atuar de forma crítica e transformadora.

- Incorporação de recursos tecnológicos e digitais no ambiente escolar, como computadores, internet, dispositivos móveis, plataformas educacionais e ferramentas digitais. Esses recursos podem ampliar as possibilidades de aprendizagem e fortalecer a participação dos jovens, potencializando a comunicação, pesquisa, produção de conteúdo e colaboração entre os estudantes.

- Estabelecimento de parcerias entre a escola, a comunidade e organizações sociais, visando complementar as práticas pedagógicas e oferecer oportunidades de aprendizagem ampliadas. Essas parcerias podem envolver a realização de projetos comunitários, ações de voluntariado, programas de estágio e outras atividades que promovam a vivência prática e a conexão entre o ambiente escolar e o contexto social.

- Promoção de espaços de participação e diálogo, nos quais as juventudes possam expressar suas opiniões, contribuir nas decisões que afetam suas vidas e desenvolver habilidades de protagonismo e cidadania. A criação de grêmios estudantis, conselhos escolares, grupos estudantis e outras instâncias de participação podem fortalecer o protagonismo juvenil e a cogestão do ambiente escolar.

No âmbito internacional, diversos governos e nações têm implementado políticas e programas que visam promover a educação como um direito fundamental das juventudes. Essas iniciativas incluem a implementação de sistemas educacionais inclusivos, o aumento do acesso à educação de qualidade, a adoção de políticas de combate ao abandono escolar, o investimento em formação de professores e a valorização da diversidade cultural e étnico-racial nas escolas. Essas ações têm como objetivo garantir a promoção da acessibilidade, inclusão e desenvolvimento das juventudes no contexto escolar.

É importante ressaltar que a realidade de cada escola e de cada estudante é diferente, e, portanto, é necessário um constante diálogo e engajamento de diversos atores sociais, como governos, escolas, comunidades e organizações da sociedade civil, para que as políticas públicas sejam efetivas e os recursos estejam disponíveis de acordo com as necessidades das juventudes.

4.9 PROMOÇÃO DO PERTENCIMENTO, AUTONOMIA, EXPRESSÃO E PARTICIPAÇÃO DAS JUVENTUDES –PROCESSOS EMANCIPATÓRIOS

A categoria "Promoção do Pertencimento, Autonomia, Expressão e Participação das Juventudes" surge entre os entrevistados, a partir de suas experiências com as práticas desenvolvidas pelo CJ da Lomba do Pinheiro, às quais são atribuídas, pelos participantes valores que remetem a processos emancipatórios que geram importante sensação e sentimento de valorização e reconhecimento.

Ao longo do esforço empenhado no estudo, são diversas as argumentações empenhadas em favor de processos que tenham por base o que consta nesta categoria, pelo reconhecimento de que esses valores e princípios possuem potencial de restituir aos sujeitos sua capacidade inventiva, criativa, de autoestima e autoconceito, intelectual, amorosa, dentre outras, que são fundamentais para que se produzam enquanto sujeitos, tanto no “aqui e agora” quanto na história.

A partir da tese, seus referenciais teóricos, das reflexões acerca da experiência que tenho colhido enquanto professor e agente do campo da assistência social, dos elementos emergentes da pesquisa, bem como dos diálogos estabelecidos com a equipe de trabalho do CJ/CPCA, pode-se reconhecer que existem, intrinsecamente, postulados nessas categorias, elementos que são fundamentais para que as juventudes se construam socialmente. São eles:

- **Pertencimento:** promover o sentimento de pertencimento das juventudes, reconhecendo suas identidades, experiências e trajetórias, o que envolve valorizar a diversidade cultural, étnica e social das juventudes, garantindo espaços inclusivos onde se sintam acolhidas e representadas são elementos determinantes para a ressignificação de seu papel cidadão e de sua participação ativa na construção de si e da sociedade da qual fazem parte. Constitui-se como um dos elementos fundamentais que surgem como recursos básicos para o primeiro passo na direção do autoconceito positivo, da construção de sua identidade, do reconhecimento de suas potencialidades, da criação das bases necessárias para que, a partir delas, se edifiquem os demais elementos necessários ao desenvolvimento plenos desses sujeitos.

- **Autonomia:** a promoção da autonomia das juventudes deve proporcionar condições para que essas sejam protagonistas de suas próprias vidas e decisões, o que implica estimulá-las à capacidade de pensar criticamente, tomar decisões conscientes e desenvolver as habilidades necessárias para lidar com os desafios e oportunidades que surgem em sua trajetória. Significa também desnaturalizar as formas de opressão e dominação impostas pelos processos de apagamento das vozes das juventudes, valorizando suas expressões e manifestações de toda ordem, prioritariamente culturais e artísticas.

- **Expressão:** a garantia de espaços e oportunidades para a expressão das juventudes envolve valorizar suas vozes, opiniões e perspectivas, estimulando a manifestação de suas identidades, ideias e criatividade. Constitui-se como um meio para fortalecer a autoestima, a autoconfiança e a capacidade de se comunicar de forma assertiva. Está no conjunto de elementos que visam fortalecer o sujeito para que ele se sinta capaz, produza e crie novos jeitos de ser e estar em seu tempo, história e vida.

- **Participação:** A participação ativa das juventudes nos processos decisórios que afetam suas vidas é crucial para que desenvolvam seu sentimento de valorização e significação positiva de si e reconheçam a importância da democracia, desenvolvam um senso de compromisso e corresponsabilidade, o que inclui a criação de espaços de participação, como conselhos, grêmios estudantis e outras instâncias de diálogo e tomada de decisão. A participação é vista como um meio de

fortalecer o senso de responsabilidade cidadã, o engajamento social e a construção coletiva de soluções para os desafios enfrentados.

Esses elementos fundamentais são apresentados como pilares essenciais para promover o pertencimento, a autonomia, a expressão e a participação das juventudes. Argumento que, ao fortalecer esses aspectos, é possível criar um ambiente propício para o desenvolvimento integral de jovens, contribuindo para sua formação como cidadãos críticos, ativos e participativos na sociedade.

Com vistas a que esses processos ocorram, estratégias de fomento devem ser constituídas, dentre as quais destaco:

- Implementação de práticas inclusivas que valorizem a diversidade e reconheçam as diferentes identidades, experiências e trajetórias das juventudes, que envolvem a adoção de currículos e materiais educacionais que reflitam a pluralidade cultural, étnica e social, bem como a promoção de atividades e projetos que incentivem a valorização das diferenças;

- Criação ou manutenção de ambientes escolares e comunitários que incentivem a participação ativa das juventudes, por meio de espaços de diálogo, como conselhos estudantis, grupos de discussão e assembleias, nos quais esses sujeitos possam expressar suas opiniões, contribuir nas decisões que afetam suas vidas e desenvolver habilidades de autonomia, participação, democracia e cidadania;

- Trabalhar por meio de metodologias ativas de ensino e aprendizagem, que promovam a participação ativa de jovens no processo educativo por meio de práticas pedagógicas que estimulem a reflexão crítica, a investigação, o debate e a colaboração entre os sujeitos, permitindo que sejam protagonistas de sua própria aprendizagem.

- Integração da educação para os direitos humanos no currículo escolar, visando capacitar os jovens a conhecer e reivindicar direitos, bem como a respeitar os direitos dos outros, com uma abordagem que promova o desenvolvimento da consciência cidadã e contribua para a formação de sujeitos engajados em questões sociais e comprometidos com a transformação da realidade.

- Estabelecimento de parcerias com organizações da sociedade civil, instituições culturais, empresas e outros atores sociais, buscando ampliar as oportunidades de aprendizagem e envolvimento das juventudes, através de parcerias que possuam potencial para proporcionar atividades extracurriculares,

estágios, programas de voluntariado e outras experiências que estimulem sua participação e autonomia.

- Utilização de tecnologias digitais e mídias sociais como ferramentas pedagógicas para promover a expressão e a participação das juventudes, incentivando-os à produção de conteúdo, à utilização de plataformas digitais para compartilhamento e colaboração, bem como ao uso responsável e crítico das tecnologias como instrumentos de autonomia e engajamento.

- Trabalhar, sempre que possível, por meio da educação popular, visto que é uma abordagem pedagógica que valoriza o conhecimento prévio dos sujeitos e que busca promover a participação ativa e crítica, que está baseada na construção coletiva do conhecimento, na valorização da cultura local e na promoção da consciência crítica e da transformação social.

- Desenvolvimento de programas de mentoria que conectem jovens a mentores adultos e experientes, com capacidade para oferecer orientação, apoio emocional e encorajamento no desenvolvimento de habilidades e na exploração de oportunidades, contribuindo para o fortalecimento da autoconfiança, a ampliação de perspectivas e o fornecimento de suporte personalizado para alguns grupos juvenis.

- Desenvolvimento de abordagens por meio de aprendizagem baseada em projetos, pois elas envolvem a realização de tarefas práticas e significativas, nas quais os sujeitos podem desenvolver conhecimentos e habilidades em contextos reais, o que objetiva promover a autonomia, a colaboração, a resolução de problemas e o desenvolvimento de competências relevantes para a vida pessoal, profissional e cidadã.

- Participação ativa na formulação de políticas de juventude se constitui numa metodologia que deve envolver as juventudes nos processos de definição, implementação, monitoramento e avaliação de políticas específicas voltadas às juventudes, o que ambiciona, além da promoção da participação cidadã em si, o desenvolvimento do protagonismo juvenil e a corresponsabilização das juventudes na construção de soluções para os desafios que enfrentam.

- Desenvolvimento de estratégias em redes de jovens de movimentos sociais, visto que esta abordagem tem constituído importantes espaços de articulação, mobilização e transformação, com o propósito de que as juventudes encontrem apoio, trocas de experiências, ampliem sua influência e fortaleçam suas vozes coletivas em torno de causas e questões que consideram relevantes.

- Possibilidade de acesso a recursos e oportunidades, com o objetivo de tornar os projetos de vida dos jovens possíveis. É fator de grande importância para as juventudes e envolve oportunidades que contribuem para o desenvolvimento de habilidades, a ampliação de horizontes e a criação de novas perspectivas. Tais iniciativas devem incluir, entre outros, bolsas de estudo, programas de capacitação profissional, acesso a espaços artísticos e culturais, atividades esportivas, programas de empreendedorismo juvenil, programas de cooperativismo juvenil e ações de fomento a projetos idealizados pelas juventudes.

Existem diferentes estratégias e recursos que podem ser articulados para promover o Pertencimento, Autonomia, Expressão e Participação das Juventudes. Para tanto, é necessário que os atores implicados nesta função tenham clareza do contexto das juventudes, que envolvem suas potencialidades, os limites que lhes são impostos, suas reais dificuldades, as políticas de Estado, as estruturas que funcionam e estão disponíveis para atuar com esses sujeitos, os processos históricos e culturais, a disposição dos sujeitos e suas contingências, os processos de apagamento dessas pessoas, suas condições de pronta resposta, dentre outros aspectos que interferem ou influem no desenvolvimento da capacidade de autonomia. Além de tudo isso, ainda existem fatores conjunturais, vinculados às políticas de um estado de capitalismo dependente que limita tanto a leitura da realidade quanto as possibilidades reais de atuação, interferindo em determinadas questões relativas a processos emancipatórios.

4.10 IMPACTOS PSICOSSOCIAIS NA PANDEMIA – NECROPOLÍTICA E SEUS EFEITOS

A categoria emergente "Impactos psicossociais na pandemia - necropolítica e seus efeitos" é postulada na tese como elementar para a compreensão dos efeitos da necropolítica sobre as juventudes, especialmente durante o contexto da pandemia. Ao analisá-la, procuro investigar e problematizar os impactos psicossociais causados pela necropolítica e as estratégias de resistência adotadas pelas juventudes para enfrentar e sobreviver a esses efeitos.

Abordo os impactos psicossociais que incorporam o exame de aspectos relacionados à saúde mental, bem-estar emocional, sociabilidades e relações interpessoais das juventudes no contexto da pandemia, bem como suas formas de

sobrevivência material, relações de ingresso precoce e despreparado no mundo do trabalho, sustentação familiar, violências e outros, o que inclui considerar o aumento da ansiedade, do estresse, da solidão e da sensação de desamparo, do medo e da insegurança decorrentes das condições adversas impostas pela necropolítica, como a falta de acesso a serviços básicos, a perda de entes queridos, o aumento da violência e o isolamento social, falta de condições de estudos, trabalho, dentre outros. Mais especificamente, discuto os efeitos da necropolítica sobre as dinâmicas sociais e o contexto socioeconômico das juventudes, como o aumento das desigualdades, a precarização do trabalho, a falta de acesso a recursos e oportunidades, entre outros fatores que afetam negativamente a vida desses sujeitos e que foram repetidamente mencionados durante a pesquisa e também nas abordagens pedagógicas desenvolvidas no CJ.

De outro lado, a categoria surgida também evidencia o aparecimento, junto aos limites, de estratégias de resistência, o que provoca a investigar como os jovens têm se mobilizado para lidar com os impactos psicossociais da necropolítica e buscar alternativas transformadoras, que envolvem o trabalho por meio de redes de apoio, promoção de cuidados com a saúde mental, participação em movimentos sociais e busca por formas de expressão e participação coletiva. Ou seja, evidenciar a importância de compreender e abordar os impactos psicossociais da necropolítica sobre as juventudes, bem como destacar as estratégias de resistência e sobrevivência adotadas pelos jovens nesse contexto proporciona uma análise virtuosa e abrangente das vivências juvenis, contribuindo para a proposição de ações e políticas que promovam a mitigação, redução ou superação dos efeitos da necropolítica e fortaleçam a capacidade de resistência e transformação das juventudes.

Tanto esta pesquisa quanto as diferentes publicações nacionais e internacionais que tratam da pandemia e seus impactos psicossociais sobre as juventudes periféricas tratam a temática como múltipla e complexa e arguem que os impactos podem ser agravados pela interseção entre as condições socioeconômicas desfavoráveis das juventudes periféricas e as políticas opressivas de controle e descartabilidade impostas pela necropolítica. Esses elementos produzidos pela pandemia e pela necropolítica, como dificuldade em relação à saúde mental, aumento das desigualdades, interrupção nas redes de apoio, aumento da violência e vulnerabilidades, exclusão digital e desigualdade educacional, são os impactos mais

evidentes de um novo mundo de grandes dimensões que implica na necessidade de estabelecer políticas públicas e ações sociais que considerem as necessidades específicas das juventudes periféricas, geradas a partir da pandemia, e busquem formas de mitigar esses efeitos. Isto pode ser feito por meio do fortalecimento de serviços de saúde mental, pelo acesso equitativo à educação presencial ou remota, do investimento em infraestrutura comunitária, da promoção de redes de apoio social, do combate às estruturas opressivas da necropolítica e pela criação ou manutenção de espaços de participação e protagonismo. Assim, essas juventudes terão oportunidades múltiplas de saúde e desenvolvimento e poderão expressar suas vozes, contribuindo na construção de soluções para os desafios enfrentados.

No mesmo sentido, são necessários a criação de centros de acolhimento e o desenvolvimento de programas de promoção da saúde mental, o acesso à educação de qualidade, entre outros, pelo fornecimento de recursos tecnológicos e conectividade adequados para as juventudes periféricas, ações de apoio escolar que visem enfrentar os déficits cognitivos decorrentes do período da pandemia, outras formas de suporte pedagógico e emocional, por meio da promoção de estratégias de ensino flexíveis e adaptadas às necessidades das juventudes. O fortalecimento de redes pode auxiliar as juventudes pelo suporte social, emocional e prático, que pode ocorrer por meio de parcerias entre organizações sociais, escolas, instituições religiosas, movimentos sociais e outros atores territoriais.

O poder público deve adotar políticas de combate à violência e à desigualdade, direcionando recursos para prevenção e proteção das juventudes periféricas com segurança pública. Essas medidas devem respeitar os direitos humanos, programas de inclusão social e econômica, investimentos em infraestrutura e serviços, além de desenvolver cidadãos e escolas voltados para um processo de educação sustentável que encaminhe para a resolução pacífica de conflitos e que gerem uma cultura de paz, empática e sem violência, bem como participação e protagonismo juvenil.

As recentes proposições são apenas alguns dos constructos que se pode explorar neste estudo, restando ainda uma maior investigação que avalie as tantas manifestações dos impactos que a pandemia gerou e ainda tem gerado nas juventudes, bem como suas repercussões. É necessário uma permanente atenção a essa problemática, compreendendo que se trata de um fenômeno relativamente

atual, com uma série de desdobramentos que ainda podem se manifestar ao longo da vida das juventudes e da história da humanidade.

Procurei realizar algumas análises e inferências com base nas categorias obtidas a partir da análise de conteúdo e dos conceitos discutidos anteriormente. A partir da tese "Contradições do contexto necropolítico vivenciado pelas juventudes: Teimosia e reinvenção como forma de transformação social", explorei as vivências das juventudes no contexto contemporâneo da necropolítica, buscando compreender as contradições entre a lógica de descartabilidade imposta pelos sistemas opressivos e a resistência teimosa desses sujeitos na construção de suas identidades e na busca por alternativas transformadoras em suas vivências.

Por meio das categorias "Promoção da Acessibilidade, Inclusão e Desenvolvimento das Juventudes", "Resistência das Juventudes frente aos Desafios e Obstáculos na Escola", "Promoção do Pertencimento, Autonomia, Expressão e Participação das Juventudes – Processos Emancipatórios" e "Impactos Psicossociais na Pandemia – Necropolítica e seus efeitos", foi possível compreender os desafios enfrentados pelas juventudes periféricas e os recursos utilizados por elas para enfrentar e superar tais desafios.

Destaquei a importância da promoção da acessibilidade, inclusão e desenvolvimento das juventudes, garantindo a valorização de suas identidades, experiências e trajetórias, bem como a necessidade de criar ambientes escolares acolhedores e seguros, que promovam o diálogo e a construção de relações saudáveis entre os jovens e os membros da comunidade escolar e comunidade em geral, bem como ressaltar a relevância da autonomia, da expressão e da participação ativa das juventudes, proporcionando condições para que sejam protagonistas de suas vidas e decisões, estimulando a reflexão crítica, a valorização de suas vozes e a atuação como agentes transformadores da sociedade.

Diante dos impactos psicossociais da pandemia e da necropolítica sobre as juventudes, discuti a importância de mitigar esses efeitos por meio de estratégias e recursos como a educação para os direitos humanos, o uso de tecnologias digitais como ferramentas pedagógicas, a criação de espaços de participação e diálogo, a implementação de programas de mentoria e a promoção de parcerias com a comunidade e organizações sociais. Destaquei também a relevância da educação popular e da participação das juventudes na formulação de políticas específicas voltadas a elas.

Diante dos desafios apresentados, é necessário que haja um compromisso coletivo em criar um ambiente propício para que as juventudes se desenvolvam de forma integral, fortalecendo sua autonomia, expressão e participação ativa na sociedade. A construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária requer a valorização e o respeito às vozes e vivências desses jovens, reconhecendo-os como sujeitos de direitos e agentes de transformação. Entendo, com base neste estudo, que essa é a forma pela qual poderemos, enquanto sociedade, superar as contradições e as desigualdades profundas que estão presentes no contexto da necropolítica, promovendo, assim um presente viável e um futuro mais promissor para as juventudes.

5 CONCLUSÃO

A partir dos objetivos estabelecidos, foram apresentadas as categorias finais da tese, que abrangiam as análises e resultados encontrados. Cada categoria foi desenvolvida com base em pesquisas, dados e exemplos relevantes, permitindo uma compreensão aprofundada dos desafios enfrentados pelas juventudes e das estratégias necessárias para promover sua emancipação.

A conclusão da tese afirma a importância das práticas educativas no processo de emancipação das juventudes, destacando a necessidade de alinhá-las aos princípios e diretrizes do Estatuto da Criança e do Adolescente e do Estatuto da Juventude. A mobilização de recursos, o fortalecimento do protagonismo juvenil e a integração das diferentes áreas de conhecimento foram ressaltados como elementos-chave para enfrentar a necropolítica e construir uma sociedade mais justa e igualitária.

Este estudo enfrentou a temática das contradições sociais, econômicas e culturais vivenciadas pelas juventudes no contexto da necropolítica mundial, em especial a brasileira, instituídas pelos valores e princípios do neoliberalismo de traços fascistas em curso no país de forma severa, pelo menos até dezembro de 2022, agravadas por um governo de matizes ultraconservadoras e autoritárias, elementos estes que, somados à pandemia da covid-19, determinaram as vidas e as sociabilidades, particularmente de jovens periferizados.

Já nos primeiros passos de minha pesquisa pude comprovar o que evidenciam muitos estudos sobre juventudes, ou seja, que estas percebem e reclamam por seu reconhecimento e respeito as suas sociabilidades que, na história e na cultura, têm sido marcadas por processos de “não ser”, “ser violento”, “vir a ser” e, ao longo destes percursos identitários, tanto como indivíduos quanto como grupos, têm resistido à violência gerada pelas relações de classe, de etnia, de sexualidade, dentre outros, e pelo poder nefasto e violador engendrado pelo capitalismo dependente ancorado na necropolítica, sobremaneira no contexto da Pandemia da COVID-19.

Analisar como as práticas sociais e educativas têm a capacidade de funcionar como recursos de apoio para que as formas de existir das juventudes se consolidem foi outro dos objetivos perseguidos pela pesquisa. Investiguei tais práticas, no âmbito do CJ da Lomba do Pinheiro/CPCA o que me permitiu sopesar de que forma

tais ações contribuem com o reconhecimento da personalidade e identidade das juventudes, além de promover a inclusão, o desenvolvimento pessoal e a construção de suas autonomias.

Além do exposto, busquei explorar a interseccionalidade presente na experiência das juventudes, considerando o impacto do racismo, da discriminação por classe, gênero, orientação sexual, e de outras formas de preconceito em suas vidas. Nesse propósito, a pesquisa evidenciou a influência dessas dimensões nas trajetórias e oportunidades das juventudes, ressaltando a necessidade de abordagens interseccionais nas políticas públicas e práticas sociais.

Outro intento da pesquisa foi o de contribuir para a reflexão crítica sobre as possibilidades e limites da educação escolar, da educação social e do serviço social como ferramentas de transformação social e emancipação das juventudes. Analisei, assim, o papel dessas áreas e de outras no fortalecimento das capacidades dos jovens, na promoção da justiça social e na construção de uma sociedade mais igualitária e inclusiva.

O estudo avançou significativamente em direção a cada um de seus objetivos, o que leva a um entendimento aprofundado das condições de vida, das resistências e das potencialidades das juventudes no contexto necropolítico, bem como dos recursos que criam obstáculos ou facilitam o acesso dessas pessoas a seus direitos, dentre eles o de seu pleno desenvolvimento e cidadania.

Por meio dessa pesquisa, pude identificar e analisar diversos aspectos e recursos que contribuem para a compreensão das vivências de determinadas juventudes no contexto necropolítico contemporâneo, dentre as quais estão as contradições dialéticas entre a opressão e as resistências.

A análise das vivências revelou a existência de contradições entre a lógica de descartabilidade imposta pelos sistemas opressivos e a resistência/teimosa dessas juventudes na construção de suas identidades e na busca por alternativas transformadoras em suas vivências, de suas famílias, grupos de amigos e comunidade, o que contribui para a compreensão da dinâmica de poder que permeia o contexto necropolítico e ressalta a importância de valorizar e fortalecer a resistência das juventudes como forma de promover a transformação social.

Com relação às Práticas sociais e educativas como espaços de promoção e desenvolvimento das juventudes, surgiu a categoria "Promoção da acessibilidade, inclusão e desenvolvimento das juventudes e as práticas sociais e educativas", que

evidenciou a relevância de práticas inclusivas, participativas e emancipatórias no contexto social e educacional, a exemplo da que é desenvolvida pelo CJ da Lomba do Pinheiro, pertencente ao CPCA, que se constitui numa ação em que foram identificadas a promoção e o desenvolvimento integral das juventudes, pelo estímulo e amparo à construção de identidades positivas, o acesso a oportunidades educacionais e a participação ativa na sociedade. Este achado ressalta a importância de políticas e práticas educativas que valorizem a diversidade, a participação e a autonomia das juventudes e que sirvam como apoio, criando as condições mínimas necessárias para que esses sujeitos possam se desenvolver e conquistar suas competências humanas de qualquer ordem.

A pesquisa revelou ainda a categoria "Resistência das juventudes frente aos desafios e obstáculos na escola", que mostrou os desafios enfrentados pelas juventudes no ambiente escolar, como a discriminação, a não adaptação, a violência e a exclusão. No entanto, também foi observada a capacidade de resistência desses sujeitos, que desenvolvem estratégias de enfrentamento e buscam transformar os ambientes escolares em espaços mais inclusivos e participativos. Tais considerações destacam a importância da existência de políticas educacionais e ações que combatam a discriminação, promovam a equidade e valorizem a voz e participação das juventudes, bem como da criação de currículos que realmente dialoguem com as demandas e desejos dos jovens, que reconheçam suas potencialidades e fragilidades e que transformem o ambiente escolar num espaço desejado pelas juventudes, principalmente as mais pobres, devido ao seu reconhecimento desses espaços como emancipatórios e com potencial para que possam alcançar seus desejos e sonhos.

Outra categoria surgida na pesquisa foi "Promoção do pertencimento, autonomia, expressão e participação das juventudes - processos emancipatórios", que revelou a importância de criar espaços e oportunidades que promovam o pertencimento, a expressão e a participação ativa dos jovens. Além disso, a discussão no âmbito dessa categoria tornou evidente gerar processos educativos que valorizem a autonomia, o protagonismo juvenil e a construção coletiva de conhecimento é fundamental para fortalecer as juventudes e capacitá-las a atuar como agentes de transformação social.

Os "Impactos psicossociais na pandemia - necropolítica e seus efeitos" foi outra categoria que revelou os impactos negativos da necropolítica no contexto da

pandemia, especialmente para as juventudes mais vulneráveis, em que a falta de acesso a serviços básicos, a precariedade das condições de vida e a ausência de políticas públicas adequadas agravaram as desigualdades sociais, afetando a saúde mental e o bem-estar das juventudes. Essas constatações enfatizam a necessidade de criar e ou desenvolver políticas sociais e de saúde que considerem os impactos psicossociais e garantam o cuidado e o apoio adequados às juventudes.

Há necessidade de ampliar a discussão e promover a conscientização sobre a importância da saúde mental e do cuidado com a saúde emocional desde a infância, através de programas de prevenção e conscientização de famílias, escolas, espaços sociais e educativos e comunidades, sobretudo as mais empobrecidas, uma vez que operam, em suas vivências diversas, na ausência de recursos materiais, o que as torna ainda mais suscetíveis às doenças mentais.

A utilização metodologia dialético crítica escolhida permitiu uma imersão no universo das juventudes e uma compreensão mais aprofundada de suas perspectivas, desafios e estratégias de resistência. Além disso, a abordagem qualitativa possibilitou uma análise contextualizada e situada, levando em consideração os aspectos socioculturais, históricos e políticos que permeiam as vivências das juventudes no contexto necropolítico.

Ressalto que a opção por essa metodologia de análise foi embasada na natureza do objeto de estudo, que demandava uma compreensão aprofundada das experiências vividas pelos jovens. A análise qualitativa, fazendo uso de recursos quantitativos, permitiu captar as vozes, subjetividades e significados atribuídos pelos sujeitos envolvidos, enriquecendo, assim, a compreensão do fenômeno investigado.

Os resultados encontrados no estudo destacaram as condições adversas enfrentadas pelos jovens, evidenciando a importância de práticas sociais e educativas que os apoiem em sua existência e resistência. Além disso, a pesquisa evidenciou a interseccionalidade presente nas experiências das juventudes, ressaltando a necessidade de políticas públicas mais efetivas e transformadoras, que promovam a inclusão social e valorizem a diversidade.

O que demonstram esses achados é a necessidade de se continuar debatendo, pesquisando e agindo em prol e junto das juventudes, buscando superar as contradições do contexto necropolítico e promovendo condições de vida dignas, cidadãs, engajadas e com oportunidades de desenvolvimento para eles, visando a

plenitude e a realização, vivendo uma vida feliz agora com possibilidade de um futuro sustentável.

Faz mister aproximar os achados da tese às teorias, conceitos e estudos previamente existentes na literatura, que têm discutido e problematizado as juventudes, seu constructo histórico, suas demandas e necessidades, suas fragilidades, suas potencialidades, as oportunidades que compõem seus contextos, bem como os obstáculos, forças e resistências. A discussão dos resultados encontrados, à luz da literatura escolhida, proporciona uma análise crítica e embasada teoricamente sobre as questões abordadas na tese, pois, quando confrontadas as descobertas da pesquisa com os conceitos e perspectivas apresentados na literatura selecionada, torna-se possível aprofundar a compreensão dos resultados e contextualizá-los dentro de um quadro teórico mais amplo.

No que diz respeito às condições de vida adversas enfrentadas pelas juventudes, a discussão dos resultados relativa à literatura também permite explorar as causas estruturais que perpetuam a marginalização e a descartabilidade desses grupos. Autores como Michel Foucault e Achille Mbembe forneceram ferramentas conceituais para compreender a lógica da necropolítica e a forma como ela se manifesta nas experiências dos jovens. A partir dessas discussões, tornou-se possível analisar como as estruturas sociais, econômicas e políticas contribuem para a reprodução das desigualdades e opressões que afetam as juventudes.

Quantos às resistências e reinvenções das juventudes, a discussão dos resultados possibilitou a exploração de teorias e conceitos que embasam essas práticas. Autores como Paulo Freire reforçam, por meio de suas reflexões, a importância da conscientização, da participação política, da valorização da identidade e da agenda das juventudes na construção de suas próprias trajetórias. Essas perspectivas teóricas permitem compreender como esses sujeitos encontram maneiras de resistir, criar espaços de expressão e buscar formas alternativas de (sobre)vivência em meio a um contexto adverso.

Por meio dos resultados, foi possível promover uma análise mais aprofundada das interseccionalidades e desigualdades vivenciadas pelas juventudes, o pensamento de autores como Kimberlé Crenshaw, Angela Davis e Stuart Hall facilitam, por meio de suas reflexões, a compreensão sobre as dinâmicas de poder que permeiam as questões de raça, gênero, classe social e sexualidade, discutindo como esses aspectos se entrelaçam nas experiências dos jovens. Tais discussões

permitem uma compreensão abrangente das diferentes formas de opressão e discriminação que afetam jovens, bem como evidenciam a necessidade de abordagens interseccionais nas políticas públicas e práticas sociais e educativas.

Autores e autoras como Amartya Sen, Nancy Fraser e Boaventura de Sousa Santos, nem todos presentes na discussão deste estudo, porém presentes na vivência dos pesquisador, forneceram fundamentos teóricos para pensar em alternativas que superem as desigualdades e promovam uma sociedade mais justa e igualitária. Tais debates auxiliaram na identificação de lacunas e desafios nas políticas existentes e na formulação de propostas que valorizem a diversidade, promovam a inclusão e garantam oportunidades de desenvolvimento para todos os jovens.

Os resultados encontrados têm implicações significativas para o desenvolvimento de políticas públicas mais efetivas e inclusivas para as juventudes, uma vez que o que se descortinou nesta pesquisa possibilita maior compreensão das condições de vida adversas enfrentadas por juventudes negligenciadas e de suas sociabilidades, sobretudo durante os anos subsequentes ao o golpe de 2016 no Brasil. Similarmente, foram abordadas os mecanismos (re)inventados por determinadas juventudes como forma de sobrevivência e enfrentamento das realidades objetivas, bem como foram abordadas algumas das interseccionalidades presentes em suas experiências.

A partir disso, foi possível identificar demandas específicas e elaborar estratégias mais direcionadas para promover a igualdade de oportunidades, a justiça social e a emancipação das juventudes. Os resultados da pesquisa ambicionam influenciar a formulação de programas e projetos que valorizem a diversidade, promovam a participação juvenil e garantam acesso à educação, saúde, cultura, trabalho digno e outros direitos fundamentais.

No âmbito teórico, os resultados da pesquisa contribuem para o enriquecimento do campo de estudo sobre as juventudes e suas (sobre)vivências. A partir das análises realizadas, novas perspectivas e abordagens podem ser desenvolvidas, estimulando a produção de conhecimento crítico e aprofundado sobre as questões que afetam os jovens. As discussões teóricas estabelecidas na tese fornecem subsídios para repensar conceitos, ampliar as reflexões sobre as dinâmicas de poder e as estruturas sociais que afetam as juventudes, bem como

para identificar possíveis lacunas e desafios a serem explorados em futuras pesquisas.

No âmbito social, os resultados obtidos na tese têm implicações para a conscientização e o engajamento da sociedade em relação às questões das juventudes.

Ao evidenciar as adversidades enfrentadas pelos jovens, assim como suas capacidades de resistência e transformação, a pesquisa pode despertar a empatia, o interesse e o apoio da sociedade em geral. Os resultados podem influenciar a criação de espaços de diálogo, de escuta e de valorização das vozes de jovens, bem como estimular a mobilização e a participação cidadã em prol de políticas mais justas e inclusivas.

Do ponto de vista político, é essencial fomentar o diálogo entre diferentes atores sociais e institucionais, de forma a promover mudanças estruturais e a criação de ambientes favoráveis ao desenvolvimento pleno e saudável das juventudes. Isso implica em garantir a participação efetiva dos jovens na formulação e implementação de políticas e programas voltados para eles, valorizando suas vozes e perspectivas.

Finalmente, as implicações dos resultados obtidos na tese são diversas e abrangem tanto o campo prático quanto o teórico e o social, contribuindo para a produção de conhecimento relevante e crítico sobre as juventudes, oferecendo subsídios para a transformação das realidades vividas por esses sujeitos e para a promoção de uma sociedade mais fraterna, inclusiva, equânime e emancipatória.

Contudo, cabe destacar que os avanços e contribuições do presente estudo possuem limitações e apontam possíveis lacunas, que podem ser exploradas em pesquisas futuras. Essas reflexões permitem identificar áreas que ainda precisam ser investigadas e ampliar as discussões iniciadas neste trabalho, buscando um aprofundamento e uma abrangência maior sobre as questões relacionadas às juventudes.

Uma das limitações deste estudo está relacionada à sua abrangência geográfica e temporal, uma vez que foi conduzido em um contexto específico, no Centro da Juventude da Lomba do Pinheiro, do CPCA, durante um período de pandemia, no qual as restrições limitaram as interações e o contato presencial. Portanto, os resultados e conclusões obtidos apresentam generalizações relativas e exigem adaptações para sua aplicação em outras realidades e contextos. Em pesquisas futuras, poderá ser realizado um aprimoramento, explorando diferentes

localidades, grupos de jovens e contextos ambientais e sociais, visando compreender as particularidades e dinâmicas específicas de cada uma dessas diferentes realidades.

Outra limitação diz respeito à metodologia utilizada, pois, embora a abordagem qualitativa, com nuance mista, tenha permitido uma compreensão aprofundada das vivências e experiências das juventudes, é importante complementar essa perspectiva com a maior exploração dos dados quantitativos que ficaram disponíveis a partir do *corpus*, o que possivelmente possibilitaria a obtenção de outros resultados, quem sabe também significativos e abrangentes, por meio da realização de análises estatísticas em profundidade, o que foi relativamente efetivado neste estudo.

As discussões deste estudo abordaram aspectos como necropolítica, resistência, interseccionalidade, juvenicídio e práticas sociais e educativas, no entanto, existem outras temáticas relevantes que podem ser exploradas em pesquisas futuras. Por exemplo, pode-se aprofundar as discussões sobre políticas públicas voltadas para as juventudes, explorar as relações entre juventude e tecnologia, as (sobre)vivências de jovens dos povos tradicionais, as juventudes em situação de rua e suas subjetivações, a necropolítica e o encarceramento juvenil, investigar as implicações das transformações sociais e econômicas na vida dos jovens, entre outras possibilidades. Essas lacunas apontam para a necessidade de pesquisas adicionais que ampliem o conhecimento sobre as juventudes e suas vivências em diferentes contextos e perspectivas.

Sugiro ainda a investigação de práticas inovadoras e experiências reconhecidamente exitosas de intervenção e promoção da justiça social voltadas às juventudes, com a identificação e a análise de projetos, programas e ações que têm obtido resultados positivos na transformação das realidades dos jovens, o que pode contribuir para o desenvolvimento de estratégias mais eficazes e informadas empiricamente.

Adicionalmente, proponho a realização de estudos longitudinais, que acompanhem o desenvolvimento das juventudes ao longo do tempo o qual pode fornecer reflexões significativas sobre as trajetórias e os desafios enfrentados pelas juventudes em diferentes fases da vida na perspectiva de compreender a maneira como as vivências e experiências das juventude influenciam a formação e o futuro

dos indivíduos e identificar os fatores de proteção e resiliência que contribuem para um desenvolvimento saudável e bem-sucedido.

Como pesquisadores, profissionais e agentes de transformação social, temos a responsabilidade de traduzir os conhecimentos produzidos nesta pesquisa em ações concretas, visando a promoção de uma sociedade mais justa, inclusiva e emancipatória para as juventudes. Cabe a cada um de nós contribuir para a criação de espaços de diálogo, participação e transformação, reconhecendo a seriedade e o potencial das juventudes como agentes de mudança. Esses são os requisitos mínimos para que possamos construir um presente feliz, com vistas a um futuro mais promissor, equânime, solidário, fraterno, coletivo, amoroso, de paz, seguro, protetivo e verdadeiramente humanizador.

REFERÊNCIAS

- ABAD, M. Crítica política das políticas de juventude. In: FREITAS, M. V.; PAPA, F. C. (Org.). **Políticas públicas: juventude em pauta**. São Paulo: Cortez, 2003.
- ABRAMO, H. W. As juventudes brasileiras e a escola: desafios e perspectivas. In: ABRAMO, H. W. **Juventude e contemporaneidade: políticas, práticas e representações**. São Paulo: Editora UNESP, 2019.
- ABRAMO, H. W. **Estação juventude: conceitos fundamentais – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude**. Brasília, DF: Secretaria Nacional de Juventude: SNJ, 2014.
- ABRAMO, H. W. **Cenas juvenis: punks e darks no espetáculo urbano**. São Paulo: Scritta, 1994.
- ABRAMOVAY, M et al. Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas/ Juventud, Violencia Y Vulnerabilidad Social En A. Latina: Desafios Para Políticas Públicas. Disponível em: <https://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-40313/juventude-violencia-e-vulnerabilidade-social-na-america-latina--desafios-para-politicas-publicas--juventud-violencia-y-vulnerabilidad-social-en-a-latina--desafios-para-politicas-publicasa>.
- ABRAMOVAY, M. **Violências nas escolas**. In: ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS IBERO-AMERICANOS; MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. Programa de Prevenção à violência nas escolas. Brasil: FLACSO, 2015. 21 p. Disponível em: <<http://flacso.org.br/files/2015/08/Violencias-nas-Escolas.pdf>>. Acesso em: 17 jan. 2019
- ADORNO, T. W. A indústria cultural. In: COHN, G. **Comunicação e indústria cultural**. 5 ed. São Paulo: T.A. Queiroz Editor, 1987.
- AGÊNCIA SENADO. Pandemia acentua deficit educacional e exige ações do poder público. **Agência Senado**, 16 jul. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/07/pandemia-acentua-deficit-educacional-e-exige-aco-es-do-poder-publico>. Acesso em: 20 ago. 2023.
- AMBROSINI, T. F. Educação e emancipação humana: uma fundamentação filosófica. Revista HISTEDBR On-line, Campinas, SP, v. 12, n. 47, p. 378–391, 2012. DOI: 10.20396/rho.v12i47.8640058. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640058>. Acesso em: 2 out. 2023.
- ARENDT, H. **Entre o Passado e o Futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2016.
- ARIÈS, P. **História Social da Criança e da Família**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Guanabara, 1986.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. 1. ed. São Paulo: Edições 70, 2015.

BARROS, L. da S. Por uma pedagogia das juventudes: reflexões a partir de Paulo Freire e Boaventura de Sousa Santos. **Cadernos do Aplicação**, Porto Alegre, v. 34, n. 1, 2021. DOI: 10.22456/2595-4377.108086. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/CadernosdoAplicacao/article/view/108086>. Acesso em: 2 out. 2023.

BAUER, M.; GASKELL, G. [Orgs.]. **Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático**. Tradução de Pedrinho A. Guareschi. 10. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012

BERTOLINI, J. O CONCEITO DE BIOPODER EM FOUCAULT: APONTAMENTOS BIBLIOGRÁFICOS. **Saberes: Revista interdisciplinar de Filosofia e Educação**, [S. l.], v. 18, n. 3, 2018. DOI: 10.21680/1984-3879.2018v18n3ID15937. Disponível em: <https://periodicos.ufrn.br/saberes/article/view/15937>. Acesso em: 2 out. 2023.

BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Zahar, 1988.

BOURDIEU, P. **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero , 1983.

BRAGA, M. M. S. C. Prática pedagógica docente-discente e humanização: contribuição de Paulo Freire para a escola pública. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal de Pernambuco. Pernambuco, p. 242. 2012.

BRASIL. Secretaria Nacional de Juventude. **Estação juventude: conceitos fundamentais** – ponto de partida para uma reflexão sobre políticas públicas de juventude. Organizado por Helena Abramo. Brasília: SNJ, 2014.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei 8.069/90. São Paulo: Atlas, 1990.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais**. Brasília, 2009.

BRASIL. Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa, Departamento de Apoio à Gestão Participativa. **Política Nacional de Saúde Integral de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais**. 1. ed. Brasília: Ministério da Saúde, 2013.

BUENO, S.; LAGRECA, A.; SOBRAL, I. Violência contra meninas e mulheres no 1º semestre de 2022. In: **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/12/violencia-contrameminhas-mulheres-2022-1sem.pdf?v=v2>. Acesso em: 18 mai. 2023.

CAMARGO, B.V.; JUSTO, A.M. Iramuteq: um software gratuito para análise de dados textuais. **Rev. Temas em psicologia**, Ribeirão Preto, v.21, n.2, p. 513-18, 2013.

CERQUEIRA, D. R. C. ; BUENO, S. (coord.). Atlas da violência 2019. Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/atlasviolencia/download/19/atlas-da-violencia-2019>.

DIÁLOGOS DA EXTENSÃO POPULAR. Mesa - Produção de conhecimento e emancipação social - Diálogo com Marilena Chauí. **Youtube**, 10 set. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=1obcDvC1JIY>. Acesso em: 20 ago. 2023.

COLETIVO DE EDUCAÇÃO POPULAR E PEDAGOGIA SOCIAL (CEPOPES). O que é educação social? **CIESS**, 2023. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ciess/o-que-e-educacao-social/>. Acesso em: 20 ago. 2023.

COLLINS, P. H. **Pensamento Feminista Negro**: conhecimento, consciência e a política de Empoderamento. London: Routledge, 1990.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. **Interseccionalidade**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2021. v. 15

COSTA, A. P. M. (2021). Juvenicídio: a expressão da Necropolítica na morte de jovens no Brasil. **Rev. Direito e Práx.**, v. 12, n. 4, p. 2359–2392. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rdp/a/Wq85rjtWsXwQkZyS49cXqnL/?lang=pt#>. Acesso em: 20 ago. 2023.

COUTINHO, L. G. Adolescência, cultura contemporânea e educação. **Estilos da Clínica**, v. 14, n. 27, p. 134–149, 2009.

CRENSHAW, K.. Mapeando as Margens: Interseccionalidade, Política de Identidade e Violência contra Mulheres de Cor. *Stanford Law Review*, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991.

CRESWELL, J. W. **Projeto de pesquisa**: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3. ed. Porto Alegre, RS: Artmed, 2010.

DAYRELL, J. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educação & Sociedade**, v. 28, n. 100, p. 1105–1128, 2007.

DAVIS, A. Y. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2008.

DOUTOR, C. Um olhar sociológico sobre os conceitos de juventude e de práticas culturais: perspectivas e reflexões. **Última Década** [online], n. 45, p. 159-174. Disponível em: <<http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=19549492009>> ISSN 0717-4691. Acesso em: 20 ago. 2023.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

FOUCAULT, M. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 36. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

FOUCAULT, M. **A Arqueologia do Saber**. 8. Ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2012.

FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). (2020). Situação da Infância e Adolescência Brasileira 2020: Juventudes. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/sites/unicef.org.brazil/files/2020-08/SIPI-2020-ONLINE-29.07.2020.pdf>.

PROVÍNCIA FRANCISCANA DA IMACULADA CONCEIÇÃO DO BRASIL (OFM). Franciscanos, 2023, O que é ser franciscano? Disponível em: <https://franciscanos.org.br/>. Acesso em: 20 ago. 2023.

FREIRE, P. **Pedagogia do oprimido**. 1. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1971.

FREIRE, P. **Conscientização**: teoria e prática da libertação - uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. Trad. Kátia de Mello e Silva; revisão técnica de Benedito Eliseu Leite Cintra. São Paulo: Cortez & Moraes, 1979.

FREIRE, P. **Ação cultural para a liberdade**. 5. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. **Pedagogia da Autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo : Paz e Terra, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo : Paz e Terra, 2002.

FREIRE, Paulo. **A alfabetização de adultos**: crítica de sua visão ingênua; compreensão de sua visão crítica. In: *Ação Cultural para a Liberdade: e outros escritos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003. Disponível em: http://comunidades.mda.gov.br/portal/saf/arquivos/view/ater/livros/A%C3%A7%C3%A3o_Cultural_p_ara_a_Liberdade.pdf. Acesso em: 02 jul. 2023.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudanças**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2014.

GUDYNAS, E. Necropolítica: a política da morte em tempos de pandemia. Artigo de Eduardo Gudynas **UNISINOS- IHU**, 19 abr. 2021. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/608461-necropolitica-a-politica-da-morte-em-tempos-de-pandemia-artigo-de-eduardo-gudynas->. Acesso em: 20 ago. 2023.

GZH. Em junho, 2,9 mil pessoas aguardavam atendimento psicológico na Capital. **GZH**, 28 ago. 2021. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/porto-alegre/noticia/2021/08/em-junho-29-mil-pessoas-aguardavam-atendimento-psicologico-na-capital-cksv1ns5f000s013b9kn38cae.html>. Acesso em: 25 ago. 2023.

HARVEY, D. The enigma of capital and the crises of capitalism London: Profile Books, 2011. HERRERA FLORES, J. **Juventud y violencia en América Latina: derechos humanos y políticas públicas**. San José: IIDH, 2007.

HERRERA FLORES, J. **La crisis de los derechos humanos en América Latina y el Caribe**. Santiago de Chile: LOM, 2019.

HERRERA FLORES, J. **Los derechos humanos en el siglo XXI: una visión desde América Latina**. Madrid: Los libros de la Catarata, 2020.

HEYWOOD, C. Uma história da infância: da Idade Média à época contemporânea no Ocidente. Porto Alegre: Artmed, 2004.

hooks, b. Teoria Feminista: Da Margem ao Centro. São Paulo: Perspectiva, 2019.

IAMAMOTO, M. V. **A Questão Social no Capitalismo**. 2. ed. Brasília: Temporalis, 2004.

IAMAMOTO, M. V. **Relações Sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 36. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. **Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. 38. ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IGNACIO, J. Necropolítica: explicamos o conceito de Achille Mbembe. **Politize**, 2020. Disponível em: <https://www.politize.com.br/necropolitica-o-que-e/>. Acesso em: 23 ago. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Síntese de indicadores sociais: 2018. **IBGE**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?edicao=27611&t=sobre%20%20https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/condicoes-de-vida-desigualdade-e-pobreza/9221-sintese-de-indicadores-sociais.html?edicao=27611&t=sobre>. Acesso em: 20 ago. 2023.

JESUS, J. G. Orientações sobre identidade de gênero : conceitos e termos. Brasília: Escritório de Direitos Autorais da Fundação Biblioteca Nacional, 2012. Disponível em: <https://www.diversidadessexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/GÊNERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2023.

LEITE, L. H. A. As concepções de infância e juventude em vivências de pobreza como construção social. In: Curso de especialização educação, pobreza e desigualdade social: escola: espaços e tempos de reprodução e resistências da pobreza (ed. MEC) 85 (2015). História dos direitos da criança no Brasil e no mundo.

LEÓN, O. D.; ABRAMO, H. W. Adolescência e juventude: das noções às abordagens. **Ação Educativa**, p. 9–18, 2005.

LEVI, G.; SCHMITT, J.-C. **História dos jovens vol. 1 - da Antiguidade à era moderna**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

LIBÂNIO, J. C. Conteúdos, formação de competências cognitivas e ensino com pesquisa: unindo ensino e modos de investigação. In: PIMENTA, Selma Garrido; ALMEIDA, Maria Isabel (Org.). **Pedagogia universitária: caminhos para a formação de professores**. São Paulo: Cortez, 2011. p. 188-212.

LIMA, Fátima. Bio-necropolítica: diálogos entre Michel Foucault e Achille Mbembe. **Arq. bras. psicol.**, Rio de Janeiro, v. 70, n. spe, p. 20-33, 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672018000400003&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 ago. 2023.

LUIZ, D. E. C. Emancipação social: fundamentos à prática social e profissional. **Serviço Social e Sociedade**, , ano XXIX, n. 94, p. 114-131, jun. 2008.

MANDEL, E. O que é o materialismo histórico? São Paulo: Brasiliense, 1985.

MARQUES, E. S. A.; CARVALHO, M. V. C. O significado histórico de práticas educativas : um movimento que vai do clássico ao contemporâneo. **Linguagens, Educação e Sociedade**, n. 35, v. 2, 2016, p. 122–142.

MARTINELLI, M. L. (1993). Notas sobre mediações: alguns elementos para sistematização da reflexão sobre o tema. **Serviço Social e Sociedade**. (nº 43).

MARTINS, M. G. Políticas públicas para a juventude no Brasil: entre avanços e desafios. In: *Revista Tempos e Espaços em Educação*, v. 10, n. 23, p. 97-115, 2017.

MARTINS, J. C. O. Transgressões de gênero: reflexões acerca da teoria queer. *Revista Mera*, v. 4, n. 2, p. 85-99, 2019.

MARX, Karl. O Capital. São Paulo: Nova Cultural Ltda., 1985. Vol. II. (Série Os Economistas).

Marx, K. (1845/1982). Thèses sur Feuerbach - De l'abolition de l'État à la constitution de la société humaine. *Oeuvres*, v. III. Paris: Gallimard.

MARX, K (1818-1883). Contribuição à crítica da economia política / Tradução e introdução de Florestan Fernandes. 2.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MARX, Karl & ENGELS, Friedrich. A ideologia alemã. Tradução de Rubens Enderle, Nélio Schneider e Luciano Cavini Martorano. São Paulo: Boitempo, 2007.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: seguido de sobre el governo privado indirecto**. Santa Cruz de Tenerife: Melusina, 2011.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Arte & Ensaios, n. 32, p. 122-151, 2016. Disponível em: <https://revistas.ufrj.br/index.php/ae/article/view/8993/7169> Acesso em: 10 abr. de 2020.

MBEMBE, A. **Políticas da inimizade**. Trad. Marta Lança. Lisboa: Antígona, 2017.
MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. Trad. Sebastião Nascimento. São Paulo: n-1, 2018.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2006.

MIRANDA, M. C.; CYSNE, R. N.; SOUZA FILHO, E. J. O Estado, o mercado e a terceirização da gestão dos Centros da Juventude: implicações para a política de assistência social. *Serv. Soc. Rev.*, v. 18, n. 2, p. 35-64, 2016.

MORAES, C. A. D. S. A “viagem de volta”: significados da pesquisa na formação e prática profissional do Assistente Social. **Serviço Social & Sociedade**, n. 114, p. 240–265, jun. 2013.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MORITZ, L. S. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1980-1930. Em *Jurnal Penelitian Pendidikan Guru Sekolah Dasar* (Vol. 6, Número August). São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. COVID-19: crises de ansiedade afetaram 63% dos jovens no último semestre. **Nações Unidas Brasil**, 28 set. 2022. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/201139-covid-19-crises-de-ansiedade-afetaram-63-dos-jovens-no-%C3%BAltimo-semester>. Acesso em: 20 ago. 2023.

NETTO, J. P. **Capitalismo monopolista e serviço social**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

NETTO, J. P. Crise do capital e consequências societárias. **Serv. Soc. Soc.** [online]. 2012, n. 111, pp. 413-429. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/S0101-66282012000300002> Acesso em: 12 jan. 2018.

O ANTAGONISTA. Covid: Brasil registra 46 mortes em 24 horas, diz Conass. **O Antagonista**, 27 jan. 2023. Disponível em: <https://oantagonista.com.br/brasil/covid-brasil-registra-46-mortes-em-24-horas-diz-conass-3/>. Acesso em: 20 ago. 2023.

OLIVEIRA, E. C. S.; MARTINS, S. T. F. Violência, sociedade e escola: da recusa do diálogo falência da palavra. *Psicologia e Sociedade*, Porto Alegre, v. 19, n. 1, p. 90-98, 2007.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). (2020). Trabalho decente para jovens em tempos de Covid-19. Recuperado de: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_emp/---ifp_skills/documents/publication/wcms_753565.pdf

PAIVA, Wellington Wesley; CUNHA, Thiago Rocha. Mistanásia em tempos de pandemia do COVID-19: reflexões iniciais a partir da Bioética Global. Bioética e COVID-19. 1ed. Indaiatuba: Editora FOCO, 2020.

PAIVA, J. S. **(Sobre)vivências**: um estudo fenomenológico-existencial acerca dos modos de ser sendo crianças e adolescentes em situação de rua. 2006. 266 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2006.

PASTORE, S. Suicídio infantojuvenil: questão de saúde pública. **Extra Classe**, 21 jul. 2023. Disponível em: <https://www.extraclasse.org.br/saude/2023/07/suicidio-infantojuvenil-questao-de-saude-publica/>. Acesso em: 20 ago. 2023.

PEREIRA, P. A. P. (2012). Utopias desenvolvimentistas e política social no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, n. 112, p. 729–753.

PEREZ, J. R. R.; PASSONE, E. F. Políticas sociais de atendimento às crianças e aos adolescentes no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, v. 40, n. 140, p. 649–673, ago. 2010.

PERONDI, M., & STEPHANOU, M. Juventudes na atualidade: abordagens e conceitos. In: C. M. CRAIDY & K. SZUCHMAN (ORGS.). **Socioeducação**: fundamentos e práticas, p. 58-73. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2015.

PRATES, J. C. O método marxiano de investigação e o enfoque misto na pesquisa social: uma relação necessária. **Revista Textos e Contextos**, Porto Alegre, v.11, n. 1, 2012.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). Relatório do desenvolvimento Humano 2010 (RDH 2010) . A verdadeira riqueza das nações: vias para o desenvolvimento humano. 2010, anual, 253 pg.

RATINAUD, P.; MARCHAND, P. Application de la méthode ALCESTE aux « gros » corpus et stabilité des « mondes lexicaux » : analyse du « CableGate » avec IRaMuTeq. Actes des 11eme Journées internationales d'Analyse statistique des Données Textuelles, p. 835–844, 2012.

REDE BRASIL ATUAL. Pesquisa aponta que jovens entram cada vez mais cedo no tráfico de drogas. **RBA**, 2 ago. 2018. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/pesquisa-aponta-que-jovens-entram-cada-vez-mais-cedo-no-traffic-de-drogas/>. Acesso em: 20 ago. 2023.

REIS, R. (2018). A relação entre práticas sociais e políticas públicas para as juventudes: um estudo a partir da teoria social marxiana.

RIZZINI, I. **O Século Perdido: raízes históricas das políticas públicas para Infância no Brasil**. 2. ed. São Paulo: Editora Cortez, 2008.

SAES, D. Escola pública e classes sociais no Brasil atual. **Linhas Críticas**, v. 14, n. 27, p. 165–176, Brasília, 2009. DOI: 10.26512/lc.v14i27.3473. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/linhascriticas/article/view/3473>. Acesso em: 2 out. 2023.

SAFFIOTI, H. I.B. A síndrome do pequeno poder. In: AZEVEDO, M. A., GUERRA, V. N. de A. (Orgs.). Crianças vitimizadas: a Síndrome do Pequeno Poder. São Paulo: Iglu, 1989. p. 13–21.

SALVIATI, M. E. **Manual do aplicativo Iramuteq**. Planaltina, 2017. 93 p. Disponível em: <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/manual-do-aplicativo-iramuteq-par-maria-elisabethsalviati>. Acesso em: 2 fev. 2019.

SANDOVAL M., Mario. Jóvenes del Siglo XXI: Sujetos y Actores en una Sociedad en Cambio: Ediciones UCSH, 2002.

SANTOS, B. S. **A cruel pedagogia do vírus**. Coimbra: Edições Almedina, S/A, 2020.

SANTOS, J. S. **Questão social**: particularidades no Brasil. São Paulo: Cortez, 2012.

SAVIANI, D. (2005). PEDAGOGIA HISTÓRICO-CRÍTICA: PRIMEIRAS APROXIMAÇÕES (AUTORES ASSOCIADOS (ED.); 9ª ED).

SCHERER, G. A. **Juvenicídio, território e políticas públicas: rastros de sangue na cidade de porto alegre**. 1. ed. Porto Alegre: CirKula, 2022.

SECRETARIA DE SISTEMAS PENAL E SOCIOEDUCATIVO. Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do Rio Grande do Sul. Página Inicial. SECRETARIA DE SISTEMAS PENAL E SOCIOEDUCATIVO, 2023. Disponível em: <https://www.fase.rs.gov.br/inicial>. Acesso em: 20 ago. 2023.

SECRETARIA NACIONAL DA JUVENTUDE. Estatuto da juventude. Brasília: SNJ/UNFPA, 2014. Disponível em <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/estatutodajuventude.pdf> Acessado em 01/03/2019.

SIGNIFICADOS BR. Significado de Emancipação. **Significados Br**, 2023. Disponível em: <https://www.significadosbr.com.br/emancipacao>. Acesso em: 20 ago. 2023.

SILVA, A. B. P. Nada deve parecer impossível de mudar: Juventude e engajamento na “Primavera Carioca” das eleições de 2012. 2015. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015.

SILVA, C. R.; LOPES, R. E. Adolescência e juventude: entre conceitos e políticas públicas. **Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar**, v. 17, n. 2, 2009. p. 87-106.

SILVA, D. F. O. et al. Prevalência de ansiedade em profissionais da saúde em tempos de COVID-19: revisão sistemática com metanálise. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 26, n. 2, p. 693–710, fev. 2021.

SILVA, F. L. S.; GOMES, R. P.; BRITO, M. D. (2021). (Sobre)vivências negras: desafios da cidadania diante da violência. **Revista Direito E Práxis**, n. 12, v. 1, p. 580–607. DOI: <https://doi.org/10.1590/2179-8966/2020/56991>.

SILVA, S.; RIBEIRO, E. A. W. O software iramuteq como ferramenta metodológica para análise qualitativa nas pesquisas em educação profissional e tecnológica. **Cadernos de Educação Tecnologia e Sociedade**, v. 14, n. 2, 2021.

SANSÃO, L. Estado precisa disputar jovens com o tráfico, diz Luiz Eduardo Soares. **Blog da Luiza Sansão**, 15 out. 2018. Disponível em: <https://outraspalavras.net/LUIZASANSO/2018/10/15/ESTADO-PRECISA-DISPUTAR-JOVENS-COM-O-TRAFICO-DIZ-LUIZ-EDUARDO-SOARES/>. Acesso em: 20 ago. 2023.

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA. Roda dos Enjeitados. **Memorial Pediatria SBP**, 2023. Disponível em: <http://www.memorialpediatriasbp.com.br/roda-dos-enjeitados/>. Acesso em: 19 ago. 2023.

SOUZA, I. F.; SERAFIM, R. N. V. Os direitos humanos da criança: análise das recomendações do Comitê dos Direitos da Criança das Nações Unidas. **Revista de Direitos e Garantias Fundamentais**, v. 20, n. 1, p. 191–218, 2019. DOI: 10.18759/rdgf.v20i1.1134. Disponível em: <https://sisbib.emnuvens.com.br/direitosegarantias/article/view/1134>. Acesso em: 20 ago. 2023.

STEINBERG, L. **Age of Opportunity: Lessons from the New Science of Adolescence**. Houghton Mifflin Harcourt, 2014

TIDRA, C. **Primeiro Centro da Juventude do RS em sede própria é inaugurado**. **Jornal Diário Gaúcho**, 30 jun. 2022. Disponível em: Profissionaliza{c}{c}{\~{a}}o e lazer 30/06/2022 %7C 16h36Atualizada em 30/06/2022 %7C 16h52%0A%0APrimeiro Centro da Juventude do RS em sede pr{\~{o}}pria {\~{e}} inaugurado%0AEspa{c}{c}{o} em Viam{\~{a}}o passou por reforma com investimento de R\$ 3,2 milh{\~{o}}es. As demais unidades que atendem. Acesso em: 16 jul. 2022.

TRIVIÑOS, A. N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa quantitativa em educação. São Paulo: Atlas, 2011.

TRIVIÑOS, Augusto N. S. Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987. VALENZUELA, J. M. (Org.). **Juvenicidio: Ayotzinapa y las Vidas Precarias em América Latina y España**. Barcelona: NED Ediciones, 2015

WELLEN, Henrique. Política social e reprodução da força de trabalho?: um dilema contemporâneo. *Argumentum*, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 139–152, 2021. DOI:

10.47456/argumentum.v13i1.32939. Disponível em:
<https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/32939>. Acesso em: 20 ago. 2023.

WOOD, E. M. **Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico**. São Paulo: Boitempo, 2003.

YAZBEK, Maria Carmelita. O significado sócio-histórico da profissão. In: CFESS/ABEPSS. Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

YAZBEK, M. C. Pobreza no Brasil contemporâneo e formas de seu enfrentamento. Serv. Soc. Soc., n. 110, 2012, p. 288–322. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/X7pK7y7RFsC8wnxB36MDbyx/>. Acesso em: 20 ago. 2023.

Observação: Nos documentos que compõem os apêndices, a seguir, a pesquisa ainda possuía título provisório, que foi alterado no decorrer do desenvolvimento da mesma. Também consta como responsável, a então Professora Dra. Orientadora Beatriz Gershenson.

APÊNDICE A — Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) - Para jovens acima de 18 anos

Eu, Beatriz Gershenson, responsável pela pesquisa **“JUVENTUDES E A PANDEMIA: (SOBRE)VIVÊNCIAS EM CONTEXTO DE NECROPOLÍTICA”**, juntamente com o pesquisador Everton Silveira, estamos fazendo um convite para você participar como voluntário nesse estudo. Esta pesquisa pretende **desvelar como as juventudes (sobre)vivem ao processo da descartabilidade de vidas humanas, exposto pela pandemia, no contexto de necropolítica em curso com vistas a contribuir na qualificação das práticas educativas com de juventudes integrantes do Centro de Juventude**. Acreditamos que ela seja importante pois visa contribuir para construção de fundamentos críticos na formulação de políticas públicas, programas e projetos com Juventudes, em especial, negras, que vivem nas periferias e que tenham em suas agendas a emancipação e a afirmação de seus direitos pessoais e sociais, com foco em atender aos seus interesses, desejos e necessidades. Busca-se ainda que a pesquisa apresente, além dos processos de opressão, negligência e descartabilidade a que estão expostos esses sujeitos perceber e destacar sua potência, a capacidade criativa e inventiva, grupalidade, persistência, beleza e amorosidade, como recurso de gerar e ampliar os mecanismos de resistência.

Para a realização desta pesquisa será feito o seguinte: A coleta de dados será realizada através de formulário com entrevista semiestruturada e registros a partir de documentos institucionais, como o Plano Político-Pedagógico, Livros-Ata, entre outros. A entrevista será gravada e transcrita para posterior análise. Terá duração de aproximadamente 45 (trinta) minutos. A pesquisa acontecerá no/a CJ Lomba do Pinheiro, do Centro de Promoção da Criança e do Adolescente São Francisco de Assis, onde os/as jovens, de forma presencial, será entrevistada pelo pesquisador, que utilizará para registro de suas respostas no já mencionado formulário semiestruturado que está anexo ao projeto, gravação em app do celular para

posteriores ajustes e, em caso de entrevista virtual, esta será efetuada programa meet ou zoom e também ficará gravada e depositada no drive do pesquisador para futuras utilizações, registros e transcrições. Para fins de registro também serão utilizadas folhas impressas, pranchetas, papel, caneta e celular/computador com o app de gravação de áudio, ou celular/computador com meet ou zoom instalado para a transmissão online.

Sua participação constará de participação do voluntário.

É possível que aconteçam desconfortos (ou riscos emocionais, virtuais ou físicos) que poderão estar associados a verbalização de acontecimentos importantes, o que pode acarretar algum incômodo, constrangimento, cansaço ou estresse. Se houver necessidade, em razão de alguma mobilização de sentimentos difíceis de enfrentar, você será encaminhado/a (pelos pesquisadores, que se responsabilizam em, mantendo o sigilo) ao atendimento técnico de suporte do Centro de promoção da Criança e do Adolescente São Francisco de Assis – CPCA e você poderá também nos procurar, a mim, Everton Silveira e a minha Orientadora Beatriz Gershenson, pelo telefone da secretaria geral da Escola de humanidades - PUCRS: 5133203555. Contudo, saliento que existem coisas boas que podem acontecer com suas contribuições e muitas ideias poderão ser transformadas em propostas a serem entregues aos governantes para que se transformem em políticas públicas para os/as jovens. Você tem o direito de pedir uma indenização por qualquer dano que, comprovadamente, resulte da sua participação no estudo.

Os benefícios que esperamos do estudo, por meio da coleta de informações relativas as juventudes, se referem a reconhecer e estudar suas dificuldades frente aos contextos da pandemia e da necropolítica, bem como reconhecer os mecanismos de sobrevivência, lutas e resistência utilizados por estes sujeitos.

Você não terá nenhum tipo de benefício direto ao aceitar participar do estudo. Os benefícios são secundários, tendo em vista a possibilidade da pesquisa em contribuir para o aprofundamento do debate teórico e a qualificação do trabalho com juventudes e as práticas sociais e educativas desenvolvidas com estes sujeitos. Sua participação é voluntária e você tem garantido o seu direito de não aceitar participar ou de retirar sua permissão, a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo ou retaliação, pela sua decisão

Durante todo o período da pesquisa você tem o direito de esclarecer qualquer dúvida ou pedir qualquer informação sobre o estudo, bastando para isso entrar em contato, com Beatriz Gershenson – pesquisadora responsável – ou comigo, Everton Silveira, também pesquisado, pelo telefone secretaria geral da Escola de Humanidades - PUCRS: 5133203555. Você pode tirar qualquer dúvida nesse instante. Caso alguma dúvida surja depois, lembre-se que você pode pedir esclarecimentos a qualquer momento.

Em caso de algum problema relacionado com a pesquisa você terá direito à assistência gratuita que será prestada por pelos pesquisadores que poderão encaminhá-lo(a) ao serviço ou assistência de competência.

Você tem garantido o seu direito de não aceitar participar ou de retirar sua permissão, a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo ou retaliação, pela sua decisão voluntária.

Se por algum motivo você tiver despesas decorrentes da sua participação neste estudo com transporte e/ou alimentação, você será reembolsado adequadamente pelos pesquisadores.

As informações desta pesquisa serão confidenciais, e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos participantes, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação.

Caso você tenha qualquer dúvida quanto aos seus direitos como participante de pesquisa, entre em contato com Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (CEP-PUCRS) em (51) 33203345, Av. Ipiranga, 6681/prédio 50 sala 703, CEP: 90619-900, Bairro Partenon, Porto Alegre – RS, e-mail: cep@pucrs.br, de segunda a sexta-feira das 8h às 12h e das 13h30 às 17h. O Comitê de Ética é um órgão independente constituído de profissionais das diferentes áreas do conhecimento e membros da comunidade. Sua responsabilidade é garantir a proteção dos direitos, a segurança e o bem-estar dos participantes por meio da revisão e da aprovação do estudo, entre outras ações.

Ao assinar este termo de consentimento, você não abre mão de nenhum direito legal que teria de outra forma.

Não assine este termo de consentimento a menos que tenha tido a oportunidade de fazer perguntas e tenha recebido respostas satisfatórias para todas as suas dúvidas.

Se você concordar em participar deste estudo, você rubricará todas as páginas e assinará e datará duas vias originais deste termo de consentimento. **Ao assinar e rubricar todas as páginas deste documento, você de forma voluntária e esclarecida, nos autoriza a utilizar todas as informações de natureza pessoal que constam em seu prontuário de atendimento, imagens, resultados de exames e diagnóstico, material biológico se for o caso, para finalidade de pesquisa e realização deste estudo.** Você receberá uma das vias para seus registros e a outra será arquivada pelo responsável pelo estudo.

Eu, _____, após a leitura deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, acredito estar suficientemente informado, ficando claro para mim que minha

participação é voluntária e que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade e esclarecimentos sempre que desejar.

Diante do exposto expresso minha concordância de espontânea vontade em participar deste estudo, autorizando o uso, compartilhamento e publicação dos meus dados e informações de natureza pessoal para essa finalidade específica.

Assinatura do participante da pesquisa ou de seu representante legal

Assinatura de uma testemunha

Declaração do profissional que obteve o consentimento

Expliquei integralmente este estudo clínico ao participante ou ao seu cuidador. Na minha opinião e na opinião do participante e do cuidador, houve acesso suficiente às informações, incluindo riscos e benefícios, para que uma decisão consciente seja tomada.

Data: _____

Assinatura do Investigador

Beatriz Gershenson
Programa de Pós-Graduação em serviço
Social
Escola de Humanidades
Pontifícia Universidade Católica do Rio
Grande do Sul

Fonte: Autoria Própria

Referência: CEP PUCRS

APÊNDICE B – Termo de consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) - Para responsáveis das crianças e adolescentes entre 6 e 18 anos

Eu, Beatriz Gershenson, responsável pela pesquisa **“JUVENTUDES E A PANDEMIA: (SOBRE)VIVÊNCIAS EM CONTEXTO DE NECROPOLÍTICA”**, juntamente com o pesquisador Everton Silveira, estamos fazendo um convite para o/a _____, participe, como voluntário/a, nesse estudo. Esta pesquisa pretende **desvelar como as juventudes (sobre)vivem ao processo da descartabilidade de vidas humanas, exposto pela pandemia, no contexto de necropolítica em curso com vistas a contribuir na qualificação das práticas educativas com de juventudes integrantes do Centro de Juventude**. Acreditamos que ela seja importante pois visa contribuir para construção de fundamentos críticos na formulação de políticas públicas, programas e projetos com Juventudes, em especial, negras, que vivem nas periferias e que tenham em suas agendas a emancipação e a afirmação de seus direitos pessoais e sociais, com foco em atender aos seus interesses, desejos e necessidades. Busca-se ainda que a pesquisa apresente, além dos processos de opressão, negligência e descartabilidade a que estão expostos esses sujeitos perceber e destacar sua potência, a capacidade criativa e inventiva, grupalidade, persistência, beleza e amorosidade, como recurso de gerar e ampliar os mecanismos de resistência.

Para a realização desta pesquisa será feito o seguinte: A coleta de dados será realizada através de formulário com entrevista semiestruturada e registros a partir de documentos institucionais, como o Plano Político-Pedagógico, Livros-Ata, entre outros. A entrevista será gravada e transcrita para posterior análise. Terá duração de aproximadamente 45 (trinta) minutos. A pesquisa acontecerá no/a CJ Lomba do Pinheiro, do Centro de Promoção da Criança e do Adolescente São Francisco de Assis, onde os/as jovens, de forma presencial, será entrevistada pelo pesquisador, que utilizará para registro de suas respostas no já mencionado formulário semiestruturado que está anexo ao projeto, gravação em app do celular para posteriores ajustes e, em caso de entrevista virtual, esta será efetuada programa meet ou zoom e também ficará gravada e depositada no drive do pesquisador para futuras utilizações, registros e transcrições. Para fins de registro também serão utilizadas folhas impressas, pranchetas, papel, caneta e celular/computador com o

app de gravação de áudio, ou celular/computador com meet ou zoom instalado para a transmissão online.

Sua participação constará de participação do voluntário.

É possível que aconteçam desconfortos (ou riscos emocionais, virtuais ou físicos) que poderão estar associados a verbalização de acontecimentos importantes, o que pode acarretar algum incômodo, constrangimento, cansaço ou estresse. Se houver necessidade, em razão de alguma mobilização de sentimentos difíceis de enfrentar, você será encaminhado/a (pelos pesquisadores, que se responsabilizam em, mantendo o sigilo) ao atendimento técnico de suporte do Centro de promoção da Criança e do Adolescente São Francisco de Assis – CPCA e você poderá também nos procurar, a mim, Everton Silveira e a minha Orientadora Beatriz Gershenson, pelo telefone da secretaria geral da Escola de humanidades - PUCRS: 5133203555. Contudo, saliento que existem coisas boas que podem acontecer com suas contribuições e muitas ideias poderão ser transformadas em propostas a serem entregues aos governantes para que se transformem em políticas públicas para os/as jovens. Você tem o direito de pedir uma indenização por qualquer dano que, comprovadamente, resulte da sua participação no estudo.

Os benefícios que esperamos do estudo, por meio da coleta de informações relativas as juventudes, se referem a reconhecer e estudar suas dificuldades frente aos contextos da pandemia e da necropolítica, bem como reconhecer os mecanismos de sobrevivência, lutas e resistência utilizados por estes sujeitos.

Você não terá nenhum tipo de benefício direto ao aceitar participar do estudo. Os benefícios são secundários, tendo em vista a possibilidade da pesquisa em contribuir para o aprofundamento do debate teórico e a qualificação do trabalho com juventudes e as práticas sociais e educativas desenvolvidas com estes sujeitos. Sua participação é voluntária e você tem garantido o seu direito de não aceitar participar ou de retirar sua permissão, a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo ou retaliação, pela sua decisão

Durante todo o período da pesquisa você tem o direito de esclarecer qualquer dúvida ou pedir qualquer informação sobre o estudo, bastando para isso entrar em contato, com Beatriz Gershenson – pesquisadora responsável – ou comigo, Everton Silveira, também pesquisado, pelo telefone secretaria geral da Escola de

Humanidades - PUCRS: 5133203555. Você pode tirar qualquer dúvida nesse instante. Caso alguma dúvida surja depois, lembre-se que você pode pedir esclarecimentos a qualquer momento.

Em caso de algum problema relacionado com a pesquisa você terá direito à assistência gratuita que será prestada por pelos pesquisadores que poderão encaminhá-lo(a) ao serviço ou assistência de competência.

Você tem garantido o seu direito de não aceitar participar ou de retirar sua permissão, a qualquer momento, sem nenhum tipo de prejuízo ou retaliação, pela sua decisão voluntária.

Se por algum motivo você tiver despesas decorrentes da sua participação neste estudo com transporte e/ou alimentação, você será reembolsado adequadamente pelos pesquisadores.

As informações desta pesquisa serão confidenciais, e serão divulgadas apenas em eventos ou publicações científicas, não havendo identificação dos participantes, a não ser entre os responsáveis pelo estudo, sendo assegurado o sigilo sobre sua participação.

Caso você tenha qualquer dúvida quanto aos seus direitos como participante de pesquisa, entre em contato com Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (CEP-PUCRS) em (51) 33203345, Av. Ipiranga, 6681/prédio 50 sala 703, CEP: 90619-900, Bairro Partenon, Porto Alegre – RS, e-mail: cep@pucrs.br, de segunda a sexta-feira das 8h às 12h e das 13h30 às 17h. O Comitê de Ética é um órgão independente constituído de profissionais das diferentes áreas do conhecimento e membros da comunidade. Sua responsabilidade é garantir a proteção dos direitos, a segurança e o bem-estar dos participantes por meio da revisão e da aprovação do estudo, entre outras ações.

Ao assinar este termo de consentimento, você não abre mão de nenhum direito legal que teria de outra forma.

Não assine este termo de consentimento a menos que tenha tido a oportunidade de fazer perguntas e tenha recebido respostas satisfatórias para todas as suas dúvidas.

Se você concordar em participar deste estudo, você rubricará todas as páginas e assinará e datará duas vias originais deste termo de consentimento. **Ao assinar e**

rubricar todas as páginas deste documento, você de forma voluntária e esclarecida, nos autoriza a utilizar todas as informações de natureza pessoal que constam em seu prontuário de atendimento, imagens, resultados de exames e diagnóstico, material biológico se for o caso, para finalidade de pesquisa e realização deste estudo. Você receberá uma das vias para seus registros e a outra será arquivada pelo responsável pelo estudo.

Eu, _____, após a leitura deste documento e de ter tido a oportunidade de conversar com o pesquisador responsável, para esclarecer todas as minhas dúvidas, acredito estar suficientemente informado. Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, autorizo meu filho/minha filha – ou criança ou adolescente sob minha responsabilidade a participar da pesquisa e manifesto que posso retirar este consentimento a qualquer momento sem penalidades ou perda de qualquer benefício. Estou ciente também dos objetivos da pesquisa, dos procedimentos aos quais serei submetido, dos possíveis danos ou riscos deles provenientes e da garantia de confidencialidade e esclarecimentos sempre que desejar.

Diante do exposto expresso minha concordância de espontânea vontade em participar deste estudo, autorizando o uso, compartilhamento e publicação dos meus dados e informações de natureza pessoal para essa finalidade específica.

Assinatura do participante da pesquisa ou de seu representante legal

Assinatura de uma testemunha

Declaração do profissional que obteve o consentimento

Expliquei integralmente este estudo ao participante ou ao seu responsável. Na minha opinião e na opinião do participante ou responsável, houve acesso suficiente às informações, incluindo riscos e benefícios, para que uma decisão consciente seja tomada.

Data: _____

Assinatura do Investigador

Beatriz Gershenson

Programa de Pós-Graduação em serviço Social

Escola de Humanidades

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

Fonte: Autoria Própria

Referência: CEP PUCRS

**APÊNDICE C – Termo de Assentimento Livre Esclarecido
(TALE) - Para crianças e adolescentes (maiores que 6 anos e menores de 18
anos) e para legalmente incapaz.**

Você está sendo convidado a participar da pesquisa JUVENTUDES E A PANDEMIA: (SOBRE)VIVÊNCIAS EM CONTEXTO DE NECROPOLÍTICA, coordenada pela pesquisadora Dra. Beatriz Gershenson, juntamente com o pesquisador doutorando Everton Silveira, ambos poderão ser contatados pelo telefone da secretaria geral da Escola de humanidades - PUCRS: 5133203555. Seus pais permitiram que você participe.

Queremos desvelar como as juventudes (sobre)vivem ao processo da descartabilidade de vidas humanas, exposto pela pandemia, no contexto de necropolítica em curso com vistas a contribuir na qualificação das práticas educativas com de juventudes integrantes do Centro de Juventude

Você só precisa participar da pesquisa se quiser, é um direito seu e não terá nenhum problema se desistir. As crianças/adolescentes que irão participar desta pesquisa têm de 15 a 18 anos de idade.

A pesquisa será realizada no/a CJ Lomba do Pinheiro, onde as crianças e os adolescentes, de forma presencial, serão entrevistados(as) pelo pesquisador, que utilizará para registro de suas respostas o formulário semiestruturado anexo ao projeto, também será gravada em app do celular para posteriores ajustes e, em caso de entrevista virtual, a mesma entrevista será realizada no meet ou zoom e também ficará gravada e depositada no drive do pesquisador para futuras utilizações, registros e transcrições. Para isso, será usado/a folhas impressas, pranchetas, papel, caneta e celular com o app de gravação de áudio, ou celular com meet ou zoom instalado para a transmissão online, ele é considerado (a) seguro (a), mas é possível ocorrer de desconforto emocional, virtual ou físico, mediante algumas perguntas ou mesmo perturbações ocorridas por conta de oscilação ou queda do sinal de internet. Caso aconteça algo errado, os pesquisadores, se responsabilizam em, mantendo o sigilo, encaminhá-lo(a) ao atendimento técnico de suporte do Centro de promoção da Criança e do Adolescente São Francisco de Assis – CPCA, e você poderá também nos procurar, a mim, Everton Silveira e a minha Orientadora Beatriz Gershenson, pelo telefone da secretaria geral da Escola de humanidades - PUCRS: 5133203555. Contudo, saliento que existem coisas boas que podem acontecer com suas contribuições e muitas ideias poderão ser transformadas em propostas a serem entregues aos governantes para que se transformem em políticas públicas para os/as jovens.

Se você morar longe do CJ Lomba do Pinheiro, nós daremos a seus pais dinheiro suficiente para transporte, para também acompanhar a pesquisa.

Ninguém saberá que você está participando da pesquisa; não falaremos a outras pessoas, nem daremos a estranhos as informações que você nos der. Os resultados da pesquisa vão ser publicados por ocasião d apresentação do trabalho final em data e horário a serem divulgados na instituição Centro de Promoção da Criança e do Adolescente São Francisco de Assis, após a apreciação do Trabalho pela Universidade, mas sem identificar as crianças que participaram.

CONSENTIMENTO PÓS INFORMADO

Eu _____ aceito participar da pesquisa JUVENTUDES E A PANDEMIA: (SOBRE)VIVÊNCIAS EM CONTEXTO DE NECROPOLÍTICA

Entendi as coisas ruins e as coisas boas que podem acontecer.

Entendi que posso dizer “sim” e participar, mas que, a qualquer momento, posso dizer “não” e desistir e que ninguém vai ficar com raiva de mim.

Os pesquisadores tiraram minhas dúvidas e conversaram com os meus responsáveis.

Recebi uma cópia deste termo de assentimento e li e concordo em participar da pesquisa.

Porto Alegre, ____ de _____ de _____.

Assinatura do menor

Dra. Beatriz Gershenson
Programa de Pós-Graduação em serviço Social
Escola de Humanidades
Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul

APÊNDICE D – Termo de Compromisso de Utilização de Dados - (TCUD)

Nós, abaixo assinado(s), pesquisadores envolvidos no projeto de título: JUVENTUDES E A PANDEMIA: (SOBRE)VIVÊNCIAS EM CONTEXTO DE NECROPOLÍTICA, nos comprometemos a manter a confidencialidade sobre os dados coletados, bem como a privacidade de seus conteúdos, como preconizam os Documentos Internacionais e a Resolução N° 466/12 do Conselho Nacional de Saúde.

Informamos que os dados a serem coletados dizem respeito a práticas sociais e educativas desenvolvidas com juventudes do CJ Lomba do Pinheiro, ocorridas entre as datas de março de 2019 a agosto de 2021.

Porto Alegre, 10 de setembro de 2021

Envolvidos na manipulação e coleta dos dados:

Nome completo	CPF	Assinatura
Beatriz Gershenson	33912904049	
Everton Silveira	62858017034	

Fonte: Autoria Própria

Referência: CEP PUCRS

APÊNDICE E – Formulário semiestruturado – Coleta para Pesquisa

JUVENTUDES E A PANDEMIA: (SOBRE)VIVÊNCIAS EM CONTEXTO DE NECROPOLÍTICA

Doutoramento: Everton Silveira

Dados de Identificação

Participante (Nome): _____

e-mail: _____

Telefone: _____

Atividade ou Cargo que Ocupa no

CJ: _____

(IBGE-2007) DENTRE AS SEGUINTE ALTERNATIVAS, VOCÊ SE RECONHECE OU SE IDENTIFICA COMO DE COR OU RAÇA: (assinale quantas opções desejar)

() Afrodescendente

() Indígena

() Amarela

() Negra

() Branca

() outra. Qual: _____

Sexo: _____

Qual tua orientação sexual?

Questionário

1. Há quanto tempo estás vinculado(a) ao CJ?

2. Muito obrigado pela tua participação nessa entrevista. Gostaríamos de saber um pouco sobre como soubeste do trabalho do CJ e o que te fez procurá-lo:

3. O motivo que te trouxe ao Centro de Juventude ainda é o que te mantém nele? Algo mudou? Se sim, o quê? Como?

4. O que o CJ é ou representa pra ti?

5. O que significa Centro de Juventude? Para que serve este projeto e como ele é desenvolvido?

6. O que te chama mais atenção nos Centro de Juventude e por quê? *

7. Como te sentes neste espaço? Esta sensação é parecida com alguma outra que tenhas em algum outro lugar (como em casa, na rua, com alguém ou na escola)?

8. Tu te sentes seguro/a (in) seguro/a no ambiente do CPCA?

9. O que te fazer sentir assim?

10. Em que situações ou lugares te sentes seguro(a)/inseguro(a)?

11. Qual é a importância de sentir-se seguro(a)? Isso muda algo na tua vida?

12. Durante a pandemia o que fazes com teu tempo? O que pensas disso?

13. Antes dela era diferente? Comenta, por favor

14. Tu vês diferenças entre as opções que tens das de outros jovens? Fala sobre isso por favor.

15. Na tua visão (opinião), como são vistos: Pela sociedade em geral, pela escola, pela família, pelos governos, pelos amigos e pelo CJ as juventudes da periferia?

16. Ainda sobre a questão anterior, porque será que estes grupos teriam, ao teu ver, estes pensamentos (opiniões) sobre as juventudes?

17. De que maneira os jovens são tratados pela família, pela escola, pela política, pelo CJ e pelas pessoas da comunidade em geral? Por que razão são assim tratados?
18. O que pensas sobre violências? O que é violência? Como ela pode ser percebida? *
19. Consideras que existam violências que se iniciem pelas juventudes? Comenta tua resposta, por favor.
20. O que existe de bacana, "xarope", incrível na juventude?
21. E o que há de mais difícil; quais são as maiores durezas na juventude?
22. O que é juventude para ti?
23. Tu gostarias de falar de algo que não foi perguntado nesta pesquisa e que consideras importante para ela?
24. Como é pra ti estar participando desta pesquisa? Que destaques farias sobre as perguntas?
25. Existem assunto que nem sempre se encontra espaço para conversar. Por que será que isso acontece? No teu caso, que assuntos gostarias que fossem tratados e que ainda não tivesses a oportunidade de falar sobre?
26. Por que achas que as vezes se fala em jovens e outras em juventudes? Tu vê alguma diferença? Achas que tem algum? Comenta isso por favor
27. O que é mais difícil de ser vivenciado na pandemia?
28. De acordo com o artigo publicado no dia 04 de fevereiro de 2016, pela Revista Politize, políticas públicas são conjuntos de programas, ações e decisões tomadas pelos governos (nacionais, estaduais ou municipais) com a participação, direta ou indireta, de entes públicos ou privados que visam assegurar determinado direito de cidadania para vários grupos da sociedade ou para determinado segmento social, cultural, étnico ou econômico. Ou seja, correspondem a direitos assegurados na Constituição. A partir dessa definição, como vão as política públicas voltas para as juventudes no Brasil? Como percebes isso na tua vida?

1.

APÊNDICE F – Roteiro para Análise de Práticas pedagógicas

2. Compreensão da Reflexão:
 1. Definição e importância da reflexão na prática pedagógica
 2. O papel da reflexão na avaliação e aprimoramento da prática
3. Processo de Reflexão:
 1. Identificação e discussão dos problemas existentes
 2. Observação reflexiva da prática pedagógica
 3. Conceitualização do problema identificado
 4. Experimentação ativa como resultado do processo de reflexão
4. Reflexão na Ação e Reflexão Sobre a Ação:
 1. Definição e importância da reflexão na ação e reflexão sobre a ação
 2. Aplicação destes conceitos na prática pedagógica
5. Educador/a Reflexivo/a:
 1. Caracterização do/a educador/a como profissional reflexivo
 2. Importância do pensamento e reflexão contínuos para o/a educador
 3. Análise da prática e necessidade de reconstrução se necessário
6. Reflexão Crítica:
 1. Significado e importância da reflexão crítica na prática pedagógica
 2. Impacto da reflexão crítica na conscientização e transformação da realidade do educador
7. Barreiras à Reflexão Crítica:
 1. Discussão de potenciais barreiras à implementação de uma reflexão crítica
 2. Estratégias para superar essas barreiras

APÊNDICE G – Carta de Conhecimento do Responsável

Porto Alegre, 10 de setembro de 2021

Ao

Comitê de Ética em Pesquisa

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS

Ilma. Coordenadora do Comitê de Ética

Dra. Denise Cantarelli Machado

Declaro que tenho conhecimento e autorizo a realização do projeto de Pesquisa intitulado “JUVENTUDES E A PANDEMIA: (SOBRE)VIVÊNCIAS EM CONTEXTO DE NE-CROPOLÍTICA” proposto pelo(s) pesquisador(es) a Professora Doutora Beatriz Gershenson e “Everton Silveira”. O referido projeto será realizado no(a) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e só poderá ocorrer a partir da apresentação da carta de aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS.

Atenciosamente,

Nome do Chefe de Serviço do Local de Realização do estudo (e assinatura)

Departamento

Instituição

Fonte: Autoria Própria

Referência: CEP PUCRS

APÊNDICE H – Roteiro Observação Participante

Contexto a ser observado:

1. De que atividade se trata?
2. Qual é a relevância dos aspectos físicos do local para a interação? Como se caracteriza?
3. Como é a ambiência entre o grupo?
4. Como é desenvolvida?
5. Quem participa?
6. Demonstra ou não ser planejada? Quem planeja? Quem participa?
7. Atende as expectativas do grupo?

O educador/a Condutor?

8. Como é demonstrado vínculo entre educador/a e o grupo?
9. Como se denota o conhecimento do tema e ou atividade proposta?
10. Como é conduzida a atividade? Quem conduz e de que forma?
11. Como é a participação dos jovens?

Os/as educados/as

12. Que interesse demonstram pela atividade?
13. Como se percebe o nível de interação entre os/as jovens e o/a educador/a?
14. Como acontece o processo participativo

A temática

15. Como é escolhida? Quem? Por que motivação?
16. É do interesse de todos/as? Como se demonstra?
17. Quais são os emergentes que aparecem durante os debates?
18. Que outros temas além das temáticas escolhidas para a atividade são aludidos e ou discutidos, caso isso aconteça? Como são encaminhadas as temáticas não previstas?
19. Como acontece o processo de registro? Caso exista.

O observador participante

20. Como se sente?
21. Como participa? Como se sente? Do que participa?
22. Que contratos estabelece com o grupo?
23. Como é recebido e mantido no grupo?
24. Compromissos assumidos com o Grupo

Observações gerais

25. Nível de satisfação de todos integrantes
26. Produções
27. Percepções

Relato:

- I. Dados do grupo:
- II. Quantitativos e qualitativos:
- III. Data da atividade:
- IV. Tema da Atividade:

- V. Responsável pela atividade:
- VI. Relatório a partir dos itens do Roteiro
- VII. Inferências
- VIII. Conclusões
- IX. Dúvidas

Fonte: Autoria Própria

APÊNDICE I – Roteiro para Análise de Documentos do CJ

Tipo de Documento de Registro em 2021/2022: Livro Ata:

da equipe do/a educador/a da equipe da coordenação
 Outro: Qual? _____

1. Qual é o objetivo do CJ em relação à juventude?
2. Quem elaborou este projeto?
3. Como acontece o acompanhamento dos jovens no CJ?
4. Que tipos de registros são realizados?
5. Quem é/são o/a(s) responsável(is) pelos registros dos/as jovens?
6. Quem tem acesso a estes registros?
7. Como o projeto de referência responde aos objetivos nele expressos?
8. Como foi construído o projeto político do CJ?
9. Como ele é gerenciado pela OSC?
10. Qual a missão, valores, princípios da Instituição?
11. O que OSC a executar este programa?
12. Observações/Percepções sobre os documentos analisados:

Fonte: Autoria Própria

APÊNDICE J – Prática Pedagógica do CJ – Jovem Multiplicador

No âmbito do Eixo III - Jovem Multiplicador – Relativa as abordagens Interventivas do Centro de Juventude) – são desenvolvidas práticas educacionais e sociais que visam fortalecer e capacitar jovens para atuarem como agentes de transformação em suas comunidades. Este eixo conta com a participação de 57 jovens, distribuídos nos turnos da manhã e da tarde, de acordo com sua disponibilidade de matrícula na escola e/ou outras demandas pertinentes. O ingresso nesse eixo ocorre por meio de um processo seletivo conduzido pela Secretaria de Justiça, Cidadania e Direitos Humanos (SJCDH), em parceria com cada Centro da Juventude.

No processo seletivo, cada jovem é avaliado com base em critérios como participação em oficinas e cursos de qualificação profissional dos Eixos I - Socioafirmativo e II - Socioprofissional, além de outros aspectos, como assiduidade, vulnerabilidade social e parecer da equipe técnica do Programa de Oportunidades e Direitos (POD). Com base nas notas obtidas, é formada uma lista de espera, e os jovens são chamados de acordo com a disponibilidade de vagas. Por exemplo, se 20 jovens concluírem o percurso de 12 meses em um determinado mês, 20 jovens da lista de espera são chamados para ocupar essas vagas.

Quando um jovem é admitido na turma, é realizado um trabalho de acolhimento, que envolve verificar o interesse do jovem em ocupar a vaga, receber a documentação necessária, verificar a matrícula na escola e o respectivo turno, e construir ou atualizar seu crachá de atividades. No primeiro dia, os novos integrantes da turma, sejam eles um jovem ou um grupo de 15 pessoas, participam de dinâmicas de integração, quebra-gelo e compartilhamento das trajetórias percorridas até aquele momento pelo grupo existente.

As dinâmicas de integração têm como objetivo permitir que os jovens conversem, se conheçam, se desafiem em relação ao que é diferente, buscando identificar semelhanças em suas trajetórias, localização no território, sonhos e expectativas comuns ou divergentes. As dinâmicas de quebra-gelo promovem a descontração e quebram a tensão inicial que pode surgir quando os jovens estão na expectativa de receber ou de se adaptar a um novo membro. Por fim, os espaços de compartilhamento são fundamentais para a construção da memória grupal e coletiva.

Esse processo de integração ocorre sempre que um novo jovem ingressa na turma, proporcionando momentos de retomada de conteúdos e construção de vínculos entre os jovens e a equipe de atendimento. Com o passar do tempo, observa-se uma assimilação da convivência, transcendendo a mera coexistência no mesmo espaço, o que possibilita ao grupo trabalhar em equipe.

A turma da manhã é composta por 22 jovens, enquanto a turma da tarde conta com 35 jovens, totalizando 57 participantes. Embora sejam grupos grandes, ultrapassando a metodologia grupal em si, as atividades são organizadas dentro das 16 horas semanais previstas para esse eixo. Para registrar as atividades desenvolvidas, o grupo avançou da memória falada para a memória escrita, por meio da elaboração de calendários que registram o planejamento e o desenvolvimento das atividades.

Em relação à formação, são abordadas temáticas como Direitos Humanos, Diversidade, Pluralidade e outros assuntos que surgem no grupo e estão presentes no contexto social. Por exemplo, o grupo da tarde participará de uma formação oferecida pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) sobre Educação Fiscal e Cidadania, enquanto o grupo da manhã está envolvido no planejamento, organização e execução da comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente em parceria com a Horta Comunitária da Lomba do Pinheiro. Além disso, ambos os grupos estão se preparando para participar da Pré-conferência territorial da Assistência Social, assim como já participaram da pré-conferência e Conferência Municipal de Direitos de Crianças e Adolescentes.

Com um grupo diverso, composto por jovens de 15 a 23 anos, que abrange desde o Ensino Fundamental (modalidade EJA) até o ensino universitário, percebe-se a necessidade constante de retomada de conteúdos e de propostas que visem à construção e manutenção de vínculos entre os jovens e a equipe de atendimento. As três metas de Jovens Multiplicadores são trabalhadas no cotidiano: Organização e Planejamento, Formação e Práticas Multiplicadoras.

No que diz respeito à meta de Organização e Planejamento, são realizados o planejamento das atividades e a construção de materiais internos, além de outras ações que se relacionam com as formações e atividades a serem desenvolvidas entre jovens e para a comunidade do território.

A construção da memória grupal é realizada por meio de trabalho em pequenos grupos, resgatando as atividades desenvolvidas, e posteriormente o grupo

todo verifica o que foi produzido em cada pequeno grupo, consolidando as informações em um cartaz. Esse processo evidencia a articulação e o trabalho colaborativo entre os jovens, desde o planejamento do cartaz até a forma de comunicação grupal, além da percepção do tempo em relação ao planejamento, execução e avaliação.

As formações internas ocorrem por meio de pequenos fóruns de discussão, estudos, debates e pesquisas sobre temáticas que envolvem conhecimentos que emancipam os jovens, como políticas para as juventudes, necessidades do território e o papel da juventude. Já as formações com recursos externos contam com a contribuição do gestor do Centro da Juventude, que aborda temas relacionados a Direitos Humanos e Diversidade, assim como a participação de professores da UFRGS no curso de Educação Fiscal e Cidadania, cuja palestra de abertura abordou a Proteção Social para Juventudes. As formações ocorrem ao longo dos 12 meses, respeitando a carga horária mensal prevista no termo aditivo de financiamento do POD.

As práticas multiplicadoras ocorrem tanto internamente, com a disseminação entre os grupos de jovens multiplicadores e os demais jovens do Centro da Juventude por meio de rodas de conversa e debates, quanto externamente, com a participação em eventos e espaços do território. Um exemplo é a participação na preparação da comemoração do Dia Mundial do Meio Ambiente em parceria com a Horta Comunitária da Lomba do Pinheiro, estabelecendo contato com diversas lideranças comunitárias e dando voz às juventudes nas ações realizadas. A carga horária destinada ao Eixo III permite que os jovens estejam matriculados em alguma instituição de ensino e que participem ativamente do espaço institucional com essa formação ampliada, rompendo com o padrão formativo escolar.

Assim, a turma de Jovens Multiplicadores engloba as três metas de desenvolvimento pessoal, possibilitando que os jovens se reconheçam como sujeitos de direitos e deveres. A partir do conhecimento desses direitos, são incentivados a multiplicar ações no cotidiano por meio de uma abordagem dialógica. Essas ações têm como objetivo a construção de uma cultura de paz e não violência no território, com o intuito de romper com ciclos de violações de direitos.

Profissional Responsável pela Implementação da Prática:

Gisele Ribeiro Seimetz, educadora social, assistente social de formação (PUCRS), mestre em Serviço Social (PUCRS) e especialista em Saúde Mental Coletiva (UFRGS).

Considerações acerca da prática social e educativa que dialogam com os achados na pesquisa

Quanto aos objetivos da ação

Fortalecer a identidade pessoal e coletiva dos jovens: acontece por meio das dinâmicas de integração, como quebra gelo e espaços de partilha, percebe-se uma busca em promover o diálogo, o conhecimento mútuo e a valorização das trajetórias individuais e coletivas das juventudes. Esses elementos contribuem para o fortalecimento de suas identidades e para o desenvolvimento de um senso de pertencimento e de comunidade.

Estimular a participação e o protagonismo juvenil: Ao envolver os jovens em atividades de planejamento, organização e execução de ações tanto internas quanto externas ao Centro da Juventude, surge o fomento à participação ativa e o protagonismo juvenil. Tais experiências tendem a proporcionar oportunidades para que esses sujeitos exerçam protagonismo grupal, desenvolvam habilidades de trabalho em equipe e se tornem agentes de transformação em seus territórios.

Promover a formação integral dos jovens: Se utilizando das formações internas e externas, as juventudes têm acesso a conhecimentos diversos, como Direitos Humanos, Diversidade e outros temas relevantes para seu desenvolvimento pessoal e social. Essa formação ampliada vai além do contexto educacional formal e busca promover uma visão crítica e emancipatória, capacitando os jovens para enfrentar desafios e atuar como cidadãos conscientes e engajados.

Estimular a reflexão sobre questões sociais e ação transformadora: Ao abordar temáticas sociais pertinentes, como políticas para as juventudes, violências, necessidades do território e responsabilização individual e coletiva, a prática busca estimular a reflexão crítica e a ação transformadora juvenil, nesta proposição, são incentivados a compreender as desigualdades e os desafios presentes em suas comunidades e a contribuir para sua superação por meio de iniciativas concretas.

Promover o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais: As interações grupais, o trabalho colaborativo e o acolhimento oferecido, supõe que a prática busca promover o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais entre as juventudes que têm a oportunidade de exercitar a comunicação, a escuta ativa, a empatia, a resolução de conflitos dentre outras competências fundamentais para suas relações interpessoais e para a construção de vínculos saudáveis.

Temas relevantes abordados que contribuem para o desenvolvimento integral das juventudes:

Na prática descrita, os principais temas que contribuem para o desenvolvimento integral das juventudes são:

- Direitos Humanos (Disputa permanente pelo seu reconhecimento)
- Diversidade e Pluralidade (compreensão, respeito, diversidade, identidades, como gênero, raça, etnia, orientação sexual, religião, entre outras, promoção da igualdade de oportunidades e o combate às discriminações)
- Participação Social e Política (envolvimento em fóruns, espaços de controle social e eventos relacionados às questões que lhes são pertinentes)
- Educação Fiscal e Cidadania (direitos e deveres como cidadãos/ãs, responsabilidade pela gestão de recursos públicos, consciência a gestão dos recursos públicos e promoção da justiça social)
- Meio Ambiente e Sustentabilidade (sensibilização para a importância da preservação do meio ambiente, promoção do desenvolvimento sustentável, reflexão sobre soluções e práticas que contribuam para a conservação ambiental)

Elementos de autonomia

Participação ativa

A prática incentiva a participação ativa dos/as jovens, propiciando que tenham voz e sejam ouvidos em relação às atividades desenvolvidas, ao planejamento das ações e à tomada de decisões - encorajamento a expressão de opiniões, contribuição com ideias e assunção pessoal das responsabilidades.

Construção coletiva

A prática valoriza a construção coletiva, possibilitando que as juventudes participem de atividades em grupo, realizem dinâmicas de integração e comparti-

lhem experiências fortalecendo sua autonomia, exercendo a oportunidade de interagir, dialogar e negociar com seus pares, desenvolvendo habilidades de trabalho em equipe e tomando decisões de forma conjunta.

Formação e capacitação

A prática oferece formações e capacitações desenvolvendo conhecimentos e habilidades que promovem autonomia ao mesmo tempo em que adquirindo competências nas áreas de Direitos Humanos, diversidade, participação social, educação fiscal, entre outras, as juventudes se tornam mais independentes e capacitados para lidar com diferentes situações e desafios em suas vidas.

Autonomia/Emancipação

A prática busca emancipar, promovendo o reconhecimento das potencialidades, identidades e capacidades aos espaços de acolhimento, formação e protagonismo, a prática fortalece a autoestima e a confiança o que auxilia a que as juventudes se tornem mais autônomas e capazes de tomar decisões que impactam suas vidas.

Responsabilização

A prática estimula a responsabilização em relação às suas ações e ao cumprimento de compromissos assumidos por meio da construção de calendários, do planejamento das atividades e do acompanhamento da sua execução, nestas ações, os/as jovens são incentivados/as a assumir responsabilidades individuais e coletivas, exercitando sua autonomia e senso de comprometimento.

Desenvolvimento do senso crítico – Elementos para Emancipação

A abordagem de temáticas relacionadas aos direitos humanos, incentiva a reflexão sobre questões de igualdade, justiça social, inclusão e respeito à diversidade o que estimula o desenvolvimento do senso crítico, permitindo que as juventudes analisem as situações ao seu redor sob uma perspectiva ampla e questionadora.

A oferta de espaços para a discussão de temas relevantes como violência, desigualdades, meio ambiente, política, entre outros estimula o senso crítico, promovendo a reflexão sobre diferentes pontos de vista, a análise de argumentos e a formação de opiniões embasadas.

Oportunizar a participação em fóruns, conferências e eventos relacionados a temas sociais e políticos, em que as juventudes podem expor suas ideias, ouvir diferentes perspectivas e desenvolver habilidades de argumentação e análise crítica auxiliam no desenvolvimento da capacidade leitura e ponderação.

Desenvolver com as juventudes o trabalho por meio de estudos e pesquisas além de estimular permite que aprofundem seus conhecimentos e desenvolvam uma abordagem crítica em relação aos assuntos estudados o que contribui para o desenvolvimento do pensamento crítico e da capacidade de avaliar informações de forma objetiva.

Analisar a mídia e os discursos presentes na sociedade é uma outra ação que torna possível identificar possíveis vieses, manipulações e construções de poder que permite maior conscientização e questionamento em relação às informações recebidas.

Superação das contradições

É flagrante que por meio dessas abordagens, a prática oferece ferramentas e perspectivas que os auxiliam na compreensão e no enfrentamento das contradições do contexto capitalista e necropolítico no qual as juventudes que participam do CJ estão imersas.

Ao desenvolver uma consciência crítica, uma análise estrutural, fortalecer recursos para a consolidação individual de resistência e autonomia ao mesmo tempo em que questionar o consumismo e individualismo capacita as juventudes a lidarem de forma mais consciente e transformadora com as contradições e desafios que enfrentam em seu cotidiano.

Quanto a promoção da conscientização crítica sobre as contradições e injustiças presentes no sistema capitalista e na lógica necropolítica, a discussão de questões como desigualdade social, marginalização, violência estrutural e opressão, encoraja as juventudes a refletirem sobre as origens e implicações dessas contradições, desenvolvendo uma consciência crítica em relação à realidade em que estão inseridos.

Está presente na ação o incentivo a análise juvenil das estruturas e relações de poder que sustentam as contradições do sistema capitalista e da necropolítica e por meio de debates, estudos e reflexões, são motivados a identificar as dinâmicas socioeconômicas, políticas e culturais que perpetuam as desigualdades e

opressões o que permite uma compreensão apurada das contradições sistêmicas e os dos mecanismos de dominação presentes na sociedade.

Está claro na ação o investimento no fortalecimento das potencialidades dos sujeitos bem como em sua capacidade de resistência e autonomia que se dão, mais especificamente, na promoção de espaços de diálogo, apoio mútuo e construção coletiva, em que os sujeitos encontram suporte emocional e intelectual para enfrentar os desafios do contexto capitalista e necropolítico.

O estímulo a uma reflexão crítica sobre os valores do consumismo e individualismo que permeiam a sociedade capitalista está presente na presente prática e incentiva o questionamento das lógicas de acumulação de bens materiais ao mesmo tempo em que refletir sobre encontrar formas alternativas de satisfação e realização pessoal que vão além do consumo. Essa ação quer desconstruir os padrões de comportamento impostos pelo sistema e fortalecer uma visão crítica em relação aos valores predominantes.

Principais estratégias pedagógicas críticas presentes na prática:	
Foco	Ação
Fortalecer a identidade pessoal e coletiva dos jovens:	Dinâmicas de integração e espaços de partilha para promover o diálogo e a valorização das trajetórias individuais e coletivas das juventudes
Estimular a participação e o protagonismo juvenil:	Envolvimento dos jovens no planejamento, organização e execução de ações, incentivando a participação ativa e o protagonismo.
Promover a formação integral dos jovens:	Oferecer formações em temas relevantes como Direitos Humanos, diversidade e participação social, capacitando os jovens para enfrentar desafios e atuar como cidadãos conscientes e engajados
Estimular a reflexão sobre questões sociais e ação transformadora:	Abordagem de temáticas sociais pertinentes, como violência, desigualdades e responsabilização individual e coletiva, para estimular a reflexão crítica e a ação transformadora dos jovens.
Promover o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais:	Interações grupais, trabalho colaborativo e acolhimento para desenvolver habilidades sociais e emocionais, como comunicação, escuta ativa, empatia e resolução de conflitos.

Desenvolvimento do senso crítico

- Reflexão sobre questões de igualdade, justiça social e diversidade para estimular o desenvolvimento do senso crítico e a análise ampla e questionadora das situações ao redor dos jovens.
- Oportunidades de participação em fóruns, conferências e eventos relacionados a temas sociais e políticos para expor ideias, ouvir diferentes perspectivas e desenvolver habilidades de argumentação e análise crítica.
- Trabalho por meio de estudos, pesquisas e análise de mídia para aprofundar conhecimentos e desenvolver uma abordagem crítica em relação aos assuntos estudados.
- Estímulo à reflexão sobre os valores do consumismo e individualismo presentes na sociedade capitalista, incentivando uma visão crítica e a busca por formas alternativas de satisfação e realização pessoal.

Superação das contradições

- Promoção da conscientização crítica sobre as contradições e injustiças presentes no sistema capitalista e na lógica necropolítica.
- Estímulo à análise das estruturas e relações de poder que sustentam as contradições do sistema, através de debates, estudos e reflexões.
- Fortalecimento das potencialidades dos jovens, capacitando-os para enfrentar os desafios do contexto capitalista e necropolítico.
- Reflexão crítica sobre os valores do consumismo e individualismo, buscando formas alternativas de satisfação e realização pessoal.

Categorias de ações ou estratégias pedagógicas críticas:

- Fortalecer a identidade pessoal e coletiva dos jovens.
- Estimular a participação e o protagonismo juvenil.
- Promover a formação integral dos jovens.
- Estimular a reflexão sobre questões sociais e ação transformadora.
- Promover o desenvolvimento de habilidades sociais e emocionais.
- Desenvolvimento do senso crítico.
- Superação das contradições.

Categorias de temas abordados:

- Identidade pessoal e coletiva.
- Participação e protagonismo juvenil.
- Formação integral.
- Questões sociais e ação transformadora.
- Habilidades sociais e emocionais.
- Desenvolvimento do senso crítico.
- Conscientização crítica sobre as contradições e injustiças do sistema capitalista e necropolítico.
- Análise das estruturas e relações de poder.
- Fortalecimento das potencialidades dos jovens.

- Reflexão crítica sobre valores do consumismo e individualismo.

Fonte: Autoria Própria

APÊNDICE K – Prática Pedagógica do CJ – programa de Aprendizagem Profissional

A questão documental para os atos da vida Civil é responsável pela morosidade quanto a inserção dos /das jovens no mundo do trabalho, trabalhamos em interlocução com a equipe PIR – Plano Individual de Realização quanto aos encaminhamentos e acompanhamentos, que tem por objetivo o acesso qualificado dos/das jovens aos documentos civis.

Gestão do Programa de Aprendizagem Profissional

A gestão do programa de Aprendizagem Profissional, se dá através da Direção Pedagógica de Everton Silveira com a Coordenação de Michelle Pimentel e apoio técnico e socioprofissional de Graziela Costa. O trabalho acontece em rede juntamente com os demais programas, projeto e serviços que o CPCA oferece à comunidade local também são essenciais para o desenvolvimento do Programa de Aprendizagem Profissional bem como como a rede socioassistencial territorial.

Reunião Aprendizagem

São Realizadas semanalmente, nas sextas-feiras, após as reuniões com a direção, no turno da manhã. Das 10h às 12h. É conduzida pela coordenadora da Aprendizagem Profissional Michelle Pimentel.

Na referida reunião é um momento de trocas, acolhimento e direcionamento a equipe técnica realiza as ponderações necessárias quanto as questões pedagógicas, institucionais e discussão de casos.

O trabalho em equipe é fundamental para o bom desenvolvimento do Programa de Aprendizagem Profissional, abaixo destacamos os colaboradores da aprendizagem profissional:

Profissional	Função	Vínculo
Denise Jucileia Kuppe Klauck	Educadora Social Específico Gastro-nomia	Vinculada a outro programa do CPCA
Diana Gomes Gonçalves	Educadora Social	Vinculada a outro programa do CPCA
Diego Fernandes Peres	Educador Social	Centro da Juventude
Dyozzyfer Silva	Educador Social - Básico e Robótica	Vinculado a outro programa do

		CPCA
Graziela Badaraco Costa	Técnica Social – Socioprofissional	Centro da Juventude
Michelle Silveira Pimentel	Coordenadora Aprendizagem Profissional	Vinculada a outro programa do CPCA

Equipe Aprendizagem

A equipe da Aprendizagem profissional é composta por profissionais comprometidos e entusiasmados com seus fazeres profissionais. Verifica-se que a equipe é acolhedora e empática as situações apresentadas pelos jovens nas atividades. A equipe técnica e coordenações trabalham em sincronia visando dar o suporte necessário para que os /as educadores desenvolvam os /as jovens de forma autônoma e responsável. A particularidade da aprendizagem é a legislação, a equipe busca aperfeiçoamento profissional constante, em cursos de graduação que corroborem com suas práticas profissionais, bem como acolhem as formações, capacitações, cursos que a coordenação e direção disponibilizam interna e externamente.

Ação Pedagógica

A execução do programa é viabilizada a partir da constituição de um espaço permanente de planejamento interdisciplinar e intencionalidade que exige do técnico pedagógico uma absoluta sintonia e acompanhamento constante de todo o processo junto as turmas dos cursos de Aprendizagem Profissional, articulando os três eixos de conhecimento: desenvolvimento pessoal do (a) Adolescente/jovem; desenvolvimento social do adolescente/jovem e o adolescente/jovem e o mundo do Trabalho. Os conteúdos ministrados com base nos planos de aula de cada curso conforme apreciação e aprovação do CMDCA – Conselho Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente e o que prevê a Portaria MTP nº 671, de 08 de novembro de 2021. E foram elaborados a partir do princípio didático-pedagógico interacionais que trataram os conhecimentos com um bloco de saberes elaborados ou não constituído na síntese entre prática e realidade desenhando a ação educativa numa dimensão dialética de (prática-teoria-prática), fazendo assim um diálogo permanente entre a realidade vivida pelo/pelas adolescentes e jovens, sua crítica e opções de diferenciação, e devolvendo ao entorno social uma nova realidade, vivenciada e elaborada pelos/pelas adolescentes e jovens.

As ações planejadas são únicas para todo percurso, contém as informações necessárias para a construção dos planos individuais de cada curso. Leva-se em conta nos planejamentos os conhecimentos dispostos em conteúdos básicos, específicos e de gestão, dos quais foram apreciados a partir de uma visão interdisciplinar, intencional e emancipatória que compuseram os quatro pilares da educação e os eixos principais do programa, assim definido:

Eixo 1 – Desenvolvimento Pessoal do (a) Adolescente/jovem

Eixo 2 – Desenvolvimento Social do Adolescente/jovem

Eixo 3 – O Adolescente/jovem e o mundo do Trabalho

Complexidade

O Programa de Aprendizagem do CPCA é organizado em módulos, sendo independentes entre si, com inserção no início de cada módulo. O processo de aprendizagem tem como finalidade propiciar ao aprendiz uma formação técnico-profissional metódica, que é obtida por meio de um processo gradativo de atividades práticas e teóricas, organizadas em tarefas de complexidade progressivas desenvolvidas no ambiente de trabalho.

Conteúdos Teóricos Básicos e Específicos

- a) Competência Pessoal – Aprender a ser
- b) Competência Relacional – Aprender a conviver
- c) Competência Cognitiva – Aprender a Conhecer
- d) Competência Produtiva – Aprender a Fazer

Competências Gerais

São desenvolvidos conteúdos que contribuam com o desenvolvimento integral e a visão do jovem aprendiz acerca do mundo do trabalho, capacitando-o para a inserção profissional nas variadas formas de atuação na área da administração, como auxiliar de escritório em geral, entre elas: demonstrar iniciativa, evidenciar proatividade, utilizar a empatia como forma de acolher o outro na sua idiossincrasia; realizar as atividades propostas com criatividade; trabalhar em equipe; relacionar-se com flexibilidade; demonstrar capacidade de organização; agir com responsabilidade pessoal, comunitária e planetária; fazer uso adequado de diferentes nomenclaturas, de diferentes códigos e de diferentes meios de comunicação; informar e informar-se; argumentar logicamente, aceitando ou rejeitando proposições; adquirir uma atitude de permanente aprendizado.

Competências Profissionais

Proporcionar Habilidades e Competências Pessoais e Ferramentas da Gestão do trabalho autônomo ou nas organizações empresariais. Identificar o funcionamento e relacionamento entre os componentes de computadores e seus periféricos; Executar as rotinas básicas de operação de um computador; Conhecer e executar todos os tipos de rotinas administrativas. Criar e preencher rotinas e recrutamento, a fim de assessorar o processo de seleção de pessoal. Preencher rotinas de serviços administrativos. Reconhecer a importância das relações humanas no trabalho, identificando possibilidades e limites da atuação profissional. Demonstrar interesse pela constante atualização das informações sindicais e órgãos governamentais. Identificar e aplicar cálculos matemáticos, raciocínio lógico e criativo adequados, em diferentes situações para a resolução de problemas. Reconhecer os aspectos socioculturais, econômicos relacionados às questões apresentadas. Atualmente estão sendo executados os seguintes cursos na aprendizagem profissional:

1. Assistente Administrativo Aprendiz CBO: 4110-05 - *CBO – Código Brasileiro de Ocupações

O objetivo do curso é proporcionar condições favoráveis ao desenvolvimento integral do jovem aprendiz, alicerçado nos quatro pilares da educação visando a sua inserção no mercado de trabalho através da potencialização das suas habilidades e competências na área da administração.

Organização do Curso

O curso é desenvolvido durante 17 meses, numa perspectiva de constante articulação entre teoria e prática. São 20 horas semanais de atividades formativas sendo que se distribuirá: quatro dias de atividade laboral na empresa (16h) e um de teoria na instituição formadora (4h). Sendo que no mês 1, no módulo elevação das competência, é de 5 dias na instituição formadora; 2º mês e seguintes realizarão um dia de atividades teóricas na instituição e quatro em atividade prática na empresa.

2. Gastronomia Solidária – Cozinheiro Geral CBO: 5132.05

Proporcionar condições favoráveis ao desenvolvimento integral do jovem aprendiz, alicerçado nos quatro pilares da educação visando a sua inserção no mer-

cado de trabalho através da potencialização das suas habilidades e competências na área da gastronomia, preparando para o desempenho de técnicas de cozinha, seguindo os princípios de boas práticas de manipulação de alimentos. Possibilitando o conhecimento de diversos tipos de estabelecimentos de preparo de alimentação e o entendimento sobre a função de cada profissional em uma cozinha industrial, conhecimento das técnicas de higiene e limpeza e do funcionamento dos diversos equipamentos e utensílios de uma cozinha profissional.

Organização do Curso

O curso é desenvolvido durante 17 meses, numa perspectiva de constante articulação entre teoria e prática. São 20 horas semanais de atividades formativas sendo que no mês 1, no módulo elevação das competência, é de 5 dias na instituição formadora; 2º mês e seguintes realizarão dois dias de atividades teóricas na instituição e três em atividade prática na empresa.

Help Desk – Apoio ao Usuário de Informática CBO: 3172-10

Proporcionar condições favoráveis ao desenvolvimento integral do jovem aprendiz, alicerçado nos quatro pilares da educação visando a sua inserção no mercado de trabalho através da potencialização das suas habilidades e competências na área da informática, preparando para o desempenho na operação de sistemas de computadores e microcomputadores, para atender clientes e usuários, orientando-os na utilização de hardware e software; inspecionando o ambiente físico para segurança no trabalho.

Organização do Curso

O curso é desenvolvido durante 17 meses, numa perspectiva de constante articulação entre teoria e prática. Com 25 horas semanais de atividades formativas sendo que no mês 1, no módulo elevação das competência, considerando 5 dias na instituição formadora; 2º mês e seguintes realizam um dia de atividade teórica na instituição e quatro em atividade prática na empresa.

Estrutura dos módulos dos cursos de Aprendizagem Profissional

Módulo	Carga Horária
--------	---------------

Teórico Básico Aprender a Ser Aprender a Conviver	160
Teórico Específico Aprender a Aprender	240h
Específico Teórico e Prático concomitante, com ênfase na prática. Simulação Prática Específica. Aprender a Fazer	880h
TOTAL	1280h

Para o acompanhamento pedagógico dos jovens em relação ao processo de ensino aprendizagem, a avaliação acontece durante todo desenvolvimento do processo ensino aprendizagem, através da observação, registro, análise e conclusão final. Para isso se utilizamos instrumentos; indicadores de atitudes, auto avaliação, provas, frequência, relatório das atividades práticas e parecer técnico do educador. Os resultados são registrados na ficha individual do educando e no sistema. É adotado o sistema de conceitos. Para medir o aproveitamento dos conteúdos é usado conceito aprovado e reprovado. Para medir o aproveitamento das competências é adotado o conceito apto, não apto ou em desenvolvimento.

Cabe ressaltar que utilizamos as avaliações de conteúdo como um dos mecanismos das atividades pedagógicas para que possamos detectar as dificuldades dos/das jovens, bem como verificar quais possibilidades esse/essa jovem apresentam para construir novos conhecimentos e atingir os objetivos propostos pelo programa de aprendizagem profissional em sua prática educativa. Tais avaliações são realizadas conforme a finalização de cada módulo e conforme necessidade identificada pelo educador. Percebemos grande dificuldade dos jovens em se expressarem através da escrita e desenvolverem raciocínio lógico-matemático. Desta forma, criamos plano de leitura individualizado. O plano de leitura consiste em orientar e incentivar o/a jovem ao hábito de ler. Conforme o plano, cada jovem escolhe um livro (sugerimos as leituras obrigatórias da UFRGS) e periodicamente deve apresentar ao educador questões abordadas no livro que mais chamaram atenção do/da jovem, tais questões são abordadas em sala de aula com a turma. Em relação ao déficit no raciocínio lógico matemático, estamos elaborando em conjunto com a equipe técnica e educadores a criação de oficinas de matemática no dia a dia.

Os jovens inseridos no programa de aprendizagem profissional são acompanhados pela equipe técnica composta pelas técnicas do PIR -Plano Individual de Realização e as Técnicas da aprendizagem visando suporte nas demandas inerentes a vida de um jovem em processo de inclusão e desenvolvimento pessoal e profissional.

Turmas

O Programa de Aprendizagem Profissional, possui atualmente oito turmas: sendo cinco (5) de Assistente Administrativo Aprendiz, duas no turno da manhã e três no turno da tarde.

Duas (2) turmas de Gastronomia Solidária – Cozinheiro Geral , uma no turno da manhã e outra no turno da tarde. E uma (1) turma de Help Desk – Apoio ao Usuário de Informática no turno da manhã. Abaixo segue quadro demonstrativo de turmas/educadores.

O curso de Assistente Administrativo Aprendiz é o mais procurado e consequentemente com as turmas que possuem mais jovens. Devido sua grande abrangência e opções para ingresso no mercado de trabalho, atualmente é o curso mais vendável e com maior número de jovens contratados.

Formaturas

As formaturas são realizadas semestralmente, na mesma oportunidade que acontece a

entrega dos certificados dos cursos e oficinas do Centro da Juventude. Como as contratações dos jovens nas empresas ocorrem de forma fragmentada, utilizamos uma margem de até um mês antes da data da formatura e um mês após a data da formatura.

Cotas

O Programa de Aprendizagem Profissional, possui parceria estabelecida com vinte e quatro (24) empresas, de diversos setores, proporcionando inserção no mundo do trabalho para cem jovens (100). As referidas empresas pagam uma taxa administrativa alusiva à qualificação e o acompanhamento pedagógico do jovem

Totalizando cem (100) aprendizes cotizados e quinze (15) aguardando oportunidade de contratação junto a uma empresa.

Visando constituir diálogo e relacionamento ainda mais próximo junto às organizações públicas, privadas e do terceiro setor para gerarmos cada vez mais oportunidades na inserção dos jovens no mercado de trabalho, intensificamos as nossas relações institucionais para ampliarmos as contratações dos jovens nas empresas, desde janeiro do presente ano estabelecemos conexões com 450 (quatrocentas e cinquenta) empresas através de contatos telefônicos, e-mails e reuniões. Essa relação instituição empresa, visa prospecção de vagas, bem como o acompanhamento técnico para a manutenção dos/das jovens no mundo do trabalho.

Durante o processo de relacionamento com as empresas e demais instituições, percebemos algumas resistências das empresas em relação ao perfil do público que atendemos e a localização da nossa instituição, apesar da Lei da Aprendizagem Profissional priorizar jovens oriundos da rede socioassistencial, ou seja, que tenham algum tipo de vulnerabilidade social, na prática observamos que isso não acontece com tanta frequência. As empresas optam por outras entidades qualificadoras, principalmente o CIEE e o SENAC (empresas vinculadas ao sistema S) instituições com públicos diferentes dos nossos atendidos no CPCA. São jovens com mais e acesso a educação e informação.

Prática Cotidiana

O Programa de Aprendizagem Profissional, é um instrumento de transformação social, que possibilita a inserção dos jovens no mercado do trabalho de forma segura e protegida, promovendo autoestima, independência dos jovens e consecutivamente desenvolvimento social. Nossa prática cotidiana está agregada a diversos desafios: captação de cotas - concorrer com demais entidades qualificadoras que possuem perfis de jovens mais “elitizados”, após a cotização – assegurar a manutenção do jovem na empresa até o final do contrato. Além de garantir aprendizagem qualificada e de acordo com as exigências atuais do mercado de trabalho, tendo conhecimento de que a defasagem escolar impacta diretamente nas questões curriculares da aprendizagem profissional. O engajamento dos educadores, formação e incentivo para propor atividades disruptivas e que façam conexão com as vivências dos nossos educandos também são questões desafiadoras no processo de gestão do Programa de Aprendizagem Profissional.

Os retornos positivos quanto a inserção qualificada dos/as jovens no mundo do trabalho nos fortalece para seguir buscando qualificar o Programa de Aprendizagem Profissional. No CPCA cinco (5) jovens Aprendizes foram contratados pela instituição nos final dos respectivos contratos de Aprendizagem. Esse reconhecimento fomenta o desejo dos/das jovens a obter maior comprometimento possível durante o contrato de trabalho (17) dezesete meses. A estrutura e acompanhamento pedagógico coeso reverbera na postura e comprometimento dos/das jovens. A relação interpessoal é a base para permanência dos jovens junto as empresas. Durante o processo da Aprendizagem Profissional o acompanhamento da equipe não se dá somente em âmbito teórico e administrativo, se faz necessário respeitar o sagrado e a história de vida de cada individuo que está em desenvolvem

Documento produzido por:

Michelle Pimentel - Coordenadora Aprendizagem Profissional e por:

Graziela B. Costa - Técnica Social – Aprendizagem Profissional

Extrato da Prática: Programa de Aprendizagem Profissional do CPCA vinculado ao Eixo Sócio profissional do CJ

Objetivos e propósito

O Programa de Aprendizagem Profissional do CPCA tem como objetivo principal viabilizar a igualdade de condições para o acesso e integração ao mundo do trabalho, buscando a transição dos jovens de uma condição de vulnerabilidade para a condição de aprendiz. O propósito central é proporcionar aos adolescentes e jovens da Lomba do Pinheiro uma nova perspectiva de protagonismo na condução de seu projeto de vida, capacitando-os para ingressar no mundo do trabalho de forma consistente.

Metodologia e abordagem

A prática educacional do programa utiliza uma abordagem interdisciplinar e intencional, buscando o desenvolvimento pessoal, social e profissional de jovens, assim, essa metodologia envolve atividades teóricas e práticas, com tarefas de complexidade progressiva, visando proporcionar uma formação técnico-profissional metódica. São utilizados recursos pedagógicos como planos de aula, conteúdos teóricos básicos e específicos, simulações práticas e atividades de gestão. A ênfase é dada à aprendizagem significativa, estimulando o protagonismo dos jovens na construção de conhecimentos.

Participantes e público-alvo

O público-alvo do programa são adolescentes e jovens de 15 a 24 anos incompletos, oriundos da rede socioassistencial, que demandam tratamento diferenciado devido

às suas especificidades e exposição a situações de maior vulnerabilidade social o que inclui adolescentes em medida de proteção, em cumprimento de medida socio-educativa, beneficiários de programas de transferência de renda e pessoas com deficiência.

Conteúdo e currículo

O currículo do programa abrange três eixos de conhecimento: desenvolvimento pessoal e social do/a jovem e seu ingresso no mundo do trabalho. Os conteúdos abordados incluem competências pessoais, relacionais, cognitivas e produtivas. São desenvolvidas habilidades e competências que contribuam para seu desenvolvimento integral e sua compreensão acerca do mundo do trabalho. Os cursos oferecidos são voltados para áreas como assistente administrativo, gastronomia e help desk.

Estrutura e organização

O programa é organizado em módulos independentes, com duração de 17 meses. São 20 horas semanais de atividades formativas, divididas entre atividades teóricas na instituição e atividades práticas em empresas. A estrutura inclui a constituição de turmas, preenchimento de formulários, análise de documentação, autobiografia, dinâmicas de grupo e encaminhamentos da rede socioassistencial. O cronograma é estabelecido de acordo com o desenvolvimento progressivo das atividades.

Avaliação e acompanhamento

A avaliação do processo de ensino-aprendizagem ocorre ao longo de todo o programa, por meio de observação, registro, análise e conclusão final. São utilizados diferentes instrumentos, como indicadores de atitudes, autoavaliação, provas, frequência, relatórios das atividades práticas e pareceres técnicos dos educadores. O acompanhamento pedagógico visa monitorar o progresso dos participantes e a eficácia da prática educacional, utilizando conceitos como aprovado, reprovado, apto, não apto ou em desenvolvimento.

Resultados e impacto

Os resultados do programa compreendem a inserção qualificada dos/as jovens no mercado de trabalho, o desenvolvimento de competências pessoais e profissionais, o fortalecimento da sua autoestima e independência, além do impacto social na comunidade.

Os/as jovens contratados pelas empresas demonstram comprometimento e a estrutura e acompanhamento pedagógico coeso são apontados como fatores positivos. O programa busca promover mudanças comportamentais, desenvolvimento de habilidades e melhorias na qualidade de vida dos participantes.

Desafios e aprendizados

Durante a implementação do programa, são enfrentados desafios como a captação de cotas, a concorrência com outras entidades qualificadoras e a resistência das empresas em relação ao perfil dos jovens atendidos. A equipe busca superar esses obstáculos por meio de ações estratégicas, como o estabelecimento de parcerias e o contato direto com empresas. Ao longo do processo, são adquiridos aprendizados

sobre a importância da interlocução com a rede socioassistencial, a necessidade de adaptação constante e o fortalecimento das relações institucionais.

Sustentabilidade e replicabilidade

A sustentabilidade do programa é abordada por meio da análise de recursos necessários, parcerias estratégicas e aspectos financeiros. O programa busca estabelecer relações sólidas com empresas e instituições para ampliar as oportunidades de inserção dos jovens no mercado de trabalho. Além disso, são identificadas oportunidades de replicação da prática em outros contextos, levando em consideração as adaptações necessárias e a viabilidade a longo prazo.

Reflexão crítica e melhorias futuras

O programa promove uma reflexão crítica sobre a prática educacional, identificando possíveis áreas de melhoria e ações para o futuro. São apontadas lacunas e desafios remanescentes, assim como oportunidades de aprimoramento. A equipe busca constantemente o aperfeiçoamento profissional e aprimoramento das práticas pedagógicas, visando oferecer uma aprendizagem de qualidade e cada vez mais alinhada às necessidades dos jovens atendidos.

São temáticas prioritárias do Programa:

1. **Competências pessoais:** autoconhecimento, autoestima, resiliência, liderança, ética, responsabilidade e habilidades de comunicação - competências fundamentais para o desenvolvimento pessoal e para o enfrentamento dos desafios do mundo do trabalho.
2. **Competências relacionais:** habilidades de relacionamento interpessoal, trabalho em equipe, empatia, respeito à diversidade, resolução de conflitos e negociação - essenciais para a convivência harmoniosa no ambiente de trabalho e nas relações sociais em geral.
3. **Competências cognitivas:** Estímulo ao aprendizado contínuo, desenvolvimento do pensamento crítico, raciocínio lógico, habilidades de pesquisa, análise de informações e capacidade de resolver problemas. Essas competências contribuem para o desenvolvimento intelectual e para a capacidade de adaptação a novas situações no mundo do trabalho.
4. **Competências produtivas:** habilidades práticas e técnicas relacionadas à área de atuação profissional escolhida - conhecimentos específicos de administração, gastronomia, informática, entre outros, de acordo com os cursos oferecidos pelo programa.

Na prática educativo-social aplicada pelo Programa de Aprendizagem Profissional, alguns tópicos, como os seguintes, indicam o desenvolvimento da autonomia e do senso crítico nas juventudes:

Nos objetivos - A ênfase está no **protagonismo dos/as jovens na condução de seu projeto de vida indica o estímulo à autonomia**. O programa busca proporcionar uma nova perspectiva, capacitando os sujeitos para seu ingresso no mundo do trabalho de forma consistente, o que requer autonomia na busca por oportunidades e no desenvolvimento de suas habilidades.

Na Metodologia e abordagem – há do destaque à interdisciplinaridade e intencionalidade do programa em estimular a autonomia das juventudes ao promover a aprendizagem significativa, na qual são incentivados a construir conhecimentos de forma ativa e crítica. A metodologia busca o desenvolvimento do pensamento crítico, estimulando a questionar, refletir e analisar diferentes perspectivas.

Nos Conteúdos e no currículo – são abordados temas transversais, como cidadania, direitos humanos e diversidade cultural, o que procura promover o desenvolvimento do senso crítico nestes/as jovens que são incentivados/as a refletir sobre questões sociais, a analisar contextos e a compreender a importância da sua atuação como cidadãos conscientes e responsáveis.

A Ação pedagógica - é viabilizada por meio de um espaço permanente de planejamento interdisciplinar e intencional que permitem a inserção de atividades e estratégias que incentivem a o desenvolvimento da autonomia e do senso crítico entre as juventudes. São atividades que por vezes envolver a realização de pesquisas, debates, análise de casos, resolução de problemas e ações práticas que estimulam a reflexão e a tomada de decisões.

Na Avaliação e no acompanhamento – os métodos vão além das provas tradicionais, e acontecem por meio de observação, registros e análises e permite identificar o desenvolvimento da autonomia e do senso crítico das juventudes. Por meio da autoavaliação, feedback dos participantes e registro de desempenho, os jovens são estimulados a refletir sobre seu próprio progresso e a tomar iniciativa no seu desenvolvimento.

O programa busca por meio da avaliação e do acompanhamento o desenvolvimento da autonomia das juventudes, incentivando-as a serem protagonistas de sua própria formação e a terem um senso crítico aguçado, capacitando-as para tomarem decisões e participarem de suas aprendizagens e inserção delas em suas vidas e práticas profissionais.

Integração social – um dos focos do trabalho é proporcionar espaço de convivência e interação entre as juventudes – atividades em grupo, dinâmicas, trabalhos em equipe e discussões que são desenvolvidas estimulam a colaboração, o respeito mútuo e o senso de pertencimento.

Acompanhamento individualizado - o acompanhamento individualizado realizado por técnicos e educadores com vistas a compreender as necessidades e dificuldades específicas das juventudes os apoia em desenvolvimento integral e proporciona a orientação e um suporte personalizados, importantes para sua segurança e resgate da autoconfiança.

Aprendizagem prática - além da abordagem teórica, o programa valoriza a aprendizagem prática, abordando situações concretas pelas quais os/as jovens têm a oportunidade de aplicar os conhecimentos desenvolvidos em situações reais, como vivências profissionais em empresas ou projetos práticos relacionados às áreas de atuação profissional escolhida.

Networking e parcerias – a parceria com empresas, instituições e organizações locais, visam ampliar as oportunidades de inserção das juventudes no mercado de trabalho e proporcionar a realização de palestras, visitas técnicas e mentorias que promovem a conexão desses sujeitos com profissionais e especialistas em suas áreas de interesse.

Enfoque na diversidade e inclusão – é valor do programa tanto a diversidade quanto a inclusão, o que promove a igualdade de oportunidades e o respeito às diferenças, a garantia de que todas as juventudes, independentemente de sua origem, gênero, orientação sexual, raça, etnia ou deficiência, tenham acesso igualitário e sejam acolhidos em um ambiente inclusivo.

Ações de fortalecimento - fortalecendo a autoconfiança, autoestima e senso de propósito a Aprendizagem auxilia a mobilizar a energia que se concentra nas juventudes e por meio de atividades que estimulam a reflexão sobre seus talentos, habilidades e potencialidades, busca capacitá-las a se tornarem agentes de transformação em suas vidas e comunidades.

Este programa surge como a oferta de oportunidades de inclusão social e no mundo do trabalho de forma humanizada e atendendo às demandas primárias e emergentes das juventudes pela oferta de ambiente acolhedor, estimulante e relevante para seu desenvolvimento pessoal, profissional e social.

As práticas educativas do Programa de Aprendizagem Profissional têm o potencial de instrumentalizar as juventudes a lidarem com as contradições existentes no contexto capitalista e necropolítico em que estão imersos, seja através da compreensão dessas contradições, da capacidade de resistência ou da promoção de ações transformadoras.

Alguns elementos presentes nas práticas educativas podem contribuir para esse processo:

As práticas Educativas

- a) Visam estimular a reflexão crítica sobre a realidade social, econômica e política em que as juventudes estão inseridas tais como o estudo das estruturas e dinâmicas do sistema capitalista, as relações de poder e as desigualdades presentes na sociedade. Ao compreenderem as contradições desse contexto, desenvolvem um olhar mais crítico e consciente sobre as condições em que vivem.
- b) Ambicionam promover espaços de debates e diálogos que permitam aos jovens expressarem suas opiniões, compartilharem experiências e confrontarem diferentes pontos de vista o que contribui para o fortalecimento da capacidade de argumentação, o respeito à diversidade de ideias e a construção coletiva de conhecimento.
- c) Enfatizar o empoderamento das juventudes, promovendo a conscientização sobre seus direitos e a importância da participação ativa na defesa desses direitos, o acesso a informações sobre políticas públicas, legislação trabalhista, direitos humanos e outras temáticas relevantes, capacitando os jovens a exigirem respeito e a lutarem por condições mais justas e dignas.
- d) Estimulam a reflexão sobre valores humanitários, éticos e solidários, incentivando os jovens a se posicionarem de forma crítica diante de situações de in-

justiça, violência e exclusão promovendo empatia, a igualdade de gênero, o respeito à diversidade e o cuidado com o meio ambiente, entre outros valores que fundamentam uma perspectiva de transformação social.

- e) Incentivam a participação ativa das juventudes em espaços de organização social, movimentos estudantis, fóruns de discussão e processos de tomada de decisão o que proporciona oportunidades para exercerem sua cidadania de forma efetiva, influenciando políticas públicas, propondo mudanças e promovendo ações coletivas de resistência e transformação.

Algumas das estratégias que se encontram presentes na prática educativo do Programa de Aprendizagem Profissional e que estão também presentes na pedagogia crítica e emancipadora são:

Estratégia 1 - Reflexão crítica da realidade: Através da análise crítica da realidade social, econômica e política em que os jovens estão inseridos, o programa busca estimular a reflexão sobre as desigualdades, injustiças e contradições existentes. Isso permite que os jovens desenvolvam uma consciência crítica e questionadora em relação ao mundo ao seu redor.

Estratégia 2 - Participação ativa dos jovens: O programa promove a participação ativa dos jovens em todas as etapas do processo de aprendizagem. Eles são incentivados a expressar suas opiniões, compartilhar experiências, debater ideias e tomar decisões coletivas. Essa participação ativa contribui para o empoderamento dos jovens e para a construção de um ambiente de aprendizagem mais democrático e horizontal.

Estratégia 3 - Diálogo e interação: Através de atividades em grupo, dinâmicas e discussões, o programa busca criar espaços de diálogo e interação entre os jovens. Essa troca de ideias e experiências possibilita a construção de conhecimento de forma colaborativa, estimula a empatia, o respeito às diferenças e o reconhecimento da diversidade como fonte de aprendizagem.

Estratégia 4- Aprendizagem contextualizada: O programa busca estabelecer uma conexão entre os conteúdos ensinados e a realidade dos jovens. Os temas abordados e as atividades propostas têm como objetivo relacionar-se com as experiências e vivências dos participantes, tornando a aprendizagem mais significativa e aplicável em suas vidas.

Estratégia 5 - Estímulo ao protagonismo: O programa busca desenvolver o protagonismo dos jovens, capacitando-os a serem agentes ativos em suas vidas e em suas comunidades. Isso inclui a promoção de atividades que os desafiem a tomar iniciativa, a tomar decisões, a buscar soluções criativas e a se envolver em projetos de impacto social.

Estratégia 6 - Abordagem interdisciplinar: O programa adota uma abordagem interdisciplinar, integrando diferentes áreas do conhecimento em suas atividades. Isso permite que os jovens compreendam a complexidade dos problemas e questões que

enfrentam, estimulando o pensamento crítico, a capacidade de análise e a busca por soluções inovadoras.

Estratégia 7 - Essas estratégias buscam promover uma educação crítica e emancipadora, que capacite os jovens a compreenderem e transformarem a realidade em que vivem, estimulando o pensamento reflexivo, a autonomia, a consciência social e a busca por uma sociedade mais justa e igualitária.

Fonte: Autoria Própria